



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Helio Maurício Pirajá Cannone

**“Um balé metafórico”:  
as ideologias políticas e o ideário desenvolvimentista da República de 1946**

Rio de Janeiro

2022

Helio Maurício Pirajá Cannone

**“Um balé metafórico”:  
as ideologias políticas e o ideário desenvolvimentista da República de 1946**



Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Orientador: Prof. Dr. Christian Edward Cyril Lynch

Rio de Janeiro

2022

## CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

C226 Cannone, Helio Maurício Pirajá.  
“Um balé metafórico”: as ideologias políticas e o ideário desenvolvimentista da República de 1946 / Helio Maurício Pirajá Cannone. – 2022.  
291f..

Orientador: Christian Edward Cyril Lynch.  
Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Ideologia – Teses. 2. Ciência política – Teses. I. Lynch, Christian Edward Cyril. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 32

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Helio Maurício Pirajá Cannone

**“Um balé metafórico”:  
as ideologias políticas e o ideário desenvolvimentista da República de 1946**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Aprovada em 11 de março de 2022.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Christian Edward Cyril Lynch (Orientador)  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

---

Prof. Dr. Fabiano Guilherme Mendes Santos  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

---

Prof. Dr. Luiz Fernando Rodrigues de Paula  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

---

Prof. <sup>a</sup> Dra. Vera Alves Cepêda  
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

---

Prof. Dr. André Kaysel Velasco e Cruz  
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

---

Prof. Dr. Jorge Gomes de Souza Chaloub  
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Rio de Janeiro

2022

## DEDICATÓRIA

A Julia Pinheiro Gomes  
Por fazer parte disso tudo.

## AGRADECIMENTOS

Foi um total de 6 anos em que fui aluno e pesquisador do Iesp-Uerj. Eu tentei viver essa experiência ao máximo que pude, mesmo tendo tido dois anos desta experiência dificultados por uma pandemia. Fora da instituição, igualmente tive o privilégio de conhecer pessoas com quem eu espero manter a amizade até o fim dos meus dias. Estes agradecimentos são um esforço de tentar lembrar todas elas, mas já fadado ao fracasso pelo alto grau de cansaço com que estão sendo escritos. De antemão, já peço desculpas para qualquer nome que possa ter esquecido.

Agradeço à minha família, Julia, Rubi – mais conhecida como Bizi – e Sócrates Maurício por serem o meu alicerce diário e minha fonte de amor, carinho e apoio nos mais distintos aspectos. Agradeço a primeira pelo incentivo profissional e emocional, pelo afeto e pelo alto grau de paciência que deve ser necessário para conviver com uma pessoa ansiosa e cheia de manias como eu. Aos outros dois agradeço também pelo afeto e por me forçarem a sair de casa ao menos uma vez ao dia, o que foi excelente para controlar minha tendência ao sedentarismo.

Agradeço ao CNPq pela bolsa de fomento à pesquisa, que possibilitou o meu sustento durante a escrita desta tese e me permitiu comprar material sem o qual seria impossível manter esta pesquisa. Sem uma bolsa eu simplesmente não teria condições materiais de escrever esta tese, assim como a maior parte dos meus colegas.

Agradeço a todos os amigos que fiz no Iesp-Uerj ou nos encontros acadêmicos que minha inserção como doutorando permitiu. Agradeço ao Matheus Pestana, Raul Nunes, Hellen Oliveira, Carlos Pinho, Hugo Muller, Gabriel Mello, Cairo Barbosa, Gabriel Costaguta, Daniel Bruno, Guilherme Mello, Mariani Ferri, Laurita Hargreaves, André Felix e Kaio Felipe. Agradeço aos meus colegas de turma de doutorado pelo constante apoio mútuo e por ser quase um grupo de terapia coletiva. Agradeço especialmente àqueles que – por razões da vida – acabei me aproximando mais. É curioso como têm pessoas que conhecemos na graduação e depois perdemos naturalmente o contato. Por sorte, não foi o que aconteceu comigo e Lucas Pedretti. Amigos desde o início da graduação e agora colegas de doutorado, nossa amizade só cresceu e lhe agradeço por ter feito parte destes dois momentos. O Pedro Fraga não seguiu comigo na pós-graduação, mas seguiu na amizade. Agradeço por isso, mas também pelas aulas de filosofia dadas tanto em seus cursos do qual participei, quanto informalmente. Nossas constantes conversas sobre os temas mais diversos (desde memes até pensamento brasileiro e bons

intérpretes da escolástica) certamente me fizeram um estudioso e um pesquisador melhor. Também agradeço ao Pedro pelo longo trabalho que ele teve de não só ler, mas apontar revisões para esta tese. Trabalho feito de graça, por pura amizade, que eu espero poder retribuir um dia. Outras pessoas vêm depois, no mestrado, e marcam especialmente, e este foi o caso de Wesley Dias, provavelmente a pessoa mais agradável do mundo de se estar junto, mesmo virtualmente, e do Angelo Remédio, exemplo de amizade e solidarismo.

Puxando o gancho do Wesley e do Angelo, agradeço aos demais membros do Grupo de estudos e pesquisa em pensamento político brasileiro e teoria política do Iesp, o Beemote. Nele eu conheci pessoas incríveis e com um grau de esmero na pesquisa e no trabalho que me serviram de exemplo durante todo o processo. Cito especialmente, Paulo Henrique Cassimiro, Pedro Marreca e Lidiane Vieira. Eles acompanharam esse trabalho muito de perto e foram uma contribuição ativa na escrita desta tese. Agradeço ao Angelo, Wesley e ao Pedro pela leitura atenta dos capítulos desta tese, cujas sugestões foram essenciais. A Lidiane agradeço especialmente pelo companheirismo nesse e em outros trabalhos que fizemos juntos, no qual o grau de disciplina dela me forçou a aprender a ser um pouco mais, para chegar perto. Também agradeço ao Jorge Chaloub pelas sugestões para a tese e pelo (altíssimo) grau de paciência que teve comigo. Aproveito, inclusive, para pedir formalmente desculpas pelos áudios que ultrapassavam os cinco minutos e que ele não só ouviu, mas respondeu. O Pedro foi igualmente alugado neste sentido, mas como no caso dele era recíproco, eu agradeço, mas não me desculpo. Mais recentemente, José Augusto Souza também foi uma vítima de ler preliminarmente esta tese, o que eu agradeço. Nossa amizade é a prova de que a curiosa figura do amigo virtual existe. Amiga que era à distância e se tornou a mais próxima geograficamente foi Marina Pacheco, a quem agradeço a amizade, as dicas e comentários os mais diversos e por, assim como eu, acreditar que na vida se ganha mais com parceria do que com competição.

Durante o doutorado eu acabei me intrometendo em mais um grupo, o Grupo de Estudos em Economia e Política, o GEEP do Iesp-Uerj. Agradeço aos professores Fabiano Santos e Luiz Fernando de Paula pelo acolhimento e por todo o aprendizado nas leituras, reuniões e boletins do grupo. Também agradeço aos amigos incríveis com que convivi, cito nominalmente: Camila Vaz, Fernanda Feil, Rafael Moura e Pedro Lange.

Agradeço também aos demais professores que tive no Iesp-Uerj e, especialmente, as professoras San Romanelli e Maria Regina Soares Lima. Os comentários aos capítulos desta tese na disciplina de seminário de tese reestruturaram questões importantes. Agradeço também à professora Letícia Pinheiro pelo incentivo durante a disciplina de seminário de projeto e aos demais professores com os quais pude aprender no Iesp-Uerj. Agradeço especialmente ao Luiz

Augusto Campos e ao José Szwako, porque foi em curso deles, ainda no mestrado, que eu tive a ideia do tema desta tese. Foi durante o curso de Teoria Sociológica II, ministrado por eles em 2016, que, em uma aula sobre Erving Goffman, eu tive a ideia de pesquisar o *master frame* do período que à época eu estudava para a dissertação. O modelo teórico adotado acabou sendo outro, mas foi a partir deste curso e desta leitura que me surgiu a ideia de pensar o conceito de desenvolvimento como algo que organizava o debate ideológico da República de 1946. José Szwako foi um incentivador desta tese e um amigo sempre aberto ao diálogo, que me deu sugestões muito boas de leituras. Luiz Augusto também merece agradecimentos por ter me integrado no projeto de memória oral do Iesp-Uerj, a partir do qual eu pude entrevistar uma série de grandes pesquisadores que de outro modo eu não teria contato. Para além do aprendizado pessoal, me enche de felicidade ter feito parte deste projeto coletivo. Aproveito o espaço do parágrafo para agradecer também aos professores que aceitaram tão solícita e gentilmente participar da minha banca de doutorado: Vera Cepêda, André Kaysel, Jorge Chaloub, Luiz Fernando de Paula e Fabiano Santos.

Por último, dedico um parágrafo exclusivamente para agradecer ao meu orientador, mestre e amigo Christian Lynch. Ter trabalho de perto com ele foi uma das maiores felicidades de minha vida acadêmica. Como se não fosse o suficiente, ele se tornou um grande amigo e pessoa que eu sempre soube presente, com quem pudesse contar. Agradeço não só pela orientação, mas, pelas conversas, conselhos, piadas, histórias e pelo exemplo de indivíduo e acadêmico. Terminar esta tese é uma felicidade, mas também envolve a tristeza de não estar mais tão próximo. Obrigado por tudo.



As ideias dos economistas e dos filósofos políticos, tanto quando eles estão certo como quando eles estão errados são mais poderosas do que é comumente entendido. Na verdade, o mundo é governado por pouco mais. Homens práticos que acreditam ser bem isentos em relação a qualquer influência intelectual geralmente são escravos de algum economista defunto.

*John Maynard Keynes*

A dinâmica da competição política interpartidária e de facções dentro dos partidos não representa um balé metafórico daquilo que ocorre na economia.

*Wanderley Guilherme dos Santos*

## RESUMO

CANNONE, Helio Maurício Pirajá. “Um balé metafórico”: as ideologias políticas e o ideário desenvolvimentista da República de 1946. 2022. 291f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Este trabalho trata de como as ideologias políticas clássicas (socialismo, liberalismo e conservadorismo) da República de 1946 enquadravam a questão do desenvolvimento. Entendemos que os autores e atores políticos deste período viviam um momento no qual havia otimismo com as políticas adotadas desde os anos 1930, de industrialização, planejamento econômico e afirmação da nacionalidade, ao mesmo tempo em que havia um ambiente internacional favorável a este tipo de política econômica. Entretanto, a maneira como os autores e atores políticos entendiam o sentido destas transformações em curso e o sentido do desenvolvimento variava segundo a filiação ideológica deles.

Palavras-chave: Ideologias políticas. Desenvolvimentismo. Pensamento político brasileiro.

Pensamento econômico brasileiro. República de 1946.

## **ABSTRACT**

CANNONE, Helio Maurício Pirajá. 2022. “A metaphorical ballet:” political ideologies and the developmentalist ideas of the Republic of 1946. 291f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

This work deals with how the classic political ideologies (socialism, liberalism and conservatism) of the 1946 Republic framed the issue of development. We understand that the authors and political actors of this period lived at a time when there was optimism with the policies adopted since the 1930s, of industrialization, economic planning and affirmation of nationality, at the same time that there was an international environment favorable to this type of economic policy. However, the way in which authors and political actors understood the meaning of these ongoing transformations and the meaning of development varied according to their ideological affiliation.

Keywords: Political ideologies. Developmentalism. Brazilian political thought. Brazilian economic thought. Republic of 1946.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDE	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBESP	Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política
IBF	Instituto Brasileiro de Filosofia
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCB	Partido Comunista Brasileiro
Plano SALTE	Saúde, Alimentação, Transporte e Energia
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SUDENE	Superintendência do desenvolvimento do Nordeste
SUMOC	Superintendência de Moeda e Crédito
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
1.	<b>O MUNDO QUE KEYNES CRIOU: O ESTADO ATOR, O PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E A CRÍTICA AO LAISSEZ-FAIRE NA PRODUÇÃO TEÓRICA INTERNACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ENTRE OS ANOS 1920-1950.....</b>	<b>32</b>
1.1	<b>Introdução.....</b>	<b>32</b>
1.2	<b>O lance de Keynes.....</b>	<b>34</b>
1.3	<b>Karl Mannheim e o Planejamento como condição necessária à democracia e à liberdade.....</b>	<b>45</b>
1.4	<b>Gunnar Myrdal: a teoria econômica clássica enquanto teoria política normativa e a questão do subdesenvolvimento.....</b>	<b>51</b>
1.5	<b>A teoria econômica desde e para a América Latina: Raul Prebisch, a CEPAL e o Estado como pressuposto.....</b>	<b>59</b>
1.6	<b>Considerações finais.....</b>	<b>65</b>
2.	<b>DO NACIONAL AO DESENVOLVIMENTISMO: A LONGA DURAÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO, O PROBLEMA DO ATRASO E A MUDANÇA DE PARADIGMA DOS ANOS 1930.....</b>	<b>67</b>
2.1	<b>A Filosofia da História e o problema do atraso no Brasil.....</b>	<b>67</b>
2.2	<b>A fundação do Estado: o paradigma da Civilização e a questão Nacional.....</b>	<b>71</b>
2.3	<b>O paradigma da Modernização como evolução.....</b>	<b>74</b>
2.4	<b>A crítica ao paradigma da modernização como evolução e a formação do paradigma desenvolvimentista.....</b>	<b>78</b>
2.4.1	<b><u>Alberto Torres</u>.....</b>	<b>78</b>
2.4.2	<b><u>Francisco de Oliveira Viana</u>.....</b>	<b>83</b>
2.4.3	<b><u>Antônio José de Azevedo Amaral</u>.....</b>	<b>92</b>
2.5	<b>O “momento democrático” e a abertura do debate sobre desenvolvimento.....</b>	<b>97</b>

3.	<b>SOMOS DA AMÉRICA E QUEREMOS SER NORTE-AMERICANOS: LIBERAL-DESENVOLVIMENTISMO E DESENVOLVIMENTO LIBERAL NA REPÚBLICA DE 1946.....</b>	100
3.1	<b>Introdução.....</b>	100
3.2	<b>Os liberalismos e a intervenção do Estado na economia.....</b>	100
3.3	<b>Liberal-desenvolvimentismo e desenvolvimento liberal.....</b>	106
3.4	<b>A controvérsia do planejamento como polêmica liberal.....</b>	108
3.5	<b>A história do desenvolvimento do capitalismo/da formação do mundo moderno segundo os liberais.....</b>	120
3.6	<b>O papel do Estado no processo de desenvolvimento, planejamento e <i>laissez-faire</i>.....</b>	139
3.7	<b>O Brasil como parte do Ocidente: Cooperação com os EUA, capital estrangeiro e anticomunismo.....</b>	155
3.8	<b>Considerações finais.....</b>	168
4.	<b>A DITADURA DOS ANTIGOS COMPARADA À DOS MODERNOS: O DESENVOLVIMENTISMO CONSERVADOR DA REPÚBLICA DE 1946.....</b>	170
4.1	<b>Introdução.....</b>	170
4.2	<b>Ditadura e autoritarismo instrumental.....</b>	171
4.3	<b>O conceito de desenvolvimento do nacionalismo conservador.....</b>	177
4.4	<b>O papel do Estado no processo de desenvolvimento.....</b>	190
4.5	<b>Cooperação internacional com os EUA e Segurança nacional como problemas econômicos, políticos e culturais.....</b>	194
4.6	<b>Considerações finais.....</b>	205
5.	<b>OS SUBDESENVOLVIDOS FAZEM SUA HISTÓRIA, MAS NÃO A FAZEM COMO QUEREM: O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO NO SOCIALISMO DA REPÚBLICA DE 1946.....</b>	207
5.1	<b>Introdução.....</b>	207
5.2	<b>Desenvolvimento, esquerda e socialismo.....</b>	207
5.3	<b>Nacionalismo e críticas às teorias alienantes.....</b>	213
5.4	<b>Interpretação histórica socialista e o sentido do desenvolvimento nacional.....</b>	230

5.5	<b>Revolução brasileira, democracia e o papel do Estado no desenvolvimento.....</b>	249
5.6	<b>Considerações finais.....</b>	266
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: A COALIZÃO IDEOLÓGICA DE VETO E ALGUNS DE SEUS EFEITOS.....</b>	268
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	274

## INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 mobilizou atores políticos, acadêmicos e a mídia em diversos sentidos e trouxe uma série de novidades para a vida em sociedade. Entre as questões que este contexto evidenciou foi a de que mesmo conceitos de áreas das ciências biológicas são passíveis de ser politizáveis e disputados ideologicamente. O negacionismo do governo e sua seleção de especialistas que emprestassem seu capital acadêmico para defender uso de remédios não recomendados por órgãos técnicos são só alguns exemplos neste sentido. Mesmo dados estatísticos de modelos epidemiológicos foram mobilizados como supostas provas de que errados eram os outros – atacados enquanto comunistas, globalistas ou, na melhor das hipóteses, que torciam contra o Brasil. Neste discurso governamental, também se opôs como um *trade-off* o andamento da economia *versus* o isolamento, apontando que se o comércio fechasse todos perderiam o emprego e os efeitos seriam piores que as mortes por COVID-19.

Segundo o portal G1<sup>1</sup>, 27% dos entrevistados por pesquisa do Grupo Quaest Consultoria divulgada em 1º de setembro de 2021 apontavam a economia como principal problema do país, ultrapassando a própria pandemia. Em um momento no qual a vacinação já avançava e se chegou a vislumbrar uma saída da pandemia, os principais problemas sentidos pela sociedade brasileira passaram a ser o desemprego, a queda de seu poder de compra pela inflação e o câmbio com o dólar – para citar apenas alguns dos problemas macroeconômicos do Brasil em 2021, muitos deles já existentes antes mesmo da pandemia. A resposta do governo continuou sendo a insistência na politização da pandemia e a responsabilização de seus adversários por terem defendido o isolamento e – tal como os governistas alegam – gerado através dele o caos econômico em curso.

Se até mesmo a epidemiologia, a virologia e a matemática são passíveis de ser politizáveis e disputadas ideologicamente, que dirá da economia, que é uma dimensão da vida em sociedade. É na interseção entre política (com ênfase na produção de ideologia) e economia (pelo conceito de desenvolvimento) que esta tese se circunscreve. Durante a República de 1946, o desenvolvimento chegou a ser referido por Celso Furtado como o “problema do século” (FURTADO, 1962), interpretação que é acompanhada por Vera Cepêda, que aponta a questão do desenvolvimento como o “centro do debate intelectual do período” (CEPÊDA, 1998, p. 16). Tratando das diferenças entre os governos tidos como desenvolvimentistas na República de

---

<sup>1</sup> “Sai pandemia e entra a economia como a principal preocupação dos brasileiros”. Rio de Janeiro, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2021/09/01/sai-pandemia-e-entra-a-economia-como-a-principal-preocupacao-dos-brasileiros.ghtml>



1946, César Guimarães considera que ela teria sido uma “democracia limitada ou relativa” (GUIMARÃES, 2001, p. 155) que se sucedeu de uma ditadura, o Estado novo. A saída de Vargas teria se caracterizado por um apelo crescente aos trabalhadores (que culminou na formação do PTB) e a um “nacionalismo econômico defensivo” (GUIMARÃES, 2001, p. 156) de tipo muito diferente da experiência fascista europeia. No governo de Eurico Gaspar Dutra, a situação haveria sido diferente. O então presidente pôs na ilegalidade o Partido Comunista do Brasil e perseguiu diversos sindicatos. Nesta conjuntura de aproximação com a política externa americana, o nacionalismo de esquerda era lido como comunismo. César Guimarães também destaca a importância do contexto da Guerra Fria e do seu ator principal na América Latina – os EUA – na condução da política nacional. Desde 1947 a potência do Norte adotara doutrina de contenção à União Soviética, apoiando países (ou grupos dentro deles) que quisessem “resistir”. Posteriormente, com Eisenhower, os EUA teriam passado a enxergar qualquer política externa moderadamente nacionalista como comunista.

Ao mesmo tempo, o cientista político sinaliza que, dado o otimismo com as políticas econômicas de industrialização feitas com planejamento econômico estatal desde os anos 1930, o termo desenvolvimento deixou de ser apenas uma palavra que denominava genericamente adiantamento, evolução ou progresso e se transformou numa palavra-chave da política, tendo sua polissemia disputada pelos mais diversos grupos. O conceito teria entrado para o vocabulário político e econômico, produzindo um novo horizonte de expectativas<sup>2</sup>. Nas palavras do autor:

O pós-guerra, contudo, não é apenas a Guerra Fria. Nele se explicita um conjunto de ideias-força, que anima a política de velhos e novos Estados. Assim, o termo ‘desenvolvimento’ penetra no vocabulário econômico, político e jornalístico e empolga estadistas, de particular nas novas nações. O crescimento econômico acelerado seria a chave da redução das desigualdades intra e internacionais. É verdade que os caminhos para o desenvolvimento são diversos, há fórmulas opostas – capitalismo, socialismo –, mas uma segunda ideia-força, a de planejamento, plano programa, parece amenizar – parece... – as diferenças. Às intervenções estatais dos anos 30 e da guerra em todos os países, ao sucesso do que veio a ser conhecido como keynesianismo vem somar-se o prestígio da economia planejada da vitoriosa União Soviética – um experimento antes tido por inviável. (GUIMARÃES, 2001, p. 157)

Para César Guimarães, a ideia de desenvolvimento planejado pelo Estado foi uma forma de dar substância econômica ao fenômeno político da descolonização, que estaria ocorrendo

---

<sup>2</sup> A referência ao célebre termo de Reinhart Koselleck (2006) é nossa e não de César Guimarães. Entretanto, acreditamos que o conceito se encaixa na análise feita por ele.

nos países periféricos. Para o autor, havia uma disputa semântica e política colocada: se, de um lado haveria um conceito de desenvolvimento oriundo dos Estados Unidos, que buscaria conter avanços subversivos na América Latina, haveria também outro, preenchido por um conteúdo emancipatório. César Guimarães sintetiza perfeitamente a hipótese em uma frase: “descolonização, nacionalismo econômico, planejamento são nomes da esperança” (GUIMARÃES, 2001, p. 158).

Embora o ensaio de César Guimarães nos inspire a pensar a centralidade que a questão do desenvolvimento tinha entre 1946 e 1964, a nosso ver o autor é também um memorialista, que fala das lutas das quais participou. Cruzando sua percepção com a de outros autores e atores do período, percebemos que César Guimarães expressa um conceito socialista de desenvolvimento, compartilhado por nomes como Celso Furtado, Alberto Guerreiro Ramos, Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré. Mas uma questão com o grau de centralidade que o desenvolvimento tinha enquanto ideário, não poderia ser exclusiva das esquerdas. Daí que o conceito de desenvolvimento foi disputado ideologicamente por liberais, conservadores e socialistas. Roberto Campos, Afonso Arinos de Mello Franco, Golbery do Couto e Silva e Juarez Távora são alguns exemplos de liberais e conservadores que disputavam o sentido do desenvolvimento, em chave distinta daquela que César Guimarães partilha. Consideramos que o problema do desenvolvimento durante a República de 1946 é da ordem do político (ROSANVALLON, 2010), ou seja, das representações que fazem parte e fundamentam o ordenamento social e a comunidade política. Embora a origem do termo seja econômica, ela importa menos que sua recepção, que é política (KOSELLECK, 2006).

Diante desta constatação, buscamos responder à seguinte pergunta de pesquisa: **a Ideologia importa na definição que os distintos atores políticos reivindicam para o conceito de desenvolvimento dentro de um contexto linguístico desenvolvimentista?** A partir de nossa pesquisa, respondemos com a hipótese de que sim: **distintos intelectuais, que são ao mesmo tempo atores políticos, definem e disputam o conceito de desenvolvimento a partir da Ideologia da qual partem.** Para além das macro ideologias políticas modernas (socialismo, conservadorismo e liberalismo) e suas subdivisões, também consideramos importante para testar nossa hipótese levar em conta o vínculo destes autores com tradições do pensamento político brasileiro ao quais eles estão filiados. Estes dois pontos serão melhor desenvolvidos mais à frente.

Nesta tese, optamos por não dedicar um capítulo exclusivo para explanações de ordem teórica e metodológica. Isto se deve, de um lado, ao fato de que não adotamos aqui pressupostos de uma escola – tal como contextualismo linguístico, História dos conceitos, uma das vertentes

do marxismo, escola francesa do político etc – mas preferimos cruzar as leituras para produzir um aparato teórico-metodológico que dialogue entre as correntes. Com isso, acreditamos recepcionar não o resultado, mas o procedimento teórico destas modalidades de análise do pensamento político, tal qual recomendado por Guerreiro Ramos (1996) em sua *Redução Sociológica*. Ao mesmo tempo, pretendemos garantir com isso maior organicidade entre o material levantado para a análise e seu diálogo com a teoria. Portanto, questões que dizem respeito a problemas específicos dos capítulos da tese aparecerão vinculadas ao objeto que elas deverão auxiliar na elucidação. Isto não significa que não haja unidade no tratamento da tese. Por isso, exporemos a seguir pontos teóricos e metateóricos que dão liga ao edifício que aqui estamos construindo.

Definir o conceito de Ideologia que operacionalizamos nesta pesquisa nos parece fundamental, uma vez que é a partir dele que formatamos nosso problema. Recorremos a esta categoria para distinguir os atores que, em um contexto desenvolvimentista, mobilizavam o conceito de desenvolvimento. A definição de ideologia não é consensual na bibliografia. Existem perspectivas clássicas do conceito<sup>3</sup>, em que ele pode ser enquadrado como uma forma de manter a dominação por aparelhos ideológicos (ALTHUSSER, 1983), ou de expressar uma disputa de hegemonia (GRAMSCI, 1968). Também existem definições mais recentes, nas quais ideologia pode ser uma relação entre ideias e fatos que visam uma dominação (EAGLETON, 1997), ou a formulação de um discurso (VAN DJIK, 2006) ou a própria lógica que inconscientemente está implícita na linguagem e na produção cultural, organizando a sociedade capitalista (ZIZEK, 1996). Nós não temos nenhuma discordância inegociável com estas definições. Entretanto, elas não nos parecem próprias para lidar com disputas ideológicas simultâneas ou herdadas diacronicamente por uma tradição de pensamento. Por enfatizarem a ideologia como dominação ou por defini-la pela falsa consciência oposta a uma *ratio* tida como mais capaz de entender a realidade social, estes autores não nos apresentaram rendimento analítico para a disputa ideológica por um conceito. Igualmente, eles não nos auxiliam no tratamento da ideologia como uma visão de mundo que pré-seleciona o entendimento que autores e atores políticos têm das questões que se apresentam a eles. A definição da qual partimos tem como base nas ideias de Karl Mannheim e de Michael Freeden. Para o primeiro:

---

<sup>3</sup> Outra evidente conceituação clássica de ideologia é aquela de Marx e Engels (2005) no qual a ideologia seria expressão superestrutural das condições materiais dadas em uma infraestrutura socioeconômica. Não a citamos no corpo do texto porque é uma definição marcada por fortes divergências em sua recepção e que inspirou algumas das definições citadas posteriormente. Optamos por fazer referência apenas as definições de ideologia do século XX em diante.

Todos os períodos da história contiveram ideias que transcendiam a ordem existente, sem que, entretanto, exercessem a função de utopias; antes eram as ideologias adequadas a este estágio de existência, na medida em que estavam “organicamente” e harmoniosamente integradas na visão de mundo característica do período (ou seja, não ofereciam possibilidades revolucionárias). (MANNHEIM, 1986, p. 217).

Para Mannheim, ideologia seria conceito chave para compreender como os indivíduos orientam o pensamento na vida política como instrumentos de ação coletiva, dado um contexto histórico e intelectual no qual uma visão de mundo surge como possibilidade interpretativa dos movimentos em cursos. A partir desta formulação, o autor constrói uma sociologia política do conhecimento de tipo compreensivo, que entende a história como mediação necessária para o estudo das ideias políticas. Todavia, Mannheim nos parece dar atenção demasiada à origem de classe e em variáveis sociais para o entendimento da ideologia. Neste ponto, concordamos com crítica feita por Gildo Marçal Brandão a este tipo de enquadramento, em prefácio de texto de Bernardo Ricupero<sup>4</sup>:

Também importa pouco saber se o autor era ou deixava de ser um aristocrata de nascença, pois não cabe explicar uma estrutura teórica ou um problema intelectual como o da qualidade de seu marxismo, ou mesmo sua arraigada subestimação da densidade e do alcance da industrialização brasileira, pela evocação de sua “origem de classe”. Em nenhum momento a produção intelectual é lida como reflexo ideológico de base material ou de grupo social preexistente. (RICUPERO, 2000, p. 14 e 15)

Em nossa pesquisa, não nos pareceu sustentável empiricamente que classe social é uma variável independente de ideologia. Percebemos autores e atores de distintas origens de classe no liberalismo, socialismo e conservadorismo. Embora não tenhamos elemento para negar a afinidade eletiva entre certas classes ou grupos e a defesa de certas ideias, isto nos pareceu uma variável associada que poderia originar outra tese, dedicada especificamente a esta questão. Aqui, nos interessa ter como ponto de partida a ideologia como visão de mundo e ver sua associação com a disputa pelo conceito de desenvolvimento. Nesta empreitada, não só o conceito de ideologia de Mannheim – excluída a parte discutida acima – como sua diferenciação com o conceito de utopia nos auxiliou na resolução de problemas teóricos que nos apareciam na pesquisa. Definindo utopia como a projeção de um ideal de mundo ainda não realizado, Mannheim nos permitiu perguntar aos textos qual era a utopia dos autores e atores trabalhados, e a partir daí os filiar nas ideologias políticas. Já a definição do conteúdo destas ideologias e sua relação com a teoria política, nos foram fornecidas por Michael Freeden.

---

<sup>4</sup> No texto em questão, o cientista político estava comentando a obra de Caio Prado Jr.

Michael Freeden (2006) parte da definição de Mannheim para desenvolvê-la na sua análise da teoria e do pensamento político enquanto ideologia. Concordando com a definição de ideologia como visão de mundo compartilhada por determinados grupos, o autor busca compreender como se formam conceitualmente as ideologias políticas modernas: socialismo, conservadorismo e liberalismo. Segundo Freeden, estas visões de mundo estariam ancoradas em processos históricos reais com a intenção de gerar determinada mobilização política. Por isso, tanto critérios racionais e lógicos quanto critérios de fundo emocional ou irracional poderiam compor uma mesma corrente de ideias políticas. Em sua formação conceitual, haveria conceitos centrais, adjacentes e periféricos que definiriam cada tradição.

No arranjo que compõe o conservadorismo, o conceito de ordem constitui o núcleo da ideologia. Também seriam padrões historicamente verificados a valorização de uma tradição e cultura assim como o medo de ameaças a estes valores. Já no liberalismo, a liberdade e a crença do indivíduo como célula social mínima seria conceito central, assim como a ênfase na sociedade civil como produtora de aperfeiçoamentos sociais. Por sua vez, no socialismo, a igualdade seria o *core*. Também comporiam esta Ideologia as crenças de grupos como unidades mínimas do social e a de que os indivíduos são fruto das relações sociais construídas uns com os outros<sup>5</sup>.

Cada uma destas ideologias teria subgrupos que recomporiam a sua morfologia conceitual. No exemplo do autor, o liberalismo igualitário de John Rawls seria mais próximo do socialismo, por ter a igualdade como conceito adjacente. Já o libertarianismo de Robert Nozick estaria distante, por sua negação radical deste princípio. O mesmo ocorreria com o socialismo (que poderia variar do comunismo até a socialdemocracia) e o conservadorismo (que poderia ir do solidarismo cristão até vertentes com pouquíssima preocupação social).

A partir deste aparato, podemos proceder à pesquisa com um corpo teórico-metodológico de tipo compreensivo, que visa entender os pontos de partida dos distintos atores ao disputar o conceito de desenvolvimento em um contexto desenvolvimentista. No entanto, por se tratar de autores brasileiros, precisamos mediar estas ideias com a realidade local, a fim de melhor entender a formação deste contexto político e intelectual. Para tal, nos valem das contribuições de John Pocock e Christian Lynch.

Em “*The reconstruction of discourse: towards the historiography of political thought*” (1981), John Pocock trata de sua abordagem de reconstituição do pensamento político como discurso. Para ele, a categoria se definiria como uma sequência de atos de fala performados por

---

<sup>5</sup> Esta discussão será aprofundada em cada um dos capítulos dedicados a estas três ideologias. Aqui buscamos fazer apenas uma breve apresentação.

agentes em determinada estrutura social, contexto histórico e linguagem política. Além disso, o autor propõe que a ação linguística dos indivíduos parte do vocabulário disponível na estrutura do seu contexto histórico. Assim, a ação deles buscaria modificar essa situação em favor do agente. Em “O conceito de linguagem e o *métir d’historien*” (POCOCK, 2003), ele usa termos da linguística para marcar que os atos de fala seriam uma *parole* inseridos em uma *langue*, que é o seu contexto. Então, podemos considerar o estudo dos discursos políticos como a busca de compreender o diálogo entre o autor e seus correspondentes em que cada um deles pode explorar os recursos linguísticos disponíveis e performar atos de fala, a partir dos padrões de comunicação que lhes são impostos (POCOCK, 1990, p. 963). No estudo que aqui pretendemos explorar, o desenvolvimento é um conceito inserido em uma linguagem desenvolvimentista da República de 1946, herdada dos anos 1930 e que, na longa duração, está conectada às tradições do pensamento político brasileiro, exploradas por Lynch.

De acordo com Christian Lynch (2013), existiriam duas correntes que marcam a supracitada tradição. A primeira seria a “cosmopolita”, que foi hegemônica entre 1880 e 1930. De caráter universalista, ela estava preocupada em enquadrar o Brasil em uma filosofia da história geral segundo a qual o país estaria atrasado em relação à Europa, embora todos tendessem para uma mesma direção. A solução seria a cópia de instituições e hábitos do centro para acelerar a evolução do país. Segundo Christian Lynch as guerras mundiais teriam sido responsáveis por mudar a hegemonia para a segunda corrente, a nacionalista. Nela, teria havido um esforço de compreensão do Brasil a partir de suas especificidades e a crítica da aplicação de ideias e práticas produzidas em outras realidades para o nosso país.

Na história do pensamento político brasileiro, o desenvolvimentismo estaria no influxo do movimento iniciado de década de 1920. Neste período, a questão nacional seria retomada como forma de fortalecer o país contra ameaças externas. Alberto Torres e Oliveira Viana são postos por Christian Lynch (2016) como os maiores representantes desta fase. Já Celso Furtado seria responsável por inserir a CEPAL na discussão depois da Segunda Guerra Mundial. A maneira como os autores nacionais escrevem se enquadra no que Christian Lynch (2016) intitula na sua “Cartografia do Pensamento Político Brasileiro” de “estilo periférico de redação”. O fato de não se enxergarem como pertencentes à civilização produtora de filosofia e de universalismos teria feito com que os pensadores brasileiros escrevessem de forma menos abstrata e menos teórica. Portanto, o “estilo periférico” teria menor grau de generalização e maior sentido prático. Somar-se-ia a isto uma visão negativa do passado e positiva do futuro, na qual o primeiro é percebido como a época em que teriam surgido os problemas que precisariam ser superados. Já o segundo seria “o lugar da redenção nacional, a se alcançar pelo

progresso, pela civilização, pela evolução, pela modernização, pelo desenvolvimento” (LYNCH, 2016, p. 85).

Aproximamos então, a concepção de Mannheim e Freedman sobre ideologia com a análise de discurso político empreendida por John Pocock e a interpretação do pensamento político brasileira advogada por Christian Lynch, podemos tratar de nosso objeto como **uma disputa intelectual e política sobre a definição do conceito de desenvolvimento que está inserida em um contexto linguístico desenvolvimentista. Este, por sua vez, é percebido de modo diferente por atores com ideologias diferentes, as quais só podemos acessar levando em conta os padrões históricos do pensamento político brasileiro.** Sejam socialistas, liberais ou conservadores, estes atores se definem como tal a partir de como estas ideias foram recepcionadas na história do Brasil, a fim de responder os desafios que a sua realidade lhes imporia. Embora esta tese tenha por centralidade as disputas pelo conceito de desenvolvimento, optamos no título pelo termo “ideário desenvolvimentista” porque ele marca qual era o contexto intelectual em que ele era disputado. Na República de 1946, ser ou não ser desenvolvimentista implica ter esta postura intelectual em um ideário e contexto linguístico que o é.

Esta tese não é o primeiro esforço de pesquisa sobre o conceito de desenvolvimento nas ciências sociais. Portanto, cabe aqui fazer um breve levantamento crítico de outros textos neste mesmo sentido. Existe produção significativa sobre o conceito de desenvolvimento produzida pela economia, ciência política e sociologia.

O ensaio que tratamos acima de César Guimarães (2001) sobre a República de 1946 tem como objetivo marcar as diferenças entre as políticas implementadas pelo segundo governo Vargas e as de Juscelino Kubistchek. Embora retrate bem as disputas políticas envolvidas no conceito de desenvolvimento, o autor enfatiza apenas um tipo de enquadramento. Para além da visão progressista e contra a hegemonia dos Estados Unidos na América Latina, havia outras percepções do conceito que partiam de outras concepções ideológicas. Se analisarmos as políticas desenvolvimentistas descritas por Pedro Fonseca (2015), perceberemos que o período considerado de maior implementação destas ideias – do pós-1964 até a crise do petróleo de 1979 – é ignorado na análise de César Guimarães, assim como seus teóricos. A nosso ver, isso não se deve a uma dissociação entre discurso e prática, mas ao fato de que os vencedores da disputa sobre a definição do conceito não são tratados na análise do autor. Assim como o ISEB – instituto que representa também o desenvolvimentismo descrito por César Guimarães –, outros intelectuais e atores políticos – como aqueles em torno da ESG ou liberais como Roberto Campos e Afonso Arinos – mobilizavam o conceito de desenvolvimento. Contudo, a ideologia

de que eles partiam era outra, e, conseqüentemente, sua definição de nacionalismo e do modelo mais adequado de planejamento estatal, também.

A cientista política Vera Alves Cepêda também tem se dedicado de forma sistemática a compreender o conceito de desenvolvimento. As qualidades da análise da autora são várias: o rigor conceitual, o entendimento do conceito em um sentido não só econômico, mas também político e a vinculação destas ideias com leituras sociológicas do Brasil como um todo. Em seus trabalhos, Cepêda (CEPÊDA, 2010, 2012, CEPÊDA; PINTO, 2014, CEPÊDA; SILVA, 2016) não deixa de destacar que o desenvolvimento envolveu na geração dos anos 1950 e 1960 uma crença de aperfeiçoamento das estruturas políticas, econômicas e sociais à luz de uma ideia de planejamento. Também está presente em sua análise a vinculação destas ideias ao quadro latino-americano mais amplo, no qual a recepção no Brasil teria a ver com a crítica via CEPAL de Raul Prebisch à aplicação da doutrina das vantagens comparativas de David Ricardo para o contexto social, político e econômico da América Latina.

A nossa análise visa complementar a de Vera Cepêda, com a ampliação do escopo de investigação. A autora não se preocupa diretamente em ver a relação entre ideologias e desenvolvimentismo e seus textos não enfatizam autores e atores que estavam à direita do espectro político, talvez por não ser uma preocupação direta de sua agenda de pesquisa. Como temos aqui como fim reconstituir e analisar as disputas sobre desenvolvimento tal como recepcionado por atores heterogêneos ideologicamente em um determinado contexto, não podemos deixar de fora autores liberais e conservadores que igualmente o mobilizavam. Assim, nosso trabalho tem o objetivo de se somar ao de Cepêda, inserindo outros autores e dando centralidade para a pluralidade ideológica.

A produção de economistas sobre o período desenvolvimentista e o conceito de desenvolvimento carrega a vantagem de partir de uma amostragem grande de autores. Utilizando metodologia de definição conceitual baseada nas características comuns encontradas tanto na produção intelectual quanto nas políticas econômicas tidas como desenvolvimentistas, Pedro Fonseca (2015) chega a uma tipologia do termo baseada em três características necessárias. A primeira delas é definida pelo autor como existência de um Projeto nacional, descrito por ele como “um projeto deliberado ou estratégia tendo como objeto a nação e seu futuro” (FONSECA, 2015, p. 7). As outras duas a ela somadas seriam a intervenção estatal consciente e deliberada – planejamento – e a compreensão de que a industrialização seria o caminho mais adequado para superar o atraso econômico, político e social tal como percebido pelos teóricos e atores políticos.



Para o autor são igualmente pressupostos fundamentais a intencionalidade na defesa destes três pontos e que ela seja feita dentro dos marcos de uma economia capitalista. Isso excluiria do modelo, portanto, países e autores socialistas ou que buscassem a defesa destas três características como forma de resolução de problemas pontuais. Embora a definição de Pedro Fonseca nos pareça acertada, seu levantamento bibliométrico se baseou na busca de livros e demais produções intelectuais que tivessem a referência explícita ao vocábulo “desenvolvimentismo”. Acreditamos que isso o tenha levado a excluir da análise textos produzidos nos anos 1950 por Hélio Jaguaribe e demais isebianos no qual estas ideias aparecem explicitamente. Pelos mesmos motivos, a concepção de desenvolvimento produzida no âmbito do PCB, PTB e da ESG não aparecem, nem a dos liberais como Roberto Campos ou Afonso Arinos de Mello Franco. Por visar cruzar o que foi produzido no plano intelectual com o que foi implementado enquanto política econômica, o autor acaba também por retirar do escopo uma série de intelectuais e atores políticos que mobilizavam o conceito.

A pesquisa feita por Pedro Fonseca (2015) carrega o mérito de procurar na produção intelectual a formação conceitual do desenvolvimento dentro do desenvolvimentismo ao mesmo tempo que reconhece os seus antecedentes históricos. Percurso parecido é percorrido em *O desenvolvimento em construção: um estudo sobre a pré-história do pensamento desenvolvimentista brasileiro*, de Ivan Salomão (2013). Embora concordemos com este autor que esta corrente de pensamento não surgiu espontaneamente nos anos 1950, optamos por uma trajetória diferente ao buscar seus antecedentes. A nosso ver, o contexto intelectual e linguístico desenvolvimentista é um momento de uma longa duração do pensamento político brasileiro que seria marcado, segundo Lynch (2013) por uma disputa entre concepções cosmopolitas e nacionalistas.

Segundo este autor, é uma tônica do pensamento brasileiro a autoimagem do país como atrasado frente a um centro desenvolvido. Para reparar esta deficiência medidas econômicas sociais e políticas deveriam ser tomadas. No século XIX, este discurso se dava na disputa entre o Partido Liberal e Conservador por um modelo de atingir um progresso que poderia ser federalista ou unitarista. Na Primeira República, esta disputa ganhou a forma da disputa por projetos de modernização nacional. Nas primeiras décadas do século XX, Alberto Torres e, posteriormente, Oliveira Viana e Azevedo Amaral se destacaram como defensores de um modelo de entrada do Brasil na modernidade encabeçado pelo Estado. Nas décadas seguintes, o entusiasmo com o desenvolvimento econômico produzido a partir da Era Vargas fez com que esta disputa diacrônica entre nacionalistas e cosmopolitas ganhasse feição específica, o que levou diferentes atores a defender projetos desenvolvimentistas na República de 1946.

A supracitada tese de doutorado de Ivan Salomão (2013) não compartilha dos pressupostos de intencionalidade e de inserção na economia capitalista de Pedro Fonseca (2015) para definir o pensamento desenvolvimentista. Isto fica claro uma vez que busca seus antecedentes desde o passado colonial até a Primeira República brasileira. Julgamos a consideração de uma “pré-história” do desenvolvimentismo feita por Ivan Salomão problemática, uma vez que entendemos – juntamente com Pedro Fonseca (2015) – que a intencionalidade e a presença de projeto nacional, planejamento e industrialização são condições necessárias para caracterizar ideias ou práticas como desenvolvimentistas. Somamos também uma consideração de ordem teórica: é preciso que o conceito (mesmo que não enquanto palavra) esteja presente no vocabulário político dos atores, tal como propõe John Pocock (2003). Ao desconsiderar isso, parece-nos teleológico caracterizar ideias como desenvolvimentistas, fato que só se agrava com o uso do termo ‘pré-história’ pelo autor. Entendemos que se algumas características do desenvolvimentismo estavam presentes antes dos anos 1930 no pensamento político e econômico brasileiro, não havia intenção de pensá-las como tal. Associá-las a um projeto posterior é retirá-las de seu contexto de produção. Antes da formação de um contexto político e intelectual desenvolvimentista, o que havia era nacionalismos e cosmopolitismos de distintas matizes. O que podemos buscar é reconstituir a trajetória destas correntes intelectuais até elas irem cada vez mais transformando-se em desenvolvimentismo, mas sem querer imputar estas ideias em gerações que não as possuíam em seu imaginário político e social<sup>6</sup>.

Outro economista, Ricardo Bielschowsky possui obra monumental intitulada *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo* (2004). Dentre as qualidades da obra estão o reconhecimento de diversos atores enquanto defensores de políticas econômicas desenvolvimentistas. Em sua análise, são contemplados tanto o “pensamento neoliberal” de Eugênio Gudín, o PCB, a recepção de ideias da CEPAL no Brasil e Ignácio Rangel. Entretanto, as ideias desenvolvidas no âmbito da Escola Superior de Guerra não são consideradas. Pela centralidade desta obra, nos foi inevitável dialogar com ela nesta tese como um todo. Entretanto, por ser um trabalho de economia, as categorias utilizadas não são completamente ajustáveis à análise política. Isto se percebe quando o autor monta classificações para distinguir autores com distinta posição na economia – como Roberto Campos ou Eugênio Gudín – mas que do ponto de vista das ideologias são ambos liberais.

---

<sup>6</sup> Este esforço será feito no segundo capítulo desta tese.

Por enfatizar o desenvolvimentismo enquanto pensamento econômico, esta literatura costuma desprivilegiar as definições do conceito que se baseiam mais em um conteúdo político-programático do que em um pacote de práticas econômicas tidas como tecnicamente melhores pelos economistas que à época as elaboraram. Tanto Bielschowsky (2004) quanto Pedro Fonseca (2015) e Ivan Salomão (2013) não apresentam de maneira clara a definição de ideologia que operacionalizam em seus textos. A inferência que podemos fazer a partir da leitura, é que, para eles, o conceito representa um conjunto de ideias econômicas agrupadas. Bielschowsky chega a apontar que a ênfase dada é proposital:

A busca dessa lógica está baseada na sistematização das características do pensamento econômico segundo as principais dimensões a que fizemos referência, ou seja, histórica e analítica. Quanta à primeira, o procedimento adotado é o de evitar um enfoque que privilegie o estudo do conteúdo ideológico do pensamento econômico, o qual é objeto de consideração apenas acessória.” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 9)

O que pretendemos fazer nesta tese é justamente o oposto: privilegiaremos o conteúdo ideológico e trataremos da questão econômica de modo complementar. Nosso interesse é fazer uma análise política e não econômica do desenvolvimentismo, daí que sequer os autores e atores que selecionamos para a pesquisa coincidem com o do economista. Não privilegiamos economistas de renome por conta desta posição, mas apenas quando eles tinham a intenção de ser atores políticos com os seus textos. Do mesmo modo, sociólogos, cientistas políticos, juristas e historiadores foram inseridos por serem ao mesmo tempo intelectuais e atores políticos. Neste ponto, nos inspiramos na chamada “virada ideacional da ciência política” (PERISSINOTO & STUM, 2017; HALL, 1989) na qual visa-se flexibilizar uma separação radical entre ideias e práticas políticas. Nosso entendimento é de que não existem práticas que não sejam informadas por ideias (e vice-versa) e que as ideologias têm efeitos reais na sociedade e no Estado. Por isso, nos interessa selecionar autores que sejam ao mesmo tempo atores políticos e tratá-los enquanto tal no decorrer da tese. Também por isso, foram excluídos economistas ou demais cientistas sociais que fossem “puros” intelectuais, assim como não foram incorporados atores os quais não pudéssemos analisar a produção das ideias, a ideologia e a utopia por eles almejadas.

Embora o objeto de preocupação direta de nossa tese não seja o golpe de 1964, nosso recorte termina aí, portanto, buscamos explicar as motivações ideológicas para o evento. Acreditamos contribuir aqui não com uma explicação global deste acontecimento ou com uma interpretação nova sobre ele, mas sim com a inserção da variável ideológica no entendimento

do que Wanderley Guilherme dos Santos (2003) chamou de coalizão de veto. Aqui, partiremos do entendimento dele de que a radicalização ideológica dos anos 1960 gerou um impasse que uniu conservadores e liberais, mas trataremos disso dando ênfase para a análise das ideias e não das instituições, como fez o cientista político. Por isso, chamaremos o arranjo de uma coalizão ideológica de veto. A seguir, trataremos brevemente de três estudos clássicos da ciência política sobre o golpe de 1964, marcando o que temos de similar e de diferente.

O supracitado livro de Wanderley Guilherme dos Santos é uma inspiração para esta tese. Tanto que o título dado: “Um balé metafórico” é retirado de trecho do livro. Entretanto, *1964: Anatomia da crise* não é imune a críticas ou diferenças com este trabalho. Embora o autor parta do pressuposto da radicalização e queira ver seu efeito institucional, não trata diretamente do discurso ou das visões de mundo dos atores institucionais. Ele analisa os efeitos políticos das ideias, mas não as próprias ideias. A radicalização é um pressuposto para analisar o Congresso, que é seu objeto, diferente dos próprios radicais ou ideólogos que o compõem. Pretendemos levar a hipótese da coalizão de veto para a análise de ideias, de seu conteúdo e como isso afetou o fim do regime. A nosso ver, o conceito de desenvolvimento é um indicador da radicalização e da divergência de visões de mundo daquele período.

A análise de Argelina Figueiredo (1993) em *Democracia ou Reformas?* é de cunho mais compreensivo que a de Wanderley Guilherme dos Santos, na medida em que dá maior atenção para a visão de mundo dos atores, destacando seus impactos institucionais. No entanto, as ideias não são enfatizadas e nem o seu sentido fora das instituições. Isso provavelmente se deve ao fato de o livro não ter por objeto intelectuais e, como qualquer trabalho acadêmico, o texto de Figueiredo tem seu recorte e seus limites. Todavia, problema maior é que a autora não parece dar mesmo tratamento para as esquerdas e para as direitas. Argelina exacerba a radicalização ideológica da esquerda (como se seus setores mais importantes na decisão fossem os mais radicais). Já no outro lado ela atribui a ação a um misto de cálculo com radicalização, na qual a primeira é condição necessária para a mobilização. Isso aparece, por exemplo, em trecho em que ela aponta que militares só agem quando há certeza de sucesso (FIGUEIREDO, 1993, p. 198,). No entendimento do PSD, isto se repete, quando ele é descrito como um partido pragmático e movido pelo “apego forte ao poder” (Idem. 198). Embora a cientista política afirme que todo o espectro político tivesse uma visão “instrumental da democracia” (Ibidem, p. 202), apenas o PTB é colocado como um partido maximalista que só aceitava solução ótima (FIGUEIREDO, 1993, p. 195). Esta visão dos trabalhistas nos parece matizável e será retornada no capítulo específico sobre desenvolvimentismo e socialismo.

René Dreifuss (1981) em *1964: A conquista do Estado*: tem uma análise que coloca a ideologia como conceito fundamental, a partir de aporte gramsciano. Embora o conteúdo seja rico e partindo de vasta documentação, o autor parte de um conceito de ideologia baseado na ideologia como dominação, cujo aspecto socioeconômico é critério ontológico de categorização de um grupo ideológico. Por isso, ele trata empresários e militares como parte de uma dominação burguesa, alinhada ao interesse norte-americano. Dreifuss iguala ideologias distintas (liberais e conservadores), como ideologias das classes dominantes, sem se preocupar nas profundas diferenças entre elas. Se baseando em Gramsci, o autor está mais preocupado com o pós-1964 e o papel da ideologia na formação de uma hegemonia, entre coerção e consenso. Nosso conceito pretende enfatizar a ideologia como visão de mundo politicamente orientada, que faz com que os atores políticos disputem o conceito de desenvolvimento, e nossa preocupação é com a disputa que antecede o golpe.

Esta vinculação feita por Dreifuss entre os liberais e conservadores como se eles fossem parte de um mesmo grupo é compartilhada por certa historiografia. Jorge Ferreira (2011) parte de uma posição dual entre uma visão de desenvolvimento progressista/ nacional-estatista associada ao PTB e PCB e outra conservadora e ao mesmo tempo pró-livre mercado, associada à UDN. Isso não se verifica na leitura dos autores, vários udenistas e economistas liberais (como Roberto Campos e Afonso Arinos de Mello Franco) eram a favor de planejamento e intervenção de Estado na economia. Além disso, a visão de mundo dos liberais não era idêntica a dos conservadores, visto que se tratam de ideologias diferentes. O que se formou em 1964 foi uma coalizão ideológica de veto por eles entenderem os socialistas como inimigos em comum. O bloco deve ser entendido pela sua composição heterogênea. Portanto, afirmar que esse arranjo não era uma coalizão, mas uma organização de atores políticos por uma mesma bandeira liberal na economia e conservadora nos demais aspectos é uma simplificação que não se verifica historicamente e nem na leitura dos textos. Já outros (MOREIRA, 2011) ao invés de entenderem os liberais como algo em si mesmo, estão preocupados em distinguir a posição dos nacional-desenvolvimentistas da esquerda com a de outras esquerdas que não aderiam a este ideário. Para isto, os liberais são igualados ao nacional-desenvolvimentismo como um todo, como se fossem parte de uma única ideologia “liberal, burguês, capitalista” (Idem, p. 165), na qual o ISEB, o trabalhismo, o comunismo pecebista e os liberais (como Roberto Campos) estariam em um mesmo lugar. Isto não explica a oposição radical do segundo grupo ideológico ao primeiro e nem porque os liberais atuaram no golpe junto com os conservadores.

A mesma leitura aparece em certa produção clássica que trata diretamente do conceito de desenvolvimento e do desenvolvimentismo. Para Carlos Guilherme Mota (1977), Maria

Sylvia Carvalho Franco (CHAUÍ; FRANCO, 1978) e Caio Navarro de Toledo (1998) ideologia é ponto crucial para compreensão destas ideias. No entanto, a definição de que estes autores partem se baseia em uma visão do termo que entende uma relação entre infraestrutura socioeconômica e superestrutura política e cultural, na qual a primeira parece ser condicionante da segunda. Ao tratar do desenvolvimentismo como ideologia, estes intelectuais enfatizam o ISEB como definidor desta e o enquadram como portador de uma visão de mundo burguesa que buscava ocultar os verdadeiros conflitos sociais ao defender o projeto de classe deste grupo. Em *Planejamento: democracia ou ditadura?, intelectuais e reformas socioeconômicas no Pós-Guerra*, Reginaldo Moraes (1987) iguala as distintas definições do conceito, equiparando todo o ideário do pós-guerra sobre planejamento estatal à uma mera medida autoritária. A nosso ver, a análise da história política e econômica do período desmente este conjunto de percepções.

Embora concordemos com a inserção da variável ideológica, não compartilhamos da definição do conceito feita por estes autores, assim como discordamos dos diagnósticos feitos. A nosso juízo, esta produção apaga a diferença entre projetos muitos distintos. Considerar como iguais estes atores não explica o fechamento do ISEB em 1964, assim como não leva em conta a importância da manutenção – ou em alguns autores, radicalização – da democracia defendida dentro do instituto, assim como pelo PTB e por Celso Furtado. Também é ignorado que a coalizão montada entre concepções liberais e conservadoras nos anos seguintes tinha como objetivo a derrota de inimigos comuns (trabalhistas, comunistas, socialdemocratas) a partir da formação de uma mesma agenda de aliança com os EUA em contexto de guerra fria. De fato, a ESG e o ISEB estão inseridos em uma tradição nacionalista do pensamento político brasileiro, tal como percebida por Lynch (2014). Porém, ideologicamente, eles definiam o nacionalismo e os objetivos do planejamento estatal de modo muito diferente, tal como veremos no decorrer desta tese.

Por fim, para não alongarmos ainda mais esta introdução, cabe explicitar o método de exposição da tese. Os dois primeiros capítulos têm caráter introdutório e panorâmico, de preparar a questão a ser abordada nos seguintes. No capítulo 1, trataremos da questão do desenvolvimento e do planejamento da economia do ponto de vista internacional. Almejamos demonstrar que a crítica ao *laissez-faire* e a defesa do Estado ator era percepção hegemônica na Europa e nos EUA desde pelo menos o período entreguerras e que ganha força depois de 1945. Em seguida, visamos compreender como era o ambiente político e intelectual brasileiro no qual estas ideias chegaram – junto com a democratização – a partir de 1945. A nosso ver, o ideário desenvolvimentista era algo que se vinculava a uma longa duração nacional-estatista de nossa história, que ganhou o enquadramento moderno a partir de 1930 e que se abriu para a

opinião pública e para a disputa ideológica com a democracia formal que veio com o fim do Estado Novo.

Os três capítulos seguintes tratam respectivamente do liberalismo, do conservadorismo e do socialismo na disputa pelo conceito de desenvolvimento. Em princípio, eles poderiam vir em qualquer ordem, entretanto, adotamos a forma atual porque ao tratar dos liberais voltamos para textos do final do Estado Novo (na polêmica entre Simonsen e Gudín) e no dos socialistas avançamos alguns anos (pelo texto *A revolução brasileira* de Caio Prado Jr., de 1966). Deste modo, embora na maior parte do tempo os capítulos sejam sincrônicos, existe algum respeito à cronologia na divisão adotada. Por tratarmos de ideologias diferentes que podem interessar leitores preocupados com apenas um dos temas ou correntes estudados, tentamos na estrutura dos capítulos – sempre que possível – tratá-los ao mesmo tempo como parte de um todo e como textos autônomos. Por isso, certos temas foram recapitulados mais de uma vez e nos esforçamos para que cada capítulo tivesse uma lógica própria, com início, meio e fim.

Ao descrever os objetivos de sua obra *A grande transformação*, Karl Polanyi escreveu o seguinte:

Este livro não é uma obra de história. O que buscamos não é uma sequência convincente de eventos selecionados, mas uma explicação de sua tendência em termos de instituições humanas. Tomaremos a liberdade de levar em conta cenas do passado com o único objetivo de lançar luz sobre questões do presente; [...]" (POLANYI, 2021, p. 52 e 53)

Nosso conceito de história – talvez por pura questão geracional – é distinto do de Polanyi. Ao nosso ver, não existe oposição entre pensar o presente e fazer história (BLOCH, 2002; BENJAMIN, 1987). Por isso, esta tese em Ciência Política não deixa de ter também certo sentido historiográfico. No restante, nosso entendimento é o mesmo do autor. Queremos voltar no tempo em nossa análise para lançar luz em questões do presente, afinal ideologias políticas e a disputa por elas feita nos rumos do desenvolvimento não são uma questão datada – embora com importantes diferenças com a República de 1946. Por conta disso, buscamos ao longo dos três últimos capítulos iniciar a discussão com a análise de autores e atores políticos posteriores ao nosso objeto. Pretendemos evidenciar que a longa e média duração na análise do pensamento político podem nos fazer perceber questões que um contextualismo de curta duração muito estrito na investigação do passado ou um presenteísmo que observa apenas a conjuntura não dão conta.

Esperamos que no decorrer da tese consigamos convencer o leitor de que o conceito de desenvolvimento se insere em uma longa duração do pensamento político brasileiro e que, em contexto de democratização, foi disputado ideologicamente. Já o desfecho do período, se deu

por uma coalização ideológica entre liberais e conservadores, que vetaram os socialistas do debate. Findou-se com isso a própria democracia, e o projeto de desenvolvimento que foi implementado nos anos seguintes foi o de corte conservador e autoritário. Nas próximas páginas, veremos as diferenças e semelhanças entre os distintos enquadramentos ideológicos do desenvolvimento no pensamento político brasileiro, em um ambiente nacional e internacionalmente favorável para a disputa política por conceitos econômicos.



# 1. O MUNDO QUE KEYNES CRIOU: O ESTADO ATOR, O PLANEJAMENTO ECONOMICO E SOCIAL E A CRÍTICA AO LAISSEZ-FAIRE NA PRODUÇÃO TEÓRICA INTERNACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ENTRE OS ANOS 1920-1950

## 1.1 Introdução

Ao estudar-se o pensamento político de um país em determinado momento histórico, deve-se levar em conta que as dinâmicas internas apresentam certo grau de especificidade. Isso torna-se óbvio quando atentamos que a história é feita por atores que processam cognitivamente de maneira distinta o que observam na realidade e são dotados de subjetividade ao lidar com condições que não podem objetivamente ser as mesmas em todos os lugares. Porém, o capítulo inaugural desta tese cumpre outra função.

Se é verdade que o pensamento político brasileiro se define por ser o pensamento produzido em um país e – geralmente – sobre este país, também o é que o Brasil existe no mundo e se percebe como parte deste mundo. A própria percepção de si como atrasado, levantada por Christian Lynch (2013) pressupõe que existiria um outro lugar que está sendo imaginado como de acordo com o seu próprio tempo. Portanto, sem querer com isso adotar uma perspectiva que desconsidera a história nacional como importante para melhor compreender o pensamento político produzido internamente, neste capítulo exploraremos como nas teorias desenvolvidas entre anos 1920 e 1950 a crítica ao *laissez-faire* e a ideia de um Estado que intervém na economia e na sociedade – planejando suas atividades, e apontando soluções para o desenvolvimento – não são excecionalidades nossas. Ao contrário, como aponta Rafael Ioris (2017) as teorias econômicas produzidas no plano internacional foram recepcionadas durante a República de 1946, permitindo que as experiências do Plano Marshall, do *New Deal* norte-americano, assim como a discussão da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) informassem a criação de ideias para resolver a autopercepção que o Brasil fazia de si à época enquanto país subdesenvolvido. Portanto, quando nosso pensamento político brasileiro colocou para si o dilema do desenvolvimento, ele estava fazendo isto ao mesmo tempo que atores externos, dentro de um contexto histórico que transcende suas fronteiras.

Para demonstrar nosso ponto, adotamos aqui o método de exposição utilizado por Christian Lynch (2022) em *Fundações do Pensamento Político Brasileiro*<sup>7</sup>. Nesta obra, o autor se dedica em seus primeiros capítulos à produção estrangeira, tendo como foco os autores e

---

<sup>7</sup> Embora o livro ainda não tenha sido publicado na data de escrita desta tese, o manuscrito nos foi cedido pelo autor, visto que ele é o orientador deste trabalho.

teorias que foram recepcionados no Brasil e que geraram efeitos tanto nos intelectuais quanto nos atores políticos autóctones. Seguindo na mesma direção, nas próximas páginas nos debruçaremos sobre o pensamento político acerca da crítica ao *laissez-faire*, da intervenção do Estado na economia e nas condições necessárias ao desenvolvimento econômico em autores que estavam sendo lidos nacionalmente entre 1946 e 1964. Os selecionados para tal foram John Maynard Keynes, Gunnar Myrdal, Karl Mannheim e os textos iniciais da CEPAL assinados por Raul Prebisch<sup>8</sup>. Embora a maioria destes autores tivesse formação em economia, nosso olhar para a sua produção intelectual privilegiará o seu pensamento político. Assim, nos interessa menos a suposta viabilidade ou inviabilidade técnica de seus escritos ou se a leitura que eles faziam sobre as teorias econômicas vigentes estava correta ou incorreta, pretendemos privilegiar o aspecto político do que é afirmado, mesmo quando o objeto possa – a um primeiro olhar – não ser considerado propriamente desta esfera. Compreendemos que o que eles produziram foi uma teoria política sobre a economia e sobre seu funcionamento, a fim de construir um modelo de sociedade vista por eles como melhor, mais funcional e mais justa.

Privilegiamos o primeiro autor, – Keynes – porque acompanhamos a bibliografia que indica sua contribuição na crítica da ortodoxia econômica vigente nas primeiras décadas do Século XX como fundamental para lançar a ideia de que o Estado não deveria ser mero fiscalizador das atividades. Buscando responder de um ponto de vista liberal a um problema da política do partido conservador britânico, John Maynard Keynes acabou por criar uma teoria de recepção internacional sobre a macroeconomia e sobre o modelo de sociedade almejado (HALL, 1986; WIER, 1986; WINCH, 1986; LANHAM, 2003; FONSECA, 2010). Como nossa ênfase não é para a contribuição de Keynes para a história da teoria econômica, mas sim para a do pensamento político, os textos que abordaremos são os que expressam melhor este caráter. Já Gunnar Myrdal, Karl Mannheim e a CEPAL possuíam o trunfo de servirem como argumento de autoridade na discussão sobre o planejamento e desenvolvimento no Brasil e também à crítica ao liberalismo econômico mais radical. Estes autores eram recepcionados e mobilizados desde conservadores como Juarez Távora, até trabalhistas como Alberto Guerreiro Ramos,

---

<sup>8</sup> Para um levantamento e análise sistemáticas das teorias do desenvolvimento por si mesmas, Cf. CARDOSO, Fernanda Graziella. *A armadilha do subdesenvolvimento: uma discussão do período desenvolvimentista brasileiro sob a ótica da abordagem da complexidade*. Tese (doutorado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2021, 250 p. Da mesma autora, livro centrado diretamente nos teóricos do desenvolvimento é \_\_\_\_\_. *Nove clássicos do desenvolvimento econômico*. Jundiaí: Paco, 2018. Nossa principal distinção com a autora é o critério adotado para a seleção e o olhar sobre os autores. Enquanto Fernanda Cardoso tem um olhar epistemológico que busca inventariar a contribuição destes autores para a teoria do desenvolvimento como um todo, privilegiando o olhar econômico sobre a questão, nós estamos interessados nos autores que foram recepcionados no Brasil, em perspectiva histórica e privilegiando o pensamento político em detrimento do econômico.

social-democratas como Celso Furtado e liberais de distintos matizes, como Roberto Campos e Hélio Jaguaribe.

## 1.2 O lance de Keynes

Segundo conta o historiador Tony Judt (2007) em seu clássico *Pós-guerra*, a história econômica da Europa naquele período teria sido uma inversão do que era praticado nas décadas anteriores. Se antes os governos cortavam gastos e defendiam uma política severa de austeridade, entre as décadas de 1940 e 1950 consolidou-se uma visão de que os investimentos públicos deveriam ser ampliados e que o próprio Estado era um ator na economia. Em dados do autor:

Entre 1950 e 1973, os gastos do governo elevaram-se de 27,6% para 38,8%, em relação ao produto interno bruto gastos na França; de 30,4% para 42%, na Alemanha Ocidental; de 34,2% para 41,5%, no Reino Unido; e de 26,8% para 45,5%, na Holanda - numa época em que o produto interno crescia em ritmo sem precedentes, nunca mais igualado. O montante maior das despesas era com seguros, pensões, saúde, educação e habitação. (JUDT, 2007, p. 368)

Não só na Europa, mas também nos Estados Unidos a ortodoxia econômica estava em modificação. Tendo como marcos os efeitos da crise de 1929 e a emergência de uma classe trabalhadora organizada, os anos 1930 representaram um conjunto de medidas que a bibliografia por vezes classifica de “proto-keynesianas” (HALL, 1986; WIER, 1986; JUDT, 2007). Apesar do anacronismo inerente ao termo, de fato, naquele país, o *New Deal* de Theodore Roosevelt já pressupunha em 1933 um Estado protagonista na atividade econômica e propiciador de bem-estar social que só seria formalizado em uma teoria mais rígida por Keynes na publicação em 1936 d’*A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*.

O peso do auxílio norte-americano através do Plano Marshall para a reestruturação da Europa também não deve ser menosprezado. Para além do esgarçamento do entendimento sobre quais setores caberia a intervenção do Estado em plano doméstico, o capital público externo foi investido em áreas que o investimento privado não alcançava. O conjunto destas questões teria contribuído para formar uma concepção geral de “Estado previdenciário”, (JUDT, 2007, p. 337), que pressupunha tributação progressiva, aumento dos gastos públicos, oferta de serviços e valorização salarial. Esta concepção de Estado fundar-se-ia na ideia de que ele servia para garantir a qualidade de vida de seus cidadãos, tanto diretamente pelo fornecimento de serviços e de empregos públicos, quanto indiretamente pelo planejamento econômico em áreas estratégicas, visto que se passou a entender tanto entre os atores institucionais quanto entre os economistas que o setor público era mais eficiente que o mercado deixado livre enquanto modo

de equilibrar a economia e garantir estabilidade social. Tony Judt sintetiza este entendimento em uma passagem:

A noção de que era preferível deixar tais questões ao exercício do interesse próprio esclarecido e do funcionamento do livre mercado, para bens e ideias, era considerada nos círculos hegemônicos europeus (políticos e acadêmicos) uma exótica relíquia da era pré-keynesiana: na melhor das hipóteses, o conceito traduzia a incapacidade de aprender com a Depressão; na pior, tratava-se de um convite e um apelo aos instintos humanos mais primitivos. (p. 368)

No trecho do historiador contrerrâneo de John Maynard Keynes, novamente aparece pressuposto uma separação entre um período (ou “era”) entre o *laissez-faire* e o Estado interventor, cujo marco seria o conjunto de escritos do economista. A bibliografia tende a tratar sua obra como criadora de um novo mundo, com outra concepção de política, de economia e de sociedade. Não discordamos dos resultados obtidos e percebemos nas comprovações empíricas exposta acima pontos convincentes para diagnosticar esta mudança. No entanto, cabe averiguar como esta transição foi sendo gestada teoricamente nos textos do próprio Keynes. Se é verdade que o *New Deal* antecede sua principal obra de economia, não é verdade que ele é cronologicamente anterior aos seus escritos políticos. É igualmente falso reduzir suas ideias a um pacote econômico que possa ser aplicado como receituário em diversos países. Enquanto figura próxima do Partido liberal britânico, Keynes gestou sua teoria a partir de seus textos políticos de intervenção no seu contexto nacional, no qual era profundamente temeroso do colapso do sistema capitalista. Visto como cercado entre o socialismo de corte marxista que ele percebia no Partido trabalhista e a enrijecida ortodoxia econômica do Partido conservador, ele interveio no debate defendendo uma terceira via que, em sua concepção, era liberal. O problema que ele tentava resolver era como conciliar o capitalismo e sua mentalidade empreendedora com bem-estar social.

Em 1931, John Maynard Keynes publicou uma coletânea de textos seus próprios que datam desde 1919. Originalmente, eram escritos tirados de outros livros, de intervenções em jornais, palestras e panfletos que o economista achou por bem reunir enquanto obra sobre o título de *Essays in persuasion*. Segundo ele conta no prefácio, tornava-se urgente a mudança no entendimento ocidental sobre a relação entre governo, economia e sociedade. Para ele, sem uma organização devida a fim de utilizar os recursos disponíveis para conciliar as questões econômicas com problemas de ordem social e moral, o próprio modelo de sociedade capitalista poderia colapsar.

O principal alvo de crítica de Keynes era a ortodoxia econômica de corte clássico – ou neoclássico – que teria como representante o Partido conservador britânico. Por outro lado, não

era menor o seu temor da aproximação da classe trabalhadora com o socialismo advogado pelo Partido trabalhista. No decorrer dos textos, seu autor demonstra a percepção de si mesmo como uma terceira via que conciliaria as reivindicações tidas por ele como justas entre estes dois outros lados. Em termos de Quentin Skinner (1969), ele queria dar seu lance dentro daquele contexto, no qual partilhava com os conservadores a preocupação sobre a estabilização econômica e a visão do capitalismo como modelo mais eficiente e mais capaz de gerar uma boa vida comunitária (em potencial). Ao mesmo tempo, ele concordava com a crítica trabalhista com o descaso social gerado pelo modelo de austeridade praticado e a diminuição da qualidade de vida pela corrosão dos salários.

Em texto datado de 1919 sobre a Inflação, Keynes provocativamente cita suposta passagem do revolucionário soviético Vladimir Lenin<sup>9</sup> no qual ele teria afirmado que a melhor maneira de desestabilizar o capitalismo seria pela corrosão do valor da moeda. Tendo em vista a política praticada pelo Tesouro britânico, o autor apontou que com inflação, os governos confiscariam arbitrariamente parte da renda dos cidadãos. A alta inflação que o governo estaria mantendo, alimentaria um sentimento de ódio tanto pelo setor produtivo da burguesia quanto pelo proletariado contra o grupo dos investidores (os “*profiteers*”) que enriqueceriam pelo mesmo mecanismo que os outros empobreceriam. Deste modo, sem querer, o governo britânico estaria agindo tal como a liderança da revolução russa gostaria. Entretanto, os “*profiteers*” seriam mera consequência da alta de preços, não sua causa. Esta classe seria representante, na verdade, dos empreendedores do capitalismo, fundamentais para produzir inovação e reprodução do sistema. Os verdadeiros culpados seriam os governos inertes no combate à inflação. Já apontando sua crítica à ortodoxia econômica vigente, Keynes responsabilizava não os atores individuais, mas o fato de que o governo mantinha prática ultrapassadas de teorias produzidas no século XIX e que não responderiam mais aos dilemas do século XX.

A crítica dos problemas sociais e políticos da inflação é continuada em texto retirado de *A Tract on Monetary Reform*, escrito em 1923. Sua preocupação principal com a questão permanece centrada em seus efeitos sociais e na desestruturação dos fundamentos do

---

<sup>9</sup> A citação e a crítica à liderança soviética não são despropositadas. O marxismo e o comunismo eram uma corrente teórica e política que vinha ganhando significativa expressão naquelas décadas. Eles igualmente disputaram conceitos como planejamento e desenvolvimento, caros a esta tese. No entanto, optamos por não dedicar uma seção específica deste capítulo para este modelo teórico e ideológico porque 1) esta corrente é do Século XIX e, por isso, antecede o recorte trabalhado no capítulo (1920-1950) e o conseqüente giro econômico que ocorre na Europa e nos EUA naquelas décadas 2) diferente dos autores aqui analisados, o marxismo não surge como uma proposta de readequação do capitalismo ou de revisão de seus modelos teóricos, desde sua gênese ele se propunha uma superação de ambos. Isto não significa que esta discussão foi excluída da tese, apenas decidimos tratar dela onde nos pareceu que ela ganhava mais sentido: no capítulo sobre o conceito de desenvolvimento do socialismo brasileiro da República de 1946, nele podemos operar ao mesmo tempo com esta tradição intelectual e com sua recepção em um contexto desenvolvimentista.

capitalismo que este desarranjo representaria, tudo por culpa de um desencontro entre as ideias econômicas antigas e as exigências do mundo novo. Em seu argumento, desde 1914 teria se iniciado um período inédito de flutuações na moeda, diferente do que ocorreria nos anos anteriores. O Século XIX teria se guiado pela ideia de que o auto interesse produzia bem-comum e que poupança gerava prosperidade. Naqueles mesmos anos, teria se formado uma classe média de investidores com fortuna modesta, cuja fonte da riqueza eram títulos em moeda corrente. Um dos efeitos da Primeira Guerra Mundial e da política monetária feita durante ela foi o comprometimento da renda da classe dos investidores. A consequência negativa que Keynes esperava era o de isto afetar a mentalidade de poupança e de investimento da classe média. Para ele, esta salutar cultura que surgiu no século XIX não se sustentaria com a política monetária de *laissez faire*. Caberia então ao Estado intervir para manter o valor da moeda estável.

Os efeitos culturais da crise permaneceriam como preocupação de Keynes quando ele aponta que a desvalorização monetária abalaria os fundamentos que davam ao capitalismo sua razão de ser – ou, em termos weberianos, seu espírito – qual seja, a relação equilibrada entre mérito e recompensa, na qual existiria uma desigualdade legítima validada por estes critérios. Nesta espécie de contrato social capitalista – ou modelo funcionalista de sociedade – pressuposto por Keynes, o homem de negócios só seria tolerado pelas demais classes sociais porque ele contribuiria ativamente para a comunidade com o seu investimento. A desvalorização monetária e a imprevisibilidade daqueles anos teriam transformado os investimentos em espécie de esquema de sorte ou azar, que desencorajava a iniciativa e a criatividade dos empreendimentos.

Já do lado do trabalhador assalariado, Keynes diagnosticava que os sindicatos e demais associações teriam historicamente aumentado sua pressão por melhorias no salário e pela diminuição da jornada de trabalho. Entretanto, a experiência da guerra também teria modificado sua postura, pois lhe abriu um novo horizonte, visto que na figura do soldado o homem proletário se percebeu como mais bem alimentado, com melhores roupas e melhores condições gerais de vida do que na experiência das fábricas. Já as mulheres, por sua vez, entraram no mercado de trabalho e ampliaram seus horizontes de ganhos e de lugar social.

Na medida em que os empreendedores viessem aumentando seus lucros, eles não teriam problemas em atender este conjunto de demandas sociais. Porém, o medo generalizado de queda do valor monetário – e da conseqüente queda de preços – abalaria negativamente o processo produtivo como um todo, pois afetaria a disposição de investimento. Afinal, se o preço pode cair, o investidor e o empreendedor podem perder dinheiro ao invés de ganhar. Este medo teria

feito com que o empreendedor limitasse seus negócios ao invés de expandi-los, o que empurraria os salários para baixo. Na visão de Keynes, o mundo dos negócios funcionaria a partir de expectativas. Por isso, a queda ou o aumento de preços interferiria nos investimentos e no processo produtivo. O problema é que esta expectativa também afetaria a produtividade e o investimento, pois ela faria com que os atores agissem de uma maneira e não de outra. O único remédio possível para esta oscilação seria o controle por parte do governo do padrão de valor. De modo que se algo ocorresse para alterar os preços em uma direção, a autoridade de controle poderia tomar uma medida em sentido contrário e produzir estabilização. Assim o contrato social capitalista seria mantido, pois se garantiria poupança para o investidor e produção para o empregado, a partir de uma régua comum definida de cima.

A crítica à inadequação entre as ideias econômicas e o mundo – que necessitava de um Estado interventor – continua no texto de 1926, intitulado *The end of laissez-faire*. O ponto ali é que o liberalismo econômico tal como vinha sendo praticado já estava em plena extinção e que, portanto, caberia uma postura consciente sobre este movimento, rearranjando a sociedade para os novos moldes do capitalismo no século XX. Sua crítica à escola clássica e aos seus praticantes que lhe eram contemporâneos era de que a crença utilitarista de que o interesse individual sempre coincidia com o bem-comum havia se provado falsa na realidade, para ele isso era uma incompreensão dos princípios iluministas do século XVIII (KEYNES, 1963, p. 312). Segundo o economista, a experiência posterior teria demonstrado que a medida de controle e organização da economia estaria em uma mediana entre iniciativa individual e o controle do governo. O Estado não deveria atuar em esferas das quais indivíduos já se ocupariam de maneira eficiente, mas naquelas que estariam fora de sua alçada. Isso se expressaria em questões relativas ao risco, incerteza e à ignorância, porque seriam fatores que, quando explorados, transformariam o investimento em uma loteria, produzindo alto desemprego, desigualdade de renda e desânimo de investidores, tal como Keynes demonstrou em seus textos acerca da inflação.

Estes pressupostos normativos de John Maynard Keynes reverberavam em sua recomendação pela criação de novas instituições públicas, tais como instâncias autônomas no Estado, que estivessem sujeitas ao parlamento e que funcionassem como um corpo esclarecido que pensasse o bem comum (Idem, p. 313 e 314). Ele também recomendava a criação de uma instituição central de controle da moeda e do crédito e que coletasse e disseminasse dados sobre os negócios e os empreendimentos praticados no país, ou seja, uma espécie de Banco Central (Ibidem, p. 316).

Ao fazer este conjunto de recomendações, o economista enfatiza que elas não iriam contra as bases do capitalismo, que para ele poderiam ser sintetizadas pelo entendimento de que o apelo intenso aos instintos individuais de querer fazer dinheiro e de amar o dinheiro são a força motriz da economia (KEYNES, 1963, p. 319). Dentre os modelos econômicos disponíveis, o autor acreditava que o capitalismo era o melhor e mais eficiente em produzir riqueza e que o problema que se colocava era o de conciliá-lo com as noções que a sociedade tinha de uma vida satisfatória. A outra alternativa disponível seria o socialismo, que ao seu ver era incapaz de dar uma resposta atualizada com as novas exigências, pois era baseado em uma fórmula anacrônica de textos escritos 100 anos antes.

A crítica ao socialismo já havia aparecido em texto datado de 1925, ou seja, um ano antes, cuja intenção do autor era explicar aos leitores sua identidade política. Em *Am I a liberal?* Keynes faz um exame das associações políticas britânicas. A crítica ao Partido trabalhista se dava porque ele seria liderado pelo setor que Keynes chama de “partido da catástrofe” (KEYNES, 1963, p. 324). Para o economista, a agremiação era controlada pela extrema-esquerda, cujas lideranças não eram intelectualmente capazes de gerir a coisa pública e nem prezavam pelas instituições liberais. Como se já não fosse o bastante, Keynes colocou um segundo problema, o Partido trabalhista seria um partido seccional de uma classe que não era a sua. Nas palavras do economista:

Eu deveria me filiar então ao Partido Trabalhista? Superficialmente, isto é mais atraente. Mas, olhando de perto, existem grandes dificuldades. De início, trata-se de um partido de uma classe, e a classe não é a minha classe. Se eu for perseguir interesses seccionais, eu devo perseguir os meus próprios. Quando se trata da luta de classes, assim como o meu patriotismo local e pessoal, como o de todos além de alguns indivíduos especialmente zelosos, estão vinculados pelo que encontro ao meu redor. Eu posso ser influenciado pelo que me soa como sendo Justiça e bom senso; mas a guerra de Classes irá me encontrar no lado da burguesia educada. (KEYNES, 1963, p. 324, tradução nossa)<sup>10</sup>

Com o Partido conservador ele pontuou que não concordava com seu conjunto de princípios, pois não acreditava que essa visão de mundo promoveria nem o interesse próprio nem o bem comum. Continuando na mesma tônica da crítica de outros textos, ele indicava que os conservadores reproduziam teses anacrônicas da ortodoxia econômica do século XIX, com um capitalismo de base individualista. Além do caos social gerado com isso, havia outro perigo,

---

<sup>10</sup> Texto original: Ought I, then, to join the Labour Party? Superficially that is more attractive. But looked at closer, there are great difficulties. To begin with, it is a class party, and the class is not my class. If I am going to pursue sectional interests at all, I shall pursue my own. When it comes to the class struggle as such, my local and personal patriotisms, like those of everyone else, except certain unpleasant zealous ones, are attached to my own surroundings. I can be influenced by what seems to me to be Justice and good sense; but the Class war will find me on the side of the educated bourgeoisie



pois, esta cegueira os deixaria incapazes de discernir as reformas que o capitalismo precisava para ser salvo do bolchevismo (Idem, p. 327)

Assim, pela rejeição das outras ideias e pelo seu apreço à liberdade individual e à vida em sociedade, Keynes se identificava com o partido liberal. Só que esta associação também estaria parada em questões históricas mortas. O partido precisaria se renovar, para se colocar como um partido de centro, adequado aos novos tempos e abandonando práticas ultrapassadas. Uma das pautas que o partido precisaria inserir em seu programa era a defesa da intervenção na economia e no fortalecimento de órgãos públicos de controle econômico, como o Banco da Inglaterra e o *National Treasury*. Os liberais deveriam reivindicar que o Estado retomasse deveres dos quais abdicou, ao mesmo tempo que precisaria ser liberal em costumes, em temas tais como contraceptivos, posição da mulher no mercado de trabalho e leis relativas ao casamento. Segundo Pedro Fonseca, Keynes tentou criar uma teoria do Estado que fosse um meio termo entre os totalitarismos e o liberalismo econômico predatório (FONSECA, 2010, p. 433).

Em 1929, este apoio ao Partido liberal se converteu na elaboração de um panfleto em coautoria com Hubert Henderson em apoio a David Lloyd George nas eleições britânicas. Neste texto, já aparecem de forma explícitas pontos associados ao keynesianismo, tais como o papel do Estado como investidor e planejador econômico, as possibilidades de garantia de pleno emprego e a reforma do capitalismo por um Estado de bem-estar social. Todavia, isto é formulado não nos termos de uma teoria macroeconômica, mas como uma “positiva política de desenvolvimento nacional” (HANDERSON, KEYNES, 1929, p. 3) para a Inglaterra, baseada em um reformismo progressista. O texto foi publicado pelo jornal britânico *The anthem and Athenaeum*, periódico liberal no qual o autor já vinha colaborando nos anos anteriores. Mantendo o mesmo tom dos artigos aqui analisados anteriormente, a linguagem empregada é simples, pois o fim é convencer a esfera pública de suas ideias.

A crítica ao Partido Conservador e sua política econômica é mais enfática no texto do que o temor do avanço do socialismo do Partido trabalhista, embora este também seja elemento presente. Como agenda positiva, o panfleto propõe que a via por eles defendida poderia resolver o problema do alto desemprego no país ao mesmo tempo em que garantiria crescimento econômico com políticas de industrialização. Para os seus autores, a visão de mundo dos conservadores contraria o próprio senso comum<sup>11</sup>. Não existiria, portanto, uma lei natural – tal

---

<sup>11</sup> No original, o termo utilizado é *common sense* (HANDERSON, KEYNES, p. 10), cuja tradução literal senso comum pode gerar alguma incompreensão: não se trata de senso comum no sentido de Durkheim, no qual ele seria

como a defendida pela Lei de mercados de Jean Baptiste Say<sup>12</sup> – que atuaria contra o pleno emprego. Na verdade, seria ruim para a economia que parte da população fosse mantida desempregada. As altas taxas de população desocupada estaria afetando o próprio desenvolvimento do país, fosse pelo abalo moral que causava em seus cidadãos ou pelos seus efeitos negativos na produtividade e no investimento.

O programa liberal de Lloyd George buscava responder este problema com uma mudança no olhar para a política econômica, substituindo austeridade por investimento público. Ele previa investir 100 milhões de libras para recuperar 500 mil empregos. O que para os autores era um custo baixo quando comparado com os gastos do fundo de desemprego. Em sua visão, o Estado estaria usando suas economias para manter pessoas em posição improdutiva ao invés de usar estes recursos para investir em desenvolvimento e inovação. O foco do plano que resolveria isto se dava em três áreas: 1) protagonismo estatal no sistema nacional de transportes, com parcerias privadas; 2) política de habitação que almejava construir 200 mil casas por ano, evitando o crescimento de moradias precárias; 3) outros investimentos estratégicos para o desenvolvimento, como rede de telefonia, eletricidade e drenagem do solo (que poderia também contar com auxílio privado). Estes pontos garantiriam ao mesmo tempo emprego e produziriam efeitos duradouros no aumento da qualidade de vida e no dinamismo econômico do país. Portanto, era espécie de jogo onde só havia vencedores.

Nos cálculos de Handerson e de Keynes, cada 1 milhão de libras investidos em melhoramentos de rodovias geraria 5 mil empregos, contando os especializados, não-especializados e também os empregos indiretos que seriam possibilitados por este incremento de infraestrutura e pelas novas demandas produzidas pelo investimento nestas áreas. Essa criação de empregos seria o ponto de partida de todo um mecanismo causal, pois ela teria efeito no aumento do poder de compra real, afinal, estas pessoas deixariam de receber auxílio e receberiam salários. Com isso, o comércio seria favorecido, e seu aumento de lucros ampliaria

---

oposto a um olhar apurado, mas no sentido de bom senso, através da própria observação da realidade por pessoas comuns.

<sup>12</sup> A teoria conhecida como Lei de Say advoga que existiria uma tendência ao equilíbrio entre oferta e demanda pelo fato de que tudo que é consumido é porque foi produzido, sendo então o consumo igual à produção e o valor final dos produtos igual aos seus custos. Com isso, o autor entende que o preço de uma mercadoria flutuaria de acordo com a oferta e a demanda envolvida na Terra, no Capital e no Trabalho. Como consequência existia uma pressuposição de que a oferta e a demanda de um mercado se retroalimentam internamente. Na leitura de Keynes, a Lei de Say afirmaria que a oferta cria sua própria demanda. Para mais detalhes sobre a teoria do economista francês, Cf.: SAY, Jean. Baptiste. (1803). *Tratado de economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

a expectativa de rendimentos dos investidores, que iriam sair do imobilismo gerado pela insegurança econômica e aplicariam mais capital em outras áreas.

Previendo o tipo de crítica que poderia vir naquele contexto político, o panfleto dedica um capítulo para refutar a ideia de que seu plano é de cunho socialista. Nele, os autores são enfáticos em afirmar que planejamento estatal não é algo restrito ao socialismo e que esta visão seria anacrônica. O que definiria a ideologia não era a presença ou ausência de intervenção na economia, mas o seu sentido. A proposta liberal de intervenção do Estado se constrói explicitamente no texto como diferente da proposta do Partido trabalhista. Se o segundo pretendia socializar os meios de produção estatizando toda a atividade econômica, os liberais almejavam usar recursos públicos em situações de emergência ou para assistir a economia capitalista em áreas que a iniciativa privada não conseguiria sozinha suprir, ou mesmo nas quais precisasse de ajuda para atuar. (HANDERSON, KEYNES, 1929, p. 33). O Estado precisaria ter protagonismo na atividade econômica, pois ele é o único ente social que concentra capital que pode ser investido em áreas-chaves para instigar o investimento e permitir o crescimento econômico, em moldes capitalistas. Dentre as áreas citadas como exemplo estavam moradia, indústria elétrica, planejamento de canais e docas, reflorestamento, além de políticas de concessão e incentivo ao crédito para modernização de ferrovias e da atividade agrícola.

O termo usado para criticar a política econômica defendida pelo Partido conservador é o de classificá-la como “suicida” (Idem, p. 41). A ortodoxia do Tesouro o impediria de usar recursos públicos para aumentar o investimento, com medo de possíveis efeitos que não iriam ocorrer, pois segundo advogam os autores, aumento de investimentos só geraria inflação em períodos de baixo desemprego e de crescimento econômico, o que estaria longe de ser o caso. O resultado da manutenção deste tipo de política estava sendo que os juros continuavam altos, o país estava atrasado no seu desenvolvimento e o desemprego estava alto. Na crítica feita através do panfleto, o problema não era só o desconhecimento técnico do Partido conservador, mas o fato de que “a Política de medo e de contenção” (Ibidem, p. 44) seria inerente à ideologia da associação. Em contraste, os liberais seriam capazes de testar ideias novas, para criar um futuro que conciliava liberdade econômica e bem-estar. O Partido liberal perdeu as eleições, e o primeiro-ministro britânico escolhido foi Ramsay MacDonald, do Partido trabalhista.

Naquele mesmo ano, a quebra da Bolsa de Nova Iorque abalou a ortodoxia econômica mundial, cuja resposta nos anos seguintes com o *New Deal* se assemelhava a vários dos pontos trabalhados nas últimas páginas, tais como a ideia do Estado como investidor na economia através de infraestrutura e setores estratégicos e sua função previdenciária e de bem-estar social. Porém, como aponta Margaret Weir (1989), para compreender a implementação desta agenda

tida como keynesina, é preciso enquadrá-la em seus respectivos contextos nacionais. Segundo a autora, os Estados Unidos não dispunham de uma estrutura burocrática com a autoridade igual ao do Tesouro britânico para barrar a aplicação destas ideias, além de ter sido país epicentro da crise econômica. Isto o forçou a responder rapidamente aos seus efeitos sociais nocivos. Já na Inglaterra, estas medidas encontraram forte resistência tanto por parte do Partido conservador, que as via como de esquerda demais, quanto do Partido trabalhista, que as via como de direita demais. O ano de 1947 é posto por Margaret Weir como uma virada, quando os conservadores passaram a considerar o keynesianismo uma maneira mais moderada de regulamentação da economia do que aquela almejada pelos trabalhistas. Como a própria autora apresenta:

Em suma, keynesianismo significou coisas bem diferentes no Reino Unido e nos Estados Unidos durante o período pós-guerra. No Reino Unido, keynesianismo ofereceu libertação do planejamento industrial e do sistema de controles com o qual o governo trabalhista procurou primeiramente regular a economia. Nos Estados Unidos, keynesianismo significou aumento da intervenção governamental na vida social e econômica, vinculado à como era no período imediatamente após a guerra, como uma noção mal definida de planejamento nacional e com propostas de criação do Estado de bem-estar nos EUA. (WEIR, 1989, p. 78 e 79, tradução nossa)<sup>13</sup>

Entretanto, não foi como intelectual orgânico do Partido liberal que John Maynard Keynes ficou célebre, mas como produtor de uma nova escola econômica, ou mesmo enquanto fundador da macroeconomia, contra o olhar microeconômico da teoria clássica e neoclássica (HOOVER, 2003; FONSECA, 2010). Tendo sua estratégia política dado errado, John Keynes considerou mais fácil convencer seus pares do que a esfera pública (WEIR, 1986; HOOVER, 2003). Assim, ele elaborou em forma de complexa teoria econômica seus pressupostos e sua análise sobre a realidade do capitalismo. Em 1936, foi publicado *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, no qual ele sistematizava em rebuscada linguagem e com modelos matemáticos certos conjuntos de ideias postas como aplicáveis de maneira universal, a partir de uma leitura de como se comportam os atores em conjunto na economia, em escala nacional.

Tendo como objeto deste trabalho o pensamento político, não caberia explorar todos os pontos desta obra clássica da teoria econômica, mas apontar quais das suas ideias estavam conectadas com os escritos anteriores e como elas reconfiguram o papel do Estado na economia.

---

<sup>13</sup> Texto original: In sum, Keynesianism meant quite different things in Britain and the United States during the postwar period. In Britain, Keynesianism offered relief from industrial planning and the system of controls with which the Labour government first sought to regulate the economy. In the United States, Keynesianism meant increasing government intervention into social and economic life, linked as it was in the immediate postwar period with an ill-defined notion of national planning and with proposals to create a U.S. welfare state.

Uma destas ideias é a de preferência pela liquidez, ou seja, de que os juros não podem descer abaixo de um limite, porque os agentes econômicos preferem que os títulos sejam convertidos em rendimentos. Na medida em que a compensação financeira em manter os títulos seja maior, menor será a preferência dos agentes pela liquidez. Assim, se os juros descem, os agentes não se mantêm na atividade especulativa, sendo, portanto, importante o controle da taxa pelas autoridades.

Outro ponto que aparece é o deslocamento do olhar da oferta para a demanda (NAPOLITANO, 1979; FONSECA, 2010) que se converte na tese de que o consumo cresce na mesma proporção que a renda. E que, portanto, caberia ao Estado garantir uma parcela da renda nacional, uma vez que a despesa para o consumo e a despesa para o investimento são incapazes de gerarem sozinhos o pleno emprego. Isso ocorreria porque a primeira é limitada pela distribuição de renda e a segunda, pelos limites das inovações tecnológicas. Como consequência, tem-se outra das memoráveis propostas de Keynes, qual seja, a do chamado efeito multiplicador, a partir do qual é afirmado que o incremento da despesa pública permite aumentar a despesa de consumo, uma vez que aumenta a renda e produz um modelo funcional e duradouro de capitalismo no qual o Estado é um dos componentes fundamentais. No contexto pós-segunda guerra mundial, “As teses de Keynes caíram como uma luva para os defensores do intervencionismo econômico, da opção pelo pleno emprego e pelos impostos progressivos do Welfare-State”. (FONSECA, 2010, p. 444)

Neste ponto, a análise aqui feita de Keynes está em consonância com a hipótese de Christian Lynch (2013) na qual a separação entre teoria e pensamento tem como âncora a ideia de que o primeiro escreve em linguagem abstrata e o segundo disserta sobre o particular. Mas, na mesma direção do cientista político, podemos averiguar que no Norte global a pretensão de universalidade está vinculada aos interesses que os atores políticos têm a sua volta quando escrevem. No caso de John Maynard Keynes, a via do pensamento não funcionou e suas ideias só tiveram impacto na Inglaterra após sua morte. Já com a teoria, o economista conseguiu se aproximar da criação do mundo que ele não viveu para ver se expandir. Após a Segunda guerra mundial, passou a haver um keynesianismo, mesmo sem Keynes e com relativa autonomia em relação a ele.

### **1.3. Karl Mannheim e o Planejamento como condição necessária à democracia e à liberdade**

A percepção de que o avançar do século XX significava um distanciamento com as teorias e práticas que faziam sentido para o século XIX não foi uma percepção apenas de

Keynes. O sociólogo húngaro Karl Mannheim era igualmente preocupado em conciliar um Estado planejador com a liberdade social, política e econômica. Em 1950 foi publicado *Liberdade, poder e Planificação democrática*, obra póstuma que reunia textos seus escritos desde sua mudança para a Inglaterra em 1933 até seu falecimento em 1947 (MAZUCATO, 2014). O livro pretendia partir de uma análise sociológica sobre o estágio em que se encontrava a modernidade para direcionar esta mudança nos rumos de uma democracia e de um liberalismo adaptados ao seu tempo. Em suma, o livro é uma aplicação do aparato teórico-metodológico que ele vinha desenvolvendo em sua sociologia da cultura e do conhecimento (MANNHEIM, 1974; MANNHEIM, 1986) para prescrever de um ponto de vista da intelligentsia qual deveria ser a ideologia correspondente com aquele momento histórico. Para ele, as mudanças na estrutura econômica vivenciadas com o fim da Segunda guerra mundial precisavam ser conciliadas com mudanças equivalentes no plano político e no cultural. Assim como Keynes, Mannheim concordava que a sociedade estava vivenciando certo processo de anomia, em face da qual ele também advogava que a resposta seria um novo modelo democrático de cunho liberal, em oposição ao que entendia como totalitarismos – o fascismo e o comunismo soviético.

Em sua análise da história ocidental, Mannheim compreendia que nos últimos séculos, o mundo teria sofrido uma rápida transformação de pequenos grupos paroquiais para uma grande sociedade. Esta mudança teria sido feita sem ser coordenada, gerando problemas que não foram sendo resolvidos na medida em que apareceriam. O resultado seria a desintegração social, entendida por ele como uma mudança de padrão organizacional sem que ele fosse substituído por um outro. Onde antes pequenos grupos eram submetidos ou por autoridades locais ou controlados pela ação uns dos outros, agora a burocracia do Estado chegava e os submetia ao seu comando.

Segundo Mannheim, o mesmo movimento de formação de monopólio que se observava na esfera econômica, se verificava na esfera política. O avanço da tecnologia acompanhada de centralização teria produzido modificações na interação entre os indivíduos e sua organização. Estas “novas técnicas sociais” (MANNHEIM, 1976, p. 25) tenderiam a favorecer o controle da maioria por uma minoria. Para além da própria burocracia estatal, isto se verificaria no exército, onde um grupo pequeno inventa técnicas sociais para concentrar muito poderes em poucas pessoas e também com as tecnologias de telecomunicação, que favoreceriam a centralização e o controle sobre um grande grupo. Igualmente a propaganda, a educação, a imprensa, as grandes indústrias e até o serviço social cumpririam esta função centralizadora de poderes. Observando esta tendência de seu tempo, o sociólogo afirmava que a planificação já era processo em curso e impossível de frear, o que caberia era definir seu conteúdo.

Assim como Keynes, Mannheim também é taxativo para o fato de que o *laissez-faire* seria uma ideologia obsoleta. Em seu argumento, esta doutrina corresponderia a uma fase histórica situada, da transição do absolutismo para a sociedade burguesa. Naquele contexto, a ideologia da propriedade privada inviolável, do livre mercado e da livre competição seria resultado de seu momento histórico. Ela serviu no plano das ideias para apoiar o espírito do pioneiro e do aventureiro empreendedor capitalista contra a ação incisiva do Estado, a noção de propriedade familiar e o corporativismo – todas elas características que definiriam a sociedade tradicional que antecedeu o então nascente liberalismo. Todavia, no decorrer do tempo, as empresas cresceram, sua escala e esfera de atuação aumentaram, formando monopólios e a burocracia comercial. A ideologia do *laissez-faire* se tornou então sem função. Se antes a justificativa para a doutrina se legitimar era que ela estava em consonância com o interesse geral, depois, na prática, ela não se preocupou com o problema do desemprego e teria deixado as massas reféns dos efeitos dos ciclos econômicos. Seria igualmente uma invenção deste período histórico a dicotomia entre Estado e sociedade. Segundo Mannheim, seria equivocado pressupor que a sociedade é o lugar da liberdade, em oposição ao Estado – tido como lugar da coerção. A superação desta etapa de rígido liberalismo econômico teria se dado justamente quando o Estado precisou intervir para controlar os efeitos sociais negativos da falta de coordenação das atividades econômicas, tanto no que diz respeito a desemprego e pobreza quanto ao sufocamento que as pequenas empresas sofreram.

Só que se a sociedade tradicional fundamentava seu referencial na Igreja e a sociedade burguesa tinha como alicerce o *laissez-faire*, na transição para a sociedade planejada, os indivíduos ficaram sem referencial algum, a sociedade teria se tornado apenas uma massa reunida desordenadamente em torno de uma burocracia central que equivocadamente postulava o liberalismo econômico como uma ideologia sua. Para Mannheim, o efeito da sociedade capitalista não-regulamentada é a permanência de um estado caótico, que não teria condições de durar. A guerra e o desemprego em escalas altíssimas estavam elevando a crise ao máximo, fazendo com que a busca por uma solução fosse necessária. Segundo o autor “Isso indica, por si mesmo, que a época do *laissez-faire* já passou e que a catástrofe só pode ser evitada pelo planejamento” (MANNHEIM, 1976, p. 38)

O plano das ideias diz respeito, para o sociólogo, às condições de legitimação do poder e de manutenção do ordenamento social. Portanto, sem ideologia não haveria como atribuir sentido para a prática, nem a coordenar em direção a algum lugar. De um lado, a sociedade moderna exigiria marcos racionais e científicos em sua ordenação, de outro, Mannheim entendia a questão emocional como ontológica e inescapável. A via de consenso por ele

aventada é a de conciliar por meio da educação, das telecomunicações e demais meios de persuasão os vínculos com a comunidade. Neste ponto, ele elogia o Estado-nacional como fórmula histórica que transferiu para si a reivindicação de soberania dos pequenos grupos e criou identificação em uma escala maior. Evitando-se a xenofobia e o patriotismo cego, o nacionalismo poderia ser uma forma eficaz de reproduzir a solidariedade social. De importância crucial neste processo é a *intelligentsia*, que consegue recolher da cultura nacional os elos de pertencimento comunitário, sem reproduzir seus preconceitos:

Deste ponto de vista, a *intelligentsia* representa um poder considerável. Se admitirmos que o poder não é constituído unicamente pelos canhões, pelos aviões, pelo dinheiro e pelas unidades funcionais, senão também pela orientação e integração dos sentimentos da comunidade, veremos que a *intelligentsia* ocupa uma posição tão importante quanto a dos chefes dos exércitos ou dos grandes homens de negócios. Isto se aplica especialmente a uma época em que as ideias e as ideologias ajudam a estabelecer a solidariedade, não sendo suficiente o mero contágio emocional. Pode-se apreciar ainda melhor o papel especial da *intelligentsia* no processo de poder, em vista do fato de que as formas mais simples de lealdade à comunidade tendem a afrouxar-se. (MANNHEIM, 1976, p. 85)

O sociólogo entendia que ele não era o único a tentar preencher as mudanças sociais com uma ideologia que lhe fosse correspondente. Em sua visão, havia duas outras doutrinas, o fascismo e o comunismo, às quais ele agrupa pelo rótulo de totalitarismos. Ambas seriam reações de pânico contra os novos problemas de desintegração social de sua época. Contudo, elas apenas substituiriam um conjunto de problemas por outro maior. Embora estas alternativas buscassem na planificação a garantia de direitos dos cidadãos, tais como emprego, segurança e estabilidade política e econômica, elas o fariam por meio de uma ditadura, que decidiria tudo a partir de uma oligarquia restrita que controla a opinião pública e a educação. Mannheim prefere basear seu modelo em outros casos concretos, a Inglaterra e os Estados Unidos. Em seu juízo, seria uma característica da cultura anglo-saxã adequar as mudanças do plano social de forma progressiva, as processando por meio de suas instituições, que se alteravam sem serem destruídas. Nestes exemplos, o autor enxerga um horizonte de planejamento com liberdade e com democracia. A Inglaterra, foi para ele um caso histórico e sociológico exemplar de uma democracia política governada por uma oligarquia, que progressivamente foi se abrindo para novos grupos, primeiro só aristocratas, depois entre distintos setores da burguesia, como mercadores e banqueiros. Já os EUA, teriam realizado sua transformação de um país de pioneiros para uma potência imperialista sem derrubar suas instituições ou a Constituição, mas mudando a sua interpretação de acordo com os novos problemas que iam surgindo.



Tendo como ponto de partida as instituições democráticas da Inglaterra e dos Estados Unidos, o autor parte desta base real para propor quais seriam as mudanças necessárias para o melhor modelo de planejamento como liberdade e democracia. Neste trinômio que sintetiza seu projeto, o primeiro termo é entendido como a coordenação política social a fim de compreender de um ponto de vista objetivo as demandas sociais e processá-las. O segundo é definido em chave liberal clássica, de um lado como liberdade positiva de criar coisas novas, expressar-se e agir e, de outro, como liberdade negativa, de não ser restringido por outros em seus direitos fundamentais enquanto indivíduo. Já o terceiro seria tido tanto em chave política quanto econômica, sendo ao mesmo tempo participação direta e via representação nas decisões que diriam respeito à comunidade. Era igualmente fundamentais em seu conceito de democracia a manutenção e extirpação das formas de desigualdade entendidas como injustas, entendidas a partir de uma visão liberal-social de capitalismo.

A predileção do autor por uma estrutura social de tipo capitalista como a melhor forma de realizar sua utopia é explicada, assim como o seu entendimento de qual seria o tipo-ideal deste modelo. A sociedade capitalista é descrita como aquela composta por classe média alargada e possibilidades de ascensão garantidas para esse grupo. Ela teria riscos mínimos de revolução, visto que há estabilidade, garantida por instituições políticas e sociais que ajudam a manter o ornamento social. Na fase inicial do capitalismo, a massa dos trabalhadores teria ficado sob maior controle, mas a formação dos partidos políticos contribuiu para os reagrupamentos sociais e para a mobilização pelo interesse das classes trabalhadoras, a comportado dentro de instituições. Para esse equilíbrio social se manter, seria preciso que a classe média e a classe alta desenvolvessem certo senso de comunidade e passassem a compreender que a prosperidade geral contribuiria para a sociedade como um todo. Deste modo, estas classes poderiam pressionar as instituições em favor do aumento da qualidade de vida das massas.

Já a estrutura da sociedade comunista teria como mérito político a abolição da propriedade privada de tipo feudal e o critério hereditário de transmissão do poder, ambas características do czarismo. Do ponto de vista social, os comunistas foram importantes para desarticular os interesses que atuavam contra o aumento do poder de consumo das massas. O problema do modelo seria sua condição de ditadura, no qual a substituição da classe dirigente ocorreu por um sistema de partido único que inventou uma nova forma de diferenciação social. Para Mannheim, desigualdade salarial seria algo importante para incentivar a produtividade individual e os russos mantiveram isso não por um sistema de competição com igualdade de oportunidades, mas por critério de *status* no qual as pessoas desejavam integrar a cúpula do

partido. Na sociologia de Mannheim, o Estado totalitário de partido único era uma expressão política do fenômeno social de centralização do poder e do controle em sociedades de massas. Ao contrário do que pregava, a União Soviética não era uma sociedade sem classes, mas uma sociedade em que a classe dominante se encontraria dentro de um partido, expressa por seus grupos dirigentes. O autor entende como uma questão importante a permanência de uma classe dirigente e a formação de lideranças, mas acredita que o melhor método de seleção de elites seria aquele mais racional e com melhores oportunidades reais de ascensão. Para ele, isto era tarefa por se fazer, embora as sociedades capitalistas fossem as com melhores condições levar a frente a empreitada.

Diferenciando sua concepção das totalitárias, o autor destaca quais são os pontos de sua proposta de planejamento democrático para a liberdade. Dentro dela, o papel do Estado e quais são as atribuições que lhe cabem são pontos centrais:

O Estado moderno é aquele que proporciona serviços. Não só organiza os serviços de saúde pública para combater as enfermidades existentes, mas ainda procura impedir as epidemias, me diante numerosos expedientes administrativos e jurídicos. O Estado trata dos velhos, dos menores, dos desempregados. As autoridades podem organizar e dirigir os serviços públicos como o gás, a eletricidade e os transportes. A maioria dos Estados europeus possui e administra a rede de radiodifusoras [e de televisão] como serviço público. A educação é um dos instrumentos para conseguir que as gerações jovens ou velhas compreendam as necessidades de uma sociedade em evolução. Em poucas palavras: o Estado democrático, como Estado de serviço público, atua em todas as esferas da vida social. (MANNHEIM, 1976, p. 152 e 153)

Do ponto de vista de Karl Mannheim, uma concepção democrática de Estado não é oposta à ideia de centralização, visto que ela seria fundamental para o planejamento em certas questões de importância política. O que lhe caracteriza, para ele, seria o entendimento de que a coordenação das atividades estaria entregue a um governo eleito, cujos cargos seriam rotativos e que tem compromisso com o bem público e não com uma personalidade ou uma oligarquia – tal como nos totalitarismos ou mesmo nas concepções tradicionais de Estado. Abandonando pretensões ditatoriais de transferir a responsabilidade para um líder, em regime democrático dever-se-ia incentivar a autonomia local e a iniciativa individual em tudo que for compatível com a planificação. Para o ordenamento social isto só teria efeitos positivos, pois criaria vínculo das pessoas com o governo e geraria interesses nos negócios.

A interferência do Estado na economia deveria servir para impedir a formação de monopólios, regular as atividades e para manter os níveis de produção. Seu papel social é

igualmente tido por ele como limitado pelas regras da sociedade competitiva de tipo capitalista, ou seja, as autoridades públicas não poderiam desencorajar o espírito de livre iniciativa por conta do excesso de proteção, mas apenas para evitar desajustes excessivos. Entretanto, por conta dos efeitos políticos que tiveram no século XX, o controle dos ciclos econômicos teria se tornado questão central do planejamento econômico. Para o autor, o alto desemprego era a principal questão que explicava o fim da democracia alemã na década de 1930.

Em referência direta a obra John Maynard Keynes, Mannheim o coloca como desenvolvedor das hipóteses mais plausíveis para as causas das flutuações econômicas em sociedades industriais (MANNHEIM, 1976, p. 161), afirmando em seguida outros pontos em consonância com as ideias do economista, tais como as de que obras públicas são mais eficazes pelos seus efeitos duradouros na sociedade e na mentalidade do trabalhador do que apenas o auxílio desemprego e que, assim como a manipulação da taxa de juros, elas partem de órgãos superiores e por isso não tem efeito negativo na competição do mercado. Ele também afirma que as empresas públicas deveriam se ocupar das áreas importantes para o progresso tecnológico, para a infraestrutura e para a manutenção do bem-estar social. Igualmente importante no arranjo seria a capacitação de um corpo de funcionários públicos competente para compor a burocracia permanente e assalariada. O autor não deixa de ser enfático de que para ele o fim a ser atingido são as condições para a vida em uma sociedade livre e democrática e jamais o planejamento e a centralização como fins em si mesmo:

Em conclusão, devemos ter em mente duas coisas: primeiro, que no presente estágio de desenvolvimento das técnicas sociais, os grandes centros de poder devem ser controlados de maneira a interferir o menos possível na liberdade do povo. E quando afirmamos que a estrutura da sociedade deve ser controlada, não queremos dizer que o controle deva ser estendido à vida particular dos cidadãos, ou aos seus negócios, ou à esfera da opinião pública. Ao contrário, a inevitável interferência das técnicas sociais com a vida privada e comercial deverá ser cuidadosamente regulada, a fim de evitar a completa sujeição da sociedade. Ser contrário a todos os controles significa dar rédea solta às técnicas opressivas da sociedade. E tão estúpido como dizer que a liberdade de um automóvel consiste em não ter freios.

O segundo ponto a salientar é que o controle externo torna-se necessário apenas quando a liberdade de ação democrática produz tendências adversas a essa própria liberdade. O princípio orientador deve ser o de que todas as regulamentações deverão ser aprovadas e executadas democraticamente e revisadas sob a supervisão do público, dever do interferir o menos possível com o funcionamento espontâneo das instituições. Os vários órgãos de regulamentação pública poderão cedo ou tarde fundir-se numa Comissão de Vigilância integrada, a fim de vigiar a expansão dos centros de poder, e ao mesmo tempo cuidar de que as medidas de prevenção não se tornem tão autocráticas como as instituições que procuram controlar. (Idem, p. 183)

#### 1.4. Gunnar Myrdal: a teoria econômica clássica enquanto teoria política normativa e a questão do subdesenvolvimento

John Maynard Keynes discutia com a teoria econômica clássica partilhando de alguns de seus pressupostos utilitaristas sobre a natureza humana e a ontologia do social. Karl Mannheim tratava este aspecto como algo marginal, tendo em vista que para ele este conjunto de doutrinas era expressão ideológica de uma época que já estava sendo superada. Ambos também não tinham como objeto de preocupação o desenvolvimento de outros países que não aquele que conheciam em sua realidade próxima. Gunnar Myrdal foi o economista que a partir dos anos 1930 aprofundou a hipótese de Mannheim, ao mesmo tempo em que apontava que o conjunto das medidas econômicas que vinham sendo pensadas nos círculos europeus eram ainda mais inadequadas quando aplicadas na realidade dois países tidos por ele como subdesenvolvidos.

O principal livro de Myrdal no qual ele aprofunda a crítica da teoria econômica recebe o título de *Aspectos políticos da teoria econômica*. Publicado originalmente em 1930 a partir de conferências dadas dois anos antes na Universidade de Estocolmo, a obra compartilha com os dois autores tratados aqui anteriormente de que a doutrina do *laissez-faire* era inadequada para as exigências do Século XX. Tal como o autor conta no prefácio da edição inglesa de 1953, – que Karl Mannheim trabalhou na organização até seu falecimento – o texto teria sido escrito em contexto de “doutrina muito intransigente de *laissez-faire*” (MYRDAL, 1962, p. 8), nos anos que antecederam a crise de 1929. O que ele almejava era adentrar o debate sueco, com uma percepção contrária àquela que ele diagnosticava como hegemônica. No entanto, isto é feito de modo distinto de Keynes. Para o britânico o problema daquele conjunto de medidas era de que ele não correspondia mais com a prática e que por isso precisava ser aperfeiçoado. Já para o sueco Myrdal, existiria um problema de fundo filosófico com aquelas doutrinas, dado pelo entrelaçamento que elas construiriam entre suas dimensões epistemológica e deontológica. Para o autor, historicamente foi a segunda que veio antes da primeira, no entanto, no decorrer do tempo, os economistas adeptos da teoria clássica, neoclássica e até mesmo da socialista perderam de vista os pressupostos iluministas e utilitaristas que estavam imbricados nas escolas em que eles se baseavam.

O economista não pretendia pôr em xeque o estatuto de sua disciplina enquanto ciência, pelo contrário, ele desejava requalificá-la enquanto tal. Em juízo de fundo weberiano, Gunnar Myrdal queria separar a política da ciência, pois apesar de não se poder inferir de trabalho científico um modelo ideal de sociedade ou de Estado, os economistas estariam cada vez mais

em seu tempo ocupando lugar em debates políticos. O problema disso seria de que não era papel de nenhuma ciência mudar a realidade, mas descrevê-la. Assim, o conhecimento da economia poderia oferecer subsídios para o debate, mas não o pautar a partir de si.

Esta atuação pública da economia enquanto uma teoria política normativa teria ganhado força durante o Século XIX, quando os economistas teriam normalizado o artifício de utilizar o seu lugar de cientistas como argumento de autoria para emitir opiniões sobre “[...] o que eles consideravam ser socialmente imperativo”. (MYRDAL, 1962, p. 24). Desta postura, eles extraíam diagnósticos sobre o que seria correto ou desejável ou se opunham ao que defendiam que era contra o bem-estar geral. Exemplo dado pelo autor é a própria ideia de livre concorrência, ela partiria do pressuposto de que caberia à economia “[...] produzir leis no sentido de normas, e não apenas leis no sentido de repetições demonstráveis e regularidades de fato reais e possíveis” (Idem, p. 24)

O alvo principal das críticas do autor é a teoria clássica, que segundo ele pensaria a partir de modelos abstratos apriorísticos, baseados em axiomas de filosofia moral. Se isto tinha sentido nos Séculos XVII e XVIII, o teria perdido nas décadas seguintes. Para Myrdal, o conceito de ciência que se estabeleceu na modernidade prezava pelo empírico e pela separação entre as ideias dos fatos. No entanto, a economia seria uma exceção, mesmo sem seus praticantes terem consciência disso. Na história do pensamento político da economia narrada pelo autor, existiria uma linha de continuidade entre o utilitarismo e a teoria econômica de seu tempo. O economista considerava que esta escola filosófica teria nascido a partir do empirismo e de uma suposta denúncia da metafísica. Entretanto, ela mesmo seria profundamente abstrata e normativa.

O utilitarismo partiria de um conceito de bem-estar como média aritmética das satisfações individuais. A doutrina pressuporia que a felicidade era mensurável e que a soma dos prazeres seria alcançável com esta medida. Do mesmo modo, seria possível distribuir felicidade objetivamente. Para Myrdal, tanto as premissas quanto as conclusões são logicamente equivocadas. A ideia de felicidade como soma de prazeres e dores acabaria por equiparar questões da ética com questões da psicologia. Inoportunamente, estas premissas equivocadas seriam a base de toda teoria econômica. Ela, por sua vez, teria passado a definir sua teoria do valor como realização deste ideal, no qual a busca do interesse próprio estaria em harmonia com o bem-estar geral. Segundo ele, isto poderia ser averiguado nos escritos de John Locke, Adam Smith e de David Ricardo. É igualmente criticado pelo autor que apenas esta parte do utilitarismo foi incorporado na teoria econômica, enquanto a preocupação altruísta teria desaparecido.

Já a doutrina do *laissez-faire* teria como marco de surgimento a leitura que os fisiocratas fizeram das doutrinas medievais e platônicas da lei natural. Tanto o pensamento antigo mobilizado quanto o medieval partilhavam do oxímoro que os economistas herdaram, qual seja, a confusão entre o fato e o juízo de valor, em que haveria uma correspondência entre o que o mundo era e o que ele deveria ser. Seria por isso que o *laissez-faire* teria nos seus fundamentos teóricos o lugar tanto de lei científica quanto de postulado político (MYRDAL, 1962, p. 50). No entanto, abandonaram-se os pressupostos teológicos e na versão secularizada compreender-se-ia que os indivíduos agiriam para atingir seus próprios interesses (que com o utilitarismo teriam passado a se confundir com a felicidade geral) sem necessitar de nenhuma interferência do Estado.

Neste percurso, Gunnar Myrdal considera a produção científica da teoria do valor como um positivo efeito não intencional da ação em uma empreitada que era simplesmente normativa. Em sua análise, o surgimento da Economia Política teria como ambição intelectual a subordinação dos conceitos de direito e de dever a uma medida de utilidade dada pelo valor, que era o que constituía moralmente a emergente ciência econômica. Porém, ela era mera continuação do equívoco de “[...] definir em termos científicos aquilo que devia ser. (Idem, p.79). Em um momento histórico seguinte, a teoria da mais-valia de Marx não seria uma crítica contundente destes princípios, mas derivação natural do modelo. Afinal, todo ele pressuporia a busca de normas econômicas gerais fundamentadas em concepções sobre o que seria justo e que seria direito. Assim, o socialismo científico seria uma recepção da teoria do valor-trabalho que já estava nos clássicos, não sendo nem menos nem mais normativa que ela.

Tratando dos fundadores teóricos da escola clássica e de seu liberalismo econômico, Myrdal coloca Adam Smith como um filósofo míope para os conflitos sociais, com um otimismo antropológico iluminista exagerado. Já Ricardo, seria uma versão conservadora sua, em contexto pós-revolução industrial. Seu juízo seria fatalista e desacreditado da possibilidade real de elevar o bem-estar da classe trabalhadora. John Ramsay McCulloch teria sido seu discípulo responsável por formalizar o *laissez-faire* enquanto tese explícita e modo mais indicado de gerir a economia e a sociedade. Em sua teoria da harmonia, ele advogava que a conjunção de forças naturais do mercado operaria para que a troca fosse benéfica para todas as partes, desde que deixada livre.

Passado o século XVIII, o movimento nos anos seguintes foi de vulgarização dos clássicos, no qual passou-se a reificar os fenômenos econômicos. A partir de então, teriam virado hegemônicas as premissas de que salários e rendas são fixados por mérito e que o capital é sempre empregado do modo mais eficiente, sem necessitar de interferência. Todavia,

abandonou-se toda a discussão filosófica imbricada nestas teses. Mesmo assim, os Juízos metafísicos permaneceriam na teoria econômica, tal o como o de que existiria uma troca entre o homem e a natureza ou o de que a renda nacional equivaleria à soma do bem-estar. Ambos não seriam verificáveis empiricamente. Para o autor, o liberalismo econômico impregnado na ortodoxia teria apenas a função de dar “[...] uma aparência científica a um preconceito individualista e anti-intervencionista.” (MYRDAL, 1962, p. 163 e 164). Segundo Myrdal, a analogia construída entre a administração de uma empresa ou da economia doméstica com os negócios de uma Nação seria igualmente errônea, porque confundia os interesses individuais com os interesses coletivos. Não menos problemático era igualar satisfação com consumo ou tomar como dado que aspecto econômico da vida é passível de ser isolado das variáveis políticas, sociais e culturais dela.

Esta última consideração teórico-metodológica de Myrdal foi operacionalizada em uma questão que, diferente de Keynes e Mannheim, ele enfrentou: o problema das regiões classificadas como subdesenvolvidas. O conteúdo do que ele afirmou a este respeito e a maneira como ele enquadrou a questão auxilia no entendimento de sua recepção no Brasil<sup>14</sup>. A obra *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas* era resultado de palestras suas no Egito, dadas em outubro de 1955, a convite do Banco Nacional. Nela, a crítica ao liberalismo econômico e às escolas clássica e neoclássica permaneceram, mas agora aplicado aos casos de países fora do centro do capitalismo. Em consonância com o nacionalismo que Wanderley Guilherme dos Santos (1970) considerava como dominante no clima intelectual brasileiro à época, Gunnar Myrdal é crítico da aplicação acrítica daquele conjunto de teorias europeias supostamente universais no sul global porque elas não foram elaboradas tendo em vista este conjunto de experiências. O economista deu neste livro maior ênfase para a atuação de variáveis de outra ordem – que não a estritamente econômica – para o entendimento da estrutura das nações periféricas. Já o papel dado ao Estado na resolução deste conjunto de problemas era o de protagonista. Embora permanecesse como uma visão de si como capaz de separar ciência e política, este texto transborda com ainda mais força a tentativa de Myrdal de intervir enquanto

---

<sup>14</sup> A edição que adotamos para este trabalho de *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas* foi propositalmente a publicada pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), valendo ressaltar que comparando com outras edições não se percebeu diferenças consideráveis no conteúdo. Na apresentação brasileira que acompanha esta edição aponta-se que Myrdal era um autor que teria denunciado a abstração das teorias econômicas hegemônicas, cujas teses serviam para justificar sua dominação sobre em realidades subdesenvolvidas. No entanto, essas teorias não atenderiam aos interesses dos países “atrasados” (MYRDAL, 1960, p. 9). A importância de Gunnar Myrdal também estaria no fato de que ele reconheceria que “[...] só o Estado, interferindo energeticamente, poderá arrancar da miséria e do atraso essas regiões que hoje despertam de seu secular letargo, ingressam no campo da história e lutam pela própria realização como nações subdesenvolvidas e soberanas. (Idem, p. 9). Para além da publicação de seu livro, o economista também já havia sido dois anos antes epígrafe de *A redução sociológica*, de Alberto Guerreiro Ramos.

intelligentsia na realidade dos países que trata. Deste modo, ele seria tão prescritivo quanto o alvo de sua crítica, embora se achasse dotado de razão.

Na interpretação de Fernanda Cardoso (2018) o conceito de causação circular é uma das principais contribuições de Gunnar Myrdal para os estudos de desenvolvimento. A base desta formulação do autor está diretamente vinculada à sua interpretação do binômio desenvolvimento-subdesenvolvimento. Tal como apresentado acima, a teoria econômica clássica ou neoclássica teria para ele o problema de ser inadequada para compreender a realidade do segundo grupo de países. No entanto, seria da natureza destas reflexões outro problema: o de acreditar que as variáveis de ordem econômica eram as únicas que atuavam contra a superação dos problemas da periferia do capitalismo. Para Myrdal, a separação entre variáveis propriamente econômicas e variáveis sociais de outra ordem seria um devaneio impossível de verificar-se empiricamente. Tendo este pressuposto metodológico, ele explica o problema do subdesenvolvimento como causado por um processo social cumulativo que atuaria contra qualquer tendência de equilíbrio que poderia ser advogado pela antiga ortodoxia – sintetizada pela Lei de Say – na qual quem não realizou os seus processos de desenvolvimento nos séculos anteriores encontraria grandes dificuldade de fazê-lo. Isto produziria um círculo vicioso em que subdesenvolvimento geraria subdesenvolvimento, daí a escolha do termo causação circular.

Para exemplificar sua teoria, o autor deixa claro que não se trata apenas de desigualdade entre nações, mas também entre regiões distintas do mesmo país. Citando seu próprio estudo sobre o negro nos Estados Unidos, ele diagnosticava que o racismo seria um fator indutor de pobreza nas regiões com predominância afro-americana. Sua conclusão sobre este ponto é de que o preconceito do branco contra o negro e o baixo padrão de vida desta população se retroalimentariam. Enquanto causação circular, o segundo seria mantido pela discriminação, que produziriam más condições de vida para a população negra, aumentando o preconceito, que provocava desigualdade. Nas consequências metodológicas de seu modelo o autor chegava a apontar que não seria possível sequer estabelecer uma única variável independente, só na questão da inserção do negro na sociedade norte-americana, ele considerava que atuavam fatores multicausais, como saúde, nível de educação e estrutura habitacional.

Seguindo na mesma direção, para Gunnar Myrdal, a tendência do mercado quando deixado livre não era de equilíbrio harmônico, mas de acentuar as desigualdades existentes, sobretudo nos países e regiões subdesenvolvidas. A causação circular sempre atuaria no sentido de favorecer os que já se encontravam em melhor situação. Locais com expansão em sua atividade econômica tenderiam a atrair ondas migratórias, o que prejudicaria a região de saída.



Movimentos de capital produziram efeito similar, porque o aumento da demanda impulsionaria o investimento e, por consequência, a renda média e a poupança daquele lugar. Em direção contrária, localidades com baixo movimento de capital não produziram atração de investimento, nem aumento de demanda. O mesmo se verificaria no sistema bancário e no comércio. Sem investimentos e sem dinamismo econômico, as regiões subdesenvolvidas não teriam espaço para se industrializar, permanecendo essencialmente agrícolas. Em suma, a regra não era a de uma região desencadear o desenvolvimento das demais, mas sim que o seu desenvolvimento tornasse as outras mais pobres.

O juízo do autor sobre as maneiras de contornar as tendências de causação circular que operavam na manutenção do subdesenvolvimento construiu-se na divergência com *o laissez-faire*, do qual era tão crítico. Assim como Keynes e Mannheim, para este economista, o Estado tinha papel fundamental como ator econômico. Neste caso, para corrigir os desarranjos que seriam naturalmente produzidos caso não houvesse intervenção. Segundo Myrdal, este já seria o caso dos países desenvolvidos, nos quais as autoridades públicas historicamente interviriam para conter os efeitos nocivos tanto das forças do mercado quanto nos efeitos negativos do dinamismo econômico de uma de suas regiões sobre as outras. Tendo em seu espaço de experiências o aumento do planejamento estatal europeu no período após a Segunda guerra mundial, ele imaginava uma teleologia no qual o fim da história era o Estado de bem-estar social. Em consonância com as tendências deste pensamento linear, os países subdesenvolvidos estariam mais atrás na corrida para o futuro. Neles, o Estado ainda não estaria atuando para conter desigualdades regionais e nem para impedir os efeitos regressivos do mercado.

No esboço de história política do capitalismo no Ocidente feito por Myrdal, a transição que ocorreu foi de um Estado conivente com a desigualdade e a miséria para um modelo de bem-estar social. No mesmo sentido que a interpretação aventada por Mannheim, o economista afirmava que a posição contra qualquer interferência estatal dos economistas clássicos se justificava como uma ideologia de um contexto da era pré-industrial, cujo arranjo político era de tipo feudal. Nele, o Estado servia aos interesses de ricos e poderosos. Durante a revolução industrial, o descaso com os pobres e concepção individualista que orientava o Estado serviu para gerar poupança e capital, necessários para o desenvolvimento econômico. No decorrer do processo, teriam se tomado medidas para controlar a desigualdade entre as regiões, tais como a ampliação eleitoral, garantindo votos em regiões populosas e aumentando da qualidade de vida das regiões mais pobres. Embora elogie o fim atingido, Myrdal considerava que esse padrão não era possível de ser replicado em países subdesenvolvidos, que tinham outra história, outra

matriz econômica e inseriam-se de modo distinto na geopolítica internacional, com uma dependência política, econômica e cultural.

Os fenômenos da causação circular que atuavam entre as regiões de um país teria efeito ainda piores no plano internacional. Afinal, não existia um “Estado Mundial” que coordenasse as atividades e impedisse os efeitos regressivos do mercado, tal como faziam os Estados desenvolvidos no controle de sua desigualdade interna. A ampliação de mercado ocorrida durante o desenvolvimento europeu e norte-americano teria favorecido estes países – consolidados mundialmente na posição de nações ricas – e os que estavam em seu entorno geográfico. Já os dois terços do mundo<sup>15</sup> que compunham os países subdesenvolvidos ou adotavam medidas protecionistas não conseguiriam condições mínimas de competição entre sua produção doméstica as importações baratas vindas dos países industrializados.

Fator crucial que teria atuado contra os países em posição subalterna foi o colonialismo, que deixava nações submetidas economicamente a outras. Condição em que mesmo nos casos em que ocorreu a independência política, não houve equivalência no plano econômico. Myrdal chegava a admitir que as ex-colônias poderiam até ter se desenvolvido mais com o domínio estrangeiro que fariam sozinhas. Todavia, o custo foi alto, pois ativou o mecanismo de causação circular que manteve o crescimento econômico em níveis baixos. Os colonizadores por vezes tinham interesse em transformar as colônias em mercado consumidor, para isso, deliberadamente impediram o crescimento da indústria local. A indústria que era estabelecida, assim como a exploração da matéria-prima, tinha como prioridade atender aos interesses do país colonizador. Tão negativa quanto foi a política de segregação oficial ou não-oficial que foi produzida pelo envio de mão-de-obra especializada do colonizador para a colônia, que apartou a população local do conhecimento técnico e empresarial imbuído da atividade econômica. Mas, o pior problema do colonialismo era outro:

De certo ponto de vista, o efeito mais importante do colonialismo relacionou-se com o fato negativo de não ter a colônia nacionalidade propriamente dita, não ter governo próprio, que sentisse a necessidade de adotar medidas construtivas para promover o crescimento equilibrado da economia nacional. (MYRDAL, 1960, p. 80 e 81).

Palestrando em 1955 no país de Gamal Nasser, o economista não poupou elogios ao fenômeno observado à época de levantes nacionalistas na África e na Ásia contra o imperialismo europeu. Em tom elogioso ao nacionalismo decolonial, Myrdal colocava este movimento como um “despertar” (Idem, 82) que permitiu ao mundo subdesenvolvido orientar-

---

<sup>15</sup> O autor estima esta porção tendo como unidade de análise apenas os países fora da esfera soviética, pois, para ele, o modelo a ser perseguido era dentro dos marcos da economia capitalista (MYRDAL, 1960, p. 13).

se politicamente para os interesses de sua própria comunidade. No entanto, para o autor, ainda havia muito o que se fazer, pois independência política não significava automaticamente desenvolvimento. Ainda seria preciso vencer a tendência internacional de amplificar as desigualdades entre as regiões produzida pela causação circular. Os herdeiros do colonialismo precisavam superar a economia de subsistência e os “[...] núcleos encravados de produção de bens primários para exportação.” (MYRDAL, 1960, p. 83)

A necessidade do nacionalismo para Myrdal tinha aspecto pragmático e instrumental, em chave similar com o do instituto que publicou o livro no Brasil em 1960. De um lado, assim como pensava Mannheim, esta ideologia dava um propósito em comum e um sentimento comunitário para os países, de outro, se tratando dos subdesenvolvidos ele era a chance de orientar a economia e a política nacional para si, afinal “Como pobres, não lhes cabe levar em conta considerações internacionais, salvo as de seu próprio interesse.” (Idem, p. 88). Ao mesmo tempo, seu enquadramento deveria ser mantido dentro de limites racionais e moderados, pois o seu objetivo era a superação da condição de subdesenvolvimento. Portanto, o horizonte de expectativas não é outro senão o de alcançar os países desenvolvidos, nos quais há condições de cooperação, dadas pelos níveis iguais de oportunidade e de competição. Ultrapassado o estágio em que há grande parte da população mundial pauperizada e com baixa cultura e educação, os países poderiam negociar uns com os outros e estabelecer laços de solidariedade internacional de forma isonômica. Até lá, caberia aos em pior situação priorizarem a si mesmos.

Tendo o Estado protagonismo nesta mudança rumo ao progresso, o planejamento econômico deveria ser adotado, tendo como objetivo do plano “[...] a compreensão geral da necessidade de uma política nacional de desenvolvimento econômico (MYRDAL, 1960, p. 103). O Estado deveria, então, intervir no mercado com um programa estratégico de planejamento central, de modo a gerar desenvolvimento social e econômico. Dado os problemas estruturais dos países atrasados, o Estado precisaria atuar, inclusive, em áreas que nos países desenvolvidos não agia, entretanto, sua ação deveria ser para a produção das condições de crescimento da iniciativa privada. O problema não era a iniciativa privada em si, mas sim que, do ponto de vista do mercado, a maioria dos empreendimentos necessários não era lucrativo. Já seus efeitos econômicos positivos demorariam anos para serem sentidos. Portanto, eles só poderiam ser levados a frente pelo Estado nacional, politicamente interessado no desenvolvimento. As prioridades do planejamento estabelecidas por Myrdal não divergiam das aventadas por Keynes ou Mannheim, afinal o objetivo geral compartilhado era o de criar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento. As áreas estratégicas eram o aumento da oferta de transportes e de energia, aquisição de equipamentos e insumos industriais, acréscimo

na produtividade da agricultura, melhoria na educação, saúde e preparação técnica da população.

Apesar de terem a vantagem de poderem se espelhar nos avanços tecnológicos e científicos dos países avançados, Myrdal faz um alerta para os subdesenvolvidos: eles precisariam levar em conta que essas teorias foram elaboradas sob condições deveras distintas e que, por vezes, poderiam não se ajustar às necessidades locais. Assim, seria fundamental que estas nações formassem sua própria *intelligentsia*, recepcionando o conhecimento já produzido, mas usando como régua a sua própria realidade<sup>16</sup>. Quando aplicada sem crítica em países subdesenvolvidos, a teoria econômica tradicional produziria equívocos ainda maiores do que na Europa ou nos EUA, porque não foi pensada para esta realidade e com outros interesses políticos em vista. O economista faz então um apelo:

Nesta época do Grande Despertar seria lamentável que os economistas jovens dos países subdesenvolvidos se deixassem seduzir pelas preferências do pensamento econômico nos países adiantados, as quais, mesmo nesses países, prejudicam os estudiosos em seus esforços de racionalidade, mas nas regiões subdesenvolvidas seriam funestas ao trabalho dos intelectuais.

Desejaria, ao contrário, que tivessem a coragem de abandonar as amplas estruturas de doutrinas e concepções teóricas sem sentido, irrelevantes e, muitas vezes, flagrantemente inadequadas e tomassem, como ponto de partida para suas reflexões, o estudo de seus próprios problemas e necessidades. Isto os conduziria bem além do campo superado da economia liberal do Ocidente e do marxismo.

Em vez de ruminar velhos conceitos e controvérsias doutrinárias, muitos deles, com cerca de cem anos ou até mais, deviam colher o que é realmente prático e útil em nossa tradição e depois, proceder à elaboração de suas próprias concepções teóricas, adaptadas a seus problemas. Descobririam, então, que vários argumentos e teoremas antigos e muito divulgados passam a ser úteis quando ajustados a nova estrutura. (MYRDAL, 1960, p. 129)

### **1.5. A teoria econômica desde e para a América Latina de Raul Prebisch: a CEPAL e o Estado como pressuposto**

O apelo de Gunnar Myrdal para que os países distantes do centro do capitalismo repensassem à luz de suas experiências uma teoria econômica própria não existia em um vazio. Como ele admite (MYRDAL, 1960, p. 127), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) era um caso concreto de uma produção de conhecimento voltado para questões próprias da região. Em sua concepção, este seria um exemplo de rearranjo ou

---

<sup>16</sup> Este ponto de Myrdal é colocado em *A redução sociológica* de Alberto Guerreiro Ramos como uma inspiração importante em seu projeto intelectual. O cientista social queria fazer o mesmo que Myrdal fez com a ortodoxia econômica, mas no plano da sociologia e da política brasileira.

refutações das tradicionais teses econômicas que não reproduziam a imposição dos interesses geopolíticos do Norte-global. De fato, em nota de texto da CEPAL assinado por Raul Prebisch, a crítica da suposta universalidade do saber produzido em países do centro é evidente:

São bem conhecidas as dificuldades que se opõem a uma tarefa dessa natureza na América Latina. Talvez a principal delas seja o número exíguo de economistas capazes de penetrar, com um discernimento original, nos fenômenos concretos latino-americanos. Por uma série de razões, não se consegue suprir a carência deles com a formação metódica de um número adequado de jovens de alta qualificação intelectual. Enviá-los às grandes universidades da Europa e dos Estados Unidos já representa um progresso considerável, mas não o suficiente, pois uma das falhas mais visíveis de que padece a teoria econômica geral, contemplada a partir da periferia, é seu falso sentido de universalidade.

Difícilmente se poderia pretender, na verdade, que os economistas dos grandes países, empenhados em gravíssimos problemas próprios, viessem a dedicar sua atenção preferencialmente ao estudo dos nossos. Compete primordialmente aos próprios economistas latino-americanos o conhecimento da realidade econômica da América Latina. (PREBISCH, 2000b, p. 80)

Fundado em 1948, o órgão ligado ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, funcionou como insumo teórico ao apoio da industrialização da América-latina a partir de um Estado indutor do desenvolvimento. Segundo Ricardo Bielschowsky (2020), a CEPAL foi inclusive responsável por criar uma teoria econômica própria da região, o estruturalismo latino-americano. No apanhado histórico por ele feito, a CEPAL poderia ser dividida em fases, sendo a de 1949 até 1990 e estruturalista e a daí em diante neoestruturalista<sup>17</sup>. O que caracterizaria a novidade teórica produzida seria a de uma visão histórico-estrutural e comparativa que perceberia a economia a partir de tendência de médio e longo prazo. A partir deste método, criaram-se teses derivadas da percepção da América latina enquanto região subdesenvolvida, condição esta definida a partir dos problemas de desemprego, da distribuição de renda e da inserção internacional periférica de uma região de matriz econômica agroexportadora e voltada para demandas externas. Tal como apontado no artigo, esta reflexão inicial lançada por Prebisch – o diretor executivo da instituição de 1949 até 1963 – foi seguida por demais economistas, como Celso Furtado, Aníbal Pinto, Maria da Conceição Tavares e Aldo Ferrer.

---

<sup>17</sup> Segundo o autor, o que marcaria a transição seria que a partir da década de 1990, a CEPAL advogaria por maior abertura da economia e diversificação do modo de intervenção estatal, conciliando demandas sociais com equilíbrio fiscal e estabilidade macroeconômica. Outros fatores por ele citados que marcariam a transição do estruturalismo para o neoestruturalismo são o diagnóstico de que a América latina teria um problema histórico de não conciliar crescimento com distribuição e a maior ênfase na educação como forma de desenvolvimento com equidade. O olhar também teria, a partir dos anos 1990, passado a enfatizar não só o subemprego, mas também a informalidade como problemas da heterogeneidade estrutural.

Do ponto de vista prescritivo, a CEPAL partiria de um entendimento de que caberia ao Estado intervir para alterar este quadro problemático, pois ele seria o único capaz de romper com os impedimentos estruturais do desenvolvimento. Entretanto, para além disso, há outra mudança sobre a relação entre Estado e economia que se verifica nesta escola econômica. Como aponta Víctor Ramiro Fernández e Emilia Ormaechea (2018), o Estado tem centralidade no pensamento de Prebisch não só como ponto de chegada, mas de saída. Diferente da escala individual ou empresarial que a economia política costumava empregar em suas análises, os textos iniciais da CEPAL assinados por Raul Prebisch são expressão de uma já formada virada macroeconômica, no qual a escala é o próprio Estado-nacional. Isto é feito sem precisar ser deliberadamente lembrado no decorrer dos textos, porque já é dado. Montada após a Segunda Guerra mundial, a Comissão já surgiu em outro entendimento sobre como funciona a economia, em que a intervenção das autoridades públicas não era mais o objeto de polêmica que fora nos anos anteriores. Diferente de Keynes, Mannheim e Myrdal – que escreveram seus textos a partir dos anos 1920 e 1930 – o Estado é protagonista nos relatórios da CEPAL sem precisar aparecer, porque ele é tido como o sujeito oculto da economia, tanto no aspecto epistemológico - que diz respeito ao que se deve observar para entendê-la – quando no deontológico – que se dá no entendimento de que ele deve intervir na economia, planejando e coordenando suas atividades<sup>18</sup>.

Em relação à crítica ao *laissez-faire* e aos preceitos da escola clássica, os textos da CEPAL partiam de uma preocupação centrada nos problemas ligados à parte do mundo entendida por eles como periférica. Nas palavras de Prebisch, ele almejava fazer uma “[...] revisão da teoria do ponto de vista do desenvolvimento periférico [...]” (PREBISCH, 2000a, p. 157). Por isso, a CEPAL buscou aprofundar um ponto que não era preocupação de John Keynes ou Karl Mannheim, e que mesmo Gunnar Myrdal não trata diretamente. Na discussão

---

<sup>18</sup> Pegando emprestado o termo antes empregado por Albert Hirschman, Ricardo Bielschowsky classifica o relatório produzido em 1949 e assinado por Raul Prebisch como “manifesto latino-americano” (BIELSCHOWSKY, 2020, p. 1). Da maneira que o analista percebe podemos, inclusive, compreender parte da recepção política dos documentos produzidos desde o final da década de 1940 pela Comissão. De fato, a heterodoxia econômica brasileira constituiria posteriormente a sua identidade a partir de preceitos lançados pelo estruturalismo latino-americano que, tal como a alcunha de manifesto sugere, tinha para eles sentido não só científico, mas político. Este entrelaçamento tão presente entre as divisões do pensamento econômico também estava presente em Keynes e Myrdal. Deste ponto de vista, a economia era entendida como ciência que explica a realidade social tal como ela é, sendo capaz de apontar os sentidos das mudanças necessárias. Na visão de mundo que eles fazem de si, a normatividade é consequência de uma epistemologia e uma ontologia acuradas, cujo apelo ao empírico é tido como recurso fundamental. Daí, a tendência de uso de vocabulário supostamente técnico e emprego com pretensão de ser neutros. No entanto, como vimos demonstrando neste capítulo, se a política era o ponto de chegada, nunca deixou de ser o ponto de partida. O mesmo se percebe na leitura dos primeiros relatórios da CEPAL. No decorrer da tese, esperamos que fique claro que o mesmo arranjo se verifica em outros desenhos do pensamento político e econômico, sejam eles liberais, socialistas ou conservadores.

inaugurada pelo célebre texto de 1949 “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais” (PREBISCH, 2000b) a crítica teórica principal é a doutrina das vantagens comparativas, de David Ricardo. Segundo este pai fundador da economia política clássica, cada país se favoreceria mais no comércio internacional se direcionasse sua produção doméstica para as mercadorias que conseguiria produzir mais barato e importando o que lhe era custoso. Assim, países de matriz econômica agrícola se beneficiariam da exportação desses bens e poderiam comprar no comércio interior os bens manufaturados (RICARDO, 1996). Observando este princípio do ponto de vista latino-americano, Raul Prebisch afirmava que esta tese não serviria para o desenvolvimento de sua região, posta de maneira doutrinária pela divisão internacional do trabalho como produtora de matéria-prima. Em sua análise, os pressupostos imbricados nisso seriam de que o fruto do progresso técnico se distribuiria de maneira equitativa, o que, para ele, era algo desmentido pelos fatos. O autor não defendia que a exportação primária fosse totalmente interrompida, mas que enquanto motor da economia nacional ela não seria capaz de oferecer as divisas necessárias para o desenvolvimento econômico da América Latina. Para ele, a única maneira de os países da periferia do capitalismo receberem as benesses de aumento da renda, dos salários, do poder de compra e do bem-estar gerados pelo progresso técnico seria pela industrialização.

A tendência histórica verificada pelo autor era de um desenvolvimento desigual entre as regiões do mundo. Nos países que ele classifica como parte do centro, a economia seria altamente produtiva e relativamente homogênea. Já os tidos como periféricos, teriam economia heterogênea, em que o único fator com produtividade considerável seria o primário. Em seu entendimento, existiria um pressuposto de que este tipo de modelo reproduziria o atraso. Compartilhando do juízo que já estava presente desde o efeito multiplicador de Keynes, no qual incrementos na indústria empurrariam o desenvolvimento não só econômico, mas social, Prebisch entendia que países produtores de bens manufaturados teriam o seu progresso garantido por este modelo. Isto era explicado pelo fenômeno da elasticidade-renda da demanda, pelo qual o aumento da renda garantido pela própria inovação tecnológica produziria incremento na demanda por mais destes produtos. Entretanto, os bens agrícolas teriam uma tendência de estabilização na reivindicação de seu consumo, por se tratar de artigos de necessidade. Nas nações industrializadas, o excedente de mão-de-obra antes empregada na atividade agrícola foi absorvido pela indústria daqueles países. No entanto, no resto mundo, o ritmo de industrialização seria muito mais lento, o que dificultaria a absorção desta mão-de-obra. Isso interferiria nos salários (que seriam pressionados para baixo) e nos preços da periferia. Em texto de 1952 a industrialização chega a ser referida não apenas como modelo a

ser almejado, mas como ponto final de uma teleologia, visto que ela seria “[...] a forma de crescimento imposta pelo progresso técnico” (PREBISCH, 2000c). Portanto, os países tidos como periféricos necessitavam chegar neste ponto para evoluir. Se isso não era feito naturalmente, precisava ser induzido.

Em seu juízo, a manutenção deste cenário de economias primárias com produtividade baixa teria um efeito circular nocivo. Afinal, o quadro não daria condições de formação de poupança, impactando por sua vez na quantidade de capital disponível e finalmente voltando para a baixa produtividade e para o diminuto padrão de vida dos habitantes destes países. Se deixada livre, a roda continuaria girando, portanto, era preciso que se adotasse deliberadamente o investimento em setores de alta produtividade. O setor de bens de capital seria chave neste sentido, porque aumentaria a produtividade e permitiria novas inversões. Outra vantagem da alteração de modelo seria que a indústria teria o poder de fomentar a agricultura, porque sua implementação representaria acréscimo na demanda por produtos primários, embora o contrário não ocorresse.

Na análise de Prebisch, entre 1870 e os anos anteriores à Segunda Guerra Mundial, os preços do mercado internacional teriam se movido contra a produção primária, o que teria dificultado o acesso a bens industrializados por países de economia agrário-exportadora. A quantidade de bens industrializados que se podia adquirir com a mesma quantidade de produtos primários diminuiu consideravelmente neste tempo. Em sua percepção, a economia capitalista funcionaria por um processo cíclico de preços, no qual a produção primária seria a grande prejudicada. Isso porque, na média das oscilações, os períodos de baixa acabariam tendo efeito mais negativo do que os positivos tinham durante a alta. No decorrer do tempo, os preços dos produtos agrícolas e dos manufaturados teriam progressivamente se distanciado, favorecendo o segundo grupo. Sua conclusão com isto é de que “[...] enquanto os centros preservaram integralmente o fruto do progresso técnico de sua indústria, os países periféricos transferiram para eles uma parte do fruto de seu próprio progresso técnico. (PREBISCH, 2000b, p. 83).

Dentre as outras diferenças entre centro e periferia que o economista aponta, está o problema de mobilização. A classe trabalhadora da periferia seria menos organizada e, por isso, teria menos capacidade de pressão do que as do centro em reagir contra quedas salariais. No período de baixa do ciclo, as fortes pressões do centro contra diminuição nos salários teriam seus custos transferidos para a periferia, obrigada então a diminuir seus lucros ou os salários. Enquanto isso, os privilegiados da relação manteriam alto poder de compra e de bem-estar e maior capacidade de inovar tecnicamente. A indústria dos países centrais teria o poder,



inclusive, de interferir na mão-de-obra empregada nos países periféricos, pois o aumento de sua demanda geraria oferta de emprego nestas nações.

Dando nome aos envolvidos no esquema conceitual, o autor aponta que os Estados Unidos teriam se tornado o principal centro cíclico do mundo, fazendo com o que seu crescimento econômico afetasse com intensidade o comércio exterior. Enquanto os EUA estariam em processo de diminuir a quota de suas importações, a América Latina estaria aumentando e em dólar. Segundo dados do autor, em 1948 a potência do Norte tinha cerca de metade da reserva mundial de ouro, o que gerava escassez internacional e impedia o desenvolvimento de outros países. Isto porque, na medida em que se aumentasse a qualidade de vida da América Latina seria esperado que ampliasse a demanda por produtos industrializados que só eram passíveis de ser adquiridos por importação. Portanto, levar a frente um processo de industrialização na América Latina seria um modo de consertar esta dependência, atendendo internamente à demanda, sem os prejuízos cambiais da exportação.

A dinâmica entre o centro e a periferia continua no “Estudo econômico para a América Latina”, também de 1949. Desta vez, a digressão histórica foi até a Revolução industrial, quando teria se iniciado a propagação desigual do progresso técnico. Segundo Prebisch, ele só teria adentrado na periferia nos lugares onde isso seria necessário para produzir alimentos e matéria-prima para o centro. Ou seja, desde aí o incentivo seria seletivo e voltado para a demanda do mercado europeu. Só que quando o centro sofria uma crise econômica, sua demanda por produtos primários diminuiria, o que faria com que a relação de preços fosse desfavorável para os países periféricos. Apenas com o choque das importações gerado inicialmente pela Primeira Guerra Mundial e agravado pela crise 1929, que as autoridades teriam julgado necessário atenuar as perdas com um processo de industrialização. Isto teria se provado benéfico, com aumento de empregos e de poder de consumo para a população. Tomando como lição a reação latino-americano aos efeitos da crise de 1929, Raul Prebisch compreende que este tipo de postura foi um padrão mundial cuja Inglaterra não foi regra, mas exceção, visto que:

A Grã-Bretanha, por ser a primeira a conseguir dominar a técnica moderna, situou-se com evidente vantagem em relação aos países que se propuseram implantá-la posteriormente, a tal ponto que, sem nenhuma exceção, todos os que se foram desenvolvendo depois da Grã-Bretanha viram-se obrigados a tomar diversas medidas de estímulo e proteção às indústrias que se propuseram desenvolver. (PREBISCH, 2000a, p. 177)

Já em 1952, nos “Processos teóricos e práticos do crescimento econômico”, ele esclarece em um trecho sua visão de que o mercado deixado livre seria insuficiente para superar a condição de atraso no qual sua região se encontraria:

Uma vez que a proposição teórica sobre as produtividades marginais ajuda a resolver o problema prático que enunciamos, e dado que o funcionamento da livre concorrência é suficiente para obter o nível ótimo de produção nesse raciocínio, poderíamos indagar se não seria suficiente deixar as forças econômicas atuarem sem nenhum entrave para chegar à melhor solução. Talvez isso fosse o bastante, se não houvesse uma necessidade de proteção para conseguir a substituição das importações, e se a simples iniciativa privada não se mostrasse insuficiente para resolver alguns problemas vitais do crescimento econômico, em determinados casos em que é necessário prever com grande antecedência a demanda futura e realizar grandes investimentos. Sendo assim, é indispensável dispor de alguns princípios para determinar como se deve fazer a escolha entre as diferentes alternativas de investimento que se apresentam na realidade. (PREBISCH, 2000c, p. 195 e 196)

## 1.6 Considerações finais

Buscamos neste capítulo sustentar nossa interpretação de que a crítica ao *laissez-faire* como doutrina alheia à realidade e socialmente nociva, assim como a defesa de que o Estado tinha função de ator na economia e na sociedade não é uma excepcionalidade do contexto brasileiro. Ao contrário, como parte do mundo, nosso país estava em um contexto no qual estas ideias circulavam e ganhavam força, desde os anos 1920 e com mais força após a Segunda Guerra Mundial. Igualmente complicado é tratar o conjunto destas discussões como conservadora ou mesmo autoritária, uma vez que a maioria dos autores aqui analisados se viam como liberais e todos tinham como horizonte o aperfeiçoamento da democracia nestes moldes. Portanto, interpretações apegadas a ideia de que o processo de modernização brasileiro durante o século XX foi cego ao contexto internacional e seguiu chave conservadora e autoritária (MORAES, 1977; VIANNA, 1997; FAORO, 1989; DEMIER, 2013; CALDEIRA, 2017), perde de vista que, se tivemos de fato uma colonização distinta ou adotamos uma forma política outra que não a república, nosso Estado estava nos anos 1930 alinhado do ponto de vista teórico com a discussão internacional, mesmo que com especificidades (as quais algumas delas concordamos com a literatura). No pós Segunda guerra mundial, o Brasil partilhava – de seu lugar – a discussão sobre desenvolvimento em um cenário que a participação do Estado na economia era regra em todos os exemplos que ele queria alcançar.

Deste ponto de vista geral, a discussão sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento – a qual buscamos estabelecer um panorama seletivo neste capítulo – também pode ser interpretada como uma recepção da Filosofia da História (KOSELLECK, 2006), em que o

conceito de progresso e o de atraso eram expressos em referenciais econômicos. Por mais que Gunnar Myrdal se demonstrasse preocupado em elevar o bem-estar da periferia, em sua visão havia uma linearidade clara em que os países europeus e os Estados Unidos estavam mais avançados que o resto do mundo em sua evolução histórica. Já para Raul Prebisch, isto era um problema em sua própria realidade, em que uma dominação político-econômica atuaria para perpetuar a diferença entre o centro (moderno) e a periferia (atrasada).

A discussão sobre subdesenvolvimento tal como entendida por Myrdal e reelaborada para a América Latina pela CEPAL coube como uma luva na autopercepção de nosso Pensamento Político Brasileiro como atrasado (LYNCH, 2013). Neste novo paradigma em que a economia passou a servir como a ciência que fornecia o instrumental analítico para entendermos o nosso atraso, o subdesenvolvimento foi o lugar que o Brasil foi posto pelo seu próprio pensamento. Já o centro imaginado agora era tratado não apenas como civilizado ou moderno, mas como desenvolvido. Como já era tônica em nosso imaginário, o parâmetro era a realidade do Norte-global, que desde o Século XIX era o lugar com o qual nos sentíamos como em descompasso. Fosse isso porque eles nos percebiam assim ou porque nós aceitávamos esta visão. Entretanto, quando a discussão sobre desenvolvimento chegou ao Brasil, isto não ocorreu enquanto encontro de uma ideia com um lugar vazio, mas como recepção por atores concretos em um contexto histórico próprio – o que será tratado no próximo capítulo.

## 2. DO NACIONAL AO DESENVOLVIMENTISMO: A LONGA DURAÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO, O PROBLEMA DO ATRASO E A MUDANÇA DE PARADIGMA DOS ANOS 1930

### 2.1. A Filosofia da História e o problema do atraso no Brasil

A associação entre a Ditadura militar brasileira e uma política econômica nacional-desenvolvimentista é viva no imaginário sobre este período histórico. Este vínculo serviu tanto aos que visaram relativizar os males do período pelo crescimento econômico nele gerado, quanto aos críticos, que passaram a ver o projeto econômico e político do regime como partes do mesmo problema. Como já vimos no capítulo anterior desta tese – que trata das teorias do desenvolvimento entre os anos 1920 e o pós-guerra – o *status-quo* econômico defendia planejamento do Estado neste setor sem desvinculá-lo de uma concepção de democracia. Portanto, a associação exclusiva entre estas ideias e um ideário autoritário é artificial. França, Inglaterra e Estados Unidos são apenas alguns dos exemplos de países que mantiveram política econômica de tipo keynesiana sem ruptura democrática<sup>19</sup>.

No entanto, como nos demonstra Margareth Weir (1989), para entender os impactos destas políticas nos diversos Estados-nacionais, é preciso complementar a análise com a conjuntura interna. Na análise da autora, a rejeição que ocorreu às ideias de Keynes em um primeiro momento na Inglaterra se devia ao fato de o economista ser associado ao Partido Liberal e, por isso, ele sofreu sanções tanto dos trabalhistas – que viam seu projeto como limitado – quanto pelos conservadores – que eram ligados aos preceitos da economia clássica. Já nos EUA, suas ideias foram bem recebidas tanto porque confirmavam a experiência prévia do *New Deal* quanto porque apresentavam uma solução dentro dos marcos do capitalismo para a questão social.

Neste capítulo, visaremos entender o ambiente do pensamento político brasileiro anterior à República de 1946. Nosso objetivo é demonstrar que a ideia de um Estado que intervinha na economia e na sociedade com funções modernizadoras não é uma novidade do pós-guerra em nossas elites políticas e culturais. Nosso argumento é que este ideário já existia em nosso pensamento político, sobretudo na tradição que Christian Lynch (2016) classifica como nacionalista. A nosso ver, também é fundamental relacionar tal questão com uma

---

<sup>19</sup> Tal como ressaltado no capítulo anterior, é importante destacar que políticas de planejamento econômico e de intervenção do Estado na economia foram adotadas pela maioria absoluta dos países de renda alta, inclusive entre países que alcançaram este estatuto em momentos históricos diferentes. Alguns exemplos são: França, Alemanha, Espanha, Irlanda, Japão e China. Cf. REINERT, Erik. *Como os países ricos ficaram ricos e porque os países pobres continuam pobres*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

autopercepção que estes indivíduos tinham de fazer parte de um país atrasado frente à Europa e – posteriormente – aos EUA.

O conceito de atraso pressupõe determinada visão linear do processo histórico. Segundo François Hartog (2013) o regime de historicidade do Ocidente teria se modificado a partir da revolução francesa. Na medida em que um modelo de história exemplar já não conseguia mais orientar a ação, surgia o conceito moderno de História como progresso e a serviço dele. Passava a se entender, então, a História no singular, como processo universal. Para Koselleck (2006), a própria modernidade se caracterizaria pelo afastamento da experiência e da expectativa. Nesta concepção linear e evolucionista, o futuro é visto como um ponto superior em relação ao presente. Este conceito de História enquanto uma Filosofia da História, entendia o progresso como uma marcha das civilizações rumo ao aperfeiçoamento e ao distanciamento em relação ao passado.

Ao mesmo tempo, mas não no mesmo espaço que a Europa, a Filosofia da História foi recepcionada pelos intelectuais e atores políticos do outro lado do Atlântico. Tal como aponta Christian Lynch (2016), o fato das elites brasileiras se enxergarem como habitantes de uma periferia atrasada deu ao conjunto dos seus textos conformação estilística e temática específica. Elas teriam internalizado os pressupostos europeus de um processo histórico evolucionista, no qual o Brasil estaria atrasado em relação ao centro. Segundo o mesmo autor, seria uma tônica do pensamento brasileiro esta autoimagem que naturalizava assimetrias econômicas e políticas como assimetrias de natureza e de cultura.

Para reparar esta deficiência, medidas econômicas, sociais e políticas deveriam ser tomadas. No século XIX, este discurso se dava na disputa entre o Partido Liberal e Conservador por um modelo de encaminhar o progresso que poderia ser federalista ou unitarista, a fim de tornar o Brasil uma Civilização. Na Primeira República, este anseio ganhou a forma da disputa por projetos de modernização nacional de insumo cientificista, tendo as ciências duras como referência de interpretação e solução da realidade. Nas primeiras décadas do século XX, autores como Alberto Torres e, posteriormente, Oliveira Viana e Azevedo Amaral se destacam como defensores de um modelo de entrada do Brasil na modernidade encabeçado pelo Estado. Nas décadas seguintes, o entusiasmo com o desenvolvimento econômico produzido a partir da Era Vargas fez com que esta disputa diacrônica entre nacionalistas e cosmopolitas ganhasse feição específica, o que levou diferentes atores a defender projetos desenvolvimentistas nos anos 1950 e 1960.

Em um esforço de sistematização, podemos categorizar estes diferentes modelos de compreensão da realidade e de solução dos problemas nacionais a partir do que Thomas Khun

(2017) chamou de Paradigmas. Entendemos por este termo um conjunto de ideias, métodos e referenciais linguísticos e filosóficos que orientam a produção de conhecimento durante determinado período. Entre a condição de existência de um Estado brasileiro e a crise do Petróleo de 1979, consideramos existir três paradigmas que interpretam de modo diferente a Filosofia da História em território nacional. São eles os paradigmas da: Civilização, Modernização como evolução e Modernização como Desenvolvimento. Embora os termos existissem antes e depois dos períodos de seus paradigmas, eles ganharam conteúdo semântico distinto durante sua hegemonia. Uma tentativa de organização segue na tabela abaixo:

Paradigmas	Período	Características gerais	Exemplo de autores
Civilização	da fundação Estado até Proclamação da República	Problema do atraso como problema de enquadrar o país nas instituições, no comportamento e nos costumes típicos dos países civilizados. Soluções tanto unitaristas quanto federalistas para o problema da Ordem e da manutenção geográfica e administrativa do território. Direito e Filosofia como referencial teórico fundamental.	José Bonifácio, Visconde de Uruguai, Tavares Bastos, Joaquim Nabuco, Bernardo Pereira de Vasconcelos
Modernização como evolução	Primeira República até a “Era Vargas”	Problema do atraso seria resolvido pela modernização do país, via instituições modernas, solução dos problemas de miscigenação e de geografia e da adequação à nova lógica científica e da razão. Ciências naturais como referencial teórico fundamental. Influência do Positivismo e do Darwinismo.	Joaquim Nabuco, Silvio Romero, Rui Barbosa, Euclides da Cunha, Eduardo Prado, José Maria da Silva Paranhos, Campos Salles, Alberto Salles, Alberto Torres, Oliveira Viana
Modernização como Desenvolvimento	“Era Vargas” até a crise da Ditadura militar	Problema do atraso seria fundamentalmente um problema econômico, a ser resolvido via um projeto	Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Golbery do Couto

		<p>nacional deliberado de Planejamento estatal da economia, industrialização via substituição de importações, formação de mercado interno nacional etc</p> <p>Economia como referencial fundamental, que serve inclusive de insumo para as Ciências Sociais, então em fase de institucionalização.</p>	<p>e Silva, Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado, Eugênio Gudin, Juarez Távora, Humberto Castello Branco, Roberto Campos, José Serra</p>
--	--	--	---

Nas próximas seções deste trabalho faremos um panorama de como a questão do atraso era equacionada nos distintos paradigmas. Após uma breve explanação – apoiada por bibliografia secundária especializada – dos dois primeiros enquadramentos do problema, nos deteremos sobre obras de autores que expressam a mudança para o terceiro paradigma, o da modernização como desenvolvimento. Por este terceiro momento compreender o objeto de nossa tese, nos deteremos com mais atenção em sua transição, de modo a observar como as principais questões associadas ao pensamento desenvolvimentista (FONSECA, 2015) – planejamento estatal, nacionalismo e industrialização – apareciam no pensamento político entre a crise da Primeira República e a Era Vargas. Como veremos, questões geralmente associadas ao pensamento político e econômico entre os anos 1940 e 1960 já são perceptíveis na produção das décadas anteriores. Na análise da transição entre o paradigma da evolução para o do desenvolvimento, perceberemos pelas datas dos textos que o debate sequer pode ser lido como espécie de transplante atrasado, visto que ele ocorria de maneira simultânea no pensamento internacional – analisado no capítulo anterior – e no autóctone. Neste último, se o conjunto de questões do paradigma do desenvolvimento não era tão evidente no pensamento econômico, certamente o era no pensamento político brasileiro.

## 2.2 A fundação do Estado: o paradigma da Civilização e a questão Nacional

Antes de se almejar modernizar um Estado, é preciso fundá-lo. Por isso, o nosso ponto de partida é a fundação do Estado brasileiro, pois a partir dele passa a existir um referencial político e administrativo que baseia as inspirações por modelos de civilização, cujo exemplo era a Europa. Ponto que por vezes é controverso é se foi a partir deste momento ou ainda na colônia que começou a haver consciência e projeto nacional no Brasil.

A existência de projeto nacional – ou de uma ideologia que possa ser chamada de nacionalismo – no período colonial é interpretação presente tanto na tese de doutorado de Ivan Salomão (2013), quanto em artigo escrito em coautoria com Pedro Fonseca que sintetiza os seus argumentos. No segundo texto, os autores advogam:

A mais antiga vertente formadora do desenvolvimentismo foi o nacionalismo, cujas primeiras manifestações remontam ao período colonial. Faz-se pertinente qualificar suas diferentes facetas no decorrer do tempo, uma vez que durante a vigência do exclusivo metropolitano as rebeliões nacionalistas estiveram envoltas em uma clara aura política. (SALOMÃO; FONSECA, 2017, p. 8)

Nas considerações dos autores, os movimentos de contestação colonial do século XVIII seriam a primeira expressão deste sentimento de pertencimento nacional. Posteriormente, no segundo reinado, seriam incorporadas pautas econômicas mais claras e o inimigo externo seria substituído por seus representantes internos. Entendemos que a existência de um pensamento sobre a nação brasileira antes da formação do Estado brasileiro entre 1808 e 1822 não era possível. Pelo mesmo motivo, propomos que o salto do final do século XVIII para o Segundo Reinado feito pelo autor em sua tese de doutorado (SALOMÃO, 2013) e no artigo (SAMOLÃO; FONSECA, 2017) acaba por não tratar de um momento chave no qual a concepção de nação é formada pelos atores envolvidos na emancipação política do Brasil. A nosso juízo, esta incompreensão se deve ao fato de os autores quererem entender o nacionalismo como característica do desenvolvimentismo. Entretanto, advogamos que o imperativo do desenvolvimento na cena nacional é muito posterior a este período. Durante o Império, o conceito chave de superação do atraso nacional era Civilização.

Sobre a existência ou não de sentimento nacional durante o período colonial, consideramos necessário certa digressão historiográfica. Farta literatura produzida por historiadores (FAUSTO, 2012; MATTOS, 2004, MATTOS, 2005) e cientistas políticos (RICUPERO, 2004) indica que movimentos como as Conjurações Mineira e Baiana, Insurreição Pernambucana e tantos outros que dela se seguiram eram movimentos locais de



revolta. Ao tratar destes movimentos, Boris Fausto sinaliza: “Podemos mesmo dizer que foram movimentos de revolta regional e não revoluções nacionais” (FAUSTO, 2012, p. 98). Em outra passagem, o historiador enfatiza o tipo de identidade mobilizada pelos participantes destas contestações à Coroa portuguesa: “Os rebeldes do período se afirmam como mineiros, baianos, pernambucanos e, em alguns casos, como pobres, tanto ou mais do que como brasileiros” (Idem, p. 99).

Ilmar Rohloff de Mattos aponta para a mesma análise quando afirma: “Dessa forma, em que pesem os esforços de muitos por identificar uma unidade nacional em gestação desde o período colonial, a realidade construída pelo processo de colonização foi bem outra, e não escapou a alguns”. (MATTOS, 2004, p. 35). Em artigo do autor sobre a construção do Estado brasileiro após a independência, ele ressalta que a identidade que se mobilizava no Rio de Janeiro era de portugueses americanos, e explica:

Uma denominação - portugueses americanos - que se somava a muitas outras que expressavam as múltiplas identidades construídas ao longo do processo colonizador, nas diferentes regiões coloniais, como “paulistas”, “pernambucanos”, “bahenses”, “filhos de Minas” ou ainda “patriotas<sup>20</sup>”. (MATTOS, 2005, p. 15)

Segundo o historiador e cientista político José Murilo de Carvalho (2005) *em A formação das almas*, a apropriação da Conjuração Mineira como um movimento de caráter nacional e emancipatório foi consolidada um século depois do evento. A partir da geração republicana de 1870 o evento teria começado a ser louvado, tanto pela sua defesa da república quanto – supostamente – da Nação. Tal interpretação teria se intensificado e se transformado em verdadeira propaganda do Regime republicano após a Proclamação da República em 1889. Entre os procedimentos adotados estava a invenção do único condenado à morte por participar da conspiração – Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes – como mártir da República e do Brasil. Na narrativa do autor, foi deste modo que um movimento que sequer chegou a acontecer e que era composto em sua maioria por uma elite insatisfeita com o controle da metrópole sobre si, – e o conseqüente aumento de imposto por isso gerado – que não propunha fim do regime escravista e nem emancipação política dos demais territórios da América Portuguesa, entrou para a memória social como nacionalista.

---

<sup>20</sup> Segundo o autor, Pátria e Nação são conceitos distintos neste período, o primeiro diria respeito justamente a localidade, região em que se nasceu. Já o segundo seria um sentimento de identificação mais amplo com uma comunidade ao qual se faz parte, parecido com a maneira que o termo é entendido atualmente.

Ilmar Rohloff de Mattos (2005) afirma que a gestação da ideia de Nação no Brasil foi feita a partir de 1822 pelos indivíduos engajados neste processo. Naquela conjuntura, o que estes atores ansiavam era a superação de sua condição de atraso pela incorporação de procedimentos adotados pelos países tidos como Civilizados. Ao mesmo tempo, filiavam-se a sua ancestralidade portuguesa:

A associação entre Império do Brasil e Nação brasileira era propiciada pela construção do Estado imperial. E esta construção, por sua vez, impunha a própria constituição da Nação. À dominação das demais “nações” somava-se a direção pelo Governo do Estado daqueles brasileiros em constituição, o que implicava um padrão diverso de relacionamento entre aquele governo e o da Casa, “quebrando” as identidades geradas pela colonização, por meio da difusão dos valores, signos e símbolos imperiais, da elaboração de uma língua, uma literatura e uma história nacionais, entre outros elementos. Impossibilitado de expandir suas fronteiras, o Estado imperial era obrigado a empreender uma expansão diferente: uma expansão para dentro. E aí reside o traço mais significativo na construção de uma unidade. (MATTOS, 2005, p.19)

Ilmar Mattos propõe que o ponto de referência dos Construtores do Brasil seria a herança do reformismo ilustrado português, tendo no Marquês de Pombal sua personificação. Tal referência dá nome ao seu artigo: “Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política” (MATTOS, 2005). Nos anos seguintes, esta percepção de que o caminho ideal para o Brasil deveria ser direcionado por um Estado forte, com divisão político-administrativa unitarista e com controle da economia passaria a caracterizar o Partido Conservador, ou Saquarema. Este ponto de partida, a nosso juízo, parece o mais adequado para compreender as origens do Pensamento Político Nacionalista, ou Nacional-estatista, tal como categorizado por Christian Lynch (2013). Neste primeiro momento, Bernardo Pereira de Vasconcellos (1795-1850) e Paulino José Soares de Sousa, o Visconde de Uruguai (1807-1866) seriam os grandes representantes da discussão política em torno do conceito de Nação para o Brasil, reivindicando para si posição “realista” em oposição ao “idealismo” cosmopolita e federalista dos seus opositores do Partido Liberal, ou Luzia.

A polêmica entre o Partido Conservador e o Partido Liberal por modelos de constituição da Civilização brasileira foi tema de *Centralização e descentralização no Império*, de Gabriela Nunes Ferreira (1999). Buscando reconstituir a polêmica entre Aureliano Tavares Bastos e Visconde de Uruguai, a autora ressalta como o Direito, as instituições e a concepção de sociedade civil dividem a opinião destes teóricos e atores políticos. Liberal e cosmopolita, o primeiro entendia a organização federativa dos Estados Unidos como modelo de Civilização na América. Para Tavares Bastos, a descentralização administrativa e política permitiria que as

particularidades regionais formulassem suas próprias soluções para seus problemas. Apostando nesta via, ele considerava que existiriam condições de que se formasse uma sociedade civil em moldes inspirado nos EUA. Feito isto, a ação do Estado seria o de atender as demandas destes grupos.

Já o conservador e nacionalista Paulino Soares de Sousa considerava que a nossa unidade territorial permanecia ameaçada em meados do Século XIX. Além disso, não existiria organização social das províncias em um nível que permitisse dar-lhes a autonomia na tomada de suas decisões. A entrega de poder para estes grupos seria delegar a decisão para grupos facciosos que não estariam preocupados com o interesse nacional. Por isso, era necessário que o Estado se mantivesse em estrutura centralizada e encaminhasse a superação do atraso a partir das elites ilustradas da capital.

Lidiane Vieira (2021) também tratou em sua tese de doutorado sobre a divergência de opiniões sobre qual modelo de Estado seguir durante sua formação em países latino-americanos – Argentina, Brasil e Chile. A interpretação da cientista política está em consonância com a nossa, na medida em que ela compreende que embora existisse divergência de visões sobre qual a melhor organização estatal para atingir a Civilização, os envolvidos nas disputas compartilhavam de que o modelo europeu era o alvo a ser atingido. A analista também entende que aqueles atores políticos partilhavam de uma visão de seu próprio processo histórico como um desvio da norma ocidental, o que implicaria criatividade na construção de seu Estado e de sua Civilização. Eles se percebiam como atrasados frente àqueles povos e tinham a intenção de se tornar como eles.

### **2.3 O paradigma da Modernização como evolução**

Tal como aponta Christian Lynch (2013), a última década do Império e a maior parte da Primeira República são marcados pela hegemonia do pensamento liberal-cosmopolita. Na teoria do desenvolvimento político brasileiro que o autor advoga, o período de consolidação do Estado-nacional coincidiria com a preeminência do partido conservador. Uma vez ele tendo sido consolidado, o sistema se abriu para novas reivindicações, ligadas às pautas então concentradas no Partido liberal e que se perpetuaram na Primeira República. Nos termos de

Lynch, findo nosso momento Monárquico, inicia-se o momento oligárquico<sup>21</sup>, marcado por um modelo excludente, fechado para a participação política e mesmo para a representação.

Desde a Constituição de 1891, com forte inspiração no modelo norte-americano, o país passara a ser oficialmente federalista, com ampla autonomia legislativa para os Estados. Em 1898, com a política dos governadores inaugurada por Campos Salles monta-se um arranjo de acordo entre Municípios, Estados e União na qual um ente garante a manutenção do poder do outro. Esta prática ficou popularmente conhecida como política do “Café com Leite”, por ter se caracterizado por uma alternância na presidência da República entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais.<sup>22</sup>

Do ponto de vista econômico, o período foi igualmente liberal e baseava-se em modelo primário, exportador de Café, “[...] com um regime cambial e comercial relativamente livre.” (FRITSCH, 1990, p. 32), baseado na Doutrina das Vantagens comparativas de David Ricardo. Seguindo esta doutrina, enxergava-se que o papel do Brasil na economia internacional seria de espécie de celeiro do mundo, por conta de suas condições favoráveis para a agricultura (RICARDO, 1996). Segundo Ricardo Bielschowsky, “A tradição da ideologia econômica brasileira desde o início do século XIX até os anos 30 foi liberal, como é consenso entre os historiadores.” (BIESCHOWSKY, 2001, p. 91). Estas práticas políticas e econômicas adotadas na Primeira República evidenciam uma característica que Christian Lynch considera fundamental no pensamento liberal brasileiro, seu cosmopolitismo. Para o autor: “As elites oitocentistas brasileiras cedo absorveram esses conceitos e categorias, extraídos da filosofia da História, e a cultivaram por muito tempo.” (LYNCH, 2013, p. 740).

Obra do período que exemplifica o pensamento político da Primeira República como parte de um paradigma da modernização como evolução é o livro *Ciência Política*, de João Alberto Salles (1891). Irmão mais novo do presidente da República Manoel Ferraz de Campos Salles, ele cumpriu a função com sua obra de sistematizar a doutrina do partido republicano paulista, que por sua vez representava os interesses da oligarquia cafeicultora do seu estado.

O livro era espécie de amálgama dos postulados cientificistas do seu período de escrita, sobressaindo a recepção do darwinismo social desenvolvido por Herbet Spencer. O resultado que se percebe é uma defesa do mercado como um mecanismo natural que equivale à seleção

---

<sup>21</sup> Cf. LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da monarquia à oligarquia: História institucional e pensamento político brasileira (1822-1930)*. Rio de Janeiro: Alameda, 2014, 283 p. Segundo este autor, o modelo instaurado no Brasil foi ainda mais fechado do que no Império, sobretudo nos anos finais do Segundo Reinado.

<sup>22</sup> Cf. o verbete elaborado pela equipe do Centro de Documentação e Pesquisa da FGV-Rio disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/POL%C3%8DTICA%20DOS%20GOVERNADORES.pdf>

das espécies, só que na sociedade. Nesta visão, mobiliza-se o conceito spenceriano de luta pela vida (SPENCER, 2020) desenvolvido na obra de 1884 do autor para equivaler a competição no mercado entre indivíduos livres guiados pelos seus interesses à evolução que ocorreu na natureza, tal como apresentada por Charles Darwin. Assim, a economia é tida como a ciência social por excelência, que daria a base de como a sociedade se organizaria, ou seja, por um equilíbrio espontâneo e natural entre as forças econômicas cujo resultado seria a harmonia social.

A ideia de ciência política que dá título ao texto mobiliza um conceito duro e monolítico do primeiro termo, de modo a advogar que apenas com conhecimento científico seria possível governar adequadamente. Este, por sua vez, é retirado dos preceitos que Alberto Salles recepciona, tendo como resultado uma percepção de política como agência e administração limitadas por uma série de determinantes, que seriam dados em uma ordem social tida como natural. Nela, o papel do Estado seria mínimo e limitado por variáveis biológicas e naturais objetivas e inescapáveis. Qualquer intervenção, portanto, seria ir contra a ciência e contra a própria natureza. O modelo ideal de governo, então, seria de um presidencialismo forte para manter o Estado mínimo, cujo presidente ilustrado se sobreporia ao povo ignorante e também ao parlamento, tido como lugar de deliberações vazias e, no limite, inúteis – uma vez que a verdade e a ciência seriam únicas. Uma vez mantida e incentivada de cima esta ordem natural, a sociedade avançaria a partir de seu progresso material e econômico, levados a frente pelos agentes econômicos, sobretudo os proprietários rurais (no caso do Brasil), mas também os industriais e o setor financeiro.

Neste mesmo momento histórico, a discussão racialista avançava no mundo, a partir de autores como Artur de Gobineau e também o mesmo Herbert Spencer que inspirava Salles. Ambos se notabilizaram internacionalmente por formular hipóteses da realidade social que se baseavam em diferenças de ordem racial. Nesta visão – muito popular à época – as desigualdades de ordem econômica, política ou social teriam como variável independente a raça dos indivíduos. A recepção destas ideias também ocorreu no Brasil e é perceptível na obra do autor, para quem a prosperidade da raça branca europeia era forma de verificar sua superioridade frente às demais, percebidas como biologicamente inferiores.

Constituindo elemento importante do paradigma da modernização como evolução, a presença marcante de elementos tidos como racialmente inferiores é percebido neste esquema interpretativo como razão de seu atraso. Dentro deste paradigma, o Brasil era um país menos evoluído que por esta condição deveria formar em seu território um contingente populacional racialmente superior, fosse por imigração europeia ou por cruzamentos interracialis. Assim, as

instituições e as políticas públicas deveriam aplicar as doutrinas de países que estavam em etapa mais avançada, como os da Europa e os Estados Unidos da América. Para além da abordagem economicista de Alberto Salles, intelectuais como Silvio Romero surgem como figuras-chaves no enquadramento do problema do atraso nacional por instrumental teórico importado das ciências biológicas, então em ascensão. Como consequência, o Brasil passou a ser percebido como atrasado devido sua composição geográfica e racial. Em outro trabalho, advogamos:

As preocupações da virada do século XIX para o XX tiveram uma relação muito mais estreita com a noção de inferioridade do negro e como isso representaria um empecilho na formação de uma população civilizada, equilibrada e dada à intelectualidade. Os argumentos que demonstravam a instabilidade dos mestiços e sua degradação em relação às raças originais acabaram sendo modos de desqualificação do perfil da população brasileira, com grandes contingentes mulatos e caboclos. [...]

O debate foi ficando cada vez mais complexo. Além de divergirem sobre quais rumos o Brasil deve tomar para se tornar uma nação vista como civilizada, os autores não concordavam nem quanto aos conteúdos fixos do conceito de raça. Essa ideia adotava um formato histórico [...], como no Silvio Romero de *A história da literatura brasileira* (1888), onde este admitia a predeterminação histórica da raça pelo meio de origem. Nina Rodrigues também foi outro autor que pode ser identificado como um dos herdeiros da tradição determinista de raça, que concebe estudos baseados em supostas diferenças genéticas e naturais entre grupos que devido a condições preexistentes à vida social estão localizadas em determinada posição. (CANNONE; DIAS, 2018, p. 9)

Neste período, já começa a emergir também uma ciência social brasileira em moldes tidos atualmente como modernos. Ela vai gradualmente se distanciando da literatura, de um lado, e do aporte teórico exclusivo das ciências naturais, de outro. Autores como o próprio Silvio Romero (1851-1914) já demonstram uma tentativa de compreensão da realidade nacional por uma via que se distancia do discurso ficcional. Com Alberto Torres e Oliveira Vianna começa a se perceber uma ênfase na análise das estruturas econômicas e sociais, próprias do Brasil, como condicionantes da mudança em uma chave que não entendia o mercado como mecanismo natural e percebia o papel do Estado como importante para conduzir o progresso. Além disso, estes autores demonstram ceticismo para com o cosmopolitismo dominante na Primeira República. Para eles, a política brasileira deveria ser pensada a partir das relações econômicas e de classes sociais seguindo a especificidade do Brasil. A nosso juízo, eles funcionam como elo da tradição que reivindicava a necessidade do estudo da história do Brasil e de sua realidade social para a formulação de um projeto político modernizador de um tipo não mais calcado na evolução, mas no que viria posteriormente a ser compreendido como desenvolvimento (MARRECA, CANNONE, 2017).

## **2.4 A crítica ao paradigma da modernização como evolução e a formação do paradigma desenvolvimentista**

Os autores analisados a seguir são aqueles que, partido do paradigma vigente na Primeira República, levantaram sua crítica. O ponto que pretendemos demonstrar é que, ao fazê-lo, estes intelectuais e agentes do Estado contribuíram para a formação do paradigma de modernização como desenvolvimento. Primeiro com Alberto Torres e depois com Oliveira Viana e Azevedo Amaral, o ambiente político voltou a retomar as pautas da tradição nacionalista do pensamento político brasileiro, tal como categorizado por Lynch (2013). Desta vez, a crítica é feita em relação aos supostos excessos liberais do ambiente internacional anterior às guerras mundiais. No plano endógeno, isto se corporificava no regime político e econômico da Primeira República.

Os textos dos três autores a serem mobilizados nas próximas unidades defendem a retomada de um projeto nacional, intervenção do Estado na economia e centralização política e administrativa. Após os anos 1930, o otimismo com a política econômica de Getúlio Vargas demonstra um suposto efeito positivo destas ideias. Findo o Estado novo, já estava formado um novo paradigma de percepção do atraso, o da modernização como desenvolvimento. Nele, a economia e o papel interventor do Estado ganharam protagonismo como medidas necessárias para o Brasil se tornar moderno. Assim, quando as ideias do desenvolvimentismo keynesiano do pós-guerra chegam ao Brasil, elas foram recepcionadas neste ambiente.

### **2.4.1 Alberto Torres**

No plano do pensamento político, o esgotamento do modelo acima estudado tem expressão notória na obra de 1914, *O problema Nacional Brasileiro*, de Alberto Torres, livro que reúne textos seus escritos para o *Jornal do Comércio* em 1912, além de trechos de discurso pronunciado no mesmo ano no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e outros escritos para a publicação da brochura. Se havia hegemonia do pensamento cosmopolita, a obra de Torres demonstra uma virada que retoma pontos da tradição nacionalista. Além disso, Alberto Torres, Oliveira Viana e Azevedo Amaral funcionam como elo entre o paradigma da modernização como evolução para o de modernização como desenvolvimento. Estes autores reivindicavam a necessidade do estudo da história do Brasil e de sua realidade social para a formulação de um projeto político nacionalista e ao mesmo tempo modernizador e centrado no papel do Estado

como protagonista neste processo (MARRECA, CANNONE, 2017). Em outro trabalho, argumentamos:

O recurso à história advogado por Torres e Viana é justificado, especialmente, na necessidade imperiosa do estudo da história para a compreensão dos condicionantes econômicos e sociais, dos quais decorreria o “problema nacional” presente. Ambos dão grande importância à história do passado colonial e à herança ibérica como fatores explicativos desse problema, porém, ao invés do foco no aspecto cultural eles estão mais interessados com suas consequências no plano da autonomia econômica e da organização social. Revista sob a luz da economia e da sociologia, a história nacional não é exaltada de forma ufanista, como no caso do nacionalismo romântico, ou tida como uma condenação que, por sua relação com a cultura ibérica, impediria o acesso à modernidade, como no caso de intérpretes liberais. (MARRECA, CANNONE, 2017, p. 5)

Logo na introdução de *O problema nacional brasileiro* (2002), Alberto Torres já afirma a necessidade do que ele classifica como um olhar prático e baseado em fatos para o Brasil. Também são alvos de crítica do autor os estudos sociais e políticos feitos em sua época: eles partiriam de dados e análises que não seriam condizentes com a vida social brasileira, mas com a de sociedades e civilizações mais velhas do que o seu país.

Na parte do livro de Torres intitulada “Senso, consciência e caráter nacional”, o autor faz uma narrativa sobre o surgimento da nação. Para ele:

O espírito da “nação” forma-se, assim, como um sentido coletivo de proteção, de amparo, de assistência e de socorro, práticos e efetivos, contra riscos conhecidos e experimentados, entre homens e famílias que vivem juntos, tendo interesses comuns, e sabendo da existência de outros grupos, com os mesmos caracteres, e ligados pelos mesmos interesses, contrários, ou alheios, aos dos seus, e prontos a sacrificá-los, a bem da gente de seu sangue. (TORRES, 2002, p. 30)

A partir deste pressuposto geral, o autor percebeu a nação brasileira como a associação de indivíduos que a habitam e que são protegidos pelos órgãos políticos que constituem o seu Estado. Eles formariam um país na medida em que enxergassem entre si uma continuidade histórica e de heranças culturais. A partir da analogia com a função de Deus em uma esfera religiosa, o autor defende a necessidade da existência do Estado para organizar a vida nacional:

Na vida espiritual, o homem comunica a sua relação com a realidade divina, pelo nexa da fé, na esfera da consciência individual; o século e o mundo, o tempo e o espaço, ao alcance da relatividade da sua vida objetiva, ficaram entregues à única força e única autoridade efetiva e prática sobre seu arbítrio



e sobre sua responsabilidade: o Estado, órgão da nação. (TORRES, 2002, p. 48)

Para Alberto Torres, o problema não estaria na formação do Estado no Brasil, mas na ausência de consciência nacional necessária para dar organicidade para a comunidade política. Para o autor, os países que passaram por colonização não teriam formado artificialmente a sua nação. Isto faria com que no Brasil ela se confundisse com a vida da população, sendo algo intuitivo e não pensado. Um dos problemas mais graves da ausência de consciência nacional seria o transplante mecânico de ideias estrangeiras. Isto seria indesejável, porque as nacionalidades europeias e dos EUA estavam em estágios diferentes, tornando-as culturalmente incompatíveis com a brasileira. Expressão disto seria a forma como a questão racial viria sendo tratada no país, tema ao qual o autor dedica toda uma parte do livro<sup>23</sup>.

Em crítica direta ao enquadramento da questão no paradigma da modernização como evolução, Torres entende que nenhuma nação apresenta uma única raça homogênea. Para ele, o meio social definiria mais os indivíduos do que fatores biológicos. O Brasil deveria agregar as diferenças étnicas, sem hierarquizá-las:

Brasileiros, o nosso afeto patriótico deve abranger, numa igual e completa cordialidade, os descendentes dos portugueses, dos negros, dos índios, dos italianos, dos espanhóis, dos eslavos, de alemães, de todos os outros povos, que formam a nossa nação. Fora destes, não temos que reconhecer senão homens, senão semelhantes, seres da mesma natureza e do mesmo espírito, para quem o nosso país teve sempre abertas, com urbanidade e franqueza talvez inigualadas, e com vivos transportes de hospitalidade, casas e almas. (TORRES, 2002, p. 35)

Como ressaltamos, o capítulo que trata da questão racial vai na linha contrária do entendimento comum da Primeira República sobre o tema. Ele já começa com o elogio das características do povo. Isto porque, para Torres, o brasileiro tenderia a exagerar os próprios males. Influenciado pelas ideias vindas do ambiente cultural europeu, o Brasil transformaria o diagnóstico das incompatibilidades em desânimo com suas características locais, incluindo as raças que habitavam o território. Alberto Torres não acreditava na teoria da superioridade das raças brancas, fazendo referência, inclusive, ao antropólogo relativista Franz Boas para enfatizar que o ambiente pesaria mais que fatores fenotípicos ou genéticos para o

---

<sup>23</sup> Tal como apresenta Luiz Augusto Campos (2015), a posição de Alberto Guerreiro Ramos sobre o “problema do negro no Brasil” tem forte inspiração dos juízos de Torres sobre a questão.

desenvolvimento de uma cultura. A raça não teria nada a ver com a Civilização, segundo este autor.

Em seu juízo, apesar de ser um país com maioria populacional que não era do tipo europeu branco, o Brasil reproduziria ideias decadentes sobre a inferioridade dos negros. Ainda partindo de argumentos de ordem ambiental e geográfica típicos do paradigma da evolução, o autor os usa para chegar em conclusão contrária. Na visão de Alberto Torres, as raças existentes no país seriam as mais adaptadas ao clima e à geografia brasileira. O colono alemão teria prosperado no Brasil apenas porque os lugares que colonizou eram próprios para o seu tipo físico. O autor conclui então que a desigualdade entre raças no Brasil teria origem em questões que não são biológicas, como ausência de educação, escassez de alimentos e de moradia. Ele advoga: “A posição relativa, a hierarquia das raças, nas diversas épocas, é um simples fenômeno da evolução social; não é um fato anatômico, nem fisiológico: eis a conclusão deste trecho”. (TORRES, 2002, p. 72)

Este tipo de problema, para o autor, não teria a ver com problemas individuais, mas sim nacionais. Era pressuposto de Torres que a sociedade moldaria o indivíduo, no entanto, o Brasil não teria formado a consciência nacional necessária para o seu povo ser capaz de formar juízos sobre si e sobre os fatos que lhe envolvem. Isto nos teria impedido de avançar na direção do progresso. Escreve o autor:

O caráter nacional, a formar, entre nós, não é o caráter dramático, das obras de regeneração, nem um rígido caráter punitivo; mas um caráter consciente e sereno, capaz da sinceridade de reconhecer, sobre o espelho das nossas flagrantes realidades, que não sabíamos nada das coisas da nossa terra, e que temos vivido a pretender executar, sobre este solo único, um repertório de teorias exóticas. Tendo caminhado para o oceano, precisamos regressar ao centro: voamos, abandonando a terra, que implorava os nossos cuidados. Quisemos formar cabeça, antes de possuir um corpo, plantamos sementes importadas, e ainda não sabemos produzir sementes; importamos e cultivamos frutos alheios, abandonando os frutos do nosso clima. (Idem, p. 64 e 65)

Configurado este movimento, o Brasil teria uma soberania real, um espírito nacional prático que iria coordenar os interesses comuns daqueles que habitavam o território. A separação entre política e sociedade foi vista por Alberto Torres como fenômeno comum de sua época, a ser superado. Entretanto, no âmbito econômico, o autor teria a sua maior diferença com os autores típicos do paradigma da evolução como desenvolvimento. Ele defendia uma solução que se baseava na doutrina ricardiana das vantagens comparativas, então hegemônicas no pensamento econômico de sua época. Logo, para ele, modelo econômico do Brasil deveria ser baseado em exploração eficiente do solo e não em comércio e indústria, pois o país

necessitaria aproveitar os recursos que disporia. Para ele, um dos principais problemas da indústria estaria no excesso de deslocamento das massas rurais para as grandes cidades, gerando, progressivamente, superpovoamento em algumas regiões e abandono de outras. Porém, a crítica de Torres para chegar a esta conclusão não o afasta tanto dos seus sucessores, pois o autor não defende um lugar dependente para a economia brasileira. Para ele, a desvantagem de exportação para mercados externos esgotaria os recursos naturais para gerar produtos de interesse secundário nos mercados internacionais.

A economia tem neste autor papel fundamental para a independência de um país. Para ele, o Brasil não teria desenvolvimento nacional porque a economia internacional faria o governo escravo de interesses estrangeiros, tornando o país subalterno, condição esta que precisa ser superada, uma vez que “A independência de um povo funda-se, antes do mais, sobre a sua economia e sobre as suas finanças”. (TORRES, 2002, p. 128). Seria condição para a liberdade de uma nação ter sua economia livre, no sentido de uma economia independente, autônoma. Podemos concluir, então, que Alberto Torres também defendia um modelo econômico autônomo para o Brasil, mesmo que o arranjasse de modo diferente do pensamento industrialista que lhe sucedeu.

Embora a economia tenha papel preponderante, para que as mudanças nesta esfera sejam realizadas, mutações no âmbito das ideias também se fariam necessárias. O fato de a mentalidade brasileira copiar teorias e concepções que não seriam autóctones impediria que a “vida prática” (TORRES, 2002, p. 124) nacional se guiasse para os seus próprios interesses. Daí, Alberto Torres extraiu a sua tese da necessidade de formar uma consciência nacional brasileira. Ela deveria permitir que os habitantes do país se entendessem como tal, passando então a ver o Brasil por suas próprias lentes e não pela de terceiros.

Na parte final da obra, intitulada “Nacionalismo”, o autor critica as teorias estrangeiras de Rousseau e Marx como idealistas e mecânicas, na medida em que veem determinada direção para a vida social dos povos. Para Torres estas teorias seriam desvinculadas da prática e da realidade social tal como ela se apresentava. Ao contrário de se deixar influir pelas concepções exógenas, o Brasil precisaria de uma política nacional que percebesse o Estado como ator primordial para o seu progresso:

Só há um fator, uma força, um instrumento, um órgão, uma vontade, uma inteligência, com a função de promover a ação nacional, de manter a vida do país, no que o interessa em conjunto e permanentemente: é o aparelho político administrativo, com seus vários órgãos. (TORRES, 2002, p. 143)

Porém, a concepção de Estado necessária para o autor possuía características distintas. O Estado liberal de pouca interferência na economia e com baixa centralização administrativa era defendido por muitos à época de Torres. Contudo, este modelo seria para ele mera substituição do despotismo das autoridades centrais pelo dos indivíduos. Também seria um erro entregar a economia nacional aos interesses do capital especulativo estrangeiro. Para resolver os problemas do Brasil seria preciso um Estado que se guiasse pela necessidade de uma política nacional, definida pelo autor como:

A política nacional de um povo se pode definir como a atividade espontânea da sociedade, na defesa do seu caráter e da sua economia: no preparo nutritivo do seu desenvolvimento material, e no educativo do seu espírito. Esta política resulta, em geral, de um instinto da própria nacionalidade, isto é, de um certo número de hábitos, gravados hereditariamente nos organismos, transmitidos pela tradição, que conservam o vínculo do interesse coletivo, a consciência dos perigos comuns, o senso do auxílio mútuo, da solidariedade e da cooperação, fixados, por experiência secular, entre indivíduos relativamente semelhantes, habitando a mesma terra. (TORRES, 2002, p. 159 e 160).

Segundo Alberto Torres, afirmar a nacionalidade com o intuito de ser tornar o país autônomo seria um movimento mundial em relação ao qual o Brasil estaria na contramão. Apesar de crítico do transplante mecânico de ideias que tiveram seu desenvolvimento em outras civilizações, ele defendia a imitação do procedimento geral adotado pelas nações consideradas avançadas como meio de atingir o progresso.

#### **2.4.2 Francisco de Oliveira Viana**

Outro autor de transição entre o paradigma da modernização como evolução para o paradigma da modernização como desenvolvimento foi o jurista e sociólogo Francisco de Oliveira Viana. Embora carregue a infâmia de perpetuar ainda no Século XX interpretações racialistas nas quais o negro é colocado como inferior, o autor é elo importante na construção do ideário desenvolvimentista. Este ponto fica especialmente claro ao nos debruçarmos sobre sua produção sobre política e sobre formação social do Brasil.

Pelo menos desde a sua obra de 1920, *Populações Meridionais do Brasil*, ele se preocupava com o problema do transplante de ideias exógenas para a realidade brasileira e suas consequências na política nacional. Vale destaque aqui, a análise presente no capítulo VII, no qual o autor tratou da “função simplificadora do grande domínio rural”. Nesta empreitada, ele oferece um estudo do latifúndio e as suas consequências para a economia e para a sociedade

nacional como um todo. Oliveira Vianna acreditava que a forma de administração da terra no Brasil teria a ver com o ambiente e o clima tropical, mas não reduz sua análise a isso. Para ele, haveria algo de feudal na estrutura agrária brasileira que ecoaria desfavoravelmente na sociedade e na economia, chegando a ser pior do que o feudalismo europeu. No nosso caso, o grande domínio rural só teria produzido instabilidade, desordem e falta de vínculo de parte da população com a terra. Nas palavras de Oliveira Vianna: “O feudalismo é a ordem, a dependência, a coesão, a estabilidade: a fixidez do homem à terra. Nós somos a incoerência, a desintegração, a indisciplina, a instabilidade: a infixidez do homem à terra.” (VIANNA, 1952, p. 136)

A função simplificadora do grande domínio rural teria impedido que a sociedade brasileira se tornasse complexa ao refrear a formação de uma classe média. Para o autor, uma economia baseada em latifúndios produtores de gêneros voltados apenas para o mercado externo era rústica e atrasada. A partir daí, surge o paralelo que Viana faz entre as grandes extensões de terra nacionais e o feudalismo medieval. A estrutura fundiária nacional não teria permitido que se formassem pequenos proprietários e um comércio amplo. Ambos teriam sido engolidos pela capacidade de autossustentação das fazendas.

Posta esta mácula de nossa formação social, o Brasil precisaria pensar soluções próprias para superar seu atraso. Segundo o autor, isto passava por uma etapa de industrialização, tida como modelo econômico do mundo moderno<sup>24</sup>. Uma vez que esta fosse implementada, teríamos condições de viver em forma superior de organização, com laços de solidariedade social e aumento qualitativo na nossa forma de vida. Entretanto, na Europa e nos EUA isto surgiu organicamente em seus respectivos processos históricos, diferente do nosso caso. Recorrendo ao passado nacional no capítulo “Função política da Coroa”, o autor associa nosso ápice de modernização ao período Imperial. Segundo o sociólogo, a hegemonia do Rio de Janeiro foi conquistada lentamente pela representação do Rei – D. João VI e, posteriormente,

---

<sup>24</sup> Para entender o lugar da industrialização no pensamento político-econômico de Oliveira Viana, é preciso compreender suas categorias próprias de classificação. Sua obra póstuma *História social da economia capitalista* é onde este ponto é deixado mais evidente. Para ele, existiria uma virada cultural na modernidade, na qual o homem teria passado a definir o seu prestígio pelo dinheiro e pelo trabalho. Entre eles, haveria a mentalidade do pré-capitalismo de época anterior à modernidade, no qual a cultura era aristocrática do prestígio pelo ócio e pelas propriedades de terra. E, no outro extremo, havia o supercapitalismo, predominante na Europa Ocidental e nos EUA e que se caracterizaria pela realização máxima desse ideal do dinheiro, do lucro e do trabalho. Sua defesa é a de um “capitalismo puramente industrial” (VIANA, 1988b, p. 102.), que é um capitalismo de famílias e de pessoas, feito em bases coletivas de solidariedade. Dentro dele, a indústria e o setor agrário convivem, embora a segunda receba estatuto de setor moderno. A indústria é para ele um modelo econômico do capitalismo moderado, que garante a riqueza para seus proprietários, contudo, de maneira não obsessiva e visando sobretudo a subsistência, o que a aproxima da mentalidade pré-capitalista sem o distanciar das novidades exigidas pelo tempo.

D. Pedro I e II<sup>25</sup> – como “[...] substrato moral da nacionalidade” (VIANA, 1952, p.321). A fidelidade a estas figuras teria impedido que tendências separatistas tivessem sido bem-sucedidas, evitando o desmembramento após a Independência.

Durante o Segundo Reinado, D. Pedro II teria tido a função de regular o jogo dos partidos, que seria de agitações entre caudilhos conservadores e liberais. Neste período também teria se instaurado o regime de centralização, responsável por colocar nas mãos do monarca a vida política nacional. Ele, por sua vez escolhia quem ocuparia os principais cargos políticos e administrativos. Essa medida seria positiva por impedir a ascensão de um chefe local ao poder, que desde a função simplificadora do grande domínio rural colonial seria uma tendência natural, caso não houvesse impedimentos externos.

Certamente o autor estava pensando na sua realidade política da Primeira República quando constatou isso, fato que se evidencia no capítulo XVI, sobre a “Formação da ideia de Estado” no Brasil. Tendo em vista as diferenças na evolução política de nosso país e dos EUA, adotar o modelo da nação do Norte seria equivocado, pois lá os “Agentes do poder não se confundem com o poder” (VIANA, 1952, p. 384), qualidade da qual não poderíamos nos orgulhar. Por aqui a descentralização só nos teria causado desordem, problema que o monarca teria sido o único capaz de evitar. Visto que nossa população ainda não teria conseguido atingir organicamente uma consciência nacional que não dependesse da ação direta de grandes figuras ou instituições, nós precisaríamos repetir o exemplo do Segundo Reinado em sua “[...] ação lenta e contínua do Estado – um Estado soberano. Incontrastável, centralizado, unitário, capaz de impor-se a todo o país pelo prestígio fascinante de uma grande missão nacional.” (Idem, p. 387). Na obra de Oliveira Viana aparece então a defesa da ação do Estado como forma de garantir a superação do atraso nacional que, ao mesmo tempo, passaria pelo estabelecimento de um modelo industrial. Anos depois, o sociólogo e jurista viria a ocupar cargos políticos e administrativos na chamada Era Vargas, na qual ele faria o esforço de pôr em prática formas por ele receitadas de corrigir as mazelas nacionais.

Segundo Wanderley Guilherme dos Santos (1970), a geração dos anos 1930 representaria uma espécie de divisor de águas, responsável por lançar questões que iriam ser retrabalhadas e desenvolvidas por todo o pensamento político brasileiro posterior. O cientista político não deixa de chamar atenção para o fato de que Alberto Torres e Francisco Oliveira Viana foram os dois intelectuais – depois de Euclides da Cunha – que teriam dado início à maneira de ver o Brasil que orientou esta geração. De fato, ambos são comumente citados e

---

<sup>25</sup> O maior destaque é dado para este último.

comentados por Virgínio Santa Rosa, Góes Monteiro, Martins de Almeida, Azevedo Amaral, Plínio Salgado, Alceu de Amoroso Lima e muitos outros considerados de esquerda ou de direita, até chegar nos intelectuais dos anos 1950, como os isebianos Nelson Werneck Sodré e Alberto Guerreiro Ramos, mas também os membros da ESG, como Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva.

Na cena política, a consequência de 1929 teria gerado uma ruptura no pacto das oligarquias que, como resultado final, teve a Revolução de 1930. Nesta nova fase, a industrialização, com ênfase no setor pesado é levada a frente como processo induzido pelo Estado de forma deliberada e consciente, ocorrendo uma mudança do setor dinâmico da economia para o mercado interno.

Na economia, este período representou forte impulso da industrialização no Brasil. Segundo análise clássica de Celso Furtado (1963), acompanhada por José Serra (1982), o processo teria início a partir de crise de 1929 e a consequente queda no preço do Café dada pela sua superprodução. Uma vez que o setor cafeeiro não tinha o que exportar (devido à baixa do preço de seu produto, que por sua vez não tinha alto valor agregado) e existia demanda crescente por produtos manufaturados, o excedente foi reinvestido na Indústria. Estas medidas não compunham um projeto, mas uma forma de se salvar de uma crise. O conjunto das atividades ocorria ao redor do setor produtor de Café, com uma indústria de bens de consumo duráveis. Tratava-se de uma industrialização leve e dependente do setor primário.

Tal como demonstra Carlos Pinho (2019) foi durante a chamada Era Vargas que se iniciou a criação de uma estrutura burocrático-administrativa que dava uma função de planejamento econômico para o Estado brasileiro. Em sua análise, o Departamento de Administrativo do Serviço Público (DASP) teve papel fundamental na seleção e capacitação de pessoal para a gestão das atividades econômicas públicas e de alocação dos investimentos privados.

Além disso, no período o próprio setor privado recebeu estímulos. Com a colaboração ativa de empresários do setor industrial – como Roberto Simonsen e Euvaldo Lopes – foi levado a frente um projeto de intervenção deliberada do Estado na economia e nas relações entre Capital e Trabalho. Com consequência do planejamento econômico estatal, a participação da indústria no PIB cresceu, enquanto a da agricultura desacelerou. Tal como demonstra Leopoldi (2007), já existia uma infraestrutura industrial em crescimento na Primeira República, porém, durante a Era Vargas, este setor recebe principal atenção do Estado. Durante os esforços da Segunda Guerra Mundial, a coordenação das atividades econômicas pelo poder público se ampliou ainda mais, com o intuito de garantir os acordos com os EUA. Enquanto nosso país

forneceria bens primários e insumos para a potência no Norte, eles garantiriam o financiamento da construção da Indústria Siderúrgica Nacional (CSN) e das necessidades de modernização do exército brasileiro. O aumento da participação da indústria no PIB pode ser conferido na tabela abaixo:

Distribuição setorial do PIB brasileiro, 1910-1950 (%)

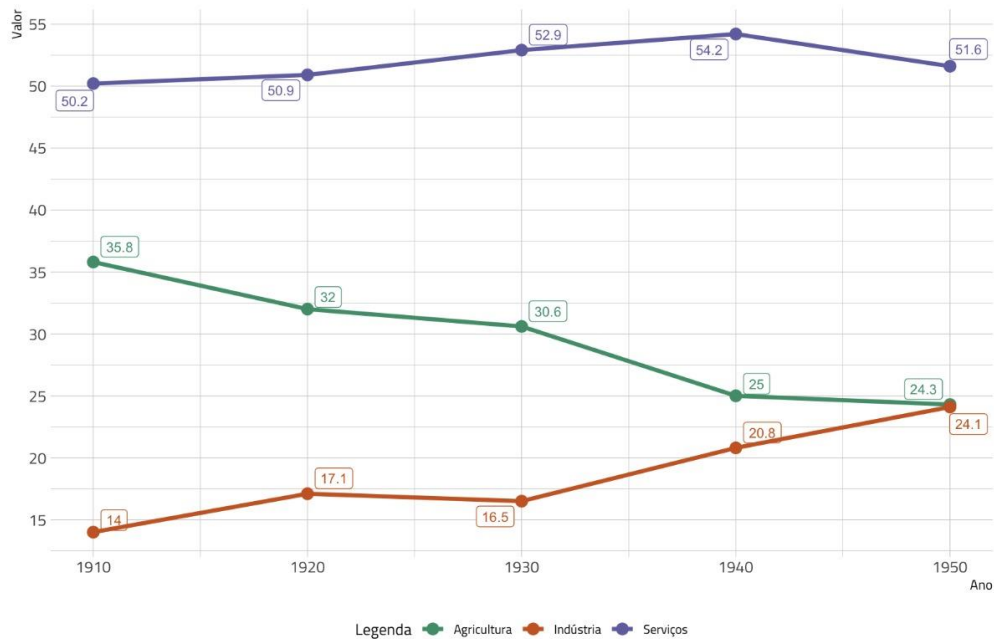
Ano	Agricultura	Indústria	Serviços
1910	35,8	14,0	50,2
1920	32,0	17,1	50,9
1930	30,6	16,5	52,9
1940	25,0	20,8	54,2
1950	24,3	24,1	51,6

Fonte: LEOPOLDI, Maria Antonieta. Parahyba, 2007. p. 247

Em gráfico formulado a partir dos dados da tabela acima, é possível visualizar a tendência de aumento da participação da indústria no PIB, ao mesmo tempo em que desacelera a agricultura. Se na década de 1910 os setores estavam distantes na sua contribuição ao PIB nacional, no decorrer do tempo eles se aproximam. A partir da década de 1930, a indústria permanece em crescimento constante, enquanto a agricultura decresce:



### Distribuição setorial do PIB brasileiro, 1910-1950 (%)



Fonte: LEOPOLDI, Maria Antonieta. Parahyba, 2007. p.247.

No que diz respeito à chamada à época “questão social”, Getúlio Vargas buscou tratá-la como assunto a ser regulamentado pelo Estado e não mais em relações de negociação direta entre patrão e empregado, tal como ocorria na Primeira República. Se antes a legislação trabalhista era esparsa e com grande autonomia dos estados, o então presidente as unifica em 1933, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Outras políticas neste sentido que merecem destaque são a criação da Justiça do Trabalho, da lei do salário-mínimo, do regime anual de férias e da folga semanal, todos frutos da Constituição de 1934 e reafirmados após o Estado Novo. A maior diferença no regime ditatorial neste assunto foi a proibição da greve e do lockout.

Buscando criar alternativa não comunista para os conflitos entre Capital e trabalho, defendia-se política de cooperação entre patrões e empregados, nos quais ambos teriam direitos e deveres. Assim, durante o Estado Novo foi criado por iniciativa da Confederação Nacional da Indústria – e com cooperação e financiamento estatal – o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Com esta instituição, ficava a cargo dos sindicatos patronais o fornecimento de cursos de capacitação e especialização de trabalhadores. Por iniciativa do Estado, impôs-se a contribuição de 1% da folha de pagamento para financiamento do estabelecimento. No mesmo ensejo idealizou-se também a criação de uma instituição que

visasse garantir atividades de lazer, esporte e cultura para os trabalhadores, o Serviço Social da Indústria (SESI). Contudo, seu funcionamento só se iniciou em 1946, já no regime democrático.

Obra pouco enfatizada de Oliveira Viana e que se insere neste contexto é *Direito do Trabalho e Democracia Social*, publicado originalmente em 1948. O exemplar é composto por conferências, ensaios e artigos de jornais de seu autor que datam entre 1932 e 1940. O livro é dividido em três partes: “O direito Social Moderno”, “O Direito Social: suas realizações no Brasil” e “Democracia social”<sup>26</sup>. Sendo um ator político e assessor do Ministério do Trabalho durante o Estado Novo, Oliveira Viana organiza a obra para tentar conciliar assertivas suas já feitas em *Populações meridionais do Brasil* com as políticas públicas adotadas na ditadura de Vargas, sempre enfatizando a questão social como problema fundamental a ser resolvido pelo regime.

Logo no primeiro capítulo, o jurista e sociólogo afirma que a Revolução de 1930 foi responsável por elevar a questão social a um problema de Estado, dando-lhe como solução uma série de leis. Para ele, o problema social é um problema da civilização a qual o Brasil pertence – Ocidental e cristã. Entretanto, a solução para esse problema deveria ser dada de acordo com a cultura nacional, tal como ela teria se formado histórica e geograficamente. Em nosso caso particular, seria possível dar recursos sem tirar de outros. Preocupado com a disseminação da abordagem comunista para resolução dos conflitos sociais, o autor aponta que a solução não estaria na desapropriação e nem na luta de classes, mas no alargamento da propriedade privada para os que não a possuem.

Segundo Oliveira Viana, o próprio capitalismo já teria evoluído a ponto de a relação entre patrão e empregado não ser mais predatória tal como foi outrora. Na narrativa que o autor constrói, no início do período industrial, as classes que detinham riqueza viam no operário apenas uma máquina, tentando tirar dele o máximo e ignorando sua dignidade humana. Então, o Estado teria decidido abandonar a postura de imparcialidade e intervir a favor das classes desfavorecidas com uma política social, regulando o seu tempo de trabalho e o seu salário. Mas ainda a visão do trabalhador como máquina ainda precisaria ser superada, mesmo que a partir daí se levasse em conta seu desgaste e seu combustível.

Na história social da economia que o autor desenvolve, o capitalismo teria em sua fase industrial transformado a riqueza de meio para fim. Como consequência, foram encerrados os laços de solidariedade existentes entre ricos e pobres, que dariam aos primeiros uma noção de

---

<sup>26</sup> Para um aprofundamento do sentido do conceito de democracia social naquele período Cf. CINTRA, Wendel. Qual democracia? O governo do povo no Pensamento Político Brasileiro. Tese (Doutorado em Ciência Política) Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

dever para com os segundos. Criara-se então o “infra mundo”, dos pobres, que não compartilhavam do mesmo universo de bem-estar e acesso ao lazer e cultura que os ricos. Visto que os empregadores brasileiros, enquanto classe, não teriam buscado corrigir isto, coube ao Estado fazê-lo. Diferente da Europa, a relação entre patrão e empregado em nosso país não teria se estabelecido por um padrão de antagonismo de classe, mas por um padrão de mentalidade patriarcal, herdado da velha aristocracia rural. Getúlio Vargas, tendo percebido isto, teria fornecido uma solução que estava de acordo com a realidade nacional.

A diferença entre essa “velha política social” do Século XIX e a nova política social dos tempos de Oliveira Viana seria que a segunda levaria em conta a existência dos trabalhadores enquanto seres humanos criados por Deus e portadores de dignidade. O autor buscou conciliar em sua análise as políticas públicas em favor dos pobres com a Doutrina Social da Igreja, pois ela restauraria “[...] o espírito de igualdade e de justiça nas relações entre operários e patrões, que dominava na Idade Média [...]” (VIANA, 1948, p. 31). O modelo europeu pré-moderno serviria de inspiração pois nele as barreiras entre operários e patrões eram dissolvidas e existiria um espírito mútuo de solidariedade. Embora de fato seja um intelectual de tonalidade conservadora, estas considerações não são suficientes para categorizar o autor como espécie de reacionário, já que para ele estas boas práticas tradicionais deveriam ser conciliadas com o sistema capitalista. Equalizar as condições de vida seria perfeitamente possível sem grandes abalos na estrutura econômica. Não existiria necessidade de que as diferentes classes se igualassem economicamente, apenas que se reconhecessem como pessoas iguais. Deste modo, as desigualdades econômicas inerentes ao Capitalismo não estariam em contradição com a igualdade substancial entre as pessoas, pregada pelo Cristianismo.<sup>27</sup>

Para tal aspiração se concretizar, seria preciso mudar a mentalidade tanto do empregador quanto do empregado. Fazia-se necessário, também, dar instrução, lazer e propriedade para este último. Afinal, “[...] a riqueza só vale na medida em que serve para elevar o nível de todos os seres humanos.” (VIANA, 1948, p.34). Tendo trabalhado para isto, o Estado poderia encerrar sua “missão tutelar” (VIANA, 1948, p. 46) e se retirar de vez da esfera econômica, deixando-a para a agora formada sociedade civil. Sobre os empregadores, Oliveira Viana adverte:

O patronato precisa modificar sua mentalidade afim de gerar as mudanças sociais que o Brasil precisa. A reforma social que a Igreja aconselha necessita disso. É preciso vencer uma visão materialista e individualista de lidar com a riqueza. O patronato precisa operar a riqueza a favor do operariado, se isto não

<sup>27</sup> Na República de 1946, este discurso será apropriado pelo trabalhismo e, mais especificamente por Alberto Pasqualini, tal como trataremos no capítulo desta tese sobre socialismo e desenvolvimentismo.

acontecer as consequências podem ser piores, ou seja, é “um ato de prudência e de previdência” (VIANA, 1948, p. 177)

Segundo o autor, a política social que começou a ser empreendida após Revolução de 1930 só poderia ter sido feita pelo Estado. Os trabalhadores não tinham nível de organização suficiente para empreendê-la e os patrões não tinham a sensação de dever para com seus empregados necessária para tal. A revolução teria alterado, então, o “ambiente material, moral e jurídico” (VIANA, 1948, p. 77) com sua política de proteção e assistência às classes trabalhadoras. As instituições de previdência social teriam dado ao trabalhador um melhor ambiente laboral. Já a nova política sindical, teria estruturado os sindicatos em bases estritamente profissionais, a fim de resolver o problema de insolidariedade profissional, que seria epifenômeno da insolidariedade social<sup>28</sup>.

Enaltecendo sua própria contribuição enquanto assessor do Ministério do Trabalho, Oliveira Viana advoga que enquanto o regime anterior não abrisse espaço de participação para além das oligarquias que o geriam, o Estado Novo teria concedido ao Povo lugar na estrutura do Estado a partir das suas células mínimas de representação: os sindicatos profissionais corporativistas. Esta solução para o problema da participação popular teve ainda o mérito de ser moderada: nem ao rígido corporativismo fascista e nem o “radicalismo plebeu do Estado bolchevista” (VIANA, 1948, p. 92)

Para o agente público do Estado Novo, o papel das instituições de previdência e das instituições sociais deste regime tinham como sentido último a “[...] elevação e dignificação progressiva das classes trabalhadoras dentro do regime capitalista” (VIANA, 1948, p. 106). Todavia, isto não deveria ser feito com nivelamento social e fim de hierarquias pregados pelo comunismo, mas com a elevação da qualidade de vida e da dignidade humana do trabalhador. Para o intelectual, o proletário deveria ser entendido tanto quanto indivíduo dentro de um sistema econômico, como enquanto pessoa portadora de Direitos fundamentais consolidados pelos postulados cristãos. O Estado estaria se apropriando e ajudando a desenvolver todas as técnicas disponíveis na ciência moderna (medicina, pedagogia, administração, ciência atuarial) com este intuito. No final da Segunda parte da obra, seu autor sintetiza o que para ele são os objetivos do Desenvolvimento técnico, material e econômico:

Elevar as classes trabalhadoras e proletárias a um nível razoável de conforto, bem-estar, segurança e cultura, que as aproxime, neste ponto, das condições

---

<sup>28</sup> O autor já havia desenvolvido longamente o ponto do insolidarismo das relações sociais no Brasil em seu clássico *Populações meridionais do Brasil*. A legislação trabalhista por ele criada no Estado Novo pode ser interpretada como a tentativa de solução de um problema já percebido por ele anteriormente em suas análises sociológicas.

materiais e culturais, em que vive normalmente o homem civilizado: este foi o problema que a Revolução de 30 se propôs, logo de início a resolver. E é certo que o resolveu da maneira mais prudente, criteriosa e justa. (VIANA, 1948, p. 142 e 143)

Na terceira e última parte da brochura o jurista e sociólogo se ocupa de considerações acerca do sistema político que deveria ser compatível com as mudanças sociais que a Revolução de 1930 e, posteriormente, o Estado Novo proporcionaram. Inspirado pela Teoria das elites, ele inicia afirmando não haver contradição fundamental entre governo de elites e governo do povo. Elite não significaria necessariamente elite econômica. Tal categoria teria por melhor definição qualquer grupo dirigente das classes ou grupos sociais que compõem uma sociedade. Assim, toda parcela social teria uma elite, que é quem organizaria e tomaria a direção deste grupo ou comunidade. Em seu conjunto, eles são a Elite nacional que levaria a nação ao progresso.

No “Estado moderno” inaugurado por Getúlio Vargas o papel da educação não seria o de esclarecer as massas, mas preparar as elites que as iriam educar, seja pela maior habilidade ou pelo fascínio que produzem como exemplos. Uma vez que o Estado não teria capacidade e recursos de educar as massas, ele deveria instruir as elites para que elas o façam com os demais. Uma vez selecionada e formada esta elite, ela deveria – a médio ou longo prazo – substituir os antigos quadros dirigentes da democracia de partidos. O ponto do autor é que, selecionando os melhores nos diversos grupos sociais e as fornecendo educação, ter-se-ia no futuro uma elite política mais orgânica. Ela de fato representaria a sociedade brasileira em sua heterogeneidade, visto que as distintas categorias sociais passariam a estar representadas. Este modelo de democracia seria muito mais efetivo do que o modelo de democracia de partidos, visto como oligarca e pouco representativo.

### **2.4.3 Antônio José de Azevedo Amaral**

Antônio José de Azevedo Amaral era um membro da elite política e cultural da Primeira República e que se notabiliza posteriormente como intelectual do Estado Novo. Uma de suas principais contribuições foi *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. A obra é uma tentativa de fazer uma análise sociológica “objetiva” sobre temas de interesse nacional. Publicado originalmente em 1938, ela marca uma visão de desenvolvimento que privilegia fatores econômicos ao buscar o sentido das políticas adotadas pelo Estado Novo<sup>29</sup>. Embora se

---

<sup>29</sup> Para uma análise que privilegia a contribuição de Azevedo Amaral para a constituição do pensamento desenvolvimentista no Brasil, cf. MARCO, Tamyres Ravache Alves de. *Azevedo Amaral: origens do*

aproxime de Oliveira Viana pela crítica ao comunismo e ao fascismo e pela compreensão da necessidade de buscar uma forma política ajustada à realidade nacional, Azevedo Amaral se distingue ao não dar ênfase para questões sociais e ao não pretender um fim para a ação centralizadora e coordenadora do Estado.

Nas considerações preliminares do texto, o autor anuncia que para se desenvolver, uma sociedade precisaria harmonizar o seu ambiente e as suas instituições. Povos de origem colonial tenderiam a tentar transplantar modelos prontos da MetrÓpole, algo que dificilmente daria bons resultados, tendo em vista a diferença de clima, geografia e cultura. Na independência do Brasil teria se cometido exatamente este erro: as instituições foram construídas artificialmente, a partir de modelos estrangeiros e não da análise objetiva da realidade nacional. As últimas décadas da monarquia teriam sido marcadas ainda pela seguinte característica: “Um apriorismo teórico e um sentimentalismo pseudo-liberal dominam, deformando o curso normal da solução de problemas da maior gravidade.” (AZEVEDO AMARAL, 2002, p.20)<sup>30</sup>

Somente na República que teria surgido “[...] um sentido nitidamente realístico e nacionalista” (AZEVEDO AMARAL, 2002, p. 20) de operar a máquina pública. O motivo desta suposta evolução política teria como causa uma evolução de pensamento e prática econômica. Tal como afirma o autor:

Os interesses da economia nacional iam ficando cada vez mais a cargo das próprias forças sociais interessadas na produção. Assim, surge o republicanismo nas regiões economicamente mais adiantadas e onde, portanto a necessidade de um Estado forte e capaz de amparar o desenvolvimento da riqueza pública se fazia sentir por forma mais direta e premente. Em S Paulo e no Rio Grande do Sul, elabora-se o pensamento republicano construtivo, que, embora alheado à demagogia pseudo-democrática dos agitadores da propaganda em outras zonas do país, é, contudo, dela inconfundivelmente diferenciado. (AZEVEDO AMARAL, 2002, p. 21)

Azevedo Amaral reconhece na Carta de 1891 algumas concessões excessivas de autonomia. No entanto, o sentido da Revolução de 1930 seria justamente a de reparar este defeito, dissolvendo os fatores disruptivos da nacionalidade que ainda existiam na Primeira República. Muito diferente de Oliveira Viana, este outro intelectual via na ascensão de Getúlio

---

desenvolvimentismo no pensamento político brasileiro. Tese de doutorado em Ciência Política. Instituto de Estudo Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

<sup>30</sup> Muito diferente de Oliveira Viana é também o juízo de Azevedo Amaral sobre o Império e a Primeira República. Se o primeiro vê de forma positiva a monarquia e negativa o regime que se sucedeu, o segundo inverte as considerações.

Vargas um aperfeiçoamento do regime político anterior e não uma volta a um suposto eixo de modernização imperial que teria sido obscurecido a partir de 1889.

Para o autor, o maior acerto da Primeira República teria sido o de assegurar o presidencialismo em detrimento do parlamentarismo. Já os erros seriam o de deixar perder unidades de receita da União para as Províncias (tornando Estado ainda mais financeiramente prejudicado) e não ter assegurado a unidade do mercado interno nacional. Outro problema grave foi o regime ter se inspirado na “Ideologia democrática-liberal”, defeito este supostamente herdado do Império. Isto teria representado um transplante de uma instituição desenvolvida em outro processo histórico para um povo que não tinha mentalidade preparada para adotá-la. Se na Inglaterra tal sistema expressaria a ordem e o respeito à autoridade, nos lugares em que ele foi transplantado representou o contrário. Para Azevedo Amaral, o poder emana do governante e qualquer tentativa em sentido contrário não poderia gerar bons resultados. Advoga o autor:

Esse postulado, que foi a primeira noção sociológica intuitivamente adquirida pelo homem, é o conceito de que o poder promana de quem governa e não pode portanto, sem flagrante absurdo, ter a sua origem atribuída à vontade dos que são governados. (AZEVEDO AMARAL, 2002, p. 33)

Em sua análise, a formação das oligarquias no Brasil durante a Primeira República não seria então causa, mas efeito da aplicação de uma organização política imprópria para a realidade nacional. Campos Salles e a política dos governadores teriam coroado o problema ao submeter a maioria dos estados a um poder hipertrofiado da União. A revolução de 1930 teria ocorrido justamente porque foi mantida uma inadequação entre as instituições brasileiras e sua realidade objetiva, o que teria feito com que os grupos que não apoiavam o governo não enxergassem outra via de representação que não fosse a revolucionária. Somar-se-ia a isto, a crise de 1929 e a conseqüente queda do preço do café.

A coalizão que empreendeu a mudança de regime não teria sentido ideológico claro, mas queria apenas se opor aos grupos dirigentes. Os atores da revolução foram influenciados pelas ideologias sociais e econômicas que então se difundiam na atmosfera intelectual e moral do mundo. Alguns se seduziram pelo marxismo e outros pelo fascismo, duas ideologias que Azevedo Amaral percebia como inadequadas para compreender a realidade do Brasil. Devido ao excesso de quadros e de ideias divergentes, Getúlio Vargas, assumindo papel de Estadista revolucionário, precisou inventar uma fórmula que moderasse entre o excesso de novidade e o reacionarismo. Possuindo uma personalidade que o ajudara, o presidente teria sido capaz de governar de forma nacionalista e com olhar objetivo sobre os acontecimentos do país.

Enquanto a Constituição de 1934 foi tida por Azevedo Amaral como espécie de aberração incoerente que juntaria uma série de preceitos divergentes incapazes de solucionar os problemas que se colocavam ao país, a de 1937 mereceria o posto de primeira Carta constitucional de fato brasileira. Já o seu respectivo regime – a ditadura do Estado Novo – frecebeu do autor os louros de primeira obra de organização política racionalmente orientada para a realidade nacional.

Para distinguir o Estado Novo das outras formas existentes de organização política, Azevedo Amaral cria uma tipologia com três tipos de Estado: totalitário, autoritário e liberal. O primeiro serviria para classificar as experiências comunistas e fascistas, que embora distintas teriam os mesmos traços essenciais. Ambas as ideologias compreenderiam a existência de uma classe que representaria a nação (proletariado em um e pequena burguesia no outro), buscariam monopolizar todas as atividades econômicas em si e prenderiam o indivíduo como um todo em sua órbita<sup>31</sup>. Já o terceiro perceberia o Estado como mero regulador das interações entre os indivíduos, ignorando o fato de existir a sociedade como ente.

O Estado Novo não teria nada em comum com nenhuma das duas doutrinas. Ele seria um Estado Autoritário, modelo de organização tida por Azevedo Amaral como espécie de mediana aristotélica entre os dois outros. Enquanto o Estado totalitário submeteria a sociedade ao Estado e o liberal operaria como se ela não existisse, o Estado autoritário pediria apenas a submissão do cidadão.

O autor considera, no texto, autoridade o mesmo que autoritarismo<sup>32</sup> e a define como característica de governos com centralização acentuada, o que, por sua vez, seria fundamental para o bom funcionamento de qualquer máquina pública:

O autoritarismo, que mais de uma vez insistiremos em afirmá-lo — é da própria essência da organização estatal e não pode ser divorciado do exercício do governo, aparece em todas as formas de organização política normais como condição imprescindível à ação eficiente do Estado no desempenho das funções que são a razão de ser da sua própria existência. (AZEVEDO AMARAL, 2002, p. 86)

Se é considerado no texto equivocado confundir o Estado Novo com experiências fascistas por conta da centralização, é tido como igualmente problemático equipará-los por

---

<sup>31</sup> O livro foi publicado em 1938, treze anos antes do clássico *Origens do Totalitarismo*, de Hannah Arendt. Embora existam vários pontos em comum na análise, não sabemos se a filósofa alemã leu o teórico brasileiro.

<sup>32</sup> O autor chega a citar diversos exemplos da História política da França, Inglaterra e dos EUA que se enquadrariam em seu conceito de autoritarismo. No último país, ele classifica Franklin Delano Roosevelt – então presidente dos EUA – como um destes casos.



ambos terem estruturas corporativistas. Para o autor, o fascismo simplesmente reificou um modelo que já existia em outras experiências históricas. Naquela época, o corporativismo representaria na realidade uma renovação do capitalismo, adequado aos novos tempos, menos individualista e com uma relação menos predatória do patrão para com o empregado. Enquanto isso, no regime fascista italiano, ele teria deixado de significar representação da sociedade no Estado por meio de sindicatos e passado a ser canal no qual o Estado prendia ainda mais a sociedade com os seus tentáculos (AZEVEDO AMARAL, 2002, p.96).

O Estado Novo seria, em síntese, uma forma de organização estatal feita sob medida para a realidade nacional e que juntaria democracia e nacionalismo. Entretanto, a conceituação de cada um destes termos também mereceu atenção especial do autor. Enfatizando sempre a organização econômica, Azevedo Amaral diferencia o nacionalismo político do econômico, sendo apenas o primeiro desejável. Diferente dos regimes totalitários, nos quais o Estado monopoliza a economia, o Estado Novo seria um coordenador destas atividades. O regime brasileiro seguiria um caminho de economia equilibrada e não de economia dirigida (própria do totalitarismo). Prova disto seria que na Constituição de 1937 o indivíduo foi posto como o ente produtor de riqueza. No arranjo brasileiro, um tipo mais moderno de Capitalismo teria vingado, no qual o corporativismo teria função primordial:

O capitalismo moderno é compatível com o corporativismo, pois diferente de sua etapa individualista, operacionalizada na democracia liberal e já superada. Este novo tipo, “[...] o “neocapitalismo contemporâneo, que bem pode ser qualificado de capitalismo corporativo[...]” compreende a coordenação de interesses individuais afim de beneficiar o coletivo. (AZEVEDO AMARAL, 2002, p. 119)

Somente o nacionalismo político carregaria o que a doutrina teria de perene. Já o de tipo econômico, é entendido por ele como consequência de crises e ufanismos da Europa após a Primeira Guerra Mundial. Partindo deste pressuposto, Azevedo Amaral advoga que o desenvolvimento econômico seria fundamental para o desenvolvimento de todos os demais aspectos da nação e que, portanto, seria equivocada na fase atual negar investimentos externos. A ausência de poupança interna e de capacidade estatal para empreender o desenvolvimento só poderiam ser resolvidas com recursos estrangeiros.

Ao considerar este ponto, o intelectual deixa claro que o fator econômico<sup>33</sup> é mais importante que qualquer outro aspecto do social e que, uma vez ele sendo priorizado, o restante

---

<sup>33</sup> O autor também se delonga no texto sobre a importância de incentivar a imigração de europeus brancos, uma vez que este tipo racial seria mais apto para o trabalho. Tal concepção racista foi fundamental no que

se desenvolveria em conjunto. Nisto, ele já demonstra claramente características do que aqui chamamos de paradigma da modernização como desenvolvimento. Em suas palavras:

A passagem de uma economia de escassez para uma economia de abundância é a preliminar necessária ao impulso das outras atividades que realizam, no plano cultural e social, a obra da civilização e do progresso espiritual. A própria segurança do Estado e da sociedade acha-se vinculada a essa transformação do tipo econômico. (AZEVEDO AMARAL, 2002, p. 128 e 129)

O que caberia ao Estado para realizar o Desenvolvimento econômico seria agir com olhar objetivo e nacionalista, a partir de um conceito de planificação entendida como a submissão das “[...] atividades produtoras ao ritmo determinado pelas necessidades de consumo e por conveniências particulares da coletividade social. (AZEVEDO AMARAL, 2002, p. 137). Tendo este tipo de planejamento estatal como modelo, seria possível fazer a adaptação da produção às necessidades sociais através de processo racional. O Estado deveria ser o agente que a coordena, estabelecendo como se daria seu entrelaçamento e cooperação com os empreendimentos privados, a fim de resolver os problemas nacionais.

## **2.5 O “momento democrático” e a abertura do debate sobre desenvolvimento**

Findo o Estado Novo, inicia-se a República de 1946, objeto principal de preocupação desta tese. Embora o regime tenha no seu nome a marca de mais uma Constituição, que foi promulgada naquele ano, a nosso ver, ele tem alta significância por representar a primeira experiência democrática da história política brasileira, ou, nos termos emprestados da teoria do desenvolvimento político de Lynch (2014), este era o momento democrático. Tal como aponta Pedro Marreca (2020), naqueles anos ocorreu “[...]um processo teórico de democratização do ideário nacional-estatista”. (Idem, p. 50). Se um de nossos objetivos aqui é entender a disputa por projetos de desenvolvimento no Brasil como algo conectado a uma tradição de longa duração na História política nacional, também nos é fundamental a percepção de que ela ganha caráter diferenciado na democratização do país. Isto porque se vimos neste capítulo que na Era Vargas já existe um contexto linguístico desenvolvimentista formado, com o fim da ditadura

---

chamamos aqui anteriormente de Paradigma da modernização como evolução da Primeira República, do qual Azevedo Amaral também fez parte. Como nossa ênfase aqui não é o Pensamento da Primeira República e nem relações raciais no Brasil, optamos por não tratar diretamente desta questão.

do Estado novo, ele ganhou feição inédita, de disputa ideológica entre liberais, conservadores e socialistas sobre o sentido do conceito de desenvolvimento.

Os dezoito anos de democracia que o Brasil teve depois da Era Vargas por vezes ganham o apelido de “intervalo democrático” (FAUSTO, 2004). Afinal, o período é comprimido de um lado pelo Estado novo e do outro pela ditadura militar. Outro nome que aparece na bibliografia é “República populista” (WEFFORT, 1978; FAUSTO, 2004; DEMIER, 2013), termo que visa enfatizar certo legado da Era Vargas para a nossa história política, com políticas econômicas que visavam popularidade imediata e as tentativas dos presidentes da República de se construírem como figuras ligadas aos interesses dos trabalhadores, a partir do apelo ao seu carisma e personalidade. Não pretendemos aqui entrar no longo debate sobre a validade ou não do conceito de populismo. No entanto, é importante ressaltarmos que ele surgiu no plano doméstico naquele mesmo contexto, como uma forma das elites políticas e os intelectuais interpretarem um fenômeno em curso à época que nos interessa mais diretamente: a democratização e a formação da sociedade de massas (MARRECA, 2020; KAYSEL, 2018).

Medir democracia não é fácil, no entanto, para os fins deste trabalho podemos partir de dados trazidos pelo cientista político Jairo Nicolau (2012) e pelo sociólogo Adalberto Cardoso (2018) e usar a participação eleitoral como recurso para observar o avanço da democracia no país. Se esta métrica não serve para compreender a organização da sociedade civil por fora das instituições, ela ao menos é útil para entender o processo formal de ampliação da representação política brasileira. Um ano após a criação da justiça eleitoral, em 1933, votavam cerca 4% dos brasileiros, já no último ano do Estado novo – 1945 – o número chegou a 16,2%. Em 1946, ele passou para 26% da população adulta em idade de voto, chegando a 39% dela em 1962, o que representava pouco mais de 25% do total da população. O número de eleitores é baixo para os padrões do século XXI, mas, se prestarmos atenção no processo no decorrer do tempo, percebemos que em menos de 30 anos a proporção do eleitorado na demografia brasileira subiu mais de 6 vezes.

Este crescente e diversificado eleitorado forjou um modelo novo de competição pelo voto em nossa história política. Os candidatos não disputavam mais em grupos seletos de uma política fechada como no regime aberto anterior – a Primeira República. Assim, os novos partidos nacionais criados – sendo os principais o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN) – tiveram que se adequar a esta nova lógica, e os políticos que mais se destacaram foram os que conseguiram conciliar os tradicionais critérios de formação de coalizões com o apelo às massas que passavam a compor o eleitorado. Por isso, algumas das figuras de destaque no período foram o próprio

Getúlio Vargas (PTB), que retornou eleito em 1951, Juscelino Kubitscheck (PSD) e Carlos Lacerda (UDN), que embora não tenha chegado a ser presidente da república, certamente era um dos políticos mais populares da época e um dos mais lembrados liberais de nossa história recente.

A transição de regime ditatorial para a democracia foi acompanhada de crescimento econômico vertiginoso e aumento significativo da participação da indústria no PIB. No paradigma desenvolvimentista de percepção do atraso, o pensamento político brasileiro expressa o entusiasmo de nossa elite política e de nossos intelectuais com este conjunto de medidas. Se nos anos entre 1930 e 1945 a discussão sobre o papel do Estado na economia, sobre a necessidade de industrialização e sobre qual seria o fim almejado com o desenvolvimento ainda era hegemonizada pela tradição nacionalista do pensamento político brasileiro, nos anos posteriores este tema também foi discutido por liberais, socialistas e conservadores das mais distintas filiações. A democratização do Brasil era correlata a democratização do debate e da consequente disputa ideológica sobre o conceito de desenvolvimento. Assim, não só os partidos políticos, mas *think tanks* como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e a Escola Superior de Guerra (ESG) se dedicaram intensamente a esta questão. O mesmo foi feito por intelectuais e políticos através da imprensa. Em ambiente cuja opinião pública não era mais constrangida pela censura ou repressão, o giro feito na política econômica e social dos anos anteriores terá como ponto comum o paradigma do desenvolvimento. No entanto, o entendimento do que este conceito significa e qual a utopia (MANNHEIM, 1986) que com ele se desejava atingir foi objeto de disputa entre distintos atores ligados às distintas ideologias políticas.

O período que este trabalho se dedica não foi imune aos conflitos políticos, embora também representasse momentos de crescimento econômico e de abertura comercial do Brasil (tal como no governo JK), este modelo herdou inflação, dívida externa e problemas no câmbio. Com a escalada do problema político, a crise econômica e os conflitos entre os governos com os militares em um clima de guerra fria, o então presidente João Goulart foi retirado do poder em uma coalizão composta por militares e civis (muitos deles membros de oposição da classe política). O resultado, no entanto, não foi previsto por muitos apoiadores da ruptura institucional que ocorreu entre março e abril de 1964: 21 anos de ditadura militar, sem eleição direta para presidente da república. Nos próximos capítulos desta tese iremos analisar como o enquadramento que as distintas ideologias tinham sobre o conceito de desenvolvimento do Brasil nos auxilia – ao menos em parte – em compreender quais eram as motivações da coalizão que rompeu com o regime democrático do país.

### **3. SOMOS DA AMÉRICA E QUEREMOS SER NORTE-AMERICANOS: LIBERAL-DESENVOLVIMENTISMO E DESENVOLVIMENTO LIBERAL NA REPÚBLICA DE 1946**

#### **3.1 Introdução**

Este capítulo irá tratar do entendimento dos liberais sobre a questão do desenvolvimento durante a República de 1946. Para tal, faremos o itinerário de explicitar quais são as categorias e os conceitos que mobilizaremos para compreender tanto o liberalismo enquanto ideologia política quanto a sua inserção neste debate específico. Em seguida, analisaremos a célebre controvérsia entre Eugênio Gudin e Roberto Simonsen como debate exemplar – em período no qual a democratização era horizonte – sobre as distintas maneiras do liberalismo disputar o desenvolvimento como forma de superação do atraso. Indo para o período da República de 1946, lidaremos com nossa questão a partir da interpretação da História da modernização capitalista do Ocidente segundo os liberais, para em seguida entender como o desenvolvimento surge – de maneiras distintas – como forma de solução do nosso suposto descompasso na modernidade. Finalmente, discutiremos o lugar da cooperação internacional com os EUA, do capital estrangeiro e do anticomunismo nos autores e atores políticos liberais que analisamos.

#### **3.2 Os liberalismos e a intervenção do Estado na economia**

Em 2 de janeiro de 2019, ocorreu a cerimônia de transmissão de cargo no qual Paulo Guedes foi empossado como Ministro da Economia do governo Jair Bolsonaro. Como de praxe na ocasião, o chefe da pasta – recém-criada pela fusão dos ministérios do planejamento, comércio exterior e serviços, fazenda, desenvolvimento e gestão, trabalho e indústria – discursou no evento. Em sua fala, pode-se extrair não só os seus intuitos para a gestão da economia brasileira, mas a sua própria visão sobre o país, o mundo e a história.

Em uma interpretação um tanto quanto singular de *A sociedade aberta e seus inimigos* do filósofo Karl Popper (1998), Paulo Guedes afirma que a democracia poderia ser dividida entre duas tendências: a liberal-democrata e a social-democrata. Sem esconder em momento algum sua predileção pela primeira, o ministro a define pela preocupação com os mecanismos de funcionamento da economia de mercado. Esta corrente teria sido responsável pelo desenvolvimento econômico do Ocidente desde o Século XIX, passando também pela reconstrução da Alemanha após a Segunda Guerra Mundial e o desenvolvimento de países latino-americanos, como o Chile.

Os liberais democratas também teriam o trunfo de conciliar o funcionamento do mercado com o desenvolvimento humano. Para o ministro, isto seria feito de um lado pela compreensão de que a economia funciona melhor sem regulações e indexações e, de outro, pelo investimento em capital humano, considerado vital para a produtividade. Neste ensejo, Paulo Guedes afirma que:

[...] nós vamos na direção da liberal democracia, nós vamos abrir a democracia, nós vamos simplificar impostos. [palmas]  
 Nós vamos privatizar, nós vamos descentralizar os recursos para Estados e municípios e nós vamos apoiar a área social porque os *chicago oldies* [referência aos *chicago boys*, economistas liberais formados na Universidade de Chicago] nunca tiveram só essa face da estabilização, do regime fiscal, monetário, câmbio flexível, Banco Central independente. (GUEDES, 2019, p. 7)

Apenas os liberais e não os social-democratas poderiam conciliar as duas coisas. Isto porque, em sua visão, a economia de mercado – funcionando de maneira a mais desregulada possível – seria a única forma de produzir crescimento econômico. Portanto, esta seria também o único modo de gerar desenvolvimento econômico, social e político. A postura institucional que não atentasse para estas questões estaria no sentido oposto dos interesses da sociedade, mantendo a classe política como grupo com “Muitos privilégios e poucas atribuições”. (GUEDES, 2019, p. 5).

Sua crítica à social-democracia e seus representantes na política institucional já havia sido desenvolvida em outro texto seu de 2003, cujo título é *A síndrome de Judas Iscariotes*. Neste escrito, no qual Guedes não precisava se preocupar com o apaziguamento da linguagem esperado de um ministro, ele aponta de maneira incisiva ser contrário a qualquer empecilho público para a atuação da livre iniciativa, fosse ela representada por empresas ou pelo capital financeiro. Em sua visão, intervenção no câmbio, ausência de combate à inflação com políticas de austeridade e altos impostos seriam os motivos do fracasso brasileiro. Afinal, o capitalismo seria uma síntese histórica de um processo de evolução que remeteria seu início à Grécia antiga, quando no conflito entre Esparta e Atenas<sup>34</sup>, a cidade-estado representante do mercado e da democracia venceu aquela comprometida com o militarismo politicamente fechado (GUEDES, 2003, p. 3). Desde então, o Ocidente teria se formado pelo progressivo avanço civilizacional e institucional, em direção à economia livre. Para ele, seria falacioso acusar tal movimento de excludente, pelo contrário: “A história do capitalismo, na verdade, é de inclusões. É

---

<sup>34</sup> Apenas para nível de informação, é válido ressaltar que o que se verificou historicamente foi o contrário do indicado pelo ministro. A Guerra do Peloponeso (431-404 a.C.) entre Atenas e Esparta terminou com a vitória da segunda.

contraditório, mas o capitalismo foi sempre o menos pior.” (p. Idem, p. 4). Quem representaria a desigualdade seria a esquerda, quando inventou a exploração do homem por si mesmo em regimes como o stalinismo. Segundo Guedes: “O capitalismo detesta o patriarcado, o patrimonialismo, a aristocracia e o cartório. Por essa razão, constantemente fustiga privilégios e está sempre promovendo novas oportunidades, agora mesmo para centenas de milhões de chineses.” (Ibidem, p. 6).

No artigo, Guedes trata social-democracia e socialismo como sinônimos – no qual o segundo seria uma consequência histórica do primeiro em um momento no qual a democracia liberal teria se estabelecido como regra – e alarga os conceitos de modo que eles possam incorporar todos aqueles que defenderiam regulação do mercado pelo Estado. Assim, seriam socialistas quatro dos candidatos à presidência da república em 2002, cada um representante de uma variante da ideologia: “[...] o social-populista (Anthony Garotinho), o social-democrata (José Serra), o social-reformista (Ciro Gomes) e o socialista-sindicalista (Lula)”. (GUEDES, 2003, p. 9). Todos eles teriam em comum a oposição à sociedade aberta, defesa do intervencionismo e um discurso que seria fruto de “adolescência prolongada” (Idem, p. 1) no qual eles não teriam amadurecido para entender como o mundo funciona e que as questões da economia remetem a mecanismos que – no limite – não estão sob controle de ninguém e cuja interferência governamental só geraria mecanismos disfuncionais.

Já como ministro, a irritação de Guedes com ideias que remetem à intervenção e ao planejamento estatal aparece em sua resposta ao ministro Walter Braga Netto em reunião realizada em 21 de maio de 2020. Na ocasião o ministro-chefe da Casa Civil se referiu ao programa de retomada da economia Pró-Brasil pelo apelido de Plano Marshall. A resposta de Paulo Guedes ao surgir a alusão ao programa de reestruturação da Europa no pós-guerra foi consonante com a sua visão de mundo e com a linguagem política a qual ela remete:

**Paulo Guedes:** Eu queria fazer a primeira observação, é o seguinte, não chamem de Plano Marshall porque revela um despreparo enorme.

**Braga Netto:** Não, não, não, isso aqui foi só aqui e agora. É o Pró-Brasil.

**Paulo Guedes:** Então quan ... quando se falou em Plano Marshall, Pró-Brasil é um nome espetacular. Dez, mil. Plano Marshall é um desastre. [...]

**Paulo Guedes:** Não se fala Plano Marshall, porque é um desastre. Vai revelar falta de compreensão das coisas. A segunda coisa é o seguinte, é super bem-vinda essa iniciativa, para nos integrarmos todos. Agora, não vamos nos iludir. A retomada do crescimento vem pelos investimentos privados, pelo turismo pela abertura da economia, pelas reformas. Nós já estávamos crescendo.

**Paulo Guedes:** Voltar uma agenda de trinta anos atrás, que é investimentos públicos financiados pelo governo, isso foi o que a Dilma fez trinta anos. (BRASIL, 2020, p. 11 e 12)

Em outro trecho da reunião, ainda no mesmo tom, o ministro da economia afirmou que lera oito livros sobre cada processo de reestruturação de economias nacionais após a Segunda Guerra Mundial e que também a obra do economista John Maynard Keynes “[...] três vezes no original [...]” (Idem, p. 60). Segundo Guedes, o caminho seguido por aqueles países teria sido o de reformas estruturantes para garantir o funcionamento da economia de mercado e dar condições para a liberdade econômica. Qualquer coisa que fugisse disso se trataria de dogma ou literatura obsoleta, tal como o caso do economista britânico supracitado, o qual ele considera próximo da visão de esquerda.

Se quisermos compreender por que Paulo Guedes se percebe como o homem certo no momento ideal para produzir o modelo de desenvolvimento que o Brasil tanto precisaria, podemos buscá-los nos outros textos aqui tratados. Segundo o ministro em *A síndrome de Judas Iscariotes*, o Brasil nunca teria sido capaz de estabelecer uma cultura política liberal, como teria ocorrido nas sociedades anglo-saxãs e de que os Estados Unidos seriam o exemplo mais bem sucedido. Deste modo, sua história seria refém de quadros antidemocráticos e estatizantes, fossem eles de esquerda ou de direita. No discurso de posse, o ministro afirma que entende o governo Jair Bolsonaro como espécie de ruptura com este estado de coisas, a eleição seria resultado de uma aliança de conservadores nos costumes e liberais na economia (GUEDES, 2019, p. 7) contra a esquerda estatizante. O resultado disso se daria em uma agenda de valorização da família e de liberdade econômica, na qual o governo Jair Bolsonaro é tido como espécie de coalizão ideológica de veto<sup>35</sup> à esquerda e sua agenda.

Todavia, na visão de Guedes, não é como se o liberalismo brasileiro não tivesse nenhum expoente anterior, o fenômeno só é tido como tão raro que não possibilitou formação de um grupo político. Como o próprio ministro aponta: “No Brasil, a espécie liberal não existe. São três ou quatro seres.” (GUEDES, 2013, p. 9). O mesmo tratamento seria válido para a direita latino-americana como um todo, que jamais teria alcançado os virtuosos ideais do liberalismo: “Ela é autoritária, corrupta, ditatorial, oligárquica, patrimonialista, sem-vergonha, assaltante oficial de Estado. Nunca teve qualquer ideologia liberal-democrata” (Idem, p. 7). Embora não cite os escassos exemplos contrários neste texto, o ministro cita um deles em seu discurso de posse, ao elogiar a presença de Roberto Campos Neto como presidente do Banco Central, o chefe da pasta da economia tece algumas palavras sobre seu avô:

---

<sup>35</sup> O termo coalizão de veto é utilizado por Wanderley Guilherme dos Santos (2003) para explicar o golpe de 1964. Acrescentamos a ideologia no conceito para enfatizar que ela ocorreu não só no plano institucional analisado pelo autor, mas também no plano das ideias, representações, linguagens e visões de mundo. Isto será desenvolvido nas considerações finais desta tese.



O Banco Central, com o Roberto Campos, eu estou muito feliz de conseguir ter trazido. É 1 extraordinário central banker, independente do DNA, de ser o neto de 1 amigo e nosso 1º grande liberal brasileiro, que dizia que sempre foi traído por esse amor ao Brasil, sempre foi mal compreendido, mas era 1 homem que estava à frente de seu tempo quando dizia: "Olha, a revolução digital de informática [na verdade, na época era informática, agora é digital], nós vamos ficar atrasados porque a indústria toda vai usar a informatização, vai avançar, e nós estamos aqui impedindo a absorção dessas novas tecnologias. (GUEDES, 2019, p. 10)

Tanto a visão de Paulo Guedes sobre Roberto Campos, quanto sobre o liberalismo brasileiro, o Plano Marshall e a obra de Keynes são indicativos de sua identidade política e de um atrito interno ao conceito de liberalismo. Tal como apresentamos no capítulo 1 desta tese, John Maynard Keynes se considerava um liberal. Do mesmo modo, o plano de reestruturação da Europa – assim como a própria ideia de planejamento – não fugiam desta ideologia. Embora citado pelo ministro como mal compreendido, o próprio Roberto Campos – que seria para ele o primeiro expoente significativo do liberalismo brasileiro – não tinha visão tão radicalmente distinta de outros liberais brasileiros em seu contexto sobre a relação entre Estado e economia. Ao se compararem os textos, percebe-se que neste ponto ele tinha juízo similar ao de Hélio Jaguaribe, Roberto Simonsen e Afonso Arinos de Mello Franco.

Ao mesmo tempo, embora Paulo Guedes considere o movimento que ele representa como uma novidade na história do Brasil, ele remete a uma linguagem que o antecede e a qual ele reproduz topos históricos. É comum a certa tradição do pensamento político brasileiro entendimentos tais como de que a história do capitalismo é a história da modernização do Ocidente, na qual as sociedades anglo-saxãs foram protagonistas, que o Brasil seguiu uma rota desviada deste processo em sua história (associado geralmente a um juízo negativo de sua origem ibérica e ao conceito de patrimonialismo), de que o mercado é um mecanismo com funcionamento natural e eficiente por si próprio, de que a gestão da economia deve ser tida através de moldes científicos (tidos como expressão da realidade tal como ela é) e de que a intervenção estatal deve ter como máximo de sua função a de garantir infraestrutura, segurança e incentivar a educação (vista em chave que a entende como motor da produtividade), pois do contrário atrapalharia a ordem natural das coisas. Esta tradição poderia ser remetida pelo menos até a Primeira República, tendo como representante João Alberto Salles (1857-1904)<sup>36</sup> e foi continuada no tempo menos pelo Roberto Campos citado por Guedes – que adere tardiamente a este ideário – e mais por Eugênio Gudin (1886-1986).

---

<sup>36</sup> Tratamos brevemente de algumas das ideias deste autor no capítulo 2 desta tese.

A existência de uma espécie de dicotomia liberal é amplamente diagnosticada pela literatura especializada e não se circunscreve apenas ao pensamento político brasileiro. É comum a diversos analistas do liberalismo dividi-lo em duas correntes. Uma delas, definir-se-ia principalmente pela defesa de liberdade individuais e de autonomia da sociedade civil, na qual o Estado de direito é ente fundamental em sua garantia. A outra teria como preocupação majoritária a defesa dos mecanismos de mercado, interpretaria a realidade por chave economicista e seria hostil ao intervencionismo. Tratando especificamente do pensamento político brasileiro Christian Lynch (2021b) as denomina de liberal-democrata<sup>37</sup> e neoliberal. Já para José Guilherme Merquior (2014), estas correntes se intitulariam respectivamente liberalismo e liberismo, enquanto para Michael Freedden (2006), liberalismo e um típico específico de “*liberal pretenders*”<sup>38</sup> (FREEDEN, 2006, p. 287), que ele nomeia de libertários econômicos.

Ao definir os conceitos suficientes desta doutrina, este cientista político britânico toma John Stuart Mill como base teórica de um liberalismo já autoconsciente e a partir dele, afirma que o conceito nuclear desta visão de mundo se daria pela defesa do indivíduo e de sua liberdade e autonomia. Portanto, a ideia de livre mercado seria um conceito periférico do liberalismo, assim como intervenção estatal na economia também poderia vir a ser. Segundo o autor, o protagonismo para a questão do mercado só começaria a ser compartilhada nos anos 1930 pela ideologia. Ou seja, um autor defender ação do Estado não seria suficiente para não o classificar como liberal. Em suas palavras:

Uma breve alusão à conceitos e ideias periféricas vão rondar esta discussão. Regulação estatal de algumas práticas sociais e econômicas, livre mercado, direitos iguais, para mulheres, autodeterminação nacional, educação gratuita e ordem social são todos candidatos a um estatuto perimetral na morfologia Militiana. A posição que eles ocupam não é vital para a sustentação da estrutura básica do liberalismo, fornecendo a ligação necessária entre conceituações gerais de ideologia e seus contextos espaciais e temporais. Livre mercado era tangencialmente colocado por Mill no complexo de seu

---

<sup>37</sup> O termo usado por Christian Lynch não tem qualquer relação com o conceito de liberal-democrata empregado por Paulo Guedes.

<sup>38</sup> A análise de Michael Freedden pressupõe que o liberalismo centrado na ideia de mercado seria uma identidade mal-entendida ou uma anomalia para com esta tradição de pensamento (FREEDEN, 2006, p. 276). Por isso, se refere a eles como “*liberal pretenders*”, ou seja, que são no máximo candidatos ao liberalismo, mas que tem um conteúdo que difere da tradição liberal ela mesma. A nosso ver, este juízo do autor é ele mesmo normativo, o que não é em si um problema, todavia, como é nossa intenção interpretar o pensamento liberal, nos parece equivocado pressupor que existe a separação entre um verdadeiro e outro falso. Trataremos então ambos como verdadeiros, embora diferentes. Há também certa carga negativa nos outros autores citados no parágrafo, porém, neles isto não interfere tão diretamente no nome da categoria usada para classificar. De todo modo, nos deteremos na apropriação analítica de seus escritos.

núcleo conceitual de liberdade individual ‘somente e enquanto deixar pessoas por elas mesmas for melhor, *caeteris paribus*, do que as controlar’, no entanto, intervenção estatal em alguns aspectos do comércio era desejável para proteger o bem-estar dos trabalhadores e consumidores. Livre comércio era uma doutrina do século dezenove expelida pelos liberais nos anos 1930, período no qual a liberdade que ela oferecia foi julgada ruim ao jogo livre e para a falta de controle racional da sociedade por conta do comportamento de seus membros, especialmente por causa dos seus altos custos no desemprego e na queda do padrão de vida. (FREEDEN, 2006, p. 165, tradução nossa)<sup>39</sup>

Partindo deste entendimento, podemos entender que o liberalismo de John Maynard Keynes e daqueles que apostaram em planejamento econômico no pós-guerra estaria enquadrado naquela primeira corrente. Já o de autores como Friedrich Hayek, João Alberto Sales, Eugênio Gudin e Paulo Guedes na segunda. Consideramos então, acompanhando a bibliografia, que a posição sobre a intervenção do Estado na economia não é suficiente para classificar o liberalismo enquanto tal já que, historicamente, as duas ideias nem sempre estiveram associadas.

### 3.3 Liberal-desenvolvimentismo e desenvolvimento liberal

Uma vez que partamos do entendimento de que liberalismo econômico não é condição suficiente para a filiação de atores/autores políticos como liberais, podemos realizar o esforço de compreensão da relação entre desenvolvimento e liberalismo no pós-guerra. Para tal, temos como pressupostos o entendimento do cientista político Jorge Chaloub (2015):

Algumas épocas, por outro lado, se tornam de tal modo tributárias de certos temas que passa a ser quase inevitável abordá-los em sua reconstrução histórica. Um bom exemplo é o conceito de desenvolvimento, mote central do debate público do pós-1945. As visões de mundo inconciliáveis da Guerra Fria, que se delineava no horizonte, encontravam na ideia um ponto de aparente concórdia, mesmo que uma análise mais detida vá identificar, sem maior esforço, relevantes diferenças em relação aos usos e fins desse ideal desenvolvimentista e do principal instrumento para sua consecução: o planejamento. (Idem, p. 123)

---

<sup>39</sup> Texto original: A brief allusion to peripheral concepts and ideas will round off this discussion. State regulation of some economic and social practices, free trade, equal rights for women, national selfdetermination, free education, and social order are all candidates for perimeter status in the Millite morphology. The positions they occupy, though not vital for underpinning liberalism's basic structure, provide the necessary interface between general ideological conceptualizations and their temporal and spatial contexts. Free trade was tangentially related by Mill to his core complex concept of individual liberty, 'only in so far as leaving people to themselves is always better, *caeteris paribus*, than controlling them', though state intervention in some aspects of trade was desirable to protect the welfare of workers and consumers. Free trade was a nineteenth-century liberal doctrine shed by liberals only in the 1930s, by which time the liberty it offered was judged to be akin to free play and to the lack of rational control of a society over the behaviour of its members, especially because of its rising costs in unemployment and a declining standard of living.

No debate ao qual esta tese se circunscreve – qual seja, o sobre desenvolvimento na República de 1946 – as duas vertentes do liberalismo expostas na seção anterior também se expressam em atores concretos. Todavia, elas aparecem com feição e enquadramento próprios, que dizem respeito tanto à conjuntura nacional brasileira quanto à internacional. Sobre as diferenças apontadas no trecho acima por Jorge Chaloub, a nosso ver, podemos perceber naqueles períodos dois grandes modos de entender a superação do atraso pela via do desenvolvimento.

Uma delas é a que chamamos de liberal-desenvolvimentismo<sup>40</sup>, a outra, o desenvolvimento liberal. A primeira seria expressão do ambiente pós-guerra, tal como analisado nos capítulos anteriores desta tese. Este liberalismo aceita a planificação como forma de manter ou erigir (no caso brasileiro) uma sociedade liberal. Este paradigma via a ação do Estado como a forma de transformar o Brasil em espécie Estado Unidos na América do Sul, com presença atuante de capital privado nacional e estrangeiro, e os EUA como parceiro político e comercial. Para eles, o capitalismo era um modelo moderno de civilização e de cultura, mas que, na fase em que o Brasil se encontrava, precisaria do Estado como força reguladora de conflitos, a fim de que a sociedade de mercado e a livre iniciativa funcionassem sem mazelas. Utilizamos a classificação de liberal-desenvolvimentismo porque esta corrente está de acordo com as principais características apontadas pela bibliografia para definir o pensamento desenvolvimentista, ou seja: planejamento estatal, projeto nacional de desenvolvimento e industrialização (BIELSCHOWSKY, 2004; FONSECA, 2015). Entretanto, eles o faziam buscando como utopia (MANNHEIM, 1986) a realização de uma sociedade liberal no futuro. Autores-atores que analisaremos a partir desta chave são Roberto Simonsen, Hélio Jaguaribe, Roberto Campos e Afonso Arinos de Mello Franco. Estes intelectuais têm em comum a defesa do planejamento estatal como forma de erigir no Brasil uma sociedade de mercado, cuja solução entre os conflitos entre capital e trabalho poderiam ser resolvidos com ênfase no primeiro grupo. Também havia elogio a figura do empreendedor capitalista (que era necessário ao desenvolvimento e precisava, por isso de auxílio do capital público). Eles também compartilham de uma visão de desenvolvimento brasileiro cujo ponto de chegada eram os Estados Unidos. Do ponto de vista internacional, eles são condizentes com o espírito do tempo, no qual a rejeição ao liberalismo econômico não implicava uma negação da ideologia como um

---

<sup>40</sup> O termo não é original nosso, mas recepcionado de Jorge Chaloub (2015), que o utiliza em chave similar para se referir ao pensamento de Roberto Campos. Segundo o autor, ele retirou o texto da autobiografia do economista, que o usa para se referir a sua ação durante o Plano de Metas. Nós verificamos a referência e ela é condizente com o texto original. Cf. CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa*: memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

todo. Assim, os autores que aqui classificamos como liberal-desenvolvimentistas são a recepção nacional do tipo de liberalismo comum ao pós-guerra, que Michael Freedon diagnosticava como em curso desde a década de 1930 e autores como Keynes expressavam.

Já a segunda é composta por aqueles que se filiavam a um liberalismo crítico ao Estado. Nesta corrente há ênfase no elogio da história anglo-saxã, em leitura que a enxerga como o primado da sociedade e/ou do mercado contra o Estado / forças autoritárias. Estes liberais costumam ler nossa história nacional como espelho invertido disto, no qual o Estado atuou contra a livre iniciativa, tornando nosso processo histórico deformado e o Brasil em um país pobre, atrasado e desarranjado com o mundo. Para eles, o desenvolvimento tem como motor a sociedade e o mercado (lidos como constantemente boicotados em nossa história pelo Estado). Estes atores viam o potencial modernizante fora da intervenção pública, a iniciativa privada que faria o Brasil superar seu atraso em relação ao centro. Por isso os classificamos como defensores de um desenvolvimento liberal. Os inseridos nesta chave a serem tratados neste capítulo são Eugênio Gudin, Eodoro Berlinck e Raymundo Faoro.

Estas percepções de desenvolvimento liberal e liberal-desenvolvimentismo não equivalem exatamente à dicotomia da ideologia apresentada nas últimas páginas – qual seja, aquela entre um liberalismo centrado nas liberdades individuais, na sociedade civil e no Estado de Direito e outro centrado na ideia de mercado e com episteme economicista. Portanto, há liberais de ambos os tipos nestas duas correntes. Nas próximas seções analisaremos como atores políticos liberais se posicionavam na questão do desenvolvimento a partir do seu conjunto de preocupações. Para tal, selecionamos textos escritos por indivíduos que se propusessem ao intervir na realidade (seja institucionalmente, via partidos ou eleições ou por interferência na política econômica) e ao mesmo tempo buscassem teorizar sobre a sua própria ação ou sobre a política brasileira. Buscando esta interseção, acreditamos contribuir para a flexibilização da separação radical entre a análise do pensamento político e da ação política, embora ela possa ser meritória para outros trabalhos que se encontrem em qualquer um dos lados. Em um estudo sobre ideologias políticas tal qual o que pretendemos fazer, pensar autores como atores políticos permite esta intercessão entre uma suposta esfera das ideias e outra da prática.

### **3.4 A controvérsia do planejamento como polêmica liberal**

A célebre “controvérsia do planejamento” entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin pode ser interpretada como uma polêmica entre o liberal-desenvolvimentismo e o desenvolvimento liberal, em um momento no qual a democratização do país era iminente.

Antes de adentrarmos como os liberais da República de 1946 – após estabelecido o regime – se posicionaram sobre a questão do desenvolvimento, cabe tratar deste capítulo paradigmático da história de nosso pensamento político e econômico.

É ponto comum na bibliografia (BIELSCHOWSKY, 2001, 2004; CURI, CUNHA, 2015; CEPÊDA, 2004; FREITAS JR., 2018) entender do embate ocorrido entre 1944 e 1945 entre as ideias de Roberto Simonsen e Eugênio Gudín como um atrito entre um nacionalista e um liberal, ou entre um projeto de desenvolvimento baseado em capital estatal e capital privado nacional (com ênfase na indústria) e outro próximo do *laissez-faire*, do capital estrangeiro e do setor agroexportador. A nosso ver, esta interpretação privilegia aspectos econômicos de classificação e análise do pensamento destes autores. Por isso, pode-se considerar Gudín um liberal de modo a opor este conceito ao nacionalismo de Simonsen. Entretanto, do ponto de vista das ideologias políticas, ambos podem ser considerados liberais<sup>41</sup>. Naquele contexto histórico de fim da Segunda Guerra Mundial e de consolidação de um modelo econômico keynesiano, o Brasil estava encerrando o governo de Getúlio Vargas, – cuja última fase (1937-1945) foi uma ditadura – responsável por realizar um projeto político e econômico de industrialização centrado no Estado e com planejamento público das atividades. Portanto, o dilema que se colocava para os anos seguintes era sobre qual modelo de desenvolvimento seguir dentro de marcos democráticos.

A resposta de Roberto Simonsen estava em consonância com este espírito do tempo no qual o liberalismo econômico era desacreditado. De formação política e familiar liberal, entusiasta da figura do empreendedor capitalista tal como definido por Schumpeter (1961) e opositor nos primeiros anos do governo Vargas (CEPÊDA, 2004), Roberto Simonsen progressivamente se converte em espécie de âncora e intermediador do então presidente no meio do empresariado. É neste contexto que ele escreve o parecer ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, que produz a resposta de Eugênio Gudín em parecer da Comissão de Planejamento Econômico. Na controvérsia, Simonsen é defensor do planejamento, da industrialização e da intervenção do Estado na economia (sobretudo no que diz respeito ao auxílio do capital privado nacional), em chave que aqui chamamos liberal-desenvolvimentista. Daí sua preocupação de associar planejamento com democracia e com defesa da propriedade privada, ideal que ele via concretizado na Europa e nos EUA. (CURRI,

---

<sup>41</sup> O próprio Roberto Simonsen evita se autoproclamar como liberal, no entanto, como veremos nas seções seguintes, este é um posicionamento comum dos liberais do período, visto que o termo estava demasiado associado ao liberalismo econômico. Porém, isso não nos impede de pelo estilo de pensamento e pelo ideário político defendido por este autor e pelos demais, percebê-los enquanto parte da ideologia liberal.

CUNHA, 2015, p. 91) Este dilema era comum à época, desde ao menos John Maynard Keynes e Karl Mannheim.

Já Eugênio Gudín devia sua visão de mundo e sua formação intelectual a outro paradigma. O autor era formado engenheiro civil no Rio de Janeiro – então capital federal – em 1904 e autodidata em economia a partir da leitura de autores da teoria clássica, como David Ricardo (BIELSCHOWISKY, 2001, SALOMÃO, 2021). O pensamento do autor formou-se naquela linguagem político-econômica da Primeira República<sup>42</sup>, que conciliava cosmopolitismo, liberalismo econômico e certa visão evolucionista da sociedade e do próprio processo histórico. A sua objeção ao planejamento ou a ideia de um Estado ator na economia é contrastada por ele a um entendimento de que deixada a iniciativa privada o mais livre possível e incentivando a produção daquelas mercadorias favorecidas pelas vantagens comparativas, o Brasil seguiria em uma via natural de desenvolvimento liberal, tal qual ele também acreditava que teria feito a Europa e os EUA. A descrição feita por Curi e Cunha (2015) sobre o que Eugênio Gudín entende por liberalismo econômico está em consonância com o nosso entendimento sobre a via do desenvolvimento liberal:

Economia liberal parece ser, para Gudín, um sistema econômico –uma realidade– à qual corresponderia uma doutrina econômica específica. A economia liberal seria, pois, um período em que vigorara um consenso de princípios liberais, que orientavam o comportamento das economias nacionais, de modo a proporcionar à humanidade o maior nível de conforto material e de liberdade até então visto. (p. 93)

Como veremos nas próximas páginas, ambos os autores se entendem como inseridos em uma realidade atrasada que é oposta a outra, tida como desenvolvida. Os representantes desta parte exemplar do mundo seriam praticamente os mesmos segundos Simonsen e Gudín. Por isso, parte importante do argumento se dá pela disputa de interpretação sobre qual foi a via de desenvolvimento seguida pelas potências econômicas.

O primeiro texto que abre a assim chamada “controvérsia do planejamento” (IPEA, 2010) é um parecer técnico de Roberto Simonsen apresentado ao Conselho Nacional de Política Industrial, em 16 de agosto de 1944. Já neste texto, podemos perceber a expressão do liberal-desenvolvimentismo de seu autor. Relatando os resultados da Missão Cooke<sup>43</sup>, o economista informa que a renda brasileira – a qual ele mede pelo potencial de consumo da população –

---

<sup>42</sup> No capítulo 2 desta tese, nós classificamos este paradigma como “paradigma da modernização como evolução”.

<sup>43</sup> Missão técnica norte-americana enviada para o auxílio do desenvolvimento brasileiro, com investimentos de formação de poupança e infraestrutura. Cf. verbete do CPDOC disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/missao-cooke>. Acessado em: 09/08/2021

seria 25 vezes menor que a dos Estados Unidos. A seu ver, isto se deveria à industrialização daquele país, que aumentou sua renda e seu consumo para graus muito mais elevados que a dos países agrários. Infelizmente, no Brasil este processo ainda estaria na adolescência (IPEA, 2010, p. 39), o que impediria que o país atingisse aquele progresso que Simonsen percebia na potência da América do Norte. Para ele, era como se o nosso país fosse um EUA por se fazer, mas que dispunha de menos tempo e partia de grande passivo em seu atraso. Sequer a dinamização da indústria de base fora realizada, e essa pauta seria do Século XIX, que dirá eletricidade e transporte aéreo, exigências daqueles anos. Para além disso, tínhamos dependência externa de petróleo e energia, maquinário obsoleto, ausência de capital e logística rudimentar.

A solução que se impunha, então, era o de não adotar “os meios clássicos” (Idem, p. 44) de apenas estimular a iniciativa privada, ao invés disso: “A planificação econômica é o caminho para superar o atraso brasileiro de forma rápida e direcionada, fazendo uso da ciência e da técnica.” (Ibidem, p. 45). Rússia, Inglaterra e EUA seriam exemplos bem-sucedidos de uso da planificação para direcionar a economia e a sociedade a um grau de produção e de renda que de outro modo não conseguiriam. No caso brasileiro, o ponto central deveria ser a industrialização, com o maior montante sendo direcionado para infraestrutura – equipamento, transporte, combustíveis e eletricidade. Já o financiamento deveria ser metade de capital estrangeiro – sobretudo dos EUA – que disporia de recursos essenciais que poderiam emprestar sem grandes esforços. O restante, deveria ser composto pelo Estado e pelo capital privado nacional, porém, o autor faz a ressalva de que o Intervencionismo público deveria ser apenas onde a iniciativa privada não atuava, com o seu máximo de aproveitamento:

O grau de intervencionismo do Estado deveria ser estudado com as várias entidades de classe para que, dentro do preceito constitucional, fosse utilizada, ao máximo, a iniciativa privada e não se prejudicassem as atividades já em funcionamento no país, com a instalação de novas iniciativas concorrentes. (IPEA, 2010, p. 46)

A resposta de Eugênio Gudín veio em março de 1945, em texto de circulação reservada. Gudín afirma que não discordava do relatório de Simonsen no tocante ao fato do Brasil ser um país atrasado, de economia rudimentar e que precisaria de investimentos para corrigir sua situação. Sua discordância diria respeito ao método adotado. Para ele, existia uma sedução pela ideia de planejamento na época, mas que economicamente não seria eficiente. Em seu juízo, o correto a se fazer seria observar cada setor da economia, em busca de seus problemas e não propor um ideal totalizante – e, segundo ele, totalitário – de capitalismo de Estado. Em sua



visão, esta atitude seria típica de países fascistas ou comunistas, como a Rússia, a Itália e Portugal.

No caso do *New Deal* norte-americano, o programa seria um desvio da história econômica do país e evidentemente equivocado. A tendência em cursos nos EUA seria justamente de reversão desta má conduta. Os Estados Unidos são colocados como exemplo de país que se tornou potência por seguir modelo de desenvolvimento liberal: “É curioso, aliás, apontar-se justamente o exemplo dos Estados Unidos, país que fez sua grandeza com o sistema da economia liberal e que tudo faz, na hora difícil que o mundo atravessa, para reintegrar essa Economia em sua plenitude.” (IPEA, 2010, p. 82) Já os teóricos internacionais do planejamento seriam espécie de idealistas que lidariam com ele de forma pouco científica, tal como uma profissão de fé. Este é o tratamento que recebe Karl Mannheim, por exemplo:

Não faltam tampouco os “filósofos do plano”, entre os quais se cita particularmente o nebuloso sociólogo Karl Manheim [...] O dr. Manheim quer planificação. Mas ele é de uma imprecisão desconcertante sobre o que é que se deve planificar e encara a planificação mais como uma fé do que como uma técnica”.

Não será com as “doutrinas” de Karl Manheim e de outros tão invocados filósofos do plano que salvaremos a economia nacional. (Idem, p. 77 e 78)

Embora aponte-se na bibliografia (CURI, CUNHA, 2015) que Eugênio Gudín não tinha atenção para a história – e especificamente para a história econômica – tal como Roberto Simonsen<sup>44</sup>, o que ocorria é que ele tinha interpretação muito distinta deste seu adversário. Ambos mobilizam a história econômica, porém, com teorias da história diferentes, baseadas em suas visões de mundo diferentes. Para responder à crítica do liberalismo econômico Gudín se dedicou a narrar a história do capitalismo para explicar como “a mística do plano” (IPEA, 2010, p. 65) seria derivação do mercantilismo do século XVIII, quando as economias nacionais eram geridas pelos interesses do Estado. Mostrando sua filiação à escola clássica da economia política, ele explica que o *laissez-faire* teria surgido para pôr fim à prática anterior. Isto foi feito com o esclarecimento de que a fonte do desenvolvimento econômico estava na riqueza dos indivíduos, que eram guiados por seu interesse próprio e assim prosperariam.

---

<sup>44</sup> Não queremos aqui equivaler a historiografia produzida pelos autores. De fato, Roberto Simonsen era professor de História econômica e ministrava curso da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, que resultou em seu clássico *História econômica do Brasil* (SIMONSEN, 2005). Além disso, concordamos com Curi e Cunha (2015) que Roberto Simonsen recepciona a escola historicista alemã de economia, cujo grande representante seria Friedrich List. O nosso argumento aqui é que tanto Roberto Simonsen quanto Eugênio Gudín utilizam a história como recurso político que dá fundamento para seus respectivos projetos e que o segundo autor está longe de menosprezá-la como forma de advogar que sua visão de mundo corresponde com a realidade.

Com o passar do tempo, teria se consolidando um papel do Estado que não era planificador como no século XVIII, mas regulador, de modo a impedir que “[...] a liberdade fosse usada para matar a liberdade.” (Idem, p. 65). A função do Estado teria passado a ser a de criar códigos de comportamento econômico pela legislação, sem com isso poder invadir o domínio da iniciativa privada. Gudin entende que o resultado deste processo histórico era o chamado por ele de economia liberal, modelo que conciliaria liberdade individual, com proteção às opressões de uns sobre os outros.

Tudo iria bem até 1914, com o sistema capitalista progressivamente aumentando o bem-estar social. Porém, a Primeira Guerra Mundial teria deslocado a hegemonia global da Inglaterra para os EUA, que era um país que não havia ainda chegado ao amadurecimento de seu antigo colonizador. Por isso, foi adotada uma política econômica que tentou beneficiar a sua economia, enquanto prejudicava os demais países. A consequência foi a substituição da contenção do período de guerra por um movimento inflacionista desordenado somado aos aumentos tarifários ao comércio internacional, o que teria sido a causa da depressão de 1929. Em chave burkeana (BURKE, 2014) de análise do processo histórico, a conclusão de Eugênio Gudin é que a Grande depressão não é responsabilidade da economia liberal, mas de um desvio de sua história por um processo político drástico, que descaracterizou a linha de continuidade e de aperfeiçoamento do liberalismo econômico e por consequência do sentido próprio ao progresso na modernidade:

NÃO CABE ASSIM À ECONOMIA LIBERAL A RESPONSABILIDADE DESSES DESASTRES. ORIGINARIAMENTE, a Grande Depressão foi o resultado de um fenômeno político: a guerra mundial de 1914, que abalou profundamente o sistema que a economia liberal havia construído em um século. Subsidiariamente, incumbe a responsabilidade aos desacertos praticados pelo grande mas ainda inexperiente país que passara, repentinamente, de país devedor à posição do maior país credor do mundo e de líder da economia mundial. (IPEA, 2010, p. 69)

Sua crítica ao *New Deal* continua, porque para Eugênio Gudin não haveria meio termo ou terceira via: ou se segue modelo liberal “[...] ou comunismo, capitalismo de Estado.” Isto se basearia em sua leitura de que haveria uma oposição de um lado entre a filosofia liberal e democrática e do outro a coletivista e totalitária. No primeiro, o fim almejado seria o de garantir o livre mercado e a livre concorrência, cujos preços de mercadoria e serviços seriam autorregulados pelo interesse da sociedade neles. Nesta via, seguir-se-ia modelo que ele identificava como a própria democracia. Na outra, uma “autoridade onipotente” (Ibidem, p. 70) impor regras ao mercado e regularia seus preços, tal como ocorreria em Estados totalitários. Somente os EUA teriam sido um país democrático que escolheu com o *New Deal* o caminho

da intervenção, mas que já estaria sendo substituído pelo retorno do liberalismo. Já a Inglaterra estaria apenas reajustando sua economia após os esforços de guerra e jamais teria prejudicado a iniciativa privada, mas impedido que houvesse exageros em sua atuação. Uma vez que o fluxo histórico interrompido pela guerra fosse retomado, o caminho do liberalismo anglo-saxão voltaria ao normal.

Nesta visão que advoga por um desenvolvimento liberal e que tem um liberalismo economicista centrado na ideia de mercado, o conflito internacional da guerra fria já demonstrava seus ecos. Isso se expressa quando Eugênio Gudín aponta que, uma vez que só haveria dois caminhos a seguir, quem não adotasse o (seu) modelo liberal, seria conseqüentemente comunista. Para ele, a defesa de intervenção estatal levaria a violações da propriedade privada, empoderamento excessivo da burocracia e favorecimento de empresários próximos do poder públicos, característica que Eugênio Gudín consideram próprias do regime soviético. Ao classificar a postura de Roberto Simonsen, ele até admite que existe uma “[...] moldura de tonalidades liberais” (IPEA, 2010, p. 78) mas que é preenchida pelo intervencionismo. Se esta via fosse seguida, o Brasil continuaria no caminho totalitário dos anos anteriores, representados pelo governo Vargas que “ora se extingue” (Idem, p. 80). Esta abertura para a democracia que formalmente estaria em processo de se concretizar, só poderia sê-la de fato se acompanhada pela condizente postura em relação à economia, qual seja, a de participação mínima do poder público

Para se adequar à lógica democrática e da economia liberal, que o autor pensa como indissociáveis (sendo a segunda fundamental para a primeira, mas não o contrário), o Brasil deveria diminuir a participação do Estado na economia, as empresas públicas e os institutos públicos. Afinal, a “Função do Estado é estabelecer as regras do jogo e não jogá-lo”. (Ibidem, p. 83). No caso brasileiro, o principal problema a ser resolvido com auxílio estatal seria a inflação, de modo a garantir a harmonia do funcionamento do mercado.

Preparado para rebater o argumento de que seu ideal seria obsoleto, ele advoga que “Os princípios aqui invocados são, ao contrário, o que se poderia chamar de mais “moderno”, de mais avançado em matéria de economia.”. (IPEA, 2010, p. 88). Dentre os autores em voga naquele período que Gudín afirma se basear, ele cita John Maynard Keynes. Todavia, a recepção que ele faz do britânico não se dá pelo aumento do déficit público, ideia do Estado interventor na economia, efeito multiplicador ou qualquer outra das teses costumeiramente associadas a esta escola econômica. Para Gudín, Keynes foi um complementar dos autores clássicos, que introduziu a ideia de ciclos econômicos (opondo a leitura estática dos autores anteriores) e a problemática do desemprego – que para Eugênio Gudín se resolveriam com

aumento da produtividade das empresas e não com os mecanismos de intervenção governamental propostos pelo inglês.

Retornando para sua predileção pelos clássicos, o economista rebate o industrialismo de Simonsen com a doutrina das vantagens comparativas de David Ricardo. Gudin parte do pressuposto que a economia não funcionaria em um enquadramento fechado de corte nacional, mas em comércio internacional aberto. O Estado aplicar tarifas para indicar o que se pode ou não importar é visto por ele como mais uma medida totalitária. (IPEA, 2010, p.104). Para além deste juízo mais explicitamente normativo, Gudin ajuíza que seria falsa a premissa de que países industrializados seriam ricos e os agrícolas, pobres. Argentina e Nova Zelândia seriam exemplos de nações que se desenvolveram com matriz econômica agroexportadora. A solução para o Brasil seria o mesmo, tal como afirmava a teoria clássica do comércio exterior, pois o setor primário seria aquele que o nosso país tinha capacidade de produzir em vantagens quando em relação a outros.

Outro motivo apontado para discordar de Roberto Simonsen em seu juízo sobre a indústria é de que a lógica da concorrência e do lucro seriam inerentes ao capitalismo liberal. Portanto, se o Estado interviesse com medidas protecionistas para a indústria, ele descaracterizaria o próprio modelo. O resultado seria uma indústria menos eficiente e que jamais atingiria naturalmente os preços do mercado internacional, – porque produziria em condições comparativamente desfavoráveis – o que encarece o custo para o consumidor. Segundo o economista, a defesa da tese contrária por associações ligadas à indústria teria interesses meramente corporativistas, típicos de países antidemocráticos

A “Réplica ao sr. Eugênio Gudin” (IPEA, 2010, p. 128) veio em junho do mesmo ano – 1945. Neste texto, Roberto Simonsen aprofunda certas questões sobre como solucionar o problema do atraso brasileiro, ao mesmo tempo que elucida pontos de seus liberal-desenvolvimentismo. Dentre eles, existem duas dissociações importantes feitas pelo autor: uma entre liberalismo político e econômico e outra de planejamento democrático e autoritário. O industrialista também demonstra visão distinta da de seu adversário sobre como se processou a história da modernização capitalista e do sentido do *New Deal* norte-americano dentro dela.

Para Roberto Simonsen, seria equívoco da parte de Eugênio Gudin pressupor que a ideia de planejamento teria uma ideologia a ela inerente. Afinal, o industrialista a percebia como “[...] a técnica e a indústria como meios de consecução da civilização moderna, ancoradas na ação racional.” (CEPÊDA, 2004, p. 6 e 7). Portanto, ao invés de expressão de doutrina autoritária e coletivista, o planejamento seria na verdade uma técnica científica, que podia ser adotada tanto por países democráticos quanto pelos fascistas ou comunistas. A concepção que ele queria

aplicar seria a compatível com o primeiro modelo nacional, que, inclusive, serviria para estimular os investimentos e auxiliar no crescimento da iniciativa privada. Gudin não perceberia isso porque teria uma postura doutrinária e engessada, não separando Capitalismo de Estado de Socialismo de Estado.

Segundo Simonsen, Eugênio Gudin deliberadamente teria citado partes de seu parecer de forma enviesada, com o objetivo de deturpar seu projeto. Ele afirma que o seu adversário ideológico queria associar sua proposta com a defesa de interesses corporativistas da classe industrial, que necessitaria do Estado por ser supostamente incompetente. O que nos parece é que Gudin interpretou o parecer de Simonsen com a visão de mundo de um liberalismo centrado na ideia de mercado e, por isso, selecionou conscientemente ou não trechos que vinculavam Simonsen a outros de seus inimigos, equivalendo então o liberal-desenvolvimentismo com o socialismo soviético. Neste ponto, há forte preocupação de Roberto Simonsen de demonstrar a compatibilidade da intervenção do Estado na economia (tanto no investimento quanto na coordenação das atividades) com certo tipo de enquadramento liberal de Estado. Para ele, seria uma distorção de seu relatório fazer parecer que ele considerava a iniciativa privada ineficiente e que defenderia um intervencionismo radical. Para isso, o economista também faz sua respectiva digressão histórica. O sentido deste movimento não seria as forças do mercado, mas a ação deliberada e consciente do Estado.

Colocando os EUA como caso exemplar de desenvolvimento capitalista, Roberto Simonsen ajuíza que a história deste país seria não a do *laissez-faire* advogado por Gudin, mas de intervencionismo estatal na economia. Durante mais de cem anos, a potência teria planejado suas atividades, transformando-se de país agrícola em grande nação industrial. Isso teria sido feito desde o Século XIX, com legislação social de proteção ao trabalhador, investimento público em infraestrutura, concessão de crédito e comissões especiais para coordenação econômica. Após a Primeira Guerra Mundial, a nação do Norte teria finalmente um grau de desenvolvimento que permitiu que o Estado se retirasse da economia e deixasse a iniciativa privada atuar na maioria dos setores, mas só se tornou capaz disso pelo poder e o capital público. A leitura sobre o *New Deal*<sup>45</sup> também diverge entre os economistas. Para Simonsen, ele não era

---

<sup>45</sup> Segundo aponta Vera Cepêda (2004), Roberto Simonsen demonstrou entusiasmo com o *New Deal*, elogiando a postura do presidente Roosevelt na questão e conciliando a cultura liberal norte-americana com a ideia de planejamento durante discurso de 1945: “Ainda é de 1945 Roosevelt, discurso pronunciado por Roberto Simonsen por ocasião das comemorações do dia Pan-Americano. O teor do discurso é assinalar a heterodoxia e a ousadia do lendário presidente norte-americano ao adotar o intervencionismo econômico como forma de tirar os Estados Unidos da profunda crise pós 1929. A importância deste trabalho é extremamente simbólica, uma vez que utiliza o grande paradigma liberal, os Estados Unidos, contra o radicalismo dos liberais brasileiros exatamente no período em que os ânimos se acirraram em função do debate do planejamento. (CEPÊDA, 2004, p. 79)

um momento episódico para conter uma crise, mas a continuação de uma tendência e tradição histórica norte-americana. Fluxo este muito distinto do caso soviético, pois o planejamento dos EUA sempre havia sido democrático e valorizador das liberdades individuais (IPEA, 2010, p. 161). Já no outro caso, ele foi feito com trabalho forçado e cooptação da iniciativa privada. Em trecho, ele é sintético sobre a compatibilidade da democracia liberal com certos ideais de planejamento que se comprometam com estes marcos:

O combate ao monopólio, o rigoroso controle das empresas de utilidade pública, a execução pelo Estado de muitos serviços públicos que vêm sendo adotados pelos governos considerados liberais nunca foram considerados inconciliáveis com o sistema econômico baseado no empreendimento particular. (IPEA, 2010, p. 170 e 171)

A interpretação sobre outros casos de desenvolvimento segue na mesma chave analítica, igualmente a Inglaterra –ênfaticamente – e os demais países europeus e democráticos só diminuíram o fôlego de seu planejamento quando já haviam amadurecido sua economia industrial e sua legislação para permitir abertura maior ao mercado. Todavia, o Brasil estava em outro momento de sua história, com outras condições: “Somos um país pobre, de baixíssima renda nacional e não dispomos nem dos recursos, nem do progresso da pátria de Roosevelt.”. (Idem, p. 158). O que o país deveria fazer era menos copiar o resultado histórico do Norte global e mais o que estas nações fizeram quando estavam em estágio análogo do seu desenvolvimento, ou seja, coordenar as atividades com planejamento estatal. Assim, o Brasil precisaria entender a si mesmo como nação e produzir um projeto nacional de desenvolvimento no qual ele deveria agir para se industrializar e alcançar o mesmo nível daqueles que o fizeram antes. Como aponta Curi e Cunha (2015), a construção de uma consciência nacional era tida por Simonsen como fundamental para que o país pudesse formular seu projeto e superar sua condição de atraso.

O clima teórico e as práticas adotadas naqueles anos estariam – de acordo com Roberto Simonsen – em consonância com seu pensamento. A tendência internacional seria a de harmonizar democracia com liberdade de ação, apoiando-se na ciência e em novos modelos de administração pública. (IPEA, 2010, p. 162) Em seu entendimento, Eugênio Gudim seria representante de uma doutrina obsoleta de *Homo Economicus*<sup>46</sup>, que já não era praticada nos

---

<sup>46</sup> Roberto Simonsen usa o termo como referência indireta às doutrinas da escola clássica de economia, cujos representantes mais célebres seriam Adam Smith e David Ricardo, na qual, resumidamente, a sociedade avançaria pelo auto interesse. Tal como já apresentado no primeiro capítulo desta tese, a crítica ao *homo economicus* era comum aos autores que defendiam intervenção do Estado na economia e planejamento. Nos demais liberal-desenvolvimentistas, a crítica também aparece.

países que ele mesmo citava como exemplo. A adoção deste tipo de sistema anacrônico implicaria concentração de riquezas, formação de monopólios, a volta da pauperização das massas, imperialismo, controle do fluxo de mercadorias pelos países desenvolvidos e desfavorecimento do pequeno produtor. Para além da “[...] completa ausência de preocupação do problema social”. (Ibidem, p. 171), o relatório do adversário seria anticientífico, pois colocaria os preceitos da economia liberal na frente da própria realidade e, quando a segunda negava a primeira, o erro seria do mundo. Usando de artifício ideológico recorrente (LYNCH, 2021a), o autor se coloca como um realista que percebe corretamente os movimentos históricos e está simultaneamente atualizado com o avanço da ciência econômica. Já seu adversário, seria um doutrinário, cego para estas questões. Sobre a necessidade de industrialização, o mote da oposição a Gudin segue na mesma linha. Os países citados – Argentina e Nova Zelândia – só teriam conseguido se desenvolver por via agroexportadora por conta de sua relação comercial com a Inglaterra e de suas características geográficas. Negar isso seria se opor aos fatos.

Segundo Vera Cepêda, este entendimento de Simonsen de que existiria uma tendência mundial, no qual um liberalismo de fundo político não precisa ser acompanhado de outro de fundo econômico, já podia ser percebido desde discurso seu em 1935:

Em 1935 Simonsen publica *Aspectos da Política Econômica Nacional*, reprodução do discurso pronunciado enquanto deputado na Câmara Federal dos Deputados, em 11 de setembro de 1935 [...] Além da reafirmação sobre a limitação da economia agrícola, Simonsen interpõe uma crítica ao liberalismo econômico (no mesmo sentido daquela já desenvolvida em *Rumo à verdade*, separando o conceito político do conceito econômico), e apresentando o quadro mundial que migra, cada vez mais, em direção ao protecionismo e ao planejamento. Ao exemplo citado anteriormente (a racionalização alemã, em *As finanças e a indústria*) adiciona os casos da França e dos Estados Unidos, permitindo um diálogo com o tema da organização da produção tanto no campo ideológico mais próximo ao corporativismo quanto do liberalismo. (CEPÊDA, 2004, p. 75)

Em sua tréplica de agosto de 1945, Eugênio Gudin mantém os mesmos pontos. Ele acusa igualmente seu adversário de ser doutrinário e pouco científico<sup>47</sup>. Sobre a acusação de obsoleto, ele cita Taussig, suposto professor da Universidade de Harvard, que concordaria com ele que protecionismo não é indutor de desenvolvimento, mas sim o incremento da

---

<sup>47</sup> Utilizando de critérios e buscando a medida em lugares distintos, tanto Simonsen quanto Gudin fazem uso da técnica para defender pontos políticos diversos. Este tipo de acusação é comum aos economistas que serão estudados neste capítulo. Todos se consideram portadores de um saber científico e acusam seus adversários de idealistas ou pouco rigorosos. Isto se deve ao próprio entendimento do lugar do economista como espécie de técnico e de seu saber como análogo ao de uma ciência da natureza (RINGER, 2000). Nos textos seguintes, o próprio Eugênio Gudin se torna mais enfático sobre estas questões.

produtividade. Ele só poderia ser garantido ao se deixarem livres o trabalho e a criatividade da população.

O economista permanece enfático da incompatibilidade de seu conceito de democracia com qualquer tipo de planejamento. No entanto, neste texto ele admite alguns pontos em que em um país que enxergava como atrasado tal qual o Brasil, o Estado poderia intervir. Educação é apontado como fundamental, na medida em que impacta a produtividade. As demais ações deveriam ter caráter ou de incentivo da iniciativa privada, como construção de infraestrutura (seja energia ou de estradas para o transporte). Já a fiscalização pública é admitida, desde que com mesma função de definição das regras de um jogo não jogado, via moeda, crédito e tributação. A segurança e a regulamentação da qualidade dos alimentos também são plausíveis para o economista. O que importava em todos estes casos é que o Estado não poderia ser *player*, pois não seria de sua vocação e nem de sua alçada buscar o lucro e a riqueza, que só a livre iniciativa poderia propiciar.

Findos os textos, não acabaram as polêmicas. Em dezembro daquele mesmo ano ocorreram as eleições presidenciais que deram a vitória a Eurico Gaspar Dutra. No ano seguinte, o Brasil entrava formalmente em um regime democrático, cuja opinião pública e a atividade intelectual tiveram oportunidade de prosseguir e prosperar. O debate sobre desenvolvimento ganhou então igual oportunidade. Como aponta Ricardo Bielschowsky:

A crise internacional e as transformações econômicas, políticas e sociais que se seguiram solaparam a base real de sua sustentação. Nasceram, a partir daí, diferentes concepções do desenvolvimento brasileiro. Em reação, a ideologia liberal teve de passar, ela mesma, por transformações que viabilizassem sua resistência frente à nova realidade. (BIELSCHOWISKY, 2004, p. 91)

Eugênio Gudín além de atividade acadêmica e político-institucional, também se dedicou à escrita de artigos de jornal em que permaneceu advogando sua via de desenvolvimento liberal. Por caminhos distantes, outros liberais demonstraram reticência parecida com a ideia de que o Estado poderia ser o maior promotor de desenvolvimento. Dois exemplos são o quadro da UDN Eodoro Berlinck e o jurista Raymundo Faoro. Para estes autores, o grande mal da história do Brasil teria sido justamente o estrangulamento da sociedade (fosse ela civil ou o mercado) pelo autoritarismo estatal, o qual eles opõem ao modelo anglo-saxão de desenvolvimento liberal.

Já Roberto Simonsen, faleceu em 1948, dois anos depois da mudança de regime. Porém, posições similares ao seu liberal-desenvolvimentismo permaneceram. Autores como o cientista



político Hélio Jaguaribe, o jurista e liderança da UDN Afonso Arinos de Mello Franco e o economista Roberto Campos mobilizavam aparato conceitual e linguagem similar para advogar o desenvolvimentismo – e suas ideias associadas de planejamento, industrialização e projeto nacional – como via de alcançar no Brasil o modelo de sociedade capitalista dos EUA e da Europa. Nas próximas seções, demonstraremos a continuação do debate entre liberal-desenvolvimentismo e desenvolvimento liberal a partir de três tópicos que sobressaem na leitura dos autores/atores. São eles: 1) A história do desenvolvimento do capitalismo/da formação do mundo moderno segundo os liberais; 2) O papel do Estado no processo de desenvolvimento, planejamento e *laissez-faire*; 3) O Brasil como parte do Ocidente: Cooperação com os EUA, capital estrangeiro e anticomunismo.

### **3.5 A história do desenvolvimento do capitalismo/da formação do mundo moderno segundo os liberais**

Não há apenas uma história do Ocidente e do Brasil entre os liberais. Embora existam semelhanças perceptíveis, há juízos com sentidos opostos e protagonistas distintos na modernização de nosso país e do bloco do mundo a que ele supostamente pertenceria. O que os une é seu compartilhamento de uma filosofia da história (KOSELLECK, 2006) que entendia o progresso em sentido linear cujo *telos* era o aumento contínuo do bem-estar e das liberdades individuais, no qual a Inglaterra e depois os EUA são apontados como indutores do processo, que em casos específicos – como Afonso Arinos – dividem este papel com a França. O Brasil é geralmente tratado como desvio ou caso singular desta regra, um país atrasado e impedido por forças internas de se desenvolver. A crítica à colonização ibérica costuma ser o principal motivo apontado para o problema, com maior destaque para os defensores da via do desenvolvimento liberal neste ponto.

A crítica ao chamado “iberismo” (VIANNA, 1997, p. 151) é comum ao pensamento liberal brasileiro ao menos desde o Século XIX, portanto antecede ao próprio debate sobre desenvolvimento. Personagens como Aureliano Tavares Bastos (1975) já apontavam em suas *Cartas do Solitário* de 1863 a colonização portuguesa como um mal do nosso atraso que precisava ser corrigido por descentralização administrativa e formação de uma sociedade liberal de mercado (FERREIRA, 1999; VIEIRA, 2021). Na República de 1946, o argumento se notabilizou pela republicação em 1948 de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (2011). Se não edição original do livro de 1936, ele demonstrava fortes tonalidades autoritárias

e um culturalismo de corte conservador, (FELDMAN, 2016)<sup>48</sup> da segunda edição em diante o argumento se torna espécie de liberalismo radical anti-iberista. O fio condutor que transpassa o livro como um todo é o personalismo de origem ibérica do brasileiro. O autor disserta sobre ele, suas origens e consequências em Portugal, Espanha e Brasil, tanto na questão social quanto na formação do Estado. Para Sérgio Buarque, há uma diferenciação entre como tal personalismo ibérico empreendeu a colonização e como outro modelo, o protestante, colonizou a América do Norte.

Segundo Sérgio Buarque, a falta de uma solidariedade social brasileira tem origem em Portugal. Para ele, é característica dos Ibéricos empreender esforços para manter a tradição em oposição às inovações. Diferente do modelo protestante de colonização, os portugueses eram hostis ao trabalho manual e mecânico e valorizavam o ócio. Ao mesmo tempo, Portugal pautava-se na tradição de um princípio unificador que se manifestava no governo. No segundo capítulo, “Trabalho e aventura”, Sérgio Buarque tem no foco da análise a distinção dos dois modelos de colonização supracitados. Partindo do argumento de *Ética protestante e o espírito do Capitalismo*, de Max Weber (2004) o autor classifica o modelo norte-americano de colonização como Trabalho e o modelo ibérico de Aventura. Os tipos ideais que estabelece para analisar as distintas experiências alimentam-se no entendimento de que a cultura do colonizador é fundamental para a forma de colonização e para a modernização ou atraso da colônia, mesmo após sua independência. Deste modo, o tipo trabalhador, calcado na disciplina, seria oposto ao aventureiro, que pretenderia enriquecer a qualquer custo, além de ser desorganizado e personalista.

Percebe-se na análise do ensaísta que há uma relação entre determinado processo histórico e as características culturais dos indivíduos que nele são personagens. A relação entre religião e disciplina presente nos calvinistas que colonizaram a América do Norte é vista como fundamental para o desenvolvimento de um determinado tipo de modernidade. Em sua análise de sociologia histórica, o personalismo de origem ibérica desenvolveu-se no Brasil no homem cordial, incapaz de se submeter às leis, avesso ao trabalho e que não consegue estabelecer uma relação transcendente com o Estado. Ao contrário, ele é visto como forma de manutenção dos seus privilégios e da imposição de interesses privados sobre os interesses públicos. No caso da

---

<sup>48</sup> Para uma leitura comparada das edições de Raízes do Brasil que demonstra a mudança política do autor do conservadorismo para o liberalismo, Cf.: FELDMAN, Luiz. “*Clássico por amadurecimento: Estudos sobre Raízes do Brasil*”. Rio de Janeiro: Topbooks, 2016, 306 p. Entretanto, este não é um ponto pacífico na literatura sobre *Raízes do Brasil*, para uma leitura recente que compreende já haver uma defesa substantiva da democracia na primeira edição da obra, Cf. VIANNA, Pedro Fraga. Folhas primas: debate sobre os significados de Raízes do Brasil. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2018.

colonização da América do Norte, a relação com a religião era de devoção, respeito, impessoalidade. Já no caso da colonização portuguesa, o catolicismo – não à toa chamado pelo autor de velho – era mais uma expressão do personalismo, o homem, incapaz de respeitar algo hierarquicamente superior a si, estabelece com o sagrado uma relação de horizontalidade, o põe na esfera íntima.

A força do argumento de Sérgio Buarque de Holanda é conhecida e mobilizada durante o tempo como maneira de criticar o Estado brasileiro, suas origens e consequências socioculturais. Todavia, a linguagem da obra era o modernismo artístico e literário, que seu autor participava ativamente. Outras expressões do liberalismo crítico ao Estado e que mobilizavam a chave de crítica ao iberismo surgiram na República de 1946. Estes estavam menos ligados ao ambiente intelectual do Sérgio Buarque e mais preocupados com os efeitos de Portugal para a política e sociedade brasileira. Estes autores pensam tais questões em chave que aqui classificamos como via de desenvolvimento liberal, com preocupação mais diretamente atenta para o vocabulário jurídico e ao político-econômico que emergia naquele paradigma.

No mesmo ano de publicação da segunda edição de *Raízes do Brasil*, o jurista paulista e ligado à UDN Eodoro Lincoln Berlinck (1948) publicou *Fatores adversos na formação brasileira*. O volume é dedicado à memória de Manuel Bonfim e Tavares Bastos, sem esconder as predileções ideológicas do autor. Chegando a se referir ao segundo como “verdadeiro sociólogo” e o mobilizando como fonte principal em suas leituras sobre o Império brasileiro:

Pode parecer que tudo isso seja queixume de bacharel em direito com fumaças de liberalismo, mas o grande espírito de Tavares Bastos mergulha no âmago da sociedade brasileira e nos traz de lá, não flores de retórica demagógica, mas fatos profundamente chocantes e contristadores. Ele fotografa o Império em todos os ângulos possíveis. (BERLINCK, 1948, p. 208) [...]  
Esse foi um sketch» do Império feito por um verdadeiro sociólogo. Como se vê o quadro não era risonho. Dentro do desenvolvimento histórico, depois de eliminados os legítimos revolucionários da independência e da democracia, pelos que desejavam a todo o custo conservar o passado, logicamente não poderíamos encontrar coisa melhor que Tavares Bastos escalpelou. (idem, p. 209)

O conteúdo do livro tem suas semelhanças com a análise de Sérgio Buarque, embora em linguagem próxima ao Direito e não ao modernismo paulista. Trata-se de uma interpretação culturalista do Brasil, que parte de ponto de vista liberal e que apresenta feição weberiana. Ele atribui o atraso brasileiro à manutenção de uma mentalidade portuguesa, que impediu a formação de uma sociedade liberal de mercado e de sociedade civil. O nosso colonizador nos

teria legado um tipo social que não valorizaria o trabalho e a cultura, é reverente para com o Estado e que almejaria enriquecer se colando às autoridades ao invés de valorizar o próprio esforço. Para resolver o problema seria preciso uma ação do Estado, mas não de intervenção na atividade econômica – porque ela poderia se desenvolver naturalmente – mas na correção dos problemas que a colonização gerou. O autor defende investimento público em educação e em obras de infraestrutura como medidas corretivas dos males da formação nacional que poderiam fazer o Brasil se parecer mais com os EUA.

O livro é em sua maior parte uma longa digressão historiográfica, com intenções sociológicas (BERLINCK, 1948, p. 85), de demonstrar os efeitos considerados nefastos do iberismo no Brasil. Assim, o texto vai desde a formação do Estado português no medievo, passando pela expansão marítima, a vinda da Corte e o Império, para diferenciar nossa colonização lusa daquela realizada pela Inglaterra. Como próprio título anuncia, a intenção é de demonstrar “[...] os fatores adversos que entravam o livre desenvolvimento no nosso país.” (Idem, p. 86). O ovo da serpente estaria nas invasões bárbaras aos romanos, que teriam substituído uma civilização por uma cultura atrasada. Na península ibérica, o espírito guerreiro herdado teria sido mantido pelo conflito com os árabes, mantendo uma mentalidade entre o Estado e as classes sociais de subserviência, por medo e necessidade de proteção. Nesta concepção, “[...] tudo pertencia ao Rei, chefe da reconquista.” (Idem, p. 37). Esse poder funcionava como direito pessoal que era transmitido hereditariamente e que era compartilhado com os companheiros de guerra. A partir daí que teria se formado o “[...] patrimônio real” (Ibidem, p. 37). Com a revolução de Avis, esta concepção se petrificou, impedindo que se gerasse uma sociedade livre de mercadores, produtores e aberta ao comércio internacional – tal como a Inglaterra iria se configurando.

Com este espírito que haveria se empreendido a expansão marítima, de modo que seu significado político teria sido a junção da cultura medieval de liderança em torno de um chefe com uma ambição ampliada a todos de enriquecimento fácil. Portugal cada vez mais se demonstraria atrasado na marcha do progresso, sedimentando-se em uma mentalidade atrasada para a Idade Moderna. Estes entraves foram transferidos para o Brasil, que haveria reproduzido o descaso pela educação, pela liberdade individual, pela relação com outros países e pela submissão para com o Estado como forma de obter privilégios. O lusitano e depois o colono brasileiro teriam se acostumado a confiar no Estado como provedor. O incentivo de procura para riquezas fáceis e a concepção de que o Brasil e a Índia eram propriedades do rei, que podia distribuir as partes, não estimularam na mentalidade portuguesa e depois brasileira o espírito de valorização do trabalho, fosse agrícola ou industrial. O autor chega a comparar o sentimento de

lealdade e a relação de paternalismo para com a Coroa portuguesa à lealdade ao Fuher do nazismo. Tratar-se-ia da mesma “psicose” (BERLINCK, 1948, p. 57)

Entre os séculos XVI e XVIII Portugal teria progressivamente ampliado seu descompasso na marcha da civilização e do desenvolvimento, movimento continuado pela vinda da Corte e o estabelecimento nestas terras da fonte de “opressão política” (Idem, p. 86). Uso de escravos, exploração predatória das índias, cobrança tirânica de impostos e a ambição de obter riquezas a qualquer custo seriam expressões disso. Já os supostos efeitos positivos da presença da Corte no Século XIX seriam insignificantes perto do mal que teriam feito pela repressão de qualquer esforço local de autonomia: “No campo político e no campo econômico, o brasileiro estava definitivamente amarrado à opressão colonial, apesar da vinda de missões artísticas, estabelecimento de museus, jardins botânicos, aulas de pintura e escultura etc.” (Ibidem, p. 107). Com medo de perder riquezas, a atividade mineradora e a agricultura não foram deixadas livres. Estes monopólios originados no século XVIII teriam permanecido no século XX, pelo controle do açúcar pelo Instituto do Açúcar e Alcool e do Sal pelo Instituto do Sal. O resultado diagnosticado é o mesmo, a produção sofreria entraves, o mercado negro cresceria e a demanda interna seria incapaz de ser suprida sem importações.

Já a independência teria sido a “ponte passagem” (BERLINCK, 1948, p. 178) das tradições lusas e seus vícios para a nação brasileira, visto que o processo foi realizado pelo “alto funcionalismo português” (Idem, p. 178), sem nenhuma mudança na ordem estabelecida. Ela seria mero conjunto de manobras políticas para manter uma forma de administração pública de tipo colonial, que teria perdurado no tempo até aqueles anos em que Berlinck escrevia. Dom Pedro I é representado como “elemento perturbador da independência brasileira” (Ibidem, p. 196) que contribuiu para o continuísmo com Portugal e a manutenção do Brasil como uma sociedade escravocrata e sem capacidade de desenvolver uma classe média (análoga a ideia liberal de sociedade civil) que reivindicasse direitos e pressionasse o Estado para concedê-los.

Enquanto isso, os casos de resistência ao processo são classificados como nobres movimentos da sociedade civil em lugares em que teria havido condições econômicas e sociais para formá-la. Portanto, a Revolução de 1817 em Pernambuco, seus movimentos contra o processo de independência e a Confederação do Equador são para Berlinck reações de uma “classe culta, educada no idealismo liberal” (BERLINCK, 1948, p. 192) contra aquele estado de coisas. Já a revolta farroupilha, teria sido um movimento de uma província economicamente dinâmica, com relações horizontais entre senhores e empregados e com pouco uso de mão-de-obra escrava. A província teria aprendido a exercer sua liberdade e elevar seu tipo humano através dos conflitos que passou localmente. O Rio Grande do Sul haveria se levantado contra

o “partido retrógrado” (Idem, p. 201) em nome de sua autonomia, para indicar o presidente da própria província. Todos estes levantes foram impedidos pela força opressora do Estado arcaico de origem portuguesa.

Para além de expor o sentido repressor e avesso ao desenvolvimento da formação de Portugal e do Brasil, Eodoro Berlinck ocupa-se de compará-lo ao maior caso exemplar de sucesso, que havia seguido uma via de desenvolvimento liberal. O modelo anglo-saxão teria sentido inverso ao nosso, tal como demonstrado no sumário do capítulo específico do tema:

“SUMÁRIO

Diferenças de origem. Diferenças de povo. Diferenças de objetivos. Diferenças de regime político. Diferenças de regime fiscal Diferenças de cultura. Reflexos na mãe pátria. Reação final contra uma possível tirania econômica e política.” (BERLINCK, 1948, p. 122)

O “contraste máximo” entre a colonização brasileira e da América do Norte haveria se dado “[...] no regime econômico e político” (Idem, p. 134). A colonização da América do Norte não foi vontade política da Coroa e resultado de seu dirigismo, mas fruto da iniciativa privada. Enquanto a colonização brasileira teria seguido no influxo da mentalidade gerada no saque das índias, contrária ao andar da civilização, a mentalidade do colono norte-americano se orientava no entendimento de que o enriquecimento precisava vir de seu trabalho e inteligência próprios. As companhias de comércio inglês teriam induzido o desenvolvimento dos EUA com uma forma de administração típica das empresas e não do Estado. Isso só poderia ter ocorrido porque a Coroa britânica não insistiu na “mania de pesquisar ouro” (Ibidem, p. 123), portanto tanto as Cias. quanto os colonos locais aprenderam a prosperar pelo seu próprio trabalho. Na organização política, os locais eram igualmente livres para seu autogoverno, em uma sociedade horizontal. A partir das constantes querelas com a Coroa, aquele povo havia se educado para a contestação e a participação política.

Como a América do Norte não teve política de fechamento das portas para os estrangeiros, os colonos permaneceram em contato com o avanço da civilização europeia. Com o passar do tempo, aquelas terras teriam se convertido em uma vitrina da liberdade contra os conflitos europeus, resultando no aumento da imigração entre os séculos XVII e XVIII. Quando lá chegavam, os trabalhadores eram contratados em regime livre, sem escravidão<sup>49</sup>. Portanto, não se fez uma cultura de aversão ao trabalho manual, e patrões e empregados empregavam

---

<sup>49</sup> Embora seja muito crítico dos efeitos da escravidão Brasil, o autor não faz qualquer referência no livro a sua presença no sul dos EUA.

esforços. Ao mesmo tempo, a tolerância religiosa teria permitido a vinda de homens cultos, que eram inseridos na sociedade quando lá chegavam. Diferentes de nós, desde o século XVII os Estados Unidos contariam com universidades. A independência dos EUA é tida como consequência deste espírito educado, pois no momento em a Coroa decidiu aumentar os impostos e o controle em um nível muito inferior ao que ocorria no Brasil, os colonos criados na cultura da liberdade teriam reagido de maneira incisiva com protestos. Infelizmente, nossa realidade era outra: não seguimos esta via de desenvolvimento liberal protagonizado pela sociedade civil livre, portanto precisávamos nos emancipar deste entulho cultural que nos foi transmitido pelo Estado português:

Na impossibilidade de juntar toda a população brasileira e colocá-la a bordo de um gigantesco ‘May Flower’, e recomeçar todo trabalho de colonização de 4 séculos, temos que aceitar o que está aqui e procurar corrigir todos os erros da colonização portuguesa, que não tinha a finalidade de construir uma nação livre e adiantada nestas plagas, mas apenas sugar recursos, para sustentar o velho Portugal. (BERLINCK, 1948, p. 292)

Naqueles primeiros anos da República de 1946, muito diferente era a interpretação histórica sobre a formação do mundo moderno de outro quadro udenista, Afonso Arinos de Mello e Franco. Talvez este seja um dos motivos que o levaram a defender via liberal-desenvolvimentista, com presença atuante do Estado no planejamento. Segundo Jorge Chaloub (2015) o posicionamento da liderança do partido era mais comum tanto na UDN quanto no liberalismo brasileiro anterior a 1964, no qual o conceito de mercado seria periférico (CHALOUB, 2015, p. 48). Estes autores e atores políticos – assim como Afonso Arinos – teriam uma visão politizada da economia e, portanto, liam o processo histórico de modo que fazia jus a esta ontologia e epistemologia.

Embora formado intelectualmente em um paradigma no qual o direito e não a economia servia como ciência social aplicada por excelência a ser mobilizada por políticos e intelectuais públicos, ele havia percebido a alteração nas formas de explicação da realidade e de solução dos problemas. Afonso Arinos afirma isso em texto publicado no Digesto econômico em 1953, por ocasião do centésimo número do periódico. Ele diagnostica uma mudança de orientação dos estudos brasileiros, na qual os temas econômicos teriam ganhado “o primeiro plano” (Idem, p. 227), resultando em uma “uma nova mentalidade econômica” (Ibidem, p. 227) brasileira, com um rigor científico que até então seria inédito nos nossos estudos e em nossa historiografia. O autor elogia, entre outros, a Faculdade de Ciências Econômicas da FGV, Caio Prado Jr. e Roberto Simonsen como expoentes deste novo paradigma. Dentro desta percepção que o jurista

realizou seu esforço de inserção no paradigma desenvolvimentista, aumentando o protagonismo da questão econômica em seus textos pós-1946. Ele tenta conciliar o seu bacharelismo guiado pelo direito com as novas interpretações econômicas da realidade que ele percebia.

Mantendo a percepção que ele já apresentava em obras anteriores<sup>50</sup> (FRANCO, 1933;1934; 1936), o bacharel da UDN concebia a história em uma chave reformista-conservadora, com forte presença das elites como lideranças no contínuo desenvolvimento da política e da economia no decorrer do tempo. Embora se possa fazer paralelo com Gudin<sup>51</sup> na adoção de uma teoria burkeana da história, os protagonistas dela e seu sentido são distintos nos dois autores. Ao invés do mercado desregulado em uma concepção clássica de economia, para Afonso Arinos de Mello Franco, os processos que formaram o Ocidente moderno (e o Brasil dentro dele como parte periférica) foram dirigidos politicamente por figuras esclarecidas que souberam direcioná-lo para a evolução que cada tempo exigia. Em suas palavras: “Os grandes movimentos históricos do Brasil foram, invariavelmente, controlados, orientados e inspirados pelas elites, que souberam compreender com generosidade as necessidades populares e canalizar com sabedoria o seu desenvolvimento.” (FRANCO, 2005, p. 147)

Esta interpretação é perceptível nos seus textos de história econômica do Brasil publicados em *Estudos e Discursos* (FRANCO,1961), mas que datam desde 1946. Em um primeiro texto da série, o jurista preocupa-se em esclarecer o leitor sobre seu ponto de partida teórico como analista da história econômica. Ele aponta que seria preciso diferenciar o estudo que pretende realizar com uma leitura economicista da própria história – comum em perspectiva materialista e marxista. Ele afirma que economia é a instituição social como as outras, e, por isso, estaria em relação à política, à sociedade e à cultura, sem ser variável independente de nenhuma delas. Nos textos seguintes, Afonso Arinos se mostra coerente com seus pressupostos, apontando para uma primazia do político. Para além de artigos sobre momentos de crise e sua solução direcionada pelos quadros políticos do Império e da República, havia também aqueles dedicados ao elogio de personagens célebres.

Diferente do juízo radicalmente negativo contido em Berlinck, Gudin e até mesmo em Sérgio Buarque, o jurista considera a história brasileira como ilustrada de grandes personagens.

---

<sup>50</sup> Os textos anteriores foram escritos em um contexto linguístico e em uma conjuntura política distinta dos textos pós 1946. Daí que existem diferenças entre eles. Nos anos 1930, Afonso Arinos se demonstrava mais adepto de um conservadorismo culturalista que ficou minguado com a democratização. Por sua vez, a crença nas instituições e o tom de moderação política mostram maior presença no período democrático.

<sup>51</sup> Sobre a narrativa de Eugênio Gudin sobre a História da modernização e do capitalismo, em seus textos entre 1958 e 1964 reunidos em *Análise de problemas brasileiros* (GUDIN, 1965) a interpretação não diverge daquela já apresentada na polêmica dos anos anteriores com Roberto Simonsen.



Ao se referir aos quadros que fizeram a independência, ele não reproduz a visão de que se tratava de indivíduos portadores de uma mentalidade atrasada. Eles seriam influenciados pelas mesmas ideias que circulavam na Europa, sem diferir de seus contemporâneos. Isto não significa que ele não considerasse haver países mais adiantados do que outros. Para ele, a modernidade tinha dupla paternidade: a França e a Inglaterra. Do primeiro, teria sido legado os valores da liberdade, cuja concepção ética e política teria servido de molde e inspiração para os demais. Já da ilha britânica, veio o incremento de produtividade, o espírito de trabalho e o avanço técnico que possibilitou o aumento de bem-estar. O autor se considerava adepto de ambos, em suas palavras: “Sou um liberal do século XX, isto é, um homem para quem a concepção moderna de organização social se expressa pelo binômio "trabalho e liberdade". (FRANCO, 1961, p. 58). Entretanto, ele compreendia o porquê de uma figura ilustre como o Visconde de Cairu – a quem o texto em questão é dedicado – tivesse espécie de horror da França, afinal em sua época ele só teria visto a violência causada pelo país, sem ter vivido para ver os efeitos positivos da revolução.

Embora não hesite em afirmar suas convicções republicanas, no texto sobre a economia do Império, ele se demonstra aborrecido com leituras que viam em Dom Pedro II um inepto favorecedor de burocratas. O imperador seria figura culta e com habilidade política que o permitiu catapultar na Segunda metade do Século XIX o desenvolvimento brasileiro. A visão de Imperador como um autoritário desinteressado para com a modernização seria falsa e precisaria ser desfeita pelos historiadores econômicos. Em sua interpretação, o apogeu do reinado de Dom Pedro II foi um dos períodos mais dinâmicos da vida econômica brasileira. Naqueles anos haveriam se realizado obras de infraestrutura que eram demandadas para dar conta da mudança na estrutura social e econômica, como estradas de ferro, embarcações a vapor, telégrafo e iluminação a gás. No direito, igualmente o período soube processar as exigências do tempo: criou-se a lei das sociedades, fizeram-se reformas bancárias e o Código do Comércio.

Na república, sua leitura é igualmente atenta para o papel de lideranças políticas para resolver problemas de ordem econômica. Ele enfatiza, a partir do episódio da crise cafeeira, como o convênio de Taubaté<sup>52</sup> foi um esforço acertado das elites políticas de solucionar a questão que se impunha. Isto porque a abolição haveria feito os produtores substituírem a mão-

---

<sup>52</sup> Convênio realizado em 1906 no final do governo Rodrigues Alves e que garantia a compra do excedente de Café pelo governo federal, estabilizando assim o preço do produto. Cf. ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes. Convênio de Taubaté. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONV%C3%84ANIO%20DE%20TAUBAT%C3%89.pdf>. Acessado em: 11 de agosto de 2021.

de-obra escrava por trabalhador assalariado, enquanto o país tinha alto endividamento externo e baixo crédito. Sem a intervenção do Estado pelo Convênio, através de figuras que o sabiam dirigir, a crise não poderia ter sido resolvida.

Apesar de seu prestígio para com a história nacional, o udenista não foge de um diagnóstico do atraso. O Brasil tinha uma história meritória, mas com defeitos intrínsecos em sua formação. Ao apontar as diferenças de nossa história para com os EUA, ele destaca não só a diferença de clima e vegetação como importantes, mas as origens da colonização. Enquanto os norte-americanos partiriam de um protestantismo de tonalidade capitalista, nós vínhamos de um catolicismo ibérico que funcionou “[...] como força paralisadora do progresso econômico” (FRANCO, 1961, p. 89) .

No texto sobre a modernização do comércio, ele afirma que até fins do século XVIII, este setor era atrasado no Brasil, tal como o modelo português que o comandava. A abertura dos portos realizada por Dom João com a vinda da Corte teria representado a possibilidade da moderna influência inglesa no comércio. Com esta medida, ele teria se dinamizado e diversificado sua oferta de produtos, tal como sua organização, que com o espírito anglo-saxão passou a ter feição mais próxima do progresso capitalista. Afonso Arinos é mais moderado e menos fatalista sobre a questão, no entanto partilha com outros liberais – como Sérgio Buarque e Eodoro Berlinck – o raciocínio de tipo weberiano, no qual opõe uma lógica anglo-saxã, protestante, racional e baseada no trabalho à outra, ibérica, católica, aventureira, burocrata e avessa às liberdades. Para além dos resultados econômicos, isto teria o efeito político do caudilhismo latino-americano. Em trecho de texto de 1957 sobre sua evolução para o parlamentarismo, isto ficou expresso:

A América Latina tende para a forma de governo caudilhista, que, tomada na sua essência, é menos o sistema em que governa um caudilho, do que o regime em que predomina politicamente a força armada. Esta é a tradição ibérica, que visivelmente se transmitiu aos Estados latinos do Novo Mundo. Suas causas têm sido perquiridas por historiadores e sociólogos e, de resto, pouco interessam ao presente escrito. No fundo, essas causas se integram em um complexo de fatores. A expansão geográfica luso-espanhola foi mais baseada na aventura dominadora e estatal do que no trabalho organizado e privado, que marcou preferencialmente as colonizações holandesa e inglesa. A preocupação das minas, posta acima da produção de bens de consumo, foi outro elemento de singularização da expansão ibérica, em contraste com a flamenga e saxônica. Além disso, deve-se contar com os resultados das influências contrastantes do protestantismo e do catolicismo. Todas essas causas convergiam para constituir, na América ibérica, mercantilista e católica, um ambiente mais propício à criação de uma classe dominante burocrática e militar, governando uma massa pobre e despreocupada das liberdades individuais. Do lado protestante, privatista e saxônico, ao contrário,

cedo se revelou uma forte classe média independente do Estado, desconfiada da militância, concentrada nas atividades privadas e ciosa das suas liberdades. (FRANCO, 1961, p. 186 e 187)

O texto clássico que consolidou essa interpretação da política brasileira foi publicado por outro jurista, um ano depois deste último texto de Afonso Arinos. Em *Os Donos do Poder* Raymundo Faoro (1958) lança sua leitura dos erros da formação nacional em chave crítica ao protagonismo do Estado no processo. Pelo ano de sua divulgação ao público, a obra pode ser tida como uma crítica sociológica ao plano de Metas e a aos órgãos de administração paralela, como SUMOC, SUDENE e o Conselho de Desenvolvimento durante o governo Juscelino Kubitschek. Modelo este que pode ser considerado como cristalização do modelo desenvolvimentista de intervenção do Estado na economia. (ARAÚJO, MATTOS, 2020, p. 183).

Segundo Carlos Pinkusfeld Bastos e Pedro Vasconcellos Costa<sup>53</sup> (Idem) no governo JK estava consolidada a ideia de que cabia ao Estado criar diagnósticos sobre os entraves para o desenvolvimento e prover a infraestrutura e os insumos necessários à industrialização, tida como crucial para o desenvolvimento econômico. Neste projeto, o principal ponto de partida foi a criação do Conselho do Desenvolvimento, em 1º de fevereiro de 1956, que deu origem ao Programa (ou Plano) de Metas. Dentro dele, havia cinco áreas prioritárias: energia, transportes, indústria de base, alimentação e educação. Isto teria sido implementado através de uma estrutura paralela da burocracia estatal, ligada diretamente ao Executivo Federal. Já o financiamento era prioritariamente público, com participação do setor privado nacional e estrangeiro.

Escrita nesta conjuntura, a análise de Raymundo Faoro não é tão distinta nos seus fins da feita por Eodoro Berlinck em 1948: ambas partem da leitura de que a estrutura do Estado português legou uma administração e uma relação opressora entre Estado e sociedade – e por consequência, com a economia – que impediu o desenvolvimento do Brasil por uma via anglo-saxã. O livro parte de uma descrença do aparelho estatal como forma de produzir modernização e desenvolvimento e aposta na via que aqui chamamos de desenvolvimento liberal. Entretanto, seu viés é mais progressista que Berlinck e sobretudo que Eugênio Gudín. Diferente deste

---

<sup>53</sup> Segundo os autores, as áreas que recebiam maior atenção eram ligadas à indústria de base, com ênfase no setor automobilístico. O crescimento acelerado gerado pelo Plano de Metas resultou em uma mudança estrutural que deslocou trabalhadores do setor agrícola para o industrial, aumentando a importância da indústria e do setor de serviços na força de trabalho e no PIB. As áreas de maior destaque foram as de metas relativas à produção de energia elétrica (83%), petróleo (78%), cimento (99%) e na produção de carros e caminhões. No entanto o processo acabou produzindo inflação, ampliação do desequilíbrio regional e desatenção para pautas de cunho social, como previdência, educação, saúde pública, habitação e assistência social.

último, na obra de Faoro o motor da história não é o mercado desregulado, mas a sociedade civil autônoma, cujo ente econômico era sua consequência. Ela teria sido constantemente boicotada pela estrutura autoritária herdada da Península Ibérica e continuada até aqueles anos. Seu conteúdo parte de uma “viagem redonda”<sup>54</sup> por retas paralelas em que a Inglaterra e os EUA têm sua história ocorrendo ao mesmo tempo da de Portugal e do Brasil, mas nunca se encontrando. *Os Donos do Poder* pode ser tido, então, como uma continuação da crítica liberal que existia no Brasil desde o Século XIX e que passou por Tavares Bastos, Sérgio Buarque e Eodoro Berlinck.

Embora nos outros autores também se possa perceber uma leitura weberiana da modernidade, Raymundo Faoro inova ao basear todo o livro em conceitos explicitamente ligados ao autor alemão. Dentre eles, o mais célebre é o do tipo de dominação<sup>55</sup> (WEBER, 1999) patrimonialismo para se referir ao modelo do Estado brasileiro. O juízo se assemelha ao de Sérgio Buarque e ao de Berlinck, que igualmente entende sua origem em um modelo feudal de administração no qual Rei toma as riquezas do reino como seu patrimônio e as distribui a partir de critérios personalistas em benefício de seus escolhidos. Todavia, é apenas em Raymundo Faoro que esta prática é classificada como patrimonialista e sua classe de apoio de estamento burocrático. Esta, por sua vez seria o “[...] pecado original da formação portuguesa [que] ainda atua em suas influências, vivas e fortes, no Brasil do século XX.” (FAORO, 1958, p. 12). Segundo análise de Pedro Marreca (2020), a teoria do patrimonialismo que vinha no influxo do pensamento político liberal do Brasil opunha um desenvolvimento orgânico do capitalismo, no qual “Sem interferência política, os atores sociais tornavam-se capazes de organizar seus interesses segundo as regras impessoais de mercado” (Idem, p. 45) ao

---

<sup>54</sup> O “capítulo final” sobre a viagem redonda não existia na edição original de *Os donos do Poder* e a discussão sobre o período republicano era menor. O tamanho da obra de uma edição para a outra difere consideravelmente, enquanto a original apresenta menos de 300 páginas, a segunda aproxima-se das 1000. Para além de novos capítulos, o texto inclui mais fontes primárias e referências bibliográficas. Enquanto em seu contexto original o texto era uma crítica ao nacional-desenvolvimentismo de JK e dos governos que o antecederam, ele foi recepcionado diferente na sua republicação em 1976, como crítica à ditadura militar. Cf. VIANNA, Luiz Werneck. “Raymundo Faoro e a difícil busca do moderno no país da modernização”. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das letras, 2009. Já para uma visão comparada entre as duas edições, Cf.: JASMIN, Marcelo. “A viagem redonda de Raymundo Faoro”. In: ROCHA, João César de Castro (Org.) *Nenhum Brasil existe*. Rio de Janeiro: Topbooks; EDUERJ, 2003.

<sup>55</sup> Para Max Weber Patrimonial é toda forma de dominação originalmente orientada pela tradição e que se exerce pelo poder pessoal. No patrimonialismo, a administração poderia ser gerida por um estamento que, neste caso, está de posse de todos os meios de administração ou ao menos suas partes mais fundamentais. Na análise do sociólogo, o patrimonialismo inibiria a economia racional, pois o tradicionalismo não permitiria a criação de estatutos formalmente racionais, impedindo a construção de quadros técnico de funcionários especializados e deixando amplo espaço a vontade puramente pessoal do senhor ou do corpo administrativo por ele escolhido dentro destes critérios tidos como contrários aos da burocracia racional-legal (WEBER, 1999, p. 152). Cf. WEBER, MAX. “Os tipos de dominação”. In: \_\_\_\_\_. *Economia e Sociedade*. Brasília: UNB, 1999, vol 1.

capitalismo politicamente orientado que teria nos mercados. Por consequência, nossa formação econômica e política seria um desvio na história da modernidade.

Diferente de Berlinck, ao tratar do medievo, Faoro não opõe a dominação romana a dos povos germânicos, pois as considera igualmente atrasadas. O amálgama de ambas é o que teria possibilitado, com a Revolução de Avis, a consolidação do estamento burocrático. Mobilizando mais uma vez a concepção weberiana, ele distingue classe (posição econômica, vinculada à economia de mercado) e estamento (diferenciação por critérios sociais de estima e não econômicos, vinculada à economia feudal ou patrimonial), para apontar que Dom João teria engessado Portugal ao organizar de cima para baixo o Estado português e seu funcionalismo pelos critérios arcaicos herdados das sociedades atrasadas de tipo patrimonial. Deste modo, permitiu-se o engessamento da “regulação material da economia” (FAORO, 1958, p. 213) que se desenvolveu dentro do mesmo molde com o absolutismo e com a “aventura marítima” (Idem, p. 13). A partir desta empreitada, Faoro aponta o mesmo que Berlinck: que a gana por riqueza fácil teria feito com que os ibéricos se desligassem do cultivo de seu mercado interno e de uma cultura racional de trabalho. Durante cinco séculos, o Estado teria permanecido barroco (Ibidem, 1958, p. 45), centralizador e congelado por um estamento burocrático mantido por privilégios. Para agravar, o catolicismo desta nação serviria como um incremento para a condenação da riqueza. Como espelho invertido, havia outra realidade, cujo processo seria impulsionado pela economia não regulada e pela autonomia da sociedade civil, governado de baixo para cima. Isso havia lhe permitido o desenvolvimento da agricultura e da indústria:

Na Inglaterra, as coisas se passaram de outra forma, prevalecendo uma transação, selada com a cabeça de um rei. Essa discrepância histórica seria particularmente favorável ao florescimento das liberdades políticas e foi responsável pelo estabelecimento do parlamentarismo. A classe média urbana, de industriais e comerciantes, aliada à aristocracia dos campos limitou, com o Parlamento, o poder real, freando seus excessos e impulsos centralizadores. (FAORO, 1958, p. 40)

Nas respectivas colônias, as distintas práticas teriam sido igualmente perpassadas aos colonos e colonizadores. No caso português, o Brasil teria sido resultado de um transplante do estamento burocrático, no qual as capitanias hereditárias foram entregues ao estamento por critérios pessoais e a fim de enriquecer a Coroa, sem haver sequer autonomia no cultivo, visto que a economia era amparada e orientada pelo Estado (FAORO, 1958, p.52). Já a divisão de terra, era feita por latifúndios igualmente ligados ao interesse do Estado. Enquanto isso, na colonização dos EUA “[...] prevaleceu, efetivamente, a iniciativa particular, sem nenhuma

sombra de agenciamento e regulamentação estatais.” (Idem, p. 53), em regime de pequena propriedade, com autonomia local. Deste modo, os Estados Unidos são mobilizados como exemplo bem-sucedido por ter seguido uma via de desenvolvimento liberal, no qual o Estado era protetor dos interesses individuais e expressão da sociedade civil. A economia seria desregulada e voltada para os interesses daqueles indivíduos que, por gozar deste alto grau de liberdade também nesta esfera, prosperaram e aumentaram a riqueza da nação como um todo.

No decorrer da História do Brasil, a mesma tônica ibérica teria permanecido, sem a consolidação de uma cultura política liberal. A vinda da Corte com o príncipe regente Dom João teria coroado de vez o divórcio entre Estado e sociedade, quando este “[...]ganhou o caráter definitivo de uma carapaça”. (FAORO, 1958, p. 130). Qualquer possibilidade de formação de sociedade civil por aqui teria sido enterrada a partir daí. A sociedade permaneceu alheia aos negócios públicos, que eram resolvidos em gabinete e, por isso, não se politizou. Já o Estado não se oxigenou porque era incapaz de perceber as mudanças sociais. Não ocorriam eleições e cargos públicos não eram escolhidos por critério impessoal de mérito.

A independência feita pela casa de Bragança seria mais um continuísmo com a velha tradição lusa, e o Segundo reinado seria o auge da centralização, com um monarca de alto poder pessoal que governava para os seus. De modo comum ao tipo de pensamento liberal que aqui filiamos Faoro, ele também compartilha de uma visão dicotômica da história, reunidas de um lado pelos próprios liberais e de outro por todas as formas de pensamento que não o eram. Em sua classificação, este outro construído tratava-se da ideologia cujo nome mais ocorrente é centralismo:

A história brasileira é atravessada, desde Tomé de Sousa até os dias atuais, pelo choque de duas ideologias opostas: liberalismo e centralismo, ou federalismo e unitarismo, ou democracia e monarquia, ou autonomismo e centralismo.  
(p. 177 e 178)

Os movimentos de resistência liberal eram em suma os mesmos apontados por Berlinck, como a revolta de Pernambuco e as da regência. Contudo, apesar de episódicas vitórias, o liberalismo jamais teria triunfado entre nós, sempre tendo seus representantes ou cooptados ou reprimidos pelo Estado. Em seus raros momentos de algum sucesso, teriam controlado as ambições absolutistas de Dom Pedro I – cujo um dos nobres protagonistas teria sido Tavares Bastos – e conseguido depois com o Ato adicional de 1834 algum empoderamento provisório para os municípios até a reação centralizadora do regente Araújo Lima.

Na mesma linha, para Faoro, seria um equívoco considerar a Primeira República um regime de caráter liberal na política e na economia, tendo em vista que esta doutrina teria

progressivamente sido enfraquecida pelo estamento burocrático em nossa história, até quase desaparecer. Em outros termos, a Primeira República não havia sido liberal de verdade. Isto seria muito diferente do que ocorreu na Europa, onde o liberalismo econômico teria surgido como ideia associada a outras liberdades, ao mesmo tempo que sua faceta política. Durante a revolução industrial, o empresário formado em um espírito capitalista e racional era um ator contra o intervencionismo estatal, porque queria garantir sua previsibilidade e seu investimento, sem a insegurança de sofrer intervenções que modificassem seu ritmo. Já nestas terras de colonização ibérica, o liberalismo econômico teria chegado como ideia estrangeira que encantava homens letrados, mas sem lastro na realidade. Na prática política ele seria de pura conveniência e associado ao capital comercial que historicamente foi favorecido pelo Estado e anexado ao estamento burocrático. Ele era, então, distinto do tipo industrialista anglo-saxão. Daí, que na Primeira República não teria havido *laissez-faire*, mas favorecimento dos produtores de café e outros mercados, além de políticas de interferência na emissão monetária e no câmbio, como o encilhamento.

Nesta chave de leitura da história nacional, a revolução de 1930 não representou ruptura, mas continuação da mesma tendência de intervenção. As autarquias econômicas criadas por Vargas teriam o mesmo intuito de regulação material da economia. O Código de Águas é citado como “eivado de xenofobismo” (FAORO, 1958, p. 252) que impediu o capital estrangeiro de empreender no setor de energias de modo mais racional e eficiente do que conseguiria o poder público. O ditador teria sido uma figura representante do Estado patrimonial, que distribuiria favores sem obedecer às normas ou direitos existentes. Ele seria herdeiro do modelo de gestão econômica materialmente regulada que só na aparência se assemelhava a um socialista moderno, porque sua ideologia verdadeira seria a do patrimonialismo e seu interesse não poderia se confundir com o do povo. A classe média urbana e a rural permaneceriam vítimas do Estado patrimonial e de sua condução irracional da economia. A mesma estrutura permanecia viva e “O liberalismo econômico e a liberdade de iniciativa, tem, por consequência, no Brasil, uma curta história. A tutela do Estado, desde D. Fernando, com a participação do governo nas atividades econômicas, persistiu no Império e na República.” (Idem, p. 253).

Muito distinta era a visão do liberal-desenvolvimentista Hélio Jaguaribe sobre estes processos e sobre a atuação da classe que ele se considerava pertencer – a burguesia. No mesmo ano da publicação da obra de Raymundo Faoro, o cientista político lançou três livros nos quais advogava a necessidade de um projeto nacional de desenvolvimento encabeçado pela burguesia como forma de superar nosso atraso. Enquanto Faoro era crítico dos governos Vargas e JK, Jaguaribe era um entusiasta de ambos. Neste anseio que ele se dedica a criar um *think-tank* que

buscasse dar insumo teórico para os processos político-econômicos que ele percebia como em curso (TOLEDO, 1998, LOVATTO, 2010, MARRECA, 2020). Em 1955, ele fundou o Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB), ligado ao Ministério da Educação e Cultura, durante o governo Café Filho. A iniciativa era uma continuação de outras, como o Instituto Brasileiro de Economia e Sociologia (IBESP) de 1953, que funcionava no escritório de advocacia do autor. O ISEB se organizava por cátedras de Ciência Política, Economia, Filosofia, História Universal, História do Brasil e Sociologia. É partir desta instituição e deste autor que ficou famoso termo nacionalismo pragmático, que ele define sinteticamente como “[...] um meio para atingir um fim: o desenvolvimento.” (JAGUARIBE, 1958b, p. 52), mas que merece certa atenção no seu significado.

Na longa duração do pensamento político brasileiro, percebe-se que nacionalismo e liberalismo são ideias dificilmente associadas, visto o caráter cosmopolita da segunda (LYNCH, 2013). Todavia, em um período como a República de 1946 e no influxo da experiência desenvolvimentista dos anos 1930, a própria ideia de nacionalismo ganha entre os liberais certa tonalidade cosmopolita. Como aponta Andrew Vincent (2015), o nacionalismo é uma ideologia plástica, possível de ser preenchida de conteúdo diverso. Ao analisarmos o período aqui estudado, ela pode ter feição conservadora a partir de uma visão ontológica de nação (SILVA, 1981, TÁVORA, 1962, CASTELLO BRANCO, 1968) ou de esquerda, seja trabalhista (RAMOS, 1963) ou comunista (SODRÉ, 1963), associando-se a uma luta percebida como anticolonial e por um projeto de desenvolvimento ligado à ideia de revolução brasileira. Nos liberais o conceito é igualmente disputado, daí que podemos entender o envolvimento não só de Hélio Jaguaribe, mas de Roberto Campos na fundação do ISEB, fato que ele demonstra arrependimento em texto de 1960, quando afirma se tratar de “instituição que, num momento de loucura, ajudei a criar” (CAMPOS, 1964, p. 17)

No caso dos liberais, o conceito de nacionalismo pragmático aparece nominalmente em Roberto Campos (1963a, p. 195, p. 201; 1963b, p. 121, p. 128), mas também na ideia que Afonso Arinos tem da ideologia como método mobilizador “de conseguir objetivos realmente nacionais” (FRANCO, 2005 p. 50) dando sentido e propósito para os brasileiros. Em Roberto Simonsen, a ideia mobilizada de nacionalismo ia no mesmo sentido (CEPÊDA, 2004). Tanto nestes três autores como em Hélio Jaguaribe, o fim do nacionalismo é cosmopolita, porque funciona como meio de alcançar o progresso almejado e percebido nas nações desenvolvidas. Esta percepção está em consonância com a de Vincent (2015) sobre o nacionalismo liberal, que seria vertente cuja afirmação da nação é tida forma de realizar o horizonte político do liberalismo, sintetizado em torno das ideias de sociedade de mercado, democracia liberal e



capitalismo. Na percepção de Hélio Jaguaribe, o nacionalismo tinha papel instrumental e inserido em um pensamento faseológico: o Brasil precisava dele assim como a Europa e os Estados Unidos precisaram quando estavam no mesmo momento de seu desenvolvimento. Na medida em que a etapa fosse superada “[...] tais contribuições irão passando da vida para o museu, que nós as incorporamos como compreensão do passado e não como formas aprisionadoras de nosso devenir.” (JAGUARIBE, 1958b, p. 55)

Para desenvolver seu raciocínio, ele não recorre apenas à história, mas explicita sua teoria da história. Tal como aponta Pedro Marreca: “[...] o autor reivindica uma perspectiva epistemológica historicista a partir de implicações decorrentes de uma apropriação particular do conceito de ideologia conforme delineado por Karl Mannheim.” (MARRECA, 2020, p.101) Jaguaribe parte de uma definição de um jogo de escalas da História e da cultura, na qual o recorte mais amplo seria a época, seguida da fase e depois da estrutura-tipo. O autor entende que a época se define a partir do sistema de crenças integradas, dominantes nos países cêntricos. Já a fase é a etapa que determinada comunidade política se encontra no processo histórico geral de sua época, quando comparada às demais. Por último, a estrutura-tipo diria respeito às correlações internas de uma comunidade em seus planos estruturais político, econômico, cultural e social, e seria sempre singular.

Para exemplificar estes conceitos presente no pensamento histórico de Jaguaribe, pode-se mobilizar a relação do Brasil com os Estados Unidos segundo o entendimento do cientista político. O Brasil estaria na mesma época que a potência do Norte, uma vez que ambos conviveriam no Ocidente, com crenças que fazem parte deste conjunto. Todavia, os dois não estariam na mesma fase e nem possuiriam a mesma estrutura-tipo. Dado que a fase seria a etapa na qual uma comunidade se encontraria no processo histórico de sua época, o Brasil estaria atrasado frente os EUA. Já a estrutura-tipo seria ontologicamente diferente, uma vez que o processo histórico interno dos dois países não é o mesmo, assim como sua geografia e sua economia.

A fase em que se encontra determinada comunidade é correlata a sua estrutura-tipo. Em *O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional*<sup>56</sup> (JAGUARIBE, 1958c), quando esclarece como se dá a relação entre a fase e a estrutura-tipo, o autor deixa entrever que seu conceito de História se encaixa no que Koselleck caracteriza como conceito moderno de História (KOSELLECK, 2006), para o qual o processo histórico é visto como linha evolutiva que caminha para determinado *telos*. No caso de Jaguaribe, esse *telos* seria atingir a fase de

---

<sup>56</sup> Originalmente a obra foi uma conferência dada em 11 de maio de 1956 no Fórum Roberto Simonsen.

desenvolvimento na qual estariam os países cêntricos. No mesmo livro, ele advoga que seus pressupostos teóricos partem de uma “[...] concepção faseológica do processo histórico social.” (JAGUARIBE, 1958c, p. 13) na qual a História é composta de etapas que, uma vez percorridas, modificam a estrutura-tipo:

A partir do momento em que se determina a estrutura- tipo de uma comunidade, em relação ao processo histórico global de que ela faz parte, se encontrava num estágio evolutivo inferior ao de outras comunidades que determinam o processo de vanguarda deste história global, temos os elementos para prever as tendências para as quais caminha essa comunidade, que são as de atingir gradualmente as etapas já percorridas pelas comunidades mais desenvolvidas dentro do mesmo sistema cultural, o que abre a possibilidade a que me referi há pouco, de um mínimo de determinação objetiva quanto às conveniências e quanto as tendências e propensões.” (JAGUARIBE, 1958c, p. 15)

Dentre deste modelo, para Jaguaribe (1958a; 1958c), o Brasil teria passado por três fases na sua história, cada qual correspondente a uma determinada estrutura-tipo. A narrativa é de modo a fundamentar o investimento público em industrialização centrada no capital nacional privado como necessidade do processo de desenvolvimento. A primeira fase teria permanecido desde o descobrimento do Brasil até século XIX, com a substituição de mão de obra escrava pela assalariada. O trabalho escravo, característico da estrutura-tipo colonial, não permitiria o processo interno de acumulação de renda, pois não haveria salário e logo não se faria possível sua troca por consumo. “Não havendo pagamento de salários, a sociedade cresce por justaposição de riquezas. A uma fazenda de café se acrescenta outra fazenda de café, mas não há circuito de investimento, relação de investimento, produto e poupança.” (JAGUARIBE, 1958a p. 15). A única acumulação que existira em território nacional seria a de riqueza, uma vez que a de renda se faria no exterior “[...] no processo de venda de escravos, de compra e de revenda do produto primário importado pela comunidade colonial” (JAGUARIBE, 1958a, p. 15)

Segundo o autor, a transição de uma dessas fases históricas do processo econômico brasileiro para outra necessitaria a conjugação de um fator externo com um interno. Assim, a mudança da estrutura-tipo colonial para a semicolonial seria resultado da extinção do tráfico e da conseqüente alteração do regime de produção para o de mão de obra assalariada. A segunda estrutura-tipo, a semicolonial, teria durado de 1850 até a crise do café nos anos 1920. A crise de 1929 seria responsável por agravá-la. Nela “...o Brasil se depara com a incapacidade de continuar financiando, com o produto da sua exportação cafeeira, todas as necessidades do seu consumo.” (JAGUARIBE, 1958a, p. 16). Diferente de Faoro, que não vê ruptura neste evento,

para Jaguaribe a revolução de 1930 representava mudança crucial. A partir dali nosso país estaria entrando em uma terceira fase de transformação. Nas fases colonial e semicolonial, as classes dirigentes produziam e vendiam sobretudo café, pois era o produto que apresentava maior taxa de rendimento por causa das condições naturais que favoreciam sua produtividade. Contudo, a crise deste modelo teria forçado o país a investir no mercado interno. O Fator externo que teria possibilitado o avanço para essa etapa foi a crise cambial, enquanto o interno foi a formação de um mercado voltado para o país.

Uma vez que o principal produto de exportação brasileiro era o café, ele não aumentaria seu consumo externo de acordo com o aumento *per capita* das nações compradoras. O único fator que influiria no aumento de sua compra seria o crescimento vegetativo da população dos países, inferior às necessidades de exportação do Brasil. Ao mesmo tempo, a população brasileira estaria crescendo, assim como suas necessidades de consumo. As divisas adquiridas pela venda de café não seriam suficientes para suprir esta demanda. Esse problema teria se agravado ainda mais com a crise de 1929, obrigando o Brasil a produzir internamente os produtos acabados que não conseguia mais adquirir no exterior. Adicionou-se a isso a crise cambial, que criou obstáculos para a entrada de produtos estrangeiros concorrentes. A solução foi a industrialização do país, pela diversificação da lavoura, voltada a partir daí também para o mercado interno.

Para Hélio Jaguaribe, o Brasil estaria nos anos 1950 em uma fase na qual a sua estrutura-tipo se encontrava em etapa de subdesenvolvimento, em momento de transição entre a situação colonial e a autônoma. Em sua percepção, o país teria capacidade de desenvolver-se e superar tal etapa, contudo, haveria obstáculos. Os principais problemas seriam as características deste subdesenvolvimento: renda baixa em relação aos outros países, diferenciação do consumo entre as classes e a predominância da produção primária sob a produção elaborada. Em suma, para seu país se tornar desenvolvido e autônomo, o autor acreditava que ele precisaria primeiro que o setor agrário-exportador deixasse de ser maior e mais importante do que o setor industrial. O fato de o Brasil não ter à época uma indústria desenvolvida manteria o país atrasado. Sua situação enquanto semicolonial se daria justamente por manter características arcaicas que o impediriam de ser autônomo. Para resolver isto, o Estado precisava continuar com seu impulso industrialista, auxiliando o capital nacional, este, por sua vez, precisava tomar consciência de seu papel no processo de desenvolvimento e adentrar de vez no projeto.

Ainda em perspectiva liberal-desenvolvimentista, o economista e assessor com estatuto de ministro de Juscelino Kubistcheck e um dos formuladores do Plano de Metas (BIELSCHOWISKY, 2004; PEREZ, 2021), Roberto Campos também tinha sua leitura sobre a

história da modernização capitalista, embora não tenha se ocupado de descrevê-la com a ênfase na história nacional, tal como Jaguaribe. Diferente também da leitura weberiana de Berlinck e Faoro, o autor não percebia o processo como uma ruptura com a Idade Média. Em sua narrativa hegeliana, o capitalismo teria sido levado a frente por ideias-força desde as cruzadas religiosas, que reabriram o mediterrâneo. Depois, com a exploração de novos territórios na expansão marítima e, em seguida o imperialismo do século XIX (CAMPOS, 1963a, p. 86 e 87).

Em uma perspectiva que dá maior protagonismo ao mercado que ao Estado no processo, o autor aponta que no século XX as coisas teriam se alterado. O capitalismo estaria em crise na sua inovação ideológica, até que o socialismo surgiu com a ideia força da justiça distributiva. A reação antitética do capitalismo foi, então, a de criar uma ideia-força que respondeu à eliminação da desigualdade entre os indivíduos com a diminuição das desigualdades econômicas entre as nações. Segundo Campos, esta ideia-força era a de desenvolvimento. Assim, o Estado teria ganhado função de ator econômico para além de regulador e fiscalizador, uma vez que dele deveria sair o planejamento que guiaria as nações para o seu bem-estar. Os EUA seriam um caso exemplar disso, constituindo-se como liderança ocidental na iniciativa e que auxilia com empréstimo o desenvolvimento dos demais. É por esta via, que Roberto Campos defendia a cooperação do Brasil com o seu irmão do Norte, de modo que o planejamento de seu processo de desenvolvimento fosse feito com auxílio de capital estrangeiro. No entanto, dado o nosso lugar de subdesenvolvido, não caberia uma isenção do Estado brasileiro no processo, que deveria exercer sua função planejadora através das melhores teorias e técnicas internacionais. Apesar do remédio ser distinto, Campos aponta como motivos de nosso atraso o mesmo diagnóstico de Faoro e Berlinck, de que o grande culpado seria a colonização portuguesa: “A península ibérica ficou à margem da revolução industrial e se achava em pleno capitalismo mercantil e num semifeudalismo agrário, quando a Inglaterra, a França e a Holanda se entregaram às manufaturas no albor da Revolução Industrial” (CAMPOS, 1963b, p. 113).

### **3.6 O papel do Estado no processo de desenvolvimento, planejamento e *laissez-faire***

Não só para Roberto Campos, mas para os demais liberal-desenvolvimentistas, o liberalismo econômico é considerado uma doutrina que teve seu auge no Século XIX, mas que para os novos tempos seria anacrônica. Enquanto na via do desenvolvimento liberal de Gudin, Berlinck e Faoro a sociedade (e sua expressão econômica no mercado) deveriam se emancipar da tutela estatal para superar o nosso atraso, para os outros isto seria um caminho obsoleto. Sem

a ação do Estado planejador, o Brasil permaneceria nesta condição arcaica, cujo desenvolvimento precisaria ser acelerado pelas próprias exigências de consumo e bem-estar que o pós-guerra impunha.

Esta é a leitura que faz Afonso Arinos de Mello Franco ao elogiar o Plano SALTE de Eurico Gaspar Dutra. Segundo a liderança udenista<sup>57</sup> naquele período democrático que se inaugurava com o regime de 1946 seria preciso entender que a formulação de um Plano econômico e social havia se tornado mundialmente uma característica indissociável da democracia moderna. (FRANCO, 1961, p. 123). Em seu entendimento, a democracia teria componentes perenes, mas outros diriam respeito apenas ao momento histórico e a situação da economia quando a doutrina foi forjada. A partir disso, ele cita o jurista alemão Hans Kelsen para apontar que “[...] a democracia moderna pode não ter nada de liberal, no sentido econômico.” (Idem, p. 123) O “traço marcante de nosso tempo” seria a compatibilidade da liberdade política – elemento permanente que inspira a democracia e guia a escolha dos representantes por eleições – com um “maciço antiliberalismo econômico”. (Ibidem, p. 124) Esta posição ele afirma colher de admiráveis casos concretos, como a Inglaterra, que era país expressivo d’ “a cultura ocidental, no que tem de mais puro e de mais alto.” (FRANCO, 1961, p. 124). Em outro texto, ele aponta que “[...] nós acreditamos na permanência da liberdade da política e na sua coexistência com a direção econômica. (Idem, p. 274)

O Plano SALTE seria nossa versão brasileira deste movimento da democracia Ocidental. O programa de Dutra é descrito como medida dentro dos marcos do capitalismo, mas adequado às necessidades em um país subdesenvolvido como o Brasil, cuja intenção era de superar o nosso atraso e erigir uma sociedade liberal que permitisse o funcionamento do mercado. Entretanto, em uma expressão moderna dela, onde a valorização das pessoas não era apenas enquanto capital humano – cujos efeitos na produtividade são positivos – mas também como consumidores deste mercado e portadores de direitos sociais.

Como é comum ao liberal-desenvolvimentismo do período – tal como também está posto em Hélio Jaguaribe e Roberto Campos – por vezes o liberalismo econômico é criticado sem sua necessária adjetivação. A nosso ver isto não significa uma rejeição destes autores à ideologia como um todo, mas é uma simplificação de linguagem em um período no qual o vocabulário econômico conquistara força. Dentro do debate mais amplo do discurso público e dos círculos intelectuais que fugiam desta ideologia, esta associação era comum. Daí que até

---

<sup>57</sup> Segundo Jorge Chaloub (2015), a defesa de um Estado planejador por via liberal-desenvolvimentista era hegemônica na UDN. Ela tinha como adepto não só Afonso Arinos, mas outros nomes do partido, como Prado Kelly e, de maneira ambígua, até mesmo Carlos Lacerda.

um quadro historicamente liberal de um partido que igualmente se propunha sê-lo, por vezes faça o mesmo, ainda que simultaneamente advogue por um modelo de democracia associado a esta ideologia. Igualmente, ele demonstrar partir de uma separação do liberalismo entre sua feição política e econômica:

O individualismo econômico, teoria científica que decorreu da revolução industrial, teve correspondência em um certo tipo de individualismo político e jurídico, que foi o liberalismo. Mas, como já tem sido salientado pelos maiores constitucionalistas modernos, a democracia, sendo sempre, de certo modo, individualista, não é necessariamente liberal. O liberalismo é uma fase superada da democracia, mas esta persiste e funciona nos seus elementos essenciais livre escolha dos governantes, temporariedade dos mandatos, liberdades individuais e suas garantias sem qual quer necessidade de apoio naqueles postulados contrários ao intervencionismo estatal que correspondiam, exatamente, à identidade do liberalismo político com o econômico. (FRANCO, 1961, p. 174)

O autor tinha plena consciência de que no pós-guerra havia uma crise do Direito como ciência social aplicada por excelência. No seu juízo isso não deveria significar o fim da disciplina, mas sua adequação aos novos tempos. Para isto, os juristas precisariam afirmar não só mais os direitos individuais do Século XIX, mas os sociais que eram exigidos no século XX. Igualmente importante era a aceleração do processo legislativo, confeccionado em um período sem sociedade de massas, acostumando-se a um ritmo demasiado lento e que não atende reivindicações cujo atendimento precisava ser rápido. Para resolver isso, era fundamental um modelo democrático de planejamento<sup>58</sup>, no qual a intervenção do Estado serviria para ampliação da liberdade em suas distintas conceituações:

Hoje se tem por assentado, conforme lembramos de início, que, reservadas as regras básicas da liberdade democrática, a política intervencionista do Estado não é incompatível com o regime. E o planejamento e a forma superior e sistemática do intervencionismo. Naturalmente o planejamento democrático difere muito do ditatorial. Seu objetivo é o de alargar sempre o conceito de liberdade, transpondo-o do campo político para o econômico. (FRANCO, 1961, p. 180)

Do outro lado da crise de mudança da ciência social aplicada por excelência, o economista Roberto Campos chegava a fins parecidos por vias um pouco distintas. Durante o

---

<sup>58</sup> Em artigo posterior ao golpe civil-militar de 1964, Afonso Arinos cita nominalmente Mannheim e Myrdal como teóricos do planejamento democrático, que funcionaria como uma revolução consentida, que transformaria de modo pacífico as estruturas sociais e econômicas de um país. (FRANCO, 2005, p. 188 e 189)

governo democrático de Getúlio Vargas, o então membro da Comissão mista Brasil-Estados Unidos<sup>59</sup> afirmava a necessidade de uma “mística do desenvolvimento” (CAMPOS, 1963a, p. 51) em texto de 1953, também publicado no Digesto econômico. Para o autor, era necessário em uma realidade subdesenvolvida como o Brasil que a superação desta condição atrasada se desse pelo planejamento da economia e pela formulação por parte do Estado um plano nacional. Para ele, o planejamento era uma questão dada no cenário internacional, o que se deveria discutir era sua aplicação nas distintas realidades econômicas.

Em conferência de 1952 na Escola de Guerra Naval, Roberto Campos faz uma revisão crítica ao entendimento de Joseph Schumpeter (1961) sobre o desenvolvimento. O autor aponta que as condições espontâneas de crescimento econômico e modernização guiados pelo empresário inovador seriam irreprodutíveis no Século XX (Idem, p. 94). Atento para a virada keynesiana, ele afirma que o modelo do austríaco seria demasiado centrado na produção e na oferta, esquecendo-se do lado da demanda. Naqueles anos as massas dos países subdesenvolvidos olhavam para os adiantados e reivindicavam os mesmos bens no menor tempo possível. Esta aceleração do desenvolvimento só poderia ser feita por um Estado planejador que por isso acabou por ganhar o papel dinâmico que outrora era privado. Naqueles anos, o governo deixaria de ser mero fiscalizador para ser tanto o investidor que produz a inovação quanto transplantador daquelas técnicas dos centros desenvolvidos que já foram criadas pela expertise alheia. Em suas palavras, a “era do desenvolvimento econômico espontâneo passou” (CAMPOS, 1963a, p. 92).

Partindo de uma ideia de razão baseada em pressupostos econômicos<sup>60</sup> e não jurídicos (como Afonso Arinos) ou sociológico-políticos (como Jaguaribe), a sua concepção de progresso vai igualmente por esta chave. Enquanto nos outros dois pode-se derivar do conceito

---

<sup>59</sup> O economista teve cargos na embaixada da capital norte-americana primeiro em 1942, sendo transferido para Nova Iorque dois anos depois, oportunidade em que participou das reuniões dos acordos de Bretton Woods. Ele volta ao Brasil em 1951, para participar da Comissão Mista Brasil-EUA. No ano seguinte foi indicado para diretor do BNDE, órgão que ele ajudara a formular. No governo JK, ele fora figura central na equipe econômica e no Plano de Metas, sendo indicado para presidente do BNDE em 1958. Em 1962, ele retornou aos EUA como embaixador em Washington, cargo que ocupou até ser indicado como Ministro do planejamento de Castello Branco. Cf.: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-de-oliveira-campos>. Acessado em: 23/08/2021

<sup>60</sup> Embora seja impreciso afirmar que o liberalismo de Roberto Campos no período é centrado na primazia do mercado, ele certamente é informado por uma epistemologia economicista. Daí, é possível compreender a virada que o autor faz a partir dos anos 1960 para um liberalismo que o aproxima mais de Eugênio Gudin do que do liberal-desenvolvimentismo. É este mesmo Roberto Campos que serve de inspiração para Paulo Guedes em seu discurso de posse como ministro. Em seu texto de apresentação ao livro de José Guilherme Merquior *O liberalismo antigo e moderno*, publicado na própria edição e assinado em 1991, o que se apreende é um Roberto Campos já totalmente convertido ao liberalismo – utilizando aqui a expressão do sociólogo e crítico literário a quem o texto se refere. Cf. CAMPOS, Roberto. “Merquior, o liberista”. In: MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo antigo e moderno*. São Paulo: É Realizações., 2014. p. 19-32.

de subdesenvolvimento uma percepção política e até cultural deste estágio, nos textos de Roberto Campos ela é definida como aquela típica de países com economia primária (agropecuária e extrativista) e de baixa renda *per capita*. Daí sua conclusão de que “Subdesenvolvimento é sinônimo de carência de capital.” (Idem, p. 38).

Embora seja comum ao pensamento da época a crença nas variáveis econômicas como necessárias à modernização do país, para o autor elas têm elasticidade – ou seja, efeito em outras variáveis – muito alta, não só como necessárias, mas quase suficientes para o desenvolvimento em seu sentido global. A nosso ver, isto pode ser associado ao fato de que o economista se percebia como espécie de técnico, cujo entendimento da realidade pela economia era científico (PEREZ, 2021) e objetivo. Este ponto é o que faz com que Ricardo Silva (1998; 2006) chegue a classificá-lo como um ideólogo do Estado autoritário. Para nós, isto não é condição suficiente, visto o imaginário liberal do autor. Com um fim almejado deveras semelhante ao de Hélio Jaguaribe, mas sem a carga sociológica que o cientista político dava para seu projeto, para Roberto Campos, uma vez feito o incremento de produtividade pelas medidas econômicas planejadas, o aumento dos proventos do empresariado geraria efeitos nos salários dos empregados, que aumentariam seu consumo e sua qualidade de vida. O ponto de chegada do planejamento e do processo de desenvolvimento era para ele uma sociedade liberal de mercado, inspirada nos Estados Unidos. Por isso, o planejamento deveria ser “de regime predominante liberal” (ibidem, p. 94) com investimentos em pontos de germinação, que depois de semeados e regados pelo Estado, seriam cultivados e colhidos pelo empresariado e, indiretamente, pela sociedade como um todo.

No referencial teórico o mesmo fenômeno se percebe, ao invés do Direito público francês, Kelsen ou Mannheim, Roberto Campos mobiliza as discussões da CEPAL para explicitar a necessidade do planejamento econômico para o desenvolvimento latino-americano e, por consequência, brasileiro. Citando os estudos cepalinos de Raul Prébisch e Hans Singer, Campos aponta o problema da deterioração dos termos de troca, reproduzindo a leitura dos autores para os efeitos deste problema para as economias baseadas em produtos primários. A solução também se assemelha: seria preciso que o governo interviesse para estabilizar os preços e o fluxo de capital, sendo protecionista e ao mesmo tempo intervindo no câmbio.

Em percepção diferente da de Eugênio Gudín (1965) no mesmo período, este economista segue também a leitura do estruturalismo latino-americano no que concerne aos efeitos inflacionários do desenvolvimento, ao menos em 1953. Para ele: “Uma certa dose de pressão inflacionária é inevitável na execução de qualquer plano de desenvolvimento[...]” (CAMPOS, 1963a, p. 42). Em outro texto do mesmo ano, ele atribui a Keynes a frase de que



que “[...] ela constitui um prêmio aos ousados e ambiciosos, ao passo que a deflação premia os prudentes e rotineiros.” (Idem, p. 68). A ressalva colocada por ele vai ao encontro tanto daquelas anunciadas anos antes por Simonsen quanto dos apelos feitos pelos demais liberal-desenvolvimentistas: como no processo final do desenvolvimento pretender-se-ia ter uma iniciativa privada fortalecida e atuante, nem a intervenção do Estado nem a inflação poderia atrapalhá-la. Para Campos, o intuito era permitir a formação de poupança e de um mercado de crédito, com o fim de incrementar a produtividade nacional. Portanto, os necessários efeitos inflacionários precisavam ser contidos. Em discurso de 1957 – quando o economista já era membro da Comissão econômica de JK – em sessão da CEPAL na cidade de La Paz, ele já se demonstrava mais preocupado com esta questão. Ao enumerar os erros do órgão, ele aponta que a subestimação do problema da inflação seria um dos mais graves. Mesmo assim, a instituição merecia longos elogios por ter impulsionado uma “filosofia do desenvolvimento” (CAMPOS, 1963a, p. 264), que dava a esta ideia uma feição de projeto e não de azar ou destino das nações. Com a CEPAL, desenvolvimento teria deixado de ser tema de economistas para ser tema de governos e “dever dos políticos.” (Idem, p. 264)

Em seu entender, o planejamento do desenvolvimento precisaria operar em duas frentes. A primeira seria nos investimentos de infraestrutura, como transportes e energia, os quais eram básicos para o incremento da produtividade e diminuição dos preços, porque afetavam diretamente a produção e a logística. Já a segunda deveria se dar pela atenção tanto à indústria de transformação quanto à agricultura – visto não pelo seu efeito na exportação de produtos primários, mas como fornecedora de insumos domésticos. Visto que não havia interesse e nem capital privado disponível para a dinamização destes setores, caberia ao Estado realizar os investimentos com capital público. Entretanto, na visão de Campos, isto tinha o intuito de tornar atrativo este tipo de inversão, daí que, uma vez que houvesse interesse da livre iniciativa, o governo deveria delegar para ela a liderança do processo. Assim, o desenvolvimento se faria em uma coordenação estratégica e conjunta entre o público e o privado.

Em palestra ministrada no ISEB e depois publicada no Digesto econômico, ele aponta que haveria três problemas a serem superados em nossa política e em nossa mentalidade para permitir o nosso desenvolvimento. Seriam eles: 1) priorizar formação técnica e empírica em detrimento do beletismo; 2) superar dogmas nacionalistas, baseados em “complexos emotivos” e “preconceitos sociais e políticos” (CAMPOS, 1963b, p. 115), no deixando abertos para qualquer fonte de capital que gere receita, seja nacional ou estrangeiro; 3) entender que não seria possível fazer ao mesmo tempo desenvolvimento econômico e garantir igualdade econômica. O terceiro ponto marca seu entendimento de que os problemas de desigualdade

social seriam resolvidos como consequência de nossa modernização econômica e a formação de uma sociedade de mercado no país. Em suas palavras: “A opção pelo desenvolvimento implica a aceitação da ideia de que é mais importante maximizar o ritmo do desenvolvimento econômico do que corrigir desigualdades sociais. Se o ritmo do é rápido, a desigualdade é tolerável e pode ser corrigida a tempo.” (Idem, p. 115)

Igualmente tático era o papel da industrialização na aceleração do processo. Ela serviria para aumentar a produtividade, a tecnologia e a formação de capital. Embora países como a Argentina ou a Nova Zelândia possam ter conseguido desenvolver-se sem o setor secundário pujante, o Brasil não era igual a eles. Nosso caso apresentava alto crescimento demográfico, que de um lado não poderia ter seu consumo atendido externamente e de outro, produziria um mercado interno em potencial. Em uma interpretação que faz uma leitura inversa das vantagens comparativas de David Ricardo, Roberto Campos aponta que nossa estrutura energética e insumos minerais nos faziam estar em condições favoráveis internacionalmente para levar a frente um processo de industrialização, sem a necessidade de nos mantermos agraristas.

Em 1958, para Hélio Jaguaribe o apoio à industrialização e a um modelo de planejamento de parceria entre Estado e empresariado também eram fundamentais. Ele compartilhava com Roberto Campos e com Afonso Arinos a ideia de que o Planejamento era uma exigência do tempo e também via no liberalismo econômico uma doutrina do passado. Embora com uma linguagem menos economicista que a de Campos, ambos concordavam que o desenvolvimento deveria ter o fim de superação dos problemas estruturais brasileiros, de modo a permitir um modelo funcional de sociedade liberal moderna. Nela, Estado e empresariado por vezes dividiriam e por vezes compartilhariam funções.

Para o autor, haveria dois conceitos de Instituição, que derivariam em duas concepções distintas do processo de desenvolvimento. Elas, por sua vez, seriam representadas por ideologias políticas que buscariam lhes dar sentido teórico. O conceito de Institucional no sentido amplo seria representado pelo liberalismo – aqui tomado pela sua faceta econômica – concebendo então o desenvolvimento como decorrente da livre espontaneidade do meio social. Já o conceito estrito entenderia o desenvolvimento como fruto de ação diretora e configuradora do processo. As teorias que buscariam dar sentido a essa forma de compreender desenvolvimento seriam representadas pelas concepções de Estado interventor e diretor.

A crítica de Hélio Jaguaribe ao liberalismo econômico<sup>61</sup> tem por base a percepção de tal corrente do pensamento como teoria abstrata, que pressuporia um *homo economicus* racional inexistente. Todavia, sua antítese – o dirigismo – também seria problemática, pois visaria esgotar o real pelo conceito (JAGUARIBE, 1958a, p. 41), impondo de cima para baixo políticas concebidas no plano intelectual. A solução do autor foi conciliar estes contrários, dando à síntese produzida o sentido de um caminhar histórico para determinada direção. Para Jaguaribe, seria o planejamento democrático de inspiração em Mannheim que resolveria tal conflito, a partir da criação de uma teoria que correspondesse às exigências da história. Eis, para o autor, a principal condição institucional para o desenvolvimento:

Essa propensão a realizar, tanto na prática como na teoria, uma conciliação entre os princípios da espontaneidade e do dirigismo, quebrando o radicalismo anterior, representa a tendência, em nosso tempo, a conceber as condições institucionais do desenvolvimento, como algo que deve ser organizado na forma de um planejamento democrático. Planejamento que não só induza os cidadãos a se autodeterminarem – reservando-lhes certa área de privacidade no âmbito da qual funcionem, com a espontaneidade, os móveis psicológicos e sociais correntes –, mas também organize condições e estímulos diretos e indiretos que levem ao desenvolvimento a se processar de acordo com a expectativa contida no plano. (JAGUARIBE, 1958a, p. 42)

Consequência da análise feita pelo autor das estruturas-tipo do Brasil, o país estaria em uma fase histórica na qual o desenvolvimento começaria a ter condições materiais para ocorrer. Os principais fatores endógenos que permitiriam isso seriam o aumento do mercado, determinado pelo crescimento da população, e o enriquecimento *per capita*, responsável por expandir para o interior hábitos de consumo que antes estavam só em regiões litorâneas. Já os principais fatores exógenos seriam as crises cambiais dos anos 1920 e dos anos 1940. A primeira teria forçado o abandono do antigo sistema produtivo agrário-exportador, e a segunda teria forçado a produção de equipamentos para compensar as carências cambiais.

Contudo, todo o esforço econômico teria sido em vão se não ocorresse também a superação dos “pontos de estrangulamento” (JAGUARIBE, 1958a), a serem ultrapassados por marcos institucionais. No nível econômico o ponto de estrangulamento coincidiria com os averiguados por Roberto Campos, sendo expressões da ausência de formação de poupança e de investimento. Eles seriam menores do que as necessidades de consumo da população, o que geraria um desequilíbrio na oferta de serviços de bens e de infraestrutura. Para Jaguaribe, este

---

<sup>61</sup> Hélio Jaguaribe se refere ao liberalismo sem o adjetivo. No entanto, como já apontamos neste trabalho, isto era uma forma corrente à época de referir ao liberalismo econômico, tal como se apreende na descrição que ele faz da ideologia. Inserimos o qualificativo para evitar confusões por parte dos leitores.

problema não seria tão grave, pois tenderia a ser superado no longo prazo. Inclusive, assim como para o economista assessor de JK, o uso de capital estrangeiro não seria dispensável para tal.

No nível social, os pontos de estrangulamento seriam a tendência de manutenção de privilégios de classe e parasitismo social. Eles impediriam que a sociedade ganhasse sentido democratizante. Todas as classes (proletários, classe média e burgueses) sofreriam com o parasitismo. Proletários seriam reféns de um sistema político-jurídico que não era moderno e a classe média ficaria ociosa. Por sua vez, a burguesia continuaria com empreendimento menos produtivos, exemplificado pelo autor com o açúcar do Nordeste, que só seria capaz de competir com o do Sul por ser subsidiado. Hélio Jaguaribe defende a democratização como necessária, pois sua ausência seria fator de estrangulamento social. O planejamento que deve ser feito na fase histórica que se abria para o Brasil deveria ser democrático, como o de Mannheim (1972).

A conclusão do autor é de que desenvolvimento só seria viável após a superação dos seus pontos de estrangulamento. Esta deveria vir através de planejamento, produzido como síntese dialética da controvérsia entre liberalismo e dirigismo. Para apontar a viabilidade disto, Hélio Jaguaribe faz breve levantamento das tentativas de planejamento da história do Brasil, compreendendo o Plano SALTE do ex-presidente Eurico Gaspar Dutra como insuficiente, pois seria apenas aplicação de recursos a atender obras consideradas essenciais. Já a Comissão Mista – da qual Roberto Campos fazia parte –, depois incorporada ao BNDE, era para Jaguaribe a principal agência de planificação do Brasil. Ela teria sido responsável por organizar o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, a que o autor atribui a potencialidade de modificar os setores básicos, como transporte, energia e indústria de base.

Jaguaribe acreditava que as condições necessárias para atingir o desenvolvimento ainda não tinham sido alcançadas. O Brasil já teria chegado a um nível razoável de conhecimento sobre si e de seus problemas e disporia de categorias e instrumentos para organizar sua economia, mas, para o autor, é “[...] completamente inútil organizar planos, se não houver as condições institucionais que permitam a sua execução.” (JAGUARIBE, 1958a, p.48). Para que as condições institucionais do desenvolvimento fossem atingidas seria necessária a agência de setores esclarecidos, capazes de instruir a burguesia sobre o processo que o Brasil estaria passando, tornando-a ciente de seu papel histórico de encabeçar o desenvolvimento. Mannheim (1972) nomeia este tipo de elite de *Intelligentsia*. Hélio Jaguaribe concorda com o sociólogo húngaro que sem este setor e sem ideologia não há condições institucionais para o desenvolvimento:

Para poder instaurar as condições institucionais que tornarão possível a aplicação dos planos e farão do planejamento a função precípua do Estado, é indispensável a mobilização ideológica, em virtude da qual os diversos setores que compõem a sociedade brasileira conciliem o seu próprio interesse com os objetivos do plano. (JAGUARIBE, 1958a, p. 49)

A partir de recepção da obra *Ideologia e Utopia* de Mannheim (1987), Jaguaribe compreende ideologia como “[...] uma racionalização de expectativas de organização da sociedade, decorrente da posição situacional dos membros dessa sociedade.” (JAGUARIBE, 1958a, p. 49). Na fase em que o Brasil se encontraria, haveria correspondência dos interesses das classes com as condições institucionais necessária para o desenvolvimento, ambos se beneficiariam do aumento de produtividade. Portanto, uma ideologia voltada a instruir a burguesia industrial seria mais representativa e a mais autêntica para o Brasil, uma vez que teria conexão lógica e factual entre suas formulações e a classe que representa as exigências de sua comunidade na fase em que se encontraria o país.

Assim como Roberto Simonsen fizera anos antes na polêmica com Eugênio Gudín, Hélio Jaguaribe apelava para que sua classe tomasse consciência de seu papel no projeto nacional de desenvolvimento. Após isto, ela se converteria de burguesia latifundiária e agrário-exportadora para “[...] burguesia nacional e progressista.” (JAGUARIBE, 1958a, p. 52). Do mesmo modo, o problema de reorganizar o Estado para deixar de ser cartorial e parasitário, tornando-se funcional, seria “...um problema de educação e organização ideológica.” (JAGUARIBE, 1958a, p. 53). Tal como propõe Angélica Lovatto:

Construir uma ideologia desenvolvimentista significava, para Jaguaribe, construir uma ideologia nacionalista. Esta construção implicava na “criação de uma sociedade desenvolvimentista e o desencadeamento de condições” que propiciassem “a superação do subdesenvolvimento econômico” e estivessem “essencialmente vinculados à ideia de planejamento (LOVATTO, 2010, p. 109)

Sem derivar disso uma leitura que vincula o Estado brasileiro a uma estrutura patrimonial que seria espécie de herança maldita ibérica, Hélio Jaguaribe também era crítico de seu funcionamento e das relações escusas que operariam dentro dele. Diferente de Gudín, Faoro ou Berlinck, isto não teria a ver com a função do Estado em si ou em seu suposto boicote ao mercado ou a autonomia da sociedade civil. O seu problema era representado pelo Estado Cartorial e pela política de clientela, dois pontos políticos de estrangulamento do desenvolvimento. Estas estruturas existiriam em simbiose, um alimentando a outra, mas sua solução estava em empoderar o Estado, pois a solução não era diminuir sua ação, mas torná-la

racional e hábil. Se os defensores da via do desenvolvimento liberal viam os grupos que pressionavam o poder público – representados em Faoro pela ideia de estamento – como parte integrante de sua estrutura, Jaguaribe os percebia como defeito a ser corrigido para ampliar a capacidade estatal. Um Estado capaz de conduzir um projeto nacional de desenvolvimento seria aquele que era independente de classes improdutivas. Em seu modelo de planejamento, o burocrata e o empresário não se confundiriam, embora fossem ambas partes fundamentais do processo e que deveriam ser guiados pela ideologia nacionalista que os fizessem tomar consciência de seu papel na transformação do Brasil. Uma vez feito isto e resolvidos os problemas ideológicos produzidos por este desarranjo, o nosso país poderia atingir um modelo de sociedade liberal moderna, com cada classe social entendendo seu papel e formada a partir de critérios livres de vocação, competição e mérito.

Entretanto, no meio do caminho havia o Estado Cartorial, mantido pela confusão ideológica geral que existia entre as classes sociais. O Proletariado seria vítima de equívocos que o levariam ao assistencialismo e o culto de um líder carismático. No entanto, o que ele necessitaria de fato seria a expansão do desenvolvimento econômico, pois é a baixa produtividade que não permitiria sua remuneração adequada. Já a Classe média, era seduzida por movimentos moralistas como o lacerdismo<sup>62</sup>. Para Jaguaribe, este tipo de norma de conduta cultivada pela classe média seria próprio do meio rural, devendo se tornar ultrapassado na fase em que o Brasil estaria. O autor compreendia que a classe média não queria perder privilégios e nem símbolos de diferenciação social que permitissem seu contraste em relação aos proletários. Nas palavras do autor:

E cultiva preconceitos anti-industriais e anti-proletários, parcialmente motivados pelo fato de que na evolução de uma sociedade agro-pastoril para uma sociedade industrial, tendem a desaparecer as pequenas sutilezas da hierarquia social, em torno do qual tanto se aferra a classe média. (JAGUARIBE, 1958a, p. 54)

O que de fato a classe média necessitaria era igualmente de desenvolvimento. Com o incremento de parques industriais ela seria empregada em cargos técnicos e administrativos, o que permitiria, inclusive, o acesso de mais pessoas ao lugar da pequena burguesia. Isso também retiraria a classe média do lugar marginal que teria em seu país. Com a industrialização, este setor social poderia se inserir de fato no processo produtivo, enquanto em uma sociedade agrária permaneceria sem lugar.

---

<sup>62</sup> O termo faz referência ao político Carlos Lacerda, que na época era da União Democrática Nacional.

A burguesia recebeu atenção especial do autor. Seu problema estaria no fato de que seu setor mercantil continuaria na liderança. Quando o interesse da burguesia industrial fosse atendido, os de todas as demais classes também seriam. Em suas palavras: “O empresário é a profissão liberal do nosso tempo.” (JAGUARIBE, 1958b, p. 214), [...] “que põe sua habilidade na criação e direção de empresas, a serviço da poupança social.” (Idem, p. 215). Hélio Jaguaribe era leitor de Joseph Schumpeter (1961). Deste autor, ele retirou sua compressão de que o empresário capitalista é o ator responsável por trazer a inovação. Nas palavras de Schumpeter:

A ordem capitalista, da maneira como está materializada na instituição da empresa privada, prende eficientemente o capitalista ao seu trabalho” [...] O mesmo sistema que, em uma determinada época, condiciona os indivíduos e as famílias que formam a classe burguesa, seleciona também, ipso facto, os indivíduos e famílias que ascenderão nesta classe ou dela serão excluídos. Esta combinação de função estimuladora com função selecionadora não é absolutamente coisa simples. [...] “O homem que ascende, em primeiro lugar, à classe dos homens de negócio e, depois, dentro dela se mostra indivíduo capaz, ascenderá com toda a probabilidade até onde o puder levar sua capacidade, simplesmente porque, neste esquema, ascender a uma posição e nela atuar bem é, ou sempre foi, de maneira geral a mesma coisa. Este fato, tão frequentemente obscurecido pela tentativa autoterapêutica dos fracassados para negá-lo, é muito mais importante para a apreciação da sociedade capitalista e da civilização que ela cria do que tudo que se possa recolher da teoria pura do sistema capitalista. (SCHUMPETER, 1961, p. 95)

Tanto Schumpeter quanto Jaguaribe compreendem uma divisão social entre classes dirigentes e dirigidas na qual cabe à primeira empreender para levar o desenvolvimento para as demais. Em ambos os autores quem cumpre este papel é o empresário capitalista, durante o processo de desenvolvimento, a relação entre as classes sociais precisaria ser de cooperação. O autor austríaco apresenta esta conclusão a partir de crítica que faz ao conceito de luta de classes de Karl Marx:

Para qualquer mente não deformada pelo hábito de orar pelo rosário marxista, deve ser evidente que a relação entre as classes, em tempos normais, é, principalmente, de cooperação e que qualquer teoria contrária deve basear-se, em grande parte, para verificação, em casos patológicos. Na vida social, antagonismo e colaboração apresentam-se juntos e são, de fato, inseparáveis, exceto em casos muito raros. (SCHUMPETER, 1961, p. 29)

Jaguaribe recepcionou estas ideias para o Brasil, adequando-as à situação nacional. Para ele, haveria uma “Missão da Indústria nacional” (JAGUARIBE, 1958c, p. 55). O interesse da burguesia industrial representaria, portanto, o interesse de todas as classes: o desenvolvimento. Caberia a esta burguesia cumprir seu papel histórico de promovê-lo. Isso deveria ser feito a

partir da formulação de uma Ideologia não só representativa da burguesia, mas autêntica do Brasil, uma vez que estaria de em harmonia com o interesse de todas as classes sociais. Angélica Lovatto (2010) elucida melhor este ponto:

No decorrer da análise do pensamento de Hélio Jaguaribe percebe-se claramente a reafirmação de que a representatividade e a autenticidade ideológica estavam presentes na burguesia industrial brasileira. Isso porque ela representaria o dinamismo econômico daquele momento, ou seja, a base moderna sobre a qual deveria se processar a reforma do Estado. Esta classe congregava todos os interesses situacionais e seria, por isso mesmo, a mais autêntica para conduzir, enquanto força dirigente, o desenvolvimento nacional. (LOVATTO, 2010, p. 104)

Já entre os adeptos do desenvolvimento liberal, Eodoro Berlinck é o mais generoso com a ideia de um papel mais ativo do Estado. Em sua leitura, nossa herança ibérica nos teria legado problemas de mentalidade atrasada e avessa ao trabalho cuja única solução seria uma educação pública orientada para o cultivo dos ideais de trabalho presentes nos EUA e na Inglaterra. Já no campo econômico o Estado “policialmente ativo” (BERLINCK, 1948, p. 298) era algo corrente que só atrapalhava o desenvolvimento, portanto, deveria ter sua tradição encerrada. O udenista é igualmente crítico de protecionismos ou monopólio, pois se a indústria brasileira tinha baixa produtividade e técnicas ineficientes, isto era culpa de nossa herança cultural da aventura lusa. Uma vez feitos os devidos investimentos em educação, o mercado interno se fortaleceria sem precisar de quaisquer intervenções de cima para baixo. Para além do efeito econômico, ele também vê neste tipo de política pública, a possibilidade de formar no Brasil uma sociedade democrática e liberal, na qual as diferenças de posição na estratificação social se dariam por mérito e vocação, e não por continuidade com uma estrutura herdada de nossa escravidão e dos arranjos da antiga aristocracia.

Raymundo Faoro é igualmente cético para qualquer ampliação do “Estado-providência” (FAORO, 1958, p. 267), instituição que serviria como manipuladora do povo inculto e que se reproduziria pelo cooptação de quadros das classes mais abastadas para o estamento burocrático. Entretanto, a posição do jurista não é de crítica de qualquer Estado em si mesmo, ou mesmo da burocracia. Para ele, ambos são fenômenos normais da modernidade, na qual eles representariam os interesses dos diferentes grupos sociais em disputa. O que seria patológico em nossa história é que os interesses deles se constituíram de forma apartada de sociedade, sem expressar os interesses dela, mas os seus próprios. Ou seja, se tratava de uma “monstruosidade social” (Idem, p. 271) que regulava a economia e dirigia a política para benefício próprio e dos seus. Portanto, qualquer forma de mudança desta situação só poderia vir da sociedade, que



naqueles anos teria ganhado novos contornos, permitindo que ela se elevasse na busca de uma ruptura com a tradição.

Contudo, entre os que defendiam uma via de desenvolvimento liberal, é Eugênio Gudín o que mais se destaca entre os autores aqui analisados como um opositor da ideia de planejamento, assim como a maioria daquelas associadas ao desenvolvimentismo. Enquanto os liberal-desenvolvimentistas buscavam afirmar um tipo de nacionalismo que ajudasse na superação do subdesenvolvimento, o economista se referiu a esta ideia como “burrice coletiva” (GUDÍN, 1952, p. 66). A sua postura que foi referida como um “[...]inalienável conservadorismo.” (SALOMÃO, 2021, p. 323) pode ser interpretada pela sua adesão a um imaginário político-econômico da Primeira República e às teorias da economia clássica hegemônicas no período. Seu elogio a Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves como realizadores de “grandes Governos” (GUDÍN, 1965, p. 111) é expressão disto. A mesma valorização positiva tem a forma de funcionamento daquele sistema político oligárquico, que para Eugênio Gudín funcionava muito bem, a partir do apoio do presidente às elites estaduais, algumas delas “de muito bom quilata” (Idem, p. 170). A partir desta chave, podemos entender sua resistência não só à ampliação da ação estatal, mas à industrialização. Igualmente por aí, percebemos o seu cosmopolitismo no entendimento de quais receituários deveriam ser aplicados para solucionar o subdesenvolvimento brasileiro. Eugênio Gudín se manteve nos anos 1950-1960 como um homem da Primeira República.

Assim como Roberto Campos, este autor parte de uma episteme economicista baseada no entendimento da economia como ciência e técnica objetiva a ser aplicada em uma realidade. Portanto, a política seria um empecilho, porque impediria por vias irracionais a modernização. Diferente do outro economista, em Gudín isto deriva em uma compreensão universalista da teoria econômica. Para ele, assim como na física, na química ou na biologia, a economia teria achados igualmente válidos para qualquer realidade. Em suas palavras: “[...] as equações são as mesmas, apenas os parâmetros variam.” (GUDÍN, 1952, p. 53). Em artigo no *Jornal O globo* de 1962, ele aponta na mesma linha qual é o seu problema com a ideia de uma teoria econômica própria para a América Latina. Isto seria impossível porque a economia não é uma ciência social ou humana, mas um tipo de ciência exata ou da natureza: “São perfeitamente cabíveis as manifestações de arte, de literatura e de filosofia latino-americanas, mas não pode haver uma análise econômica especial para a América Latina, pela mesma razão por que não há uma matemática ou uma física latino-americana. (GUDÍN, 1965 p. 423)

Em seus artigos do *Jornal O globo*, Eugênio Gudín chega a dedicar toda uma série de 10 textos a este conjunto de questões, usando como mote o então ministro do planejamento de

João Goulart, Celso Furtado. Em sua percepção, tanto as políticas econômicas guiadas por ele quanto seus escritos não se tratariam de ciência econômica, mas de algo análogo à literatura, ou mesmo ao discurso ficcional (GUDIN, 1965, p. 423). Para ele, os erros de seu colega se deveriam à sua concepção equivocada de que a economia não poderia ser separada dos valores, além de tratá-la como se fosse uma ciência humana ou social e não uma ciência igual às ciências da natureza. Por fim, ele conclui que Celso Furtado era um romântico, inepto para o cargo (Ibidem, p. 434) e que pior, estaria se misturando com os quadros do ISEB, que sequer eram economistas “[...]e que não passariam no exame de primeiro ano da Faculdade” (GUDIN, 1965, p. 447). No fim das contas, a narrativa do instituto e do seu colega economista de que o Estado guiava o desenvolvimento e não a iniciativa privada era, além de anticientífica, antidemocrática: “Se o Sr. Celso Furtado quer, de fato, como parece, preparar a revolução totalitária da esquerda, através da pré-revolução em marcha, ao menos procure fazê-lo sem agredir tão violentamente os princípios mais mezinhas da análise econômica.” (Idem, p. 427)

Partindo desta compreensão, ele advoga que a superação de nosso subdesenvolvimento deveria ser por investimentos em educação, em um argumento que se assemelha ao de Berlinck, mas com maior ênfase técnica. Em seu texto de 1956 “Orientation and programing of economic development” (GUDIN, 1956), sua função seria a de resolver um problema estrutural tanto da mentalidade quanto do despreparo técnico do brasileiro médio. Para o economista isto atrapalharia nossa produtividade, portanto nosso desenvolvimento. O Brasil teria continuamente tentando se desenvolver a partir de vários produtos – açúcar, petróleo, café, algodão – e sempre falhado pela ausência de pessoal qualificado. Ele enfatiza que o objetivo deste movimento deveria ser o mais universalista possível, pois antes de tentar criar uma educação voltada para sua cultura, o Brasil precisaria absorver a cultura estrangeira, tanto em humanidades quanto em física ou química.

Sendo coerente com seu entendimento sobre a universalidade das ciências e permanecendo com o mesmo juízo clássico que ele já apresentava na polêmica com Simonsen, ele aponta que o progresso consistiria em aumentar a produtividade de agricultura, de modo que ela incrementa a partir de sua produção outros setores, como indústria e serviços. Seria, para ele, um equívoco não ver a indústria como resultado da alta produtividade na agricultura, pois sem aumento da produtividade agrícola, o mercado de alimentos e de commodities não atenderia o incremento de demanda. Isto não significa que ele advogasse medidas protecionistas para garantir a cesta básica e a alimentação do brasileiro, pois isto iria contra “o incremento natural dos preços” (GUDIN, 1952, p. 4) e desestimularia o investimento no setor.

Entretanto, o mesmo não valeria para o lado da produção, pois o autor julga corretas as medidas adotadas nos EUA de o governo auxiliar o setor agrícola. No Brasil esta ação do Estado não seria problemática por parte de Gudin, pois do contrário o setor fica abandonado às intempéries da natureza e, por isso, constantemente perderia competitividade internacional. Quando trata do problema da indústria, a recusa da ação estatal retorna. Se no caso do setor primário a perda de competitividade deveria ser corrigida artificialmente, no secundário o excesso de investimentos desestimularia os empreendimentos e geraria uma “indústria preguiçosa” (Idem, p. 7) que enriqueceria às custas da inflação e da perda de poder de compra da população. Apesar disso, ele admite que desde que pensado conjuntamente com o desenvolvimento da agricultura, o progresso industrial seria positivo, podendo até admitir pontuais intervenções estatais. Com seu imaginário político-econômico da Primeira República, ele conclui que o investimento em café de alta qualidade daria frutos mais positivos para o Brasil do que investimento em indústria pesada ou mesmo manufatura. (Ibidem, p. 11)

Em sua concepção, os entraves ao desenvolvimento brasileiro são de natureza política, visto que aqui imperaria um regime caudilhistas inaugurado por Vargas e continuado com algumas interrupções espasmódicas por seus sucessores – como JK e depois João Goulart. Em narrativa que ele apresenta em artigo de 1960 chamado “O empreendedor e o homem de Estado”, ele coloca a primeira figura como um inovador, que tem sede de criar, enquanto o segundo caberia o lugar de administrador que deveria facilitar as condições de realização da vocação do primeiro, por sistema monetário e fiscal adequado. Todavia, na realidade brasileira o empresário seria constantemente boicotado pelo Estado oportunista, que usaria da regulação de preços como forma fácil de angariar apoio. Os efeitos inflacionários disso seriam sentidos pela supressão de qualquer espírito de iniciativa. Comparando o regime republicano de seu tempo com aquele de iniciado em 1889, ele lamenta que o estabelecimento do voto universal secreto teria substituído uma política de oligarquias pela demagogia e pelo “poder do dinheiro” (GUDIN, 1965, p. 163).

Em seus artigos de opinião dos anos 1960, o economista vincula a ideia de planejamento – e, no limite, qualquer intervenção mais incisiva do Estado na economia – com o avanço do comunismo e de seu totalitarismo no mundo. Nisto, ele acompanha o clima de radicalização (SANTOS, 2003) que marcou aqueles anos, sobretudo no governo João Goulart. Não só ele – que tinha posição similar desde os anos 1940 – mas outros liberais passaram naquela década a defender de forma mais incisiva a cooperação com direta com os EUA e a necessidade de medidas de contenção ao comunismo. A preocupação com a replicação do acontecido em Cuba no Brasil é ponto que aparece com certa frequência entre estes autores.

### 3.7 O Brasil como parte do Ocidente: Cooperação com os EUA, capital estrangeiro e anticomunismo

A retórica dos liberais sobre os conflitos ideológicos internos e externos varia entre dois tipos principais. Ambas partem de uma dicotomia entre Ocidente capitalista e socialismo soviético como expressas não só no plano internacional, mas no doméstico. Afonso Arinos e Hélio Jaguaribe apostam na construção de categorias que permitiriam colocar a sua posição como espécie de síntese dialética ou mediana aristotélica entre estes dois extremos – embora apresentassem predileção pelo lado norte-americano da disputa. Já Roberto Campos e Eugênio Gudin colocam a necessidade de aderência ao bloco anglófono e que a tentativa de terceira via não seria possível, pois rejeitar um dos lados implicaria aceitar o outro.

Afonso Arinos de Mello Franco já se classificava naquele seu texto sobre o Visconde de Cairu como “[...] sinceramente anticomunista, e, sobretudo, sinceramente anti-soviético.” (FRANCO, 1961 p. 58). Entretanto, ele admitia que na longa duração, a revolução russa poderia ser construtiva para o mundo, assim como a francesa fora, mesmo com a alta carga de violência de ambas. Nos textos de anos mais avançados, o esforço de moderação é mantido, mas o grau de crítica ao comunismo aumenta. O conceito de totalitarismo é usado para igualar esta doutrina ao fascismo, pois ambos seriam “ideologias tirânicas” (Idem, p. 394), opostas à democracia e à liberdade. Apesar disso, ele não tinha aderência acrítica ao outro lado, defendendo uma posição de terceira via para os países latino-americanos. Segundo ele, as lutas religiosas que outrora marcaram o Ocidente, teriam sido substituídas pelo conflito entre capitalismo e socialismo, liderado por duas potências. Caberia ao Brasil e seus vizinhos se afirmarem como independentes, na busca pela consolidação da liberdade somada à justiça social, em modelo que não se corromperia nem pelo excesso de privatismo e individualismo e nem pela sublimação dos cidadãos pelo Estado<sup>63</sup>.

Esta posição não implicava que a política nacional devesse ser equidistante entre os dois polos. O Brasil era um país Ocidental e democrático, portanto mais vocacionado para a cooperação com os EUA – embora isso não devesse implicar o rompimento diplomático com a URSS. Em discurso de saudação ao presidente norte-americano Dwight Eisenhower, o jurista faz um paralelo com a aliança na Segunda Guerra mundial entre EUA e Brasil para advogar que o análogo em tempos de paz seria a cooperação destes dois países com tradições

---

<sup>63</sup> Esta postura derivou em uma defesa no plano das relações internacionais. Junto com Santiago Dantas, Afonso Arinos foi construtor da chamada Política Externa Independente (PEI) no governo Jânio Quadros. Para um estudo detalhado desta posição nas relações internacionais Cf. Manzur, Tânia Maria P. G.. “A política externa independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio”. Lua Nova, São Paulo, 93: 169-199, 2014.

democráticas e que almejam defender o regime para elevar o nível de vida “dos povos atrasados da América”. (Idem, p. 395). Em termos práticos, caberia aos EUA auxiliar com seu capital público e privado a superação do subdesenvolvimento brasileiro.

Em artigo escrito entre 1963 e 1964<sup>64</sup> a crítica ao comunismo é mais incisiva. Ele seria um conjunto de ideias nunca comprovadas, que funcionaria como uma religião sem deus. Seria necessário ao Ocidente – e dentro dele o Brasil – combater esta ameaça. Porém, em realidades subdesenvolvidas como a nossa, esta guerra ideológica se trataria menos de um problema de segurança externa – como nos EUA – e mais de segurança interna. A nossa situação de atraso e seu conseqüente pauperismo faria com que a doutrina soviética representasse uma esperança para “[...] os pobres, os fanáticos e os ignorantes. E a gravidade da situação está em que, entre nós, ignorantes e pobres são a maioria.” (FRANCO, 2005, p. 85). Daí, o autor conclui que a nossa cultura política é muito diferente do país desenvolvido da América do Norte, porque lá a própria sociedade repudiava o comunismo, enquanto aqui ele progressivamente ganhava força. Caberia, então, que aquele país cooperasse para o nosso desenvolvimento, de modo que pudessemos chegar em um nível de bem-estar que desmobilizasse pretensões antidemocráticas inspiradas em Moscou: “Em resumo, o comunismo deixou de ser, na Europa Ocidental, um movimento revolucionário. E por quê? Por causa do desenvolvimento econômico, com todas as duas implicações sociais.” (Idem, p. 86). Ao mesmo tempo, nos textos deste intervalo de tempo – que coincidem com o governo presidencialista de João Goulart – Afonso Arinos se demonstrava desesperançoso, porque nossas elites estariam tendendo para dois lados igualmente radicais e incapazes de negociação para construir um projeto de desenvolvimento com liberdade – boicotada pela esquerda – e bem-estar – boicotado pela direita.

Esforço semelhante de construir uma via posta como moderada e que seria espécie de síntese entre as tendências nacionais e internacionais em curso foi o de Hélio Jaguaribe. Igualmente neste autor, há uma predileção crítica pelo lado americano da disputa. *Em O Nacionalismo na Atualidade brasileira* (JAGUARIBE, 1958b), o autor se dedica à organização dialética das ideias como método para formular dois grandes polos opostos e assim propor sua síntese – que se daria pelo melhor dos dois lados. Assim, na narrativa que o autor constrói, o Brasil se dividiria politicamente entre nacionalistas e entreguistas (ou cosmopolitas), admitindo que as duas definições seriam vagas e englobariam muitas diferenças. Nacionalismo poderia

---

<sup>64</sup> Os artigos do *Jornal do Brasil* reunidos em *Evolução da crise brasileira* não são datados, no entanto, a introdução de Wanderley Guilherme dos Santos da edição (FRANCO, 2005), informa que os textos datam entre julho de 1963 e setembro de 1965. Como o livro se divide entre artigos anteriores e posteriores ao golpe de 1964, podemos concluir que o texto em questão é anterior à esta data.

ser desde a extrema direita fascista à extrema esquerda comunista. Ele se definiria pela negação de certas políticas, como a inserção do capital estrangeiro na exploração de recursos naturais e pela afirmação de outras, como monopólio do Estado na exploração destes. O entreguismo é definido como a opinião oposta disso. Jaguaribe entende que o nacionalismo teria surgido antes de sua formulação teórica, como resposta aos problemas estruturais do Brasil. Porém, se ele não fornecesse a si mesmo formulação racional, iria desaparecer com o tempo. Seria preciso dar a tal corrente formulação sistemática, que tornasse seus defensores cientes do papel histórico que precisariam cumprir.

Com análise centrada no plano internacional e em suas consequências internas, Hélio Jaguaribe afirma que haveria dois conceitos de História à época, cada um tendo correspondência a um dos lados da Guerra Fria. Na perspectiva mecânica formal, o processo histórico seria entendido a partir de determinismo físico e de livre arbítrio ético. Nesta, a História seria entendida como sucessão de eventos na qual as transformações ocorrem por conta de decisões de indivíduos. A sociedade seria uma dinâmica de grupos que se processaria por um jogo de interesses. No Brasil, ela seria representada pela perspectiva cosmopolita ou entreguista que foi transplantada do processo de formação nacional dos EUA. Seus adeptos carregariam posição neoclássica em economia e defenderiam que a atividade econômica teria que ser agroexportadora. Para eles, a indústria só seria conveniente se tivesse competitividade internacional.

Já na perspectiva histórico-dialética, o homem seria agente histórico plástico inserido em determinada cultura e estrutura também mutáveis. No plano econômico esta postura seria nacionalista e/ou socialista. Seus adeptos entenderiam a divisão internacional do trabalho como produto histórico e, portanto, modificável. A divisão nacional entre aqueles que defendem maior participação do Estado e os que a condenam como excessiva seria expressão desta última concepção de História. Ambas remeteriam a momentos específicos do passado Ocidental. A segunda, liberal, seria fruto do apogeu do capitalismo comercial, entre os séculos XVII e XVIII. Já a primeira, sua crítica, seria o socialismo do século XIX, produzido pela reação proletária à massificação da mão de obra industrial e à propriedade privada.

Passados os anos, o debate ideológico entre socialismo e capitalismo teria deixado de expressar a realidade concreta dos países que adotaram um ou outro sistema. A História teria forçado a União Soviética a se aproximar do capitalismo dos EUA. Este último, por sua vez, teria se socializado até se converter em democracia social. Em países subdesenvolvidos como o nosso, as exigências de padrão de consumo seriam muito maiores do que sua capacidade de produção. Daí que a necessidade de apropriar tecnologia estrangeira, acrescida à influência do

imperialismo, obrigar-nos-ia a adotar a via capitalista de desenvolvimento. O único socialismo possível seria o que ganhasse forma de um capitalismo de Estado. Com isso, poder-se-ia concentrar capacidade social de poupança em um órgão da comunidade, centralizando a acumulação de recursos e permitindo uma orientação planejada do investimento.

Com as progressivas alterações que o comunismo internacional teria sofrido para adequar-se às exigências nacionais dos Estados onde disputou influência, os conceitos e medidas adotadas pelo Brasil em segurança nacional se mostrariam obsoletos. Jaguaribe não vislumbrava risco de revolução comunista no Brasil, embora indicasse a necessidade de manter proibido o funcionamento do PCB, a fim de evitar qualquer possibilidade conspiracionista. Influenciado pelas ideias de Schumpeter (1961) e das teses sobre planificação de Mannheim (1972), o autor parte do diagnóstico de que existiria convergência das superpotências para a planificação. Mas Jaguaribe cunhou, a partir de sua epistemologia nacionalista, sua própria tese sobre planificação. Para ele, o desenvolvimento histórico de um país se dá internamente. Assim, tanto os EUA quanto a URSS teriam dado soluções nacionais para resolver os seus problemas e assim suas respectivas ideologias seriam representativas dos seus processos internos. Em determinado ponto, a competição entre eles os teria forçado a solucionar seus problemas pela absorção de propriedades de seus respectivos opostos. De um lado, os EUA se aproximaram do socialismo, saindo do capitalismo manchesteriano para o social. Do outro, a URSS se aproximou do capitalismo saindo do socialismo distributivista para o competitivo. Para Jaguaribe o conflito dado seria entre duas superpotências competindo pela imposição de seus interesses na hegemonia mundial. Nas palavras do autor: “O principal conflito de nosso tempo, portanto, longe de ser um conflito de civilizações ou mesmo de valores, é um conflito de poder.” (JAGUARIBE, 1958b, p. 246)

A síntese proposta por Hélio Jaguaribe era de que, na situação de país subdesenvolvido, o melhor caminho era apostar em uma terceira via, tal como advogava Afonso Arinos. Do mesmo modo que o jurista, o cientista político apontava que esta posição não significava indiferença em relação ao capitalismo ou socialismo. O primeiro foi o regime mais adequado para os EUA e o segundo, à URSS. Cada país, em processo de desenvolvimento ou subdesenvolvido, deveria analisar, de acordo com as suas circunstâncias históricas, qual das duas doutrinas lhe seria mais próxima. Dadas nossa história e nossa cultura, o autor enxergou o capitalismo como a solução adequada.

Ponto polêmico dentro do ISEB e que se vinculava à sua postura, era a defesa do auxílio de capital estrangeiro em nosso processo de desenvolvimento, inclusive na exploração do petróleo. Para ele, os argumentos a favor do monopólio estatal da *commodity* se baseava em

“sentimento e pressupostos que não são puramente racionais.” (Idem, p. 108). Diferente de outros quadros intelectuais do ISEB<sup>65</sup>, Hélio Jaguaribe demonstrava não ser totalmente contrário à entrada de capital externo para auxiliar no desenvolvimento nacional. Em resposta a Jorge Martins Rodrigues na sessão de debates de *O problema do desenvolvimento e a burguesia nacional* (JAGUARIBE, 1958c) o autor defendeu que a melhor forma de investimento estrangeiro para o Brasil seria a de empréstimos externos, pois eles permitiriam a permanência dos lucros no país e sua conseqüente acumulação de renda. O motivo principal apresentado por ele é que, na fase em que o país se encontrava, ele não teria poupança suficiente para fazer sozinho o seu processo de desenvolvimento. Baseando-se em dados retirados de estudo feito por Roberto Campos em 1955, o cientista político afirma que a presença de capital estrangeiro no país era muito pequeno – cerca de 1,32% do PNB – o que atrapalharia a velocidade de nosso desenvolvimento. Para ele, desde que controlados os instintos colonizadores, o capital estrangeiro poderia fornecer maquinário, infraestrutura e investimentos que sozinho nosso empresariado não seria capaz de levar adiante, porque ele ainda não tinha compreendido sua “missão schumpeteriana” (Ibidem, p. 215) e não se alocava em setores cruciais para o desenvolvimento, mas que lhe teria custos de entrada e não dariam rentabilidade imediata.

Ao analisar a questão do Petróleo, Jaguaribe apresenta em *O Nacionalismo na atualidade brasileira* (JAGUARIBE, 1958b) que:

[...]o que torna nacionalista a atual política do petróleo não é o fato de a Petrobrás ser uma empresa do Estado brasileiro, dirigida por brasileiros natos, etc.. Em tese, a política nacionalista do petróleo poderia ser realizada pela Standard, ou qualquer outra empresa, desde que, concretamente, na situação do país, essa fosse a forma mais eficaz de explorar o petróleo brasileiro e proporcionar à economia nacional o pleno uso e controle de tal matéria-prima. (JAGUARIBE, 1958b, p. 52).

Segundo Angélica Lovatto (2010), o que o autor pretendia com tal assertiva era mediar as posições contrárias, defendendo que o uso da capital estrangeiro não era intrinsecamente

---

<sup>65</sup> O contexto histórico e o clima interno do Instituto certamente não foram favoráveis às ponderações de Jaguaribe. Cinco anos antes da publicação do livro o país havia encerrado a Campanha do Petróleo é nosso com a criação da Petrobrás, empresa estatal portadora do monopólio da exploração do combustível fóssil. Segunda Nelson Werneck Sodré em *A verdade sobre o ISEB* (SODRÉ, 1978), Jaguaribe teria sido alvo de campanha difamatória encabeçada por Alberto Guerreiro Ramos dentro do instituto. Guerreiro Ramos teria levado cópia ainda não publicada do livro para a diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE), apresentando-o como traidor da causa nacionalista interessado em entregar o petróleo brasileiro para o capital internacional. Esta tensão também teria se refletido no Instituto, dividindo as opiniões dos seus membros entre os dois lados envolvidos. Por fim, Hélio Jaguaribe acabou por escolher se retirar do ISEB. Encerrava-se então a militância do intelectual dentro do instituto que ele mesmo ajudara a construir.



ruim, desde que seus efeitos espoliativos fossem controlados. Se era erro dos cosmopolitas subestimar a capacidade de desenvolvimento autônomo do país, os nacionalistas se equivocavam ao exagerá-la. Uma vez que Hélio Jaguaribe defendia um nacionalismo pragmático, caberia:

[...] utilizar os meios que fossem necessários, independentemente da origem de seus agentes – mesmo os estrangeiros – para alcançar um fim: o desenvolvimento brasileiro. Neste texto, portanto, era reiterada pelo autor a defesa da utilização do capital estrangeiro como corretivo eficiente para a insuficiência de recursos internos do país. (LOVATTO, p. 141 e 142)

O economista liberal-desenvolvimentista do qual Jaguaribe retirou seus dados sobre presença de capital estrangeiro tinha posição similar à dele, embora mais incisiva para a necessidade deste tipo de investimento. Roberto Campos, demonstra visão demasiado cosmopolita sobre a circulação de capitais. Para ele, a origem importava pouco, em detrimento da quantidade e da necessidade de capital a ser empregado. Utilizando o mesmo termo de Jaguaribe, ele opõe esta sua postura, que seria fruto de um “nacionalismo pragmático” ao “nacionalismo sentimental” (CAMPOS, 1963a, p. 128) daqueles que defenderiam o monopólio do capital nacional. O mais importante seria resolver os problemas estruturais de nosso capitalismo para que pudesse haver desenvolvimento econômico e, então, ampliação de bem-estar como sua consequência. Apenas a cooperação com as potências internacionais propiciaria isto. Em discursos em Conferência da CEPAL de 1957, ele coloca a questão como “[...] uma necessidade técnica que deriva da condição insuficiente de desenvolvimento.” (CAMPOS, 1963a, p. 266)

Dado seu americanismo e seu histórico na embaixada de Washington e em demais iniciativas com a potência do Norte, o economista era militante da causa de cooperação entre os EUA e o Brasil. Dentro de sua visão de mundo, isto tinha a ver com o seu entendimento sobre comércio exterior e relações exteriores, assim como a maneira em que ele via o Brasil em sua inserção no Ocidente e na história. Para ele, era uma tendência da época que os países desenvolvidos cooperassem para a superação do atraso dos subdesenvolvidos. Eram dinâmicas geopolíticas e culturais que determinariam de onde tal ajuda viria. Em nosso caso, nós seríamos espécie de EUA em etapa anterior de sua história, equivalente à daquele país no final do século XIX, quando haveria radicalismo entre tendências políticas distintas, que seria comum em momentos cujo desenvolvimento ainda não havia sido conquistado pela sociedade (CAMPOS, 1963b).

Sua posição sobre o monopólio estatal do petróleo, portanto, era contrária. Para ele, não havia motivo razoável para crer que a aplicação de capital nacional privado seria mais desejável do que o estrangeiro – fosse ele público ou privado. Em sua visão, isto seria posição daquele nacionalismo irracional, que não se guiava pela razão. Faltariam ao país capacidade estatal, recursos públicos e pessoal técnico para explorarmos apenas com a Petrobrás essa *commodity*. Rebatendo críticas destes seus adversários, ele advoga que a exploração colonial praticada no século XIX, em que o produtor de matérias-primas era muito mais fraco na troca, não seria mais reproduzível no pós-guerra, pois a “psicologia capitalista” (CAMPOS, 1963a, p. 198) haveria se modificado de modo a ser mais cooperativa e garantir ganhos mais justos para os exportadores de matérias-primas. Após a virada keynesiana no pensamento econômico, a preocupação de manutenção de pleno emprego teria ajudado a manter a demanda por este tipo de produto estável, diminuindo os ricos de oscilação da demanda internacional.

Consequentemente, em sua retórica seria óbvio que uma postura nacionalista pragmática deveria aceitar o capital estrangeiro de modo a acelerar o desenvolvimento e a emancipação econômica do Brasil, justamente o contrário do que apontariam os nacionalistas emotivos. Além disso, dado que o capital nacional não teria recursos para sozinho fazer esta empreitada, seus recursos deveriam ser empregados em atividades com maior rentabilidade e com retorno mais rápido. Para isso, ele poderia contar com o capital estrangeiro, que realizaria inversões para a criação de uma infraestrutura inexistente no país. Em síntese, sua visão era de que o capital estrangeiro – principalmente o vindo dos EUA – era um parceiro necessário para o nosso desenvolvimento, genuinamente interessado nele. Neste jogo não haveria perdedores, sairiam ganhando tanto a sociedade brasileira – que usufruiria de preços menores do mercado internacional – quanto o capital nacional, que não tinha tempo nem recursos para investir sozinho em medidas necessárias para o seu desenvolvimento. Já o país filantropo da América do Norte, além de poder coexistir em um continente mais desenvolvido e com capitalismo mais pujante, compraria matérias-primas e *commodities* mais baratas para suprir uma demanda interna que ele não conseguiria atender autonomamente.

É uma constante nos textos do economista desde os anos 1950 (CAMPOS, 1963a, 1963b) que o Brasil era um país formado dentro de uma lógica Ocidental, que prezaria pela democracia de tipo liberal. Nós não teríamos “vocação cultural” (CAMPOS, 1963b, p. 115) para o socialismo e para a tirania a ele associada. Portanto, nosso modelo de planejamento e de desenvolvimento seria aquele identificado com países de posi o semelhante, como a Europa ocidental e os EUA. Isto implicava uma rejei o de projetos que inibissem a iniciativa privada ou que fossem geridos por um Estado autoritário, como seria o caso dos países dentro da esfera

de influência soviética. Entretanto, o anticomunismo de Roberto Campos ganha protagonismo em seus textos dos anos 1960 e mais ainda durante o governo presidencialista de João Goulart. Se antes havia ênfase na separação entre um nacionalismo pragmático e outro emotivo, esta distinção se converte em uma disputa entre capitalismo e socialismo, que também seria entre razão e paixão, tal como percebido em seus artigos no *Jornal Correio da Manhã*.

Dois pontos principais marcam uma mudança de posição – ou arrependimento – por parte de Roberto Campos. O autor deixou nos anos 1960 de advogar a necessidade da inflação no processo de desenvolvimento, assim como a ideia de planejamento coordenado pelo Estado, que ele passou a associar a ideias totalitárias (CAMPOS, 1964, p.55). Sobre o último ponto, em texto de janeiro de 1961, ele demonstra remorso por um dia ter sido seu propagandista durante sua participação no Plano de Metas:

Muito contribuí – “mea culpa” – para popularizar entre nós a ideia do planejamento global, da inflação desenvolvimentista e do intervencionismo estatal.

Hoje entendo que, na circunstância brasileira, basta-nos planejar alguns setores estratégicos, deixando o resto à iniciativa privada; acho que nada se pode fazer com a inflação que melhor não se faça sem ela; e, finalmente, que se o Estado pode regulamentar bem, por que insiste em administrar mal? Mas o diabo é que meus amigos só aderem às minhas ideias depois que me fatiguei delas.... (Idem, p. 116 e 117)

Sua postura sobre inflação e planejamento naqueles anos acaba por distanciá-lo no período de Hélio Jaguaribe e Afonso Arinos e aproximá-lo de Eugênio Gudín. Em artigo de 31 de julho de 1960, ambos os pontos são ressaltados, e como parte de uma luta ideológica. A Inflação seria um problema que necessitava de ser resolvido para encaminhar o desenvolvimento brasileiro. O ISEB e o Partido Comunista seriam fabricantes de mitos, que transformaram o combate à inflação em pauta antinacionalista, sem entender a necessidade da estabilização de preços. Eles eram disseminadores de “ideologias, preconceitos e ‘slogans’” (Idem, p. 31). Segundo Campos, os “comuno-nacionalistas” (Ibidem, p. 34) seriam contrários ao combate da inflação porque só com a tensão social poderia haver a ampliação da intervenção estatal necessária para preparar o “socialismo integral” (CAMPOS, 1964, p. 34).

Nos dois artigos seguintes, a crítica ao nacionalismo de esquerda e sua suposta irracionalidade continua incisiva. Para ele, a própria ideia era anacrônica naquele período, porque, diferente dos casos africanos e asiáticos, o nosso Estado-nacional já estava formado, e nossa emancipação política datava do século XIX. A tendência mundial agora seria a de formar mercados comuns. Porém o nosso nacionalismo tóxico contaminaria a sociedade, dividindo-a

e a colocando em choque com os ideais corretos para o desenvolvimento. Esta coalizão de tendências demagógicas enganaria o povo de que seria possível aumentar o consumo sem crescimento econômico e o atraía para suas concepções monopolistas e estatistas, colocando os EUA como um inimigo imperialista. Embora ele admitisse que não fosse o caso geral – podendo haver verdadeiros idealistas no meio – a maior parte do nacionalismo seria um totalitarismo disfarçado. Ele cumpriria a função antidemocrática que o fascismo outrora desempenhava. Foi nesta linha argumentativa que Roberto Campos comemorou a eleição de Jânio Quadros. O resultado do pleito demonstraria uma mudança na sociedade brasileira. Ela teria rejeitado o “desenvolvimentismo inflacionário” (CAMPOS, 1964, p. 46) vinculado ao nacionalismo. Com o novo presidente, se encerraria o ciclo varguista, que é interpretado por ele como um período de estagnação na infraestrutura e energia, descaso com a educação e oscilação entre o totalitarismo e uma democracia oportunística (Idem, p. 47).

Isto não significava que o economista se alinhava com as ideias de política externa independente de Quadros. Pelo contrário, nos seus artigos de jornal, a cooperação com os EUA é ainda mais enfatizada e com sentido político vinculado aos movimentos do período. Em artigo de novembro de 1960, ele aponta que entre as missões que caberiam a John Kennedy – presidente norte-americano recém-eleito – estaria a de “corrigir a imagem deformada da América que os comunistas conseguiram exibir ao mundo” (Ibidem, p. 52). Para Campos, os EUA teriam sido o país pioneiro na reforma agrária, mas apresentado como latifundiário. A potência do Norte também teria socializado o acesso à propriedade através de imposto de renda e ações de sociedade anônima, mas a propaganda de esquerda o colocava como explorador do proletariado.

Em sua visão, já em texto de 1961, todas as profecias socialistas teriam falhado, e o capitalismo teria se demonstrado como a única via de produzir aumento do padrão de vida, portanto não havia motivo lógico para apostar em outro caminho. Dedicando-se diretamente à questão do Brasil nas relações internacionais, ele distingue a posição neutralista da neutra. A primeira significaria não participar dos conflitos militares, como a Suécia e a Suíça. Já a segunda, implicaria não tomar parte na oposição entre Ocidente e o bloco soviético. Para Roberto Campos, essa última escolha não estaria colocada para nós. Utilizando um método utilitarista de maximizar vantagens e diminuir custos, ele conclui que o melhor para o Brasil era o alinhamento com os EUA. Nós já teríamos boa relação com o país, posição geográfica favorável, economia compatível, regime democrático e compartilharíamos os valores cristãos opostos ao materialismo comunista. Além disso, se não tomássemos posição no cenário internacional, o resultado seria um sistema estéril, porque a URSS não nos priorizaria por não

estarmos em sua esfera de influência, enquanto perderíamos os investimentos que de outro modo viriam da América do Norte.

Em três textos no Correio da Manhã de dezembro de 1960, a episteme cientificista é mobilizada para colocar sua posição como aquela vincula à razão, enquanto os opositores são comparados com adeptos de mágica (CAMPOS, 1964, p. 67). A postura condizente com a análise desinteressada do real era de que “o capital estrangeiro é uma necessidade técnica.” (Idem. 64). Nosso problema seria sua ausência, visto que ele representaria apenas 0,5% do PIB e seria crucial para acelerar nosso desenvolvimento. Daí que a Lei de Remessa de Lucros era apenas uma falsa solução, pois não havia alternativa fora do auxílio externo. Romper com o Fundo Monetário Internacional (FMI) era igualmente irracional, porque eles estariam apenas pedindo nosso ajuste com os métodos científicos da economia ortodoxa. Fazendo avaliação crítica do governo Juscelino Kubitschek, ele aponta que sua ruptura com o mineiro teria sido justamente porque ele se aproximou cada vez mais daquele entendimento místico de economia, enquanto ele permaneceu científico e racional. Em artigo de janeiro de 1961, ele se afirma orgulhoso do rótulo de economista ortodoxo e demonstra posição sobre a teoria econômica análoga aquela de Eugênio Gudín desde os anos 1940:

As teorias econômicas chamadas ortodoxas, como quais quer outras, se compõem de um "aparelho de análise" e de um sistema de relações; traduzem-se em "equações de comportamento", que permitem deduzir normas de política econômica. Estas refletem de perto o quadro institucional e a circunstância histórica que deram origem à teoria.

É claro que não podem ser aplicadas sem qualificações e ajustamentos à realidade dos países subdesenvolvidos. Essas adaptações, todavia, se referem muito mais às equações de comportamento do que ao aparelho de análise, o qual retém eficácia interpretativa, mesmo quando alterada a moldura social. (Ibidem, p. 85)

Com a mesma episteme e visão de mundo similar, Eugênio Gudín mantinha aquelas posições da polêmica com Roberto Simonsen na análise da conjuntura política e econômica do Brasil nos anos 1960. Sua narrativa opõe o liberalismo a todas as outras visões, passíveis de ser classificadas como socialistas. De um lado estaria a livre iniciativa, a cooperação com povos civilizados, o entendimento racional das questões econômicas e sociais e, de outro, o intervencionismo totalitário do Estado, o protecionismo corporativista, a aliança com a URSS e uma politização fantasiosa do funcionamento da economia. Se Hélio Jaguaribe, Roberto Campos e Afonso Arinos de Mello Franco viam nas tendências mundiais da época uma transformação adaptativa do sistema capitalista, para Gudín, isto representava sua transformação em socialismo. Em artigo no Jornal O globo de julho de 1960, ele aponta que o

modelo de bem-estar social como o britânico seria uma via mais moderada, mas que igualmente pretenderia o fim da propriedade privada. Em outro artigo, ele aponta que “A doutrina liberal de hoje pode ser definida como a de abstenção do Estado de toda atividade econômica que possa ser realizada pela iniciativa privada, inclusive os serviços de utilidade pública em regime de concessão e as indústrias de base”. (GUDIN, 1965, p. 366). Uma vez que o mundo só poderia existir entre estes dois polos, o Brasil como país subdesenvolvido precisaria adequar a superação de seu atraso a esta última via.

Em consonância com a mesma visão que já carregava antes, igualmente o planejamento é duramente criticado. O economista só o tolerava no sentido corrente da palavra, de pensar sobre as coisas antes de fazê-las. Entretanto, uma coordenação das atividades por parte do Estado seria socialismo. O único meio de intervenção que seria compatível com sua visão do liberalismo era a de alguns investimentos de longo prazo que não geravam lucro para o empresariado, mas aumentavam sua produtividade. O principal deles seria a educação, que cumpriria, além disso, um efeito moral. Tal como já advogava Berlinck, ela era necessária para instruir nosso povo na mentalidade capitalista do trabalho e do esforço. Com educação, nossa cultura de fundo autoritário e socialista poderia aos poucos ser minguada. Dentro do mesmo contexto, ele aponta que nossa transição para a democracia foi apressada, porque não precedeu a mudança necessária no plano das ideias, daí a eventual necessidade de “arremedos de democracia” (GUDIN, 1965, p. 141) para ajustá-la aos preceitos técnico-científicos de seu funcionamento.

Se o autor era crítico ao governo de Juscelino Kubitschek pelo seu modelo de nacional-desenvolvimentismo, na gestão de Jânio Quadros ele primeiro acompanhou o otimismo de udenistas como Afonso Arinos e do seu colega Roberto Campos. Gudin tinha esperança de que o presidente eleito pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), com apoio da UDN efetivaria as necessidades de moralização do Brasil, livrando-o da corrupção e encaminhando sua economia na direção do livre mercado. Entretanto, logo ele se torna crítico do presidente pela sua postura na política externa. Sua viagem à China seria um “ato de maldade e de loucura” (Idem, p. 126). Em sua visão, era temerário se propor neutro no conflito internacional, porque o mundo estaria dividido em dois blocos com posições distintas sobre qual o melhor meio de viver em sociedade. Enquanto os EUA se baseariam na crença “[...] na dignidade humana, na liberdade e na democracia” a URSS seria uma “ditadura ferrenha” (Idibem, p. 125) que ameaçava destruir a civilização cristã da qual fazíamos parte. Para Gudin, Jânio Quadros estava traindo seu eleitorado com este conjunto de medidas. Em texto já de 1962, ele advoga que a cooperação internacional com convivência pacífica era uma tendência dos povos civilizados e que seria um

erro o “[...] ‘nacionalismo’, que nada mais é do que um exclusivismo xenófobo, à base de complexo de perseguição”. (GUDIN, 1965, p. 145)

No governo João Goulart, o enquadramento do presidente como um socialista alinhado aos soviéticos é uma constante. As reformas de base por ele anunciadas seriam pura demagogia, tal como havia sido o aumento salarial que ele havia feito quando Ministro de Getúlio Vargas, porque este tipo de política só geraria inflação e atrapalharia o desenvolvimento do país. Vindo do Rio Grande do Sul – tal como Vargas – o presidente seria representante do caudilhismo reinante naquele estado, “onde a civilização ocidental quase não penetrou” (Idem, p. 155), daí seu personalismo e sua tendência contrária à democracia. Como se não bastasse o determinismo geográfico que pesaria sobre o presidente, ele ainda seria figura apoiada pelos comunistas isebianos, que não conheciam economia (Idem, p. 447), além de ter um ministro do Planejamento igualmente próximo deste ideário – Celso Furtado.

Compartilhando com os outros liberais – mas em chave mais próxima da de Roberto Campos – uma visão evolucionista de história na qual os EUA eram o ponto de chegada, ele interpreta que “Há um século, o quadro do que se passava nos EUA, era muito parecido com o nosso atual.” (Ibidem, p. 163) afirmando que também naquele período na história Norteamericana teria havido uma aliança entre industrialistas protecionistas com os comunistas para manipular a massa inculta e a opinião pública para apoiar propostas que eram contra seus próprios interesses, como: valorização do salário mínimo, reforma agrária e substituição de importações. A história do mundo demonstraria que tudo isso na verdade se resolveria com o mercado desregulado. Em nosso próprio caso, não teria sido o papel do Estado interventor – como fazia entender Celso Furtado – que gerou as condições do desenvolvimento, mas medidas de abertura para o comércio internacional – como a instrução 113 da SUMOC<sup>66</sup> que ele mesmo fizera quando ministro da fazenda de Café Filho. Seria igualmente falso achar que houve protagonismo da indústria, o Brasil era um país que sempre se beneficiou e sempre se beneficiaria da primazia do setor agrícola. Os cálculos da CEPAL que apontavam o contrário estariam errados, sendo mero “esporte de economia romanceada” (GUDIN, 1965, p. 450),

---

<sup>66</sup> Segundo Cavalieri e Silva (SALOMÃO, 2021), a Instrução 113 da SUMOC foi concebida como forma de atrair investimentos estrangeiros para o Brasil, porque Gudin percebia haver insuficiência de crédito. A Instrução 113 tirou a exigência de cobertura cambial ao capital internalizado. Isso facilitou a importação de equipamentos, porque o investidor não precisaria recomprar licenças de importação. Ainda segundo os autores, Gudin saiu do cargo porque no clima das eleições de 1955 arranjos foram feitos para retirar o presidente do Banco do Brasil do cargo, isto foi feito porque no clima político a coalização anti-inflacionária de Gudin era impopular. No balanço de sua gestão, os autores apontam o Programa de Gudin como um dos mais ortodoxos no Ministério da Fazenda. Seus objetivos de desacelerar a economia nacional para combater a inflação teve efeitos, mas a custo de crise de liquidez, queda de formação bruta de capital fixo e aumento do número de falências.

porque a deterioração dos termos de troca só seria verificada em momentos anormais, como a crise de 1929 e a Primeira Guerra Mundial.

Compartilhando do mesmo medo de Afonso Arinos e Roberto Campos, Eugênio Gudin acreditava que se o Brasil não resolvesse a sua crise política e econômica, existiria a ameaça real de sofrermos o mesmo que ocorrera em Cuba. Afinal, ao contrário do que advogava Marx, o comunismo era uma ameaça em realidades subdesenvolvidas, onde as benesses do capitalismo ainda não tinham produzido o bem-estar que apaziguava os ânimos. Logo, em nosso caso o perigo era real, mas ele tinha a solução. Em série de artigos que datam do final de 1962, ele apontava a necessidade de que as Forças Armadas cumprissem sua função política de impor a ordem e encaminhar o desenvolvimento para o caminho correto. Visto que o povo era inculto e a classe política caudilhistas, caberia aos homens de armas cumprir seu lugar de poder moderador. Empregando a mesma expressão de Hélio Jaguaribe, ele aponta que o nosso Estado era cartorial (GUDIN, 1965, p. 117), ou seja, eivado de corporativismo, imoralidade e interesses escusos. Enquanto isso, historicamente o exército soube agir com função republicana, daí eles poderiam intervir quando a ordem estivesse ameaçada. (Idem, p. 118)

Desde sua polêmica com Roberto Simonsen, Eugênio Gudin já admitia que em certos casos a democracia não era desejável:

Ninguém nega que a ditadura que se substitui ao caos, quando exercida por homens de capacidade, livres das peias partidárias e das injunções políticas inerentes às democracias, confere aos detentores do poder, durante certo período, uma liberdade de ação excepcional que, inteligentemente utilizada, facilita o restabelecimento da ordem e a realização de uma obra proveitosa de governo. A ditadura, escrevia eu alhures, é um acordo tácito entre um homem e um povo, em que este abdica, por certo tempo, de suas liberdades e prerrogativas, em troca da promessa de um grande governo. (IPEA, 2010, p. 178)

Em artigo de 1963, esta possibilidade reaparece, liderada pela função moderadora das Forças Armadas, “Porque elas são educadas e formadas em ambiente especial, no culto do civismo e do patriotismo, fora dos conflitos espúrios da politicagem ou da avidez das lutas de interesses.” (GUDIN, 1965, p. 179). Se a concepção do autor sobre o funcionamento da economia parte de um cosmopolitismo radical, o mesmo não se aplica ao seu entendimento sobre política. Para ele, países culturalmente atrasados não poderiam ter uma democracia no mesmo modelo daqueles como os EUA e a Inglaterra (Idem, p. 178), daí um governo autocrático guiado pelo poder moderador das Forças Armadas poderia ter função importante em nosso desenvolvimento.



Não por acaso, o economista apoiou o golpe de 1º de abril de 1964. Mas entre os liberais, ele não foi o único, a UDN de Afonso Arinos de Mello Franco e de Eodoro Berlinck igualmente o fez (FICO, 2001; SANTOS, 2003), assim como o jurista Raymundo Faoro<sup>67</sup>. Já Roberto Campos, foi ministro do Planejamento de Humberto Castello Branco. Naquela conjuntura histórica, eles julgaram que seu projeto de desenvolvimento e de democracia era mais compatível com os dos conservadores do que com os socialistas que viam no poder.

Esta interpretação fica clara em texto de Afonso Arinos de Mello Franco (2005) de 1965. Para o jurista, o governo Castello Branco seria ao mesmo tempo um governo juridicamente legal, que manteria os princípios da democracia representativa (Idem, p. 189) e um governo com papel revolucionário, dado por seu projeto de planejamento que aceleraria o desenvolvimento nacional. Assim que terminasse sua fase de combate à subversão comunista e à corrupção no governo – anunciadas pelo Ato Institucional nº 1 – ele poderia seguir em um modelo de planejamento democrático e com eleições livres, tal como nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. O autor demonstrava algum receio de que o governo se transformasse uma ditadura militar incapaz de construir uma nova legalidade, mas caberia ao Brasil mostrar novamente ao mundo que era capaz de resolver seus conflitos de forma pacífica, com ordem, liberdade e progresso. Olhando retrospectivamente, sabemos que a primeira hipótese foi a que ocorreu.

### **3.8 Considerações Finais**

No itinerário deste capítulo, buscamos sustentar a interpretação de que o pensamento liberal sobre desenvolvimento pode ser distinguido em duas principais correntes no pós Segunda Guerra Mundial: o liberal-desenvolvimentismo e o desenvolvimento liberal. A partir da análise de como eles entendiam o lugar do Brasil dentro da história Ocidental e de sua modernização, do papel do Estado no desenvolvimento e da relação com os EUA e com o comunismo, podemos considerar quais são os pontos de encontro e de distinção entre estes autores e atores políticos.

A visão sobre a história poderia ser mais positiva – como em Hélio Jaguaribe e Afonso Arinos – ou mais negativa – como em Gudin, Faoro, Berlinck e Roberto Campos – mas partia de um diagnóstico de atraso no qual o lugar do Brasil na história Ocidental era deslocado. Para

---

<sup>67</sup> Segundo narra a historiadora Isadora Volpato Curi (2008, p. 48) em depoimento colhido do advogado Décio Freitas, Raymundo Faoro teria sido visto pelo colega de profissão na Avenida Atlântica no dia 1 de abril de 1964, comemorando a deposição de João Goulart. Isto teria levado ao rompimento da amizade.

solucionar o problema, os liberal-desenvolvimentistas concordavam em um pape instrumental do Estado como forma de produzir o desenvolvimento necessário para formar uma sociedade liberal e capitalista no Brasil. Já os advogados do desenvolvimento liberal, costumavam apostar no livre mercado e seu espontaneísmo como solução ótima para a superação de nossa situação. Ambas as correntes tendiam a ver os EUA como ponto de chegada, embora o grau de exemplaridade daquele país não fosse o mesmo em todos eles. Do mesmo modo, a necessidade de moderação durante a crise política dos anos 1960 variava, apesar de haver concordância geral de que o comunismo precisava de algum modo ser combatido. O resultado foi o apoio ao golpe que depôs João Goulart, o que teve como efeito não intencional da ação um regime pouco afeito ao liberalismo em sua conceituação política.

## **4. A DITADURA DOS ANTIGOS COMPARADA À DOS MODERNOS: O DESENVOLVIMENTISMO CONSERVADOR DA REPÚBLICA DE 1946**

### **4.1 Introdução**

Este capítulo pretende tratar da percepção dos conservadores sobre o conceito e a formulação de projetos para o desenvolvimento do Brasil. Como este grupo é constituído por atores fundamentais do golpe de 1964, tentaremos compreender quais eram as características do modelo político e econômico adotado na ditadura militar que já estavam presentes na visão de mundo destes atores desde os anos anteriores. Para tal, seguiremos o seguinte percurso: fazendo um esforço de reflexão a partir de entrevistas feitas no tempo presente, buscaremos entender qual o conceito de ditadura que estaria implícito nos atores do golpe de 1964. Isto será feito à luz de uma comparação entre o conceito antigo de ditadura e o que aqui defendemos como um conceito moderno, que surge na experiência do regime militar brasileiro. Em seguida, buscaremos marcar quais são as diferenças entre estes dois conceitos. A nosso ver, a principal delas é que o primeiro é pensado a partir de uma visão estática da história e o segundo se conecta a uma visão linear dela, conectada à ideia de progresso. Nos aproximando mais de nosso objeto, advogaremos que a expressão desta visão moderna nos atores conservadores da República de 1946 se faz a partir do conceito de desenvolvimento e de como eles formulam projetos para o Brasil a partir desta concepção.

Após esta digressão teórica, entraremos em uma análise mais detida da obra de autores/atores que eram simultaneamente figuras-chaves da política nacional e procuraram escrever interpretações da política e da sociedade brasileira. Os selecionados foram Humberto Castello Branco, Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva. Para nós, é a partir daí que poderemos entender qual era a visão de mundo destes atores e como ela se articula à sua concepção de desenvolvimento. Ela leva ainda a um entendimento do papel do Estado e dos partidos políticos que culminaria em um regime ditatorial. Para demonstrar nosso ponto, dividiremos o texto em seções que agrupam as características principais deste desenvolvimentismo conservador: ditadura e autoritarismo instrumental; o conceito de desenvolvimento do nacionalismo conservador; o papel do Estado no processo de desenvolvimento e cooperação internacional e segurança como problemas políticos e culturais. Tendo em vista a chave de entendimento destes autores como filiados a uma ideologia nacionalista conservadora, pontuaremos no decorrer do texto, que as semelhanças entre

Humberto Castello Branco, Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva<sup>68</sup> são mais acentuadas que as diferenças. No entanto, nos momentos em que existirem divergências fundamentais elas serão explicitadas, assim como seus motivos.

#### 4.2 Ditadura e autoritarismo instrumental

Em 2010, o jornalista Geneton Moraes Neto entrevistou o ex-ministro do exército General Leônidas Pires Gonçalves para um dossiê do canal Globo News que se dedicava a colher depoimentos de atores políticos envolvidos na ditadura militar brasileira (1964-1985). Logo no início, Geneton pergunta ao entrevistado por que ele caracterizaria alguns dos atos praticados pelo regime como civilizados. Reproduzimos abaixo o trecho transcrito:

Geneton Moraes Neto: O senhor já chamou a cassação de mandatos e a suspensão de direitos políticos de medidas altamente civilizadas. Baseado em que o senhor chama de civilizadas medidas que são obviamente uma violência política?

General Leônidas Gonçalves: Porque elas são históricas, né? A cassação é uma denominação nossa do ostracismo na Grécia e do banimento em Roma. São essas duas coisas, então ela é civilizada porque ela tem dois mil anos de atuação, veja. E, nós ainda fizemos com uma maneira mais à doce do que faziam os romanos e os gregos, porque nós não afastamos as pessoas do lugar onde moravam e eles afastavam. (GLOBO NEWS, 2010)<sup>69</sup>

A remissão direta à experiência clássica não é tão comum nos atores políticos envolvidos no golpe de 1964. No entanto, salta-nos aos olhos ser este o critério adotado pelo general para definir uma série de atos de exceção como civilizados. É igualmente curioso o seu conceito de civilização ser baseado em registros da história que, por terem funcionado na Idade Antiga, nos seriam legados como política a ser praticada de modo exemplar no presente

Na história do pensamento político, o recurso à ditadura da antiguidade não é exclusividade do General. Em 1921, Carl Schmitt publicou célebre texto chamado *A ditadura*

---

<sup>68</sup> Embora os autores analisados sejam ligados ao exército, nosso objetivo no capítulo (e na tese como um todo) é entender a ideologia destes autores não só em seu contexto na curta duração, mas em uma longa duração que os conecta a recepção das ideologias políticas no pensamento político brasileiro. Por isso, não enfatizaremos a questão militar para além de quando for necessário ao argumento. Isto porque compreendemos que eles não representam as forças armadas como um todo, que naquele tempo tinha desde quadros conservadores como Golbery Silva e Juarez Távora até comunistas, como Nelson Werneck Sodré. Este ponto é corroborado pela pesquisa do historiador Cláudio Beserra de Vasconcellos (2018), que demonstra que o exército não era uma instituição blindada de clivagens ideológicas no período anterior à 1964. Além disso, na longa duração o pensamento destes autores é mais consonante com o pensamento conservador brasileiro (mesmo daquele que antecede o protagonismo das forças armadas na política) do que com uma suposta tradição de pensamento militar.

<sup>69</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JDEtTsrQhYw&t=15s>

no qual se dedicou a analisar a produção teórica sobre esta experiência na antiguidade clássica, assim como seus efeitos na modernidade. O jurista alemão desenvolve naquelas páginas uma análise que buscava recuperar na Roma antiga as bases teóricas do Estado de exceção, assim como os artifícios que teriam produzido o Estado como um todo. Recuperando a tradição jurídica romana e a leitura dela feita a partir dos Discursos de Maquiavel sobre a segunda década de Tito Lívio, Schmitt define a ditadura dos antigos como uma “ditadura comissária” (SCHMITT, 2013, p. 7).

Neste modelo de exceção, a ditadura seria uma forma de garantir a liberdade da república em momentos de crise (SCHMITT, 2013, p. 5), não tendo, portanto, prerrogativas de soberania ou legitimidade enquanto sistema político. Pelo contrário, a ditadura antiga era uma forma de manutenção da ordem pré-estabelecida por meio de um artifício jurídico excepcional, visando apenas à continuidade daquela ordem. O ditador era somente um nome indicado para mandato de seis meses pelo Senado, com o único intuito de controlar uma situação perigosa, iniciada por guerra contra uma ameaça externa ou por levante interno. O objetivo era eliminar um inimigo através de um dispositivo que concentrasse temporariamente as decisões em torno do ditador, garantindo a manutenção da ordem.

O conceito clássico de ditadura analisado por Schmitt está inserido num contexto em que a percepção que os atores tinham do mundo social se expressa no que Koselleck (2006) viria a chamar – depois de Schmitt – de conceito antigo de história. Neste registro, a experiência dos homens no tempo era vista como estática ou cíclica, por isso o recurso à *historia magistra vitae*, na qual os acontecimentos do passado deveriam ser estudados como exemplos do que fazer no presente. Segundo apresenta François Hartog (2013), a ideia de que a história serve como mestra da moral remete ao pensador romano Cícero. Tal concepção entende a história como algo que os homens no presente devem usar para orientar sua ação, uma vez que ela carrega em si os feitos de personagens que souberam agir com prudência em momentos decisivos. Do mesmo modo, tal conceituação de história pode apresentar exemplos pela negativa, ao demonstrar como não se deve agir em determinada situação de acordo com os erros cometidos em experiências passadas. Segundo Horst Gunther (KOSELLECK et al, 2013) isso só é possível pois a natureza humana era percebida como fixa ou pouco mutável, assim, as mesmas condutas possibilitariam as mesmas consequências. Se o homem não tinha mudado substancialmente no decorrer do tempo, caberia recorrer aos grandes exemplos deixados pela antiguidade para se tornar um ser virtuoso no agir do presente.

O diagnóstico final de Schmitt visava aproximar a experiência clássica àquela moderna. Segundo ele, no conceito antigo de ditadura estariam os fundamentos do Estado-moderno, tais

quais a racionalização e os apelos à técnica e ao primado do poder executivo. No entanto, o século XX posterior aos seus escritos seria marcado pela emergência de outros modelos de ditadura que, à sua maneira, partiram do entendimento prévio sobre o papel deste tipo de exceção, ao mesmo tempo em que inovariam a conceitualização deste vocábulo. O fascismo europeu – cuja filiação ou ausência dela por parte de Schmitt não é objeto deste trabalho – teve uma de suas expressões teóricas na crítica à democracia liberal e burguesa desenvolvida pelo autor em *Teologia Política* (SCHMITT, 2006). Tanto neste texto de Schmitt quanto no que analisamos anteriormente, o marxismo bolchevique aparece como ameaça externa a ser contida.

No Brasil, o modelo com maiores afinidades eletivas com o europeu foi o Estado Novo de Getúlio Vargas. No entanto, em sua expressão teórica, a visão que o regime de 1937 fazia de si era como um Estado Autoritário, que se encontrava na mediana entre dois totalitarismos, o comunista e o fascista (AZEVEVO AMARAL, 1981). A nosso ver, a recuperação do conceito de ditadura em chave similar àquela analisada por Schmitt se deu em outro momento de nossa história, com os atores e teóricos da ditadura militar brasileira. Porém, a partir daí o conceito aparece em outro regime de historicidade, diferenciando a ditadura dos antigos da dos modernos. Assim, o conceito de ditadura contará com certa inovação semântica em território nacional. Se na ditadura clássica partia-se de um conceito estático de história (KOSELLECK, 2006), na ditadura dos modernos, compartilha-se do conceito de história desenvolvido na modernidade. Nele, o processo histórico é linear e visa atingir um progresso imaginado a partir de um horizonte de expectativas que se concretizaria em um futuro completamente diferente do presente. Portanto, a ditadura não poderia ser só o controle da ordem, mas a garantia de que a mudança em direção a este futuro se daria dentro desta ordem e a partir da concepção de progresso pensada por seus atores. Logo, a ditadura dos modernos, no Brasil, compartilha de características da ditadura dos antigos, mas o faz para atingir um ideal de progresso que é típico de uma visão linear de história da modernidade.

Portanto, no caso dos membros das Forças Armadas que se animaram em torno do golpe de 1964, a expressão deste entendimento linear da história se dava pelo conceito de desenvolvimento, em chave conservadora. Este conceito moderno de ditadura se insere no que Wanderley Guilherme dos Santos (2017) classificou como autoritarismo instrumental, no qual o objetivo é realizar uma concepção de desenvolvimento vista pelos atores políticos como impossível dentro de marcos normais de funcionamento democrático. Como resultado, inaugurou-se nova experiência de ditadura que, iniciada no Brasil em 1964, tomaria outros países da América Latina, tais como Uruguai, Paraguai, Chile, Argentina e Peru.

A equivalência dos adversários políticos do regime como se fossem expressão dos inimigos externos – tal como aparece no conceito de ditadura romano analisada por Schmitt – em território doméstico não é exclusiva do General Leônidas Gonçalves. A ideia de que, no contexto de Guerra Fria, atores políticos brasileiros se radicalizaram a ponto de ver ameaça de infiltração da ideologia comunista em território nacional como um inimigo a ser combatido tanto no front interno quanto externo já foi tratada longamente pela historiografia e pela ciência política (MOTTA, 2002; FIGUEIREDO, 1993; SANTOS, 2003). Em entrevista concedida a Maria Celina D’aráujo, Gláucio Soares e Celso Castro (1994) pelo General de divisão Carlos Alberto de Fontoura, aparece a ideia de contragolpe como associada à necessidade de conter um movimento em curso de descaracterização da ordem nacional:

Nós demos um contragolpe, porque o golpe estava sendo dado por eles. Eles estavam dando o golpe: o senhor Goulart, o senhor Brizola, o senhor Arraes, o senhor Darci Ribeiro etc. etc.. e o senhores sabem disso tanto ou melhor do que eu. Esses estavam tomando conta do país e do governo. No governo já estavam. Estavam tomando conta do país e levando-o ao populismo, ao sindicalismo. Este país, sem dúvida, ia se transformar numa república comuno-sindicalista, sei lá. (ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1994, p. 190)

Do mesmo modo, em entrevista do General de brigada Gustavo Moraes Rego Reis o ex-chefe de gabinete militar afirma que “a revolução foi feita simplesmente para evitar que Jango fizesse o que queria fazer. Tanto que houve inicialmente muita tendência para colocação de que era uma contrarrevolução”. (ARAÚJO, SOARES, CASTOS, 1994, p. 59). Em outro trecho, o militar aponta que o regime não tinha uma “ideologia original” (Idem), mas que a sustentação da ditadura se dava pelo “binômio desenvolvimento e segurança – aliás desde aquela época sugeri ao presidente associar sempre àquelas duas ideias as de progresso e ordem, como uma continuidade republicana” (Ibidem).

Os depoimentos são expressivos de uma visão compartilhada pela ditadura dos antigos, ou seja, da necessidade de interromper um regime democrático pelo grau de ameaça que ele representaria à ordem e da identificação dos adversários políticos como inimigos internos<sup>70</sup>. Para além disso, os demais fundamentos da ditadura moderna teriam que ser explicados por outros recursos que não sua comparação de semelhanças com o modelo clássico. Embora concordemos com o General Reis que a ideologia do regime não era original – no sentido de única ou singular –, consideramos que ela não só existia, mas animava no campo das ideias

---

<sup>70</sup> Importante pontuar que a ditadura dos antigos era formal e constitucional, não devendo ser confundida com a tomada de poder pelo golpe de Estado. Isto também é uma inovação da ditadura dos modernos.

alguns dos atores envolvidos no golpe de 1964. Dentro dela, desenvolvimento é um *dever ser* para os autores sobre os quais trabalharemos, assim como para outros em seu contexto de produção. Na sua dimensão geral, os militares se enquadrariam nas características presentes na ideologia conservadora, assim como o seu projeto de desenvolvimento.

O recurso do general Leônidas Gonçalves – que apresentamos no início deste capítulo – de mobilizar experiências do passado como exemplos de civilização a serem seguidos – não se deve ao fato de ele estar em um registro anacrônico do conceito de história, tal como o modelo de *História magistra vitae*. Ele se deve às suas afinidades – conscientes ou não – com a ideologia do conservadorismo, no qual o recurso ao passado para legitimar ações no presente é elemento fundamental desta ideologia moderna (MANNHEIM, 1981; FREEDEN, 2006).

Michael Freeden (2006) propõe uma abordagem sobre as Ideologias políticas modernas a partir da morfologia conceitual que as compõe. Segundo o autor, estas visões de mundo estariam ancoradas em processos históricos reais com a intenção de gerar determinada mobilização política. Por isso, tanto critérios racionais e lógicos quanto critérios de fundo emocional ou irracional poderiam fazer parte de uma mesma corrente de ideias políticas. Em sua formação conceitual, haveria conceitos centrais, adjacentes e periféricos que definiriam cada tradição. No arranjo que compõe o conservadorismo, o conceito de ordem constitui o *core*, assim como as ideias a ele associadas. Também seriam padrões historicamente verificados nesta ideologia a valorização de uma tradição e cultura e o medo de ameaças a estes valores.

A partir de Freeden (2006) podemos definir o conceito de conservadorismo que iremos operacionalizar neste capítulo como ideologia política moderna que tem em seu núcleo a defesa do primado da ordem. Os conservadores partem de uma concepção de progresso que visa manter as características da realidade social que teriam sido transmitidas pela história e que são vistas como positivas. Dentre elas, a manutenção de tradições de comportamento e da religião, assim como a relação harmoniosa entre grupos ou classes sociais. Os conservadores também tendem a naturalizar as construções sociais e culturais como elementos imutáveis ou que, ao serem mudados seriam descaracterizados, podendo levar até a uma desestruturação daquela sociedade. Hierarquias sociais são igualmente tidas como ponto constituinte da natureza humana, que são fundamentais para manter o equilíbrio entre pessoas, grupos e classes.

Tentaremos sustentar nas páginas seguintes a interpretação do conceito de desenvolvimento nas obras de Humberto Castello Branco, Golbery do Couto e Silva e Juarez Távora a partir deste núcleo conservador comum. Fazendo a devida conexão com o seu contexto social, político e intelectual, pretendemos advogar também que eles estariam vinculados a uma tradição nacionalista do pensamento político brasileiro, em vertente culturalista e/ou nacional-



estatista. Na primeira, existe um elogio das características nacionais, tidas como constituídas no passado e mantidas pela sua necessidade para a manutenção do ordenamento social. Já na segunda entende-se como dever do Estado superar o atraso pela modernização comandada pelo Estado, dada a inércia de nossa sociedade (LYNCH, 2017). Os autores aqui analisados por vezes oscilam entre os dois juízos. Já o nacionalismo como um todo aparece como conceito adjacente em suas elucubrações intelectuais, afinal, embora seja axiomático para os autores, ele faz sentido quando inserido em seu conservadorismo, porque é a liga que mantém o ordenamento social.

Humberto Castello Branco se tornou personagem conhecido em nossa história política por ter sido o primeiro presidente após o golpe civil-militar de 1964. Nos anos anteriores, ele foi diretor de ensino da Escola do Comando do Estado-maior do Exército, entre 1945 e 1949, onde continuou ascendendo até se tornar comandante em setembro de 1954. Após ter passado por outras instituições, – como a Escola Superior de Guerra – à altura dos conflitos políticos ocorridos entre março e abril de 1964, ele era chefe do Estado Maior do exército, cargo que exercia desde junho de 1963.

Juarez Távora foi chefe de gabinete militar no governo Café Filho e candidato à presidência pela União Democrática Nacional (UDN) em 1955, além de ter sido articulador político dentro das forças armadas de diversos eventos – tais como os esforços de deposição de Getúlio Vargas e o golpe de 1964. Já Golbery do Couto e Silva, além de liderança entre os quadros da Escola Superior de Guerra (ESG) e ator político importante na deposição de João Goulart, era figura ativa na vida política nacional tanto da República de 1946 como na ditadura militar. Dentre os cargos de maior destaque que teve, Golbery foi chefe do Serviço de Segurança Nacional (SNI) no governo Castello Branco e chefe do Gabinete Civil no governo Geisel.

A escolha destes autores se deu pelo fato de que, ao mesmo tempo em que os três estavam envolvidos no processo político estudado, buscaram teorizar sobre a política e sociedade brasileira. Podemos, então, a partir deles, problematizar a separação estanque entre teóricos e atores políticos nos estudos de pensamento político brasileiro. Sem questionar esta divisão analítica em si – que pode ser pertinente para outros objetos –, para nossa questão, parece ser fundamental compreender a visão que estes atores tinham de si, assim como o sentido que conferiam à sua ação.

### 4.3 O conceito de desenvolvimento do nacionalismo conservador

Segundo Andrew Vincent (2013), o nacionalismo ganhou no século XX uma diversidade de tipos inexistente em épocas anteriores. Para o autor, enquanto conjunto de ideias, o nacionalismo seria vago e dependeria de outras ideologias para poder apresentar soluções políticas concretas (VINCENT, 2013, p. 551). Nem por isso, Vincent deixa de apresentar algumas de duas características regulares no tempo. Os nacionalistas entenderiam os homens a partir de seu pertencimento a grupos, os quais têm sua própria história e tradição e/ou cultura, expressa através da Nação. Para os filiados a esta corrente de pensamento, as pessoas só encontrariam uma existência com significado a partir da identidade nacional. Do mesmo modo, valores como liberdade, igualdade direitos e autonomia só fariam sentido quando pensando dentro de um enquadramento nacional (VINCENT, 2013, p. 543).

Quando ancorado em ideologia conservadora, o nacionalismo tenderia a pressupor hierarquias e formação de elites como naturais. Uma vez que haveria ênfase na ordem e na autoridade, eles não acreditam que homens podem governar a si mesmos, portanto partiriam de uma desconfiança da democracia como modelo político. Além disso, o Nacionalismo conservador apelaria de uma maneira específica para a ideia de soberania, ligada à integridade do território.

Uma vez que o autor se preocupa em esboçar as características do nacionalismo em geral, precisamos inserir as ponderações devidas ao contexto brasileiro. Uma característica comum às obras de Humberto Castello Branco, Juarez Távora e Golbery de Couto e Silva é o que nós chamamos aqui de Nacionalismo ontológico. Os autores fundamentam o seu nacionalismo em uma ideia do que a nação objetivamente é e, partindo desta ontologia, derivam a normatividade sobre como deve ocorrer o desenvolvimento. O Brasil é posto como um país cristão e com riquezas naturais abundantes, cuja nação é a expressão cultural e o Estado sua respectiva faceta política.

Juarez Távora dedicou ao menos duas obras para descrever e propor suas soluções para o desenvolvimento nacional. A primeira foi *Produção para o Brasil* (TÁVORA, 1956), que reúne textos seus escritos entre 1937 e 1955<sup>71</sup>, cujos originais eram conferências dadas em clubes e associações, assim como discursos de comícios seus durante a campanha presidencial de 1955. *Uma política de desenvolvimento para o Brasil* (TÁVORA, 1962) é igualmente uma coletânea, composta de conferências dadas entre 1959-1961 em São Paulo, Curitiba, Porto

---

<sup>71</sup> Apenas a introdução da coleção foi escrita a partir de texto de 1937, os demais capítulos têm data de 1949 em diante.

Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Fortaleza, o que já demonstra a existência de uma expectativa de convencer a esfera pública de suas ideias. Em suas obras, o autor anuncia que pretendia reunir dados para uma análise objetiva das potencialidades naturais e da realidade brasileira que apoiassem a formulação de uma política de desenvolvimento, assim como o melhor método de realizá-la. Sintetizando as intenções do autor, – que ficam mais claras em seu segundo livro – Juarez Távora afirma querer fazer uma política objetiva de desenvolvimento para o Brasil.

De fato, a ideia não é originalmente dele, estando no título *de Problemas de política objetiva*, publicado por Francisco José de Oliveira Vianna em 1930. Intencionalmente ou não, a escolha de vocabulário de Juarez Távora auxilia em sua filiação à tradição nacionalista do pensamento político brasileiro (SANTOS, 1970; LYNCH, 2013), de que ambos fazem parte. As semelhanças não se encerram aí: os dois consideram função do Estado produzir modernização através de uma ação centralizadora, mas que, ao mesmo tempo, preserve a cultura. Além de nacionalistas, ambos eram da vertente conservadora desta corrente.

Já estavam presente na obra de Oliveira Vianna outras ideias que serão recepcionadas por Juarez Távora, tal como a visão dos partidos brasileiros como ideal distorcido que representa o interesse de indivíduos e de grupos facciosos e não de um segmento social, classe ou ideia. A partir disto, ambos são contrários ao grau de poder e de liberdade dado ao poder legislativo no Brasil. Para resolver isto, eles compartilham um mesmo “remédio” institucional, expresso nos Conselhos técnicos, que funcionariam como órgãos supremo moderadores de todos os poderes. Nos termos de Oliveira Vianna, uma democracia tutelada seria mais democrática do que a democracia parlamentar da Primeira República. Já para Juarez Távora, uma centralização através de órgãos técnicos, tiraria o poder dos partidos políticos da República de 1946.

O apelo a uma realidade objetiva como o terreno no qual se deve pensar e fazer políticas não é específica de Oliveira Vianna e Juarez Távora. Este recurso aparece mesmo em alguns autores considerados fundantes da moderna ciência política, tais como os chamados “elitistas” Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca, além de Robert Dahl, cuja teoria se volta para entendimento da democracia e da política (DAHL, 2006). A diferença em nosso caso é que a maneira como os autores aqui analisados escrevem se enquadra no que Christian Lynch (2016) intitula, na sua *Cartografia do Pensamento Político Brasileiro*, de “estilo periférico de redação”. O fato dos autores do pensamento político brasileiro se enxergarem como habitantes de uma periferia atrasada deu ao conjunto dos seus textos conformação estilística e temática específica. As elites

brasileiras teriam internalizado os pressupostos europeus de um processo histórico evolucionista, onde o Brasil estaria atrasado em relação ao centro.

Por não se perceberem como pertencentes à civilização produtora de filosofia e de universalismos, os pensadores brasileiros escreveriam de forma menos abstrata e menos teórica. Portanto, o “estilo periférico” teria menor grau de generalização e maior sentido prático. Somar-se-ia a isto uma visão negativa do passado e positiva do futuro, na qual o primeiro é percebido como a época quando teriam surgido os problemas que precisariam ser superados. Já o segundo seria “[...] o lugar da redenção nacional, a se alcançar pelo progresso, pela civilização, pela evolução, pela modernização, pelo desenvolvimento” (LYNCH, 2016, p. 85).

O estilo periférico também se caracterizaria pelo que Lynch nomeia de “pedagogismo” (LYNCH, 2016, p. 86). Isso significa que estes autores acreditariam ser imprescindível educar as elites e as massas na cultura necessária para a vida social e para a transformação política almejadas. Conseqüentemente, é comum aos textos do pensamento político brasileiro a intenção de influenciar o processo político:

No fundo, todas ou quase todas as obras canônicas do PPB pretenderam influenciar o processo político. Refletiram o dilema insolúvel da ciência política: ser entendida como uma disciplina aplicada, voltada para a resolução de determinados fins práticos, ou uma disciplina pura, que descrevesse o fenômeno político independentemente de comprometimento com valores (Gunnell, 1993, p. 5). O que as distingue a esse respeito, portanto, é uma questão de grau: algumas se acharam mais voltadas para a intervenção do que outras, que se detiveram mais na descrição da realidade. Por esse motivo, apenas em sentido aproximado será possível aqui classificar as principais obras do PPB como mais normativas ou pragmáticas do que desinteressadas ou científicas. (LYNCH, 2016, p. 87)

Juarez Távara conecta a ideia de objetividade do nacionalismo conservador à sua visão de pertencimento de uma periferia atrasada que precisaria modernizar-se. Após definir seu conceito de desenvolvimento como

[...] o grau de progresso social, medido em bem comum e em bem-estar individual, de pujança econômico-financeira, em termos de disponibilidade efetiva de bens materiais de toda a ordem e capacidade de consumi-las e exportá-las; e de aperfeiçoamento político-administrativo, expresso em termos de garantias de liberdade, de ordem e de justiça. (TÁVORA, 1962, p. XI e XII)

O autor complementa que desenvolvimento é mais complexo do que “o simples progresso econômico” (TÁVORA, 1962, p. XII) e que a maneira de medi-lo seria pelo Poder Nacional<sup>72</sup>, que seria a expressão de recursos diversos (econômicos, culturais e sociais) de que uma nação poderia dispor para alcançar seus “objetivos nacionais” (TÁVORA, 1962, p. XII). Ou seja, para o autor a nação é ao mesmo tempo o critério de como as coisas são e do que elas devem ser, através da realização do desenvolvimento nos moldes por ele almejados. Este realismo conservador é, portanto, distinto daqueles liberais ou socialistas que eventualmente apelam para este argumento. Se em autores como Caio Prado Jr. ou Roberto Campos um suposto entendimento objetivo da realidade é um pressuposto fundamental para modificá-la dentro de um horizonte político ainda não existente, para os conservadores ela é o próprio critério com o qual esse horizonte deve se confundir. No decorrer tanto deste texto, quanto de *Produção para o Brasil* (TÁVORA, 1955) Juarez Távora pesa as características geográficas, sociais, políticas e culturais do Brasil que constituiriam as potencialidades nacionais com a ideia de que elas não são aproveitadas. É como se a nação estivesse ali, mas ainda por fazer, ou como se fosse espécie de diamante bruto, a ser lapidado para aumentar seu valor pela retirada das impurezas e camadas excessivas que esconderiam sua verdadeira natureza e preciosidade. A maneira de reparar este desarranjo entre a realidade como ela está e a realidade como ela pode ser é superando a condição de atraso com um projeto de desenvolvimento que levasse em conta a realidade nacional pelo que ela é e, portanto, pelo que pode e deve ser. Em *Produção para o Brasil* (TÁVORA, 1956), o autor sintetiza este juízo em uma frase: “Apesar de Deus nos haver propiciado recursos para que sejamos um povo rico e poderoso, ainda somos efetivamente pobres e fracos” (Idem, p. 62)

Neste livro, a ênfase objetivista, lida em chave conservadora, também é aplicada para falar do cenário mundial. Em tom crítico aos rumos que o capitalismo estaria tomando em seu tempo, Távora afirma que haveria certa inversão de valores. Ele considera que existiria uma maneira orgânica de funcionamento da economia, dada pela natureza, cuja economia moderna estaria invertendo. O desarranjo estaria no fato de, ao invés do comércio e das finanças cumprirem seu papel de instrumentos da atividade econômica, eles funcionarem contra “[...] a ordem natural dos fatores econômicos” (Idem, p. 19).

---

<sup>72</sup> O uso do termo “Poder Nacional” é comum à maioria dos intelectuais ligados à Escola Superior de Guerra no período. Optamos aqui por não o pensar como parte da doutrina deste instituto, mas entender qual o sentido que ele tinha na obra dos autores. Para uma análise das categorias mobilizadas pelas ESG conferir: LENTZ, R. O pensamento político dos militares brasileiros: a “doutrina de segurança nacional” revisitada (1930-1985). *Revista da escola superior de guerra*, v. 34, p. 39-71, 2019.

Em sua visão, a economia se faria pela cooperação entre capital e trabalho, na transformação da natureza, pelo bem-estar mútuo. Isto ocorreria por dois eixos, a produção e o consumo, cuja razão de ser era o segundo. O desconforto do autor com capitalismo é similar ao de Oliveira Viana em *Direito do trabalho e democracia social* (VIANA, 1948), ou seja, de que esse sistema não se orientaria por esta ordem natural e nem pela moral cristã de dignidade da pessoa humana. Ao invés disso, reduziria o homem à mera mão-de-obra, cujo princípio liberal da oferta e da demanda só funcionaria para agravar a injustiça social a fim de enriquecer grupos monopolistas. Enquanto isso, o comunismo surgia como uma alternativa nefasta que buscava acabar com a propriedade privada e substituir o chefe particular pelo Estado. A postura advogada por Távora era a de uma “hierarquização orgânica” que disciplinasse o capitalismo (TÁVORA, 1956, p.14), lhe fornecendo uma “solução humana e cristã” (Idem, p. 16)

Já na obra *Marechal Castello Branco: seu pensamento militar (1946-1964)* (CASTELLO BRANCO, 1968) este objetivismo aparece pela alcunha de “realismo anti-intelectualista” (Idem, p. 23), que seria o método necessário da ação militar. Esta publicação foi organizada pelo Coronel Francisco Ruas Santos como um copilado de conferências e aulas dadas por Castello Branco enquanto ele atuou no Estado-maior do exército. Os textos são anotações originais do autor, documentos enviados à Escola do Estado-maior do Exército (EME) e atas disponíveis no arquivo militar.

O realismo de Castello Branco aparece pela primeira vez na coletânea em texto datado de 18 de março de 1947, feito para uma conferência na Escola do EME sobre o “trabalho no comando” (CASTELLO BRANCO, 1968, p. 23). A ideia advogada é que o militar tem o dever de se emancipar de toda elucubração abstrata para, ao invés disso, pesar meios para atingir fins, sempre tendo como critério a conjuntura que se apresenta. Seria, portanto, prejudicial a postura de “[...] ficar preso à discussão de ideias, em que não se atinge nunca o fim, ora vagando pelo pessimismo, ora pelo otimismo. (Idem, p. 28).

A junção deste entendimento com o nacionalismo e com a necessidade de desenvolvimento do Brasil aparece em outros textos do autor. Na conferência “O nacionalismo e o desenvolvimento nacional”, Castello Branco demonstra ter visão mais matizada sobre a questão. Se Távora e Golbery Silva naturalizam a nação como ente concreto e a-histórico, o terceiro autor teria outra construção intelectual para a ideia. Para ele, a Nação só teria surgido no final do século XVIII, com a Revolução francesa. Embora os hebreus e os gregos antigos tivessem feito esforços neste sentido. No entendimento do militar, o que definiria este tipo de projeto é o entendimento de participação de uma comunidade soberana que tem uma “missão histórica” (CASTELLO BRANCO, 1968, p. 197).

Na modernidade, teriam emergido duas formas de nacionalismo, o econômico e o político. Este último teria surgido antes, protagonizado pela França, Alemanha e Estados Unidos. Para Castello Branco, a potência da América teria tido o mérito de pacificar esta postura, mantendo o que havia nela de positivo. No seu tempo, o autor percebe o surgimento de um novo tipo de nacionalismo, o econômico, que teria como objetivo afirmar a Nação para que ela se iguale as grandes potências que emergiram no século anterior. Este seria um movimento de emancipação, surgido na África, na Ásia e na América-latina. Em seu continente, ele diagnostica que existiria um conflito entre o nacionalismo enquanto “[...] afirmação da soberania e de ânimo para o desenvolvimento econômico” e enquanto “[...] baixo nacionalismo demagógico e vazio e ao teleguiado pelo comunismo internacional[...]” (CASTELLO BRANCO, 1968, p. 201), que provavelmente diria respeito a postura dos trabalhistas e do PCB.

Castello Branco expõe sua concepção de que o nacionalismo é a melhor forma de fazer política e de produzir desenvolvimento em conferência de 1962 no Fórum Roberto Simonsen. Em raciocínio dedutivo, o autor parte do axioma compartilhado por Golbery Silva de que é natural ao homem querer engrandecer-se. Tendo isto como pressuposto, ele deriva que isto gera interesses que, por sua vez, usam a política como meio e descobrem as aspirações nacionais (tido por ele como os interesses que são projetados e compartilhados pela opinião pública). O problema é que o grau de consciência que um povo tem das suas aspirações enquanto nação é diretamente proporcional ao seu grau de desenvolvimento cultural, civilizacional e político.

A conclusão que o autor chega é que cabem aos representantes do poder político nacional traçar quais são os objetivos nacionais e organizá-los. Deste modo, é descoberto o potencial nacional, a partir do qual se eleva a própria nação. Embora o faça por um percurso intelectual diferente, as conclusões de Castello Branco são similares às de Juarez Távora: em ambos a Nação brasileira existe enquanto potência descoberta e que precisa ser direcionada por um processo de desenvolvimento para realizar-se plenamente.

Inserido em seu regime de historicidade (HARTOG, 2013), Humberto Castello Branco tem uma visão evolucionista do processo histórico, no qual o grau de desenvolvimento político e econômico de uma nação é diretamente proporcional à qualidade de seu nacionalismo. Portanto, países subdesenvolvidos (que em seu pensamento não é uma condição em si, mas uma etapa), estão mais abertos para o desvio soviético do nacionalismo ou simplesmente para uma visão dos países Ocidentais como inimigos. Para o autor, isto é negativo, porque impede uma cooperação para a paz em nível mundial.

Entendendo-se como parte de uma periferia subdesenvolvida, ele compreende que nesta realidade o nacionalismo teria a função de mudar este estado de coisas, sendo o único capaz de

fazê-lo levando em conta o que seria melhor para aquela comunidade política. Partindo do pressuposto de que o nacionalismo “[...] tem que assentar num julgamento compreensivo e real.” (CASTELLO BRANCO, 1968, p. 205), ele esboça um método e três alternativas possíveis para o Brasil superar sua etapa de subdesenvolvimento. Para ele, as duas ideias – nacionalismo e desenvolvimento – seriam parte de uma mesma postura e impossíveis de ser pensados de modo separado. Em suas palavras:

Desenvolvimento sem nacionalismo é obra desnaturada, desvinculada do primado do interesse nacional. E o nacionalismo que não se devota ao desenvolvimento é, sem dúvida, uma política contemplativa e de especulação distante da realidade nacional. Nacionalismo e desenvolvimento se conjugam e trabalham para o bem-estar de uma nação.” (CASTELLO BRANCO, 1968, p. 210)

Em seu método, o primeiro a se fazer seria justamente escolher qual caminho seguir, que poderia ser o nacionalismo soviético, o democrático ou o “diversivo” (Idem, p. 204). O primeiro já demonstra em sua alcunha a qual caso empírico se refere, mas os outros dois expressam a interpretação do autor sobre os outros projetos de desenvolvimento então disponíveis. O nacionalismo diversivo seria uma corruptela que transformou pautas legítimas em bandeiras para o conflito aberto, tanto com outras nações como dentro de seu próprio território. Naquele contexto, internamente o autor deveria estar se referindo ao nacionalismo de esquerda – que se reunia em torno do PTB – e no plano externo aos movimentos de descolonização da África e da Ásia. Por sua vez, o nacionalismo democrático seria a solução moderada, inspirada na cooperação com nações próximas culturalmente e na garantia de bem-estar de sua comunidade. Para o autor, este modelo seria próximo ao que era praticado nos Estados Unidos.

Na mesma tônica de uma retórica realista, está a distinção que Golbery do Couto e Silva faz entre a Geopolítica e a disciplina de geografia política. Ele fundamenta esta diferença na mesma direção das características das elites periféricas percebidas por Christian Lynch (2016) e presentes também em Juarez Távora e Castello Branco. A geopolítica seria o uso do conhecimento do território para fins políticos, já a geografia política seria a ciência apenas preocupada em compreender a relação entre uma comunidade política no espaço que a cerca. O autor opta pela primeira porque pretende intervir na realidade nacional para acelerar seu progresso à luz de um planejamento da política de segurança estatal que levasse em conta seus fatores geográficos



A obra *Geopolítica do Brasil* (SILVA, 1981) é composta por textos e palestras de Golbery que datam entre anos de 1952 e 1960<sup>73</sup>. Inserido em contexto linguístico desenvolvimentista, o desenvolvimento é para ele conceito periférico, que serve tanto como meio para enaltecimento da nação quanto para impedir o avanço de ideias tidas como “alienígenas” à cultura brasileira e que, por isso, ameaçariam sua estabilidade. O autor parte de um diagnóstico de uma mudança radical de valores e conceitos tradicionais em sua época. Tal como característico da emergência de um paradigma nacionalista nos anos 1930 diagnosticado por Santos (1970) e Lynch (2013), Golbery do Couto e Silva considera estas novas reivindicações como resposta das massas cansadas das promessas do liberalismo.

Assim como Castello Branco e Juarez Távora, Golbery deriva normatividade de ontologia – que por sua vez se expressa em uma visão objetivista da realidade nacional. As críticas ao liberalismo continuam no plano internacional. Nesta esfera, o autor demonstra seu nacionalismo ontológico de modo mais explícito, quando afirma que a renúncia da guerra como fenômeno da política advogada pelo ONU no plano das relações internacionais seria negar a realidade. Para Golbery do Couto e Silva, a reunião de nações com inimidade irreconciliável (pelos seus interesses nacionais distintos) seria fruto de um idealismo a ser superado. Mantendo *topos* da tradição nacionalista do pensamento político brasileiro, Golbery elogia o surgimento de uma “[...] nova filosofia do poder estatal, mais cruamente realista, mais sincera segundo uns, mais cínica segundo outros, pondo de lado os idealismos já gastos e as fórmulas racionalizantes já de todas caducas [...]” (SILVA, 1981, p. 22).

Se para Juarez Távora os objetivos nacionais deveriam ser buscados através da análise da realidade nacional tal como ela é, Golbery acrescenta a variável internacional, pois os desafios eram de fortalecimento interno e de competição externa. Uma vez que o Brasil deveria buscar a realização de seus objetivos nacionais frente a esta guerra (fosse ela diplomática ou armada), um conceito de geopolítica se faria necessário. Contudo, enfatiza o estrategista: “Mas só vale, realmente, a Geopolítica por sua contribuição se, como a Estratégia, souber assentar-se em Objetivos Permanentes que traduzam as aspirações e os anseios da consciência nacional” (SILVA, 1981, p. 33).

---

<sup>73</sup> A primeira parte da obra, de título “Aspectos geopolíticos do Brasil”, já havia sido publicada anteriormente como um livro a parte em 1957. A dedicatória desta publicação é datada de 1952 e em seu final o autor a data como sendo de 1955. Em cotejo feito por nós, percebemos que o texto foi republicado em *Geopolítica do Brasil* sem alteração alguma. Portanto, mantivemos o esquema de citação como sendo parte desta última obra, para facilitar a consulta ao leitor. No entanto, o texto pode ser considerado como uma publicação a parte e que data de período anterior ao restante do livro.

Compartilhando da visão do nacionalismo conservador de que a formação de hierarquias e de elites seria um fenômeno natural, o autor inicia o discurso de sua obra afirmando que a lealdade seria fator ontológico do ser humano e a nação seria o ponto máximo dela que o homem conseguiu atingir historicamente, lhe dando “vontade de engrandecer cada vez mais a nação” (SILVA, 1981, p. 98). A crítica do marxismo aparece pelo fato de que esta doutrina disputaria a lealdade do homem com a nação. Como ressalta Andrew Vincent (2013), o nacionalismo conservador é diferente do nacionalismo de esquerda. Para esta outra corrente, a afirmação da nação se faz como forma de superação do colonialismo político, econômico e cultural. Este nacionalismo de fundamento pós-colonial se faria nas chaves da autodeterminação e da emancipação (VINCENT, 2013, p. 535). No Brasil, os principais representantes desta corrente estão reunidos entorno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e são adversários políticos de Golbery na disputa pelo conceito de desenvolvimento.

O nacional-desenvolvimentismo progressista do ISEB tem contrastes perceptivos com a visão de nosso autor. Apesar de tal perspectiva ter sido encabeçada por Helio Jaguaribe, ela foi levada a frente por outros membros do instituto, como o trabalhista Alberto Guerreiro Ramos e o comunista Nelson Werneck Sodré. Este representa, inclusive, a fase do *think tank* em que ele se aproximava das leituras do PCB após a carta de 1958, na qual o nacionalismo tinha a função de mobilizar a luta contra um inimigo que, no momento, era maior que a burguesa, ou seja, o imperialismo. Nesta perspectiva, a ideologia se tornaria desnecessária após atingido este objetivo.

Na definição de Hélio Jaguaribe, esta corrente de mobilização tinha igualmente papel prático: “o nacionalismo, como se viu, não é imposição de nossas peculiaridades, nem simples expressão de características nacionais. É, ao contrário, um meio para atingir um fim: o desenvolvimento.” (JAGUARIBE, 1958, p. 52). O nacionalismo do instituto tinha, então, viés pragmático, de ser um método para atingir o desenvolvimento. Já a concepção de Golbery do Couto e Silva inverte a relação de causalidade e, com isso, diverge ao mesmo tempo da concepção comunista e da isebiana em geral:

O nacionalismo é, portanto, deve ser, só pode ser um absoluto em si mesmo um fim último – pelo menos enquanto perdurar a nação como tal. Lugar não há, nem deve haver, nem poderá haver para o nacionalismo como simples instrumento de um fim que o transcenda, como degrau, apenas numa escala que o transmonte. Isso nunca será nacionalismo – será engano, será burla, será até mesmo chantagem. (SILVA, 1981, p. 99)

Embora tanto Hélio Jaguaribe quanto Golbery do Couto e Silva mobilizem o conceito de nação e de desenvolvimento, na concepção de nosso autor, é o desenvolvimento que está submetido ao nacionalismo e não o contrário. Este ponto é uma divergência fundamental entre o seu nacional-desenvolvimentismo e o do ISEB, que ele toma como parte de um enquadramento subversivo e falso. Apagando as diferenças que havia entre o tipo de nacionalismo instrumental de Hélio Jaguaribe e do PCB, o ideólogo da ESG classifica todo e qualquer “nacionalismo como meio” enquanto um ideal comunista, que na verdade só disfarçaria o internacionalismo imanente à doutrina. Os seus adeptos seriam inimigos da soberania nacional e do Ocidente como um todo.

Se nos textos anteriores do livro, de 1952 até 1959, Golbery via positivamente os nacionalismos de países em luta anticolonialista na África e na Ásia, no ano seguinte ele já os considerava românticos, com “confusas credences” (SILVA, 1981, p. 100). Mais preocupado em fazer espécie de separação entre o joio e o trigo do conceito de nacionalismo, ele descreve a definição que julga correta a partir da síntese dos objetivos nacionais permanentes da nação: “Sobrevivência da nação como nação e, pois, soberania, integração crescente, prosperidade, bem-estar e prestígio são as categorias intemporais em que tais interesses e aspirações necessariamente se inscrevem.” (SILVA, 1981, p. 101)

Seguindo tradição narrativa de Euclides da Cunha e Oliveira Vianna, Golbery Silva continua no texto com uma longa descrição da geografia natural do território brasileiro. As conclusões a que ele chegou também não diferem tanto destes dois outros nacionalistas. Os três compartilham visão dualista na qual o Brasil teria conflito entre regiões atrasadas e evoluídas. Para o autor desenvolvimentista, se faria necessário conectar o Sudeste – região economicamente mais rica e com maior densidade populacional – às demais regiões do Brasil. Esta tarefa se impunha porque era preciso garantir a integração do território nacional via ocupação dos territórios “ociosos” e contenção do êxodo rural descontrolado. Vincular o homem à terra pela pequena propriedade reduziria a diferença cultural entre campo e cidade e diversificaria a economia.

A descrição que Juarez Távora faz dos recursos naturais brasileiros vai na mesma direção. A principal diferença é que este autor descreve a posição geográfica, as fronteiras, o clima e os recursos naturais como “potencialidades”, seguindo a chave da Nação como algo ainda por fazer. O subsolo e os rios brasileiros teriam disponíveis todos os recursos naturais necessários para o desenvolvimento industrial, que deveria ser feito pelo avanço nas áreas de energia, metalurgia, química e materiais de construção, o que faltaria é aplicar neles trabalho humano (TÁVORA, 1964, p. 6).

Uma distinção entre Golbery do Couto e Silva para com Juarez Távora e Humberto Castello Branco é a ênfase que cada um dá para os planos nacional e internacional. Se o primeiro destaca a relação do país com exterior até na própria escolha de objeto – geopolítica do Brasil – e o segundo define o binômio desenvolvimento e nacionalismo como um fenômeno mundial, o terceiro se concentrará na esfera doméstica. Portanto, para além da geografia natural, Távora busca fazer uma avaliação objetiva de outros elementos do espaço brasileiro no qual ele vê potencialidades, tais como a “a situação do homem brasileiro” (TÁVORA, 1962, p. 9). Acreditando que desenvolvimento não se definiria só por critérios econômicos, mas também sociais e culturais, o autor compreende que a situação demográfica do brasileiro é precária, o que ele mede por dados de natalidade e mortalidade muito altos, assim como pela baixa expectativa de vida – segundo ele, de 45 anos em 1959. Um dos motivos disto seria o grau altíssimo de infecção por verminoses nas regiões rurais e a ausência de “combate planejado, sistemático e intenso” (TÁVORA, 1962, p. 12) aos problemas sanitários e de saúde pública, que deveria vir através de alimentação, habitação e assistência hospitalar para populações do interior.

Em *Produção para o Brasil* (TÁVORA, 1956), ele pretendia enfatizar o problema que dá título ao livro porque considerava a produção o maior gargalo para o desenvolvimento nacional. Ao listar as “Causas de nossa debilidade econômica:” (Idem, p. 40) ele enfatiza outras questões, muitas que se repetem no livro seguinte e que foram listadas no parágrafo acima, tais como problemas de infraestrutura e de circulação de mercadorias, ausência de maquinário e formação de pessoal técnico. No entanto, Távora aponta que todos os problemas de fundo teriam a ver com a incapacidade nacional de produzir de modo a atender sua demanda – fosse ela por energia, por bens manufaturados ou mesmo alimentos. Em seu juízo, bem-estar social era função do desenvolvimento (Idem, p. 73), portanto o segundo é condição necessária para o primeiro. Sendo o Brasil um país subdesenvolvido, a melhoria do padrão de vida do brasileiro médio seria urgente.

Apesar de suas ressalvas ao contrário, Távora demonstra uma visão na qual o conjunto das variáveis econômicas seria variável independente do desenvolvimento. Segundo o próprio, “situam-se os fatores econômico-financeiros do *potencial nacional* no campo dos meios materiais de ação e de manutenção, públicos e privados – condicionando o seu desenvolvimento, em grande parte, o nível de bem comum social e de bem-estar individual” (TÁVORA, 1962, p. 30). O elemento humano entraria nesta equação como a força que, aplicada ao potencial nacional, geraria riqueza. O conjunto das “componentes econômicas do Poder Nacional do Brasil” (TÁVORA, 1962, p. 51) se daria pela produção agrária e industrial, os

fatores infraestruturais de produção (energia e transportes), a circulação (comércio doméstico e internacional) e as finanças (orçamento moeda e crédito).

O pensamento econômico desenvolvimentista do período tinha como um de suas características a crítica ao modelo agroexportador e a defesa da necessidade de substituição de importações (BIELSCHOWISKY, 2004; FONSECA, 2015). No entanto, a postura não era consensual no pensamento político dos atores políticos da República de 1946. Um dos economistas liberais, célebre por defender a posição de que o Brasil deveria manter sua economia baseada em produção agrícola, era Eugênio Gudim. Sendo esta figura um dos principais articuladores políticos e econômicos do partido de Juarez Távora, a UDN, não é de se espantar que nosso autor tivesse posição similar. Para ele, seria um erro do presidente Juscelino Kubitschek o destaque e os subsídios dados ao capital industrial, pois o intercâmbio internacional de matéria-prima e alimentos era superavitário e, por isso, deveria ter recebido estímulos do executivo federal. Já o setor industrial teria importação onerosa e só supriria a demanda interna em alguns setores (como na produção de cimento), sendo a maioria deficitária. No raciocínio do autor, a política agrarista já demonstrava sucesso e, por isso mereceria os focos da atenção do poder público, o que seria o contrário do setor secundário.

Para Távora, a polêmica de se o Brasil deve ser agrícola ou industrial seria questão superada. O Brasil só poderia aumentar seu grau de industrialização se possuísse também um mercado interno organizado, que só o setor primário seria capaz de fornecer (TÁVORA, 1956, p. 80 e 81). A falta de atenção para o setor agrícola se deveria em parte “[...] ao receio de contrariar, frontalmente, a tese comunista[...]” (Idem, p. 82 e 83) de que a ênfase no setor primário era causada por conspiração imperialista dos EUA para manter o Brasil como colônia. Ideia esta que ele considera absurda e julga “[...] lamentável, entretanto, essa subserviência política de nosso governo ao comando de slogans comunistas”. (Ibidem, p. 82) Em seu juízo isto seria inclusive perigoso, pois o descaso com a produção agrícola baixaria a qualidade de vida de setores populares, os aproximando de “doutrinadores” (TÁVORA, 1956, p. 82), ou mesmo os forçando ao êxodo rural, o que inflava o meio urbano, que não era capaz de absorvê-los no mercado de trabalho. Por não conseguirem empregos nas cidades, a população pauperizada ficaria ainda mais refém da “catequese comunista” (Idem, p. 84)

A visão de que a ênfase industrialista dos governos de JK e seus antecessores era equivocada permanece no decorrer dos textos. Ao tratar dos fatores que atrapalhavam a circulação econômica do Brasil, ele responsabiliza de um lado, a precariedade da infraestrutura e de outro as “[...] tributações irracionais e conflitos entre a exigência de grandes lucros dos intermediários e a fixação arbitrária, pelas autoridades públicas, de preços de venda ao

consumo”. (TÁVORA, 1962, p. 45). Neste trecho, o autor acusa diretamente ao confisco cambial pelos problemas do Brasil com o comércio exterior. Essa medida foi adotada na reforma cambial de 1953, por Vargas. A partir dela, o governo detinha uma parte do montante de dólares obtidos pela exportação de alguns produtos – principalmente o café - e reaplicava o valor para financiar atividades industriais (ABREU, 1990; CANO, 2015).

Ao tratar dos problemas de emissão de moeda e crédito, Távora retoma a questão, se queixando de que o setor agrícola era desprivilegiado nas concessões de empréstimo e subsídios. Em *Produção para o Brasil* (TÁVORA, 1956), o autor chega a usar o termo “reforma agrária” (Idem, p. 45) para este conjunto de medidas. Entretanto, ele não dá ao termo o sentido de divisão ou de redistribuição de terras que costumava ter no debate político. Ele a toma como o aumento da estrutura produtiva do campo e “reeducação psicológica dos trabalhadores rurais” (Ibidem, p. 45) para que produzam mais e melhor e com isso aumentem seu padrão de vida. No mesmo livro, o autor cita Alberto Torres para advogar que seria destino do Brasil, dado por Deus, que o Brasil fosse um país com vocação agrícola (Ibidem, p. 62)

Sobre os demais pontos que constituem as componentes econômicas do desenvolvimento para Juarez Távora, é pertinente ressaltar uma característica do pensamento periférico (LYNCH, 2016): nas duas obras o autor sempre constrói seus juízos sobre ineficiência a partir de dados de outros países, principalmente os da Europa Ocidental e dos EUA. Quando quer enfatizar que algum aspecto no Brasil está muito ruim, compara-o a países da América Latina, provavelmente por considerá-los no mesmo estágio de desenvolvimento. Ele tem como ponto frequente que o Brasil poderia ser igual aos primeiros e melhor que os segundos, desde que fosse levado a frente um projeto de desenvolvimento que aproveitasse estas potencialidades nacionais por ele desvendadas. Em seu juízo, a situação da nossa economia é problemática, o que se demonstraria pelo fato de a renda nacional per capita ser metade da dos argentinos e oito vezes menor que a dos EUA.

Ainda na questão da circulação econômica, o autor mostra adesão relativa ao pensamento fiscalista e de liberalismo econômico em modelo neoclássico, que caracteriza alguns quadros próximo à UDN, como Eugênio Gudín. Para ele, a interferência do Estado atrapalha o funcionamento da economia, portanto a circulação de mercadoria deveria ser livre:

A circulação econômica é precária, em consequência de circunstâncias de espaço e dispersão populacional, agravadas pelas deficiências dos transportes, de entraves fiscais (a começar pelos que estorvam o livre trânsito de mercadorias de uns Estados para os outros); e, ainda, de medidas coercitivas do governo, ligadas à limitação dos preços de venda nos mercados de consumo. (TÁVORA, 1962, p.53)

#### 4.4 O papel do Estado no processo de desenvolvimento

Tanto Humberto Castello Branco quanto Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva apresentam desconfianças sobre o funcionamento do sistema político a partir de um modelo de democracia liberal tal como ela se apresentava naquele contexto. No entanto, essa descrença não se estende para o papel do Estado como ator fundamental do processo de desenvolvimento. Logo na introdução de seu livro, Golbery ressalta que os Estados são os verdadeiros protagonistas no cenário internacional e, dentro deles, suas elites dirigentes. Só elas teriam a capacidade de fazer com que o povo entendesse seus anseios e verdadeiros interesses, que se confundiriam aos próprios interesses nacionais. É nesta linha argumentativa que o autor faz uso do conceito de desenvolvimento:

Entre esses objetivos, é evidente, caba posição de relevo aos que dizem respeito à persistência de todo o grupo social, do Estado e da Nação como tais – isto é, à sua sobrevivência no espaço e no tempo, sua autonomia em relação aos demais e o próprio desenvolvimento econômico e social, já que, para as sociedades humanas, assim como para todos os organismos de maior ou menor complexidade, a estagnação é a morte (SILVA, 1981, p. 11)

Cada Estado seria animado por seus próprios objetivos nacionais, que deveriam ser perseguidos a fim de se destacarem no cenário internacional. Quando o conflito de interesses distintos chegasse a um ponto de não serem negociados por via diplomática, a guerra seria o resultado esperado. Contudo, o autor chama atenção em seu tempo para um novo modelo de guerra, na qual os avanços tecnológicos teriam produzido capacidade destrutiva nunca presenciada na experiência humana, de modo que restaria às nações se prepararem para ela. Em tal cenário, seria necessário que o Brasil maximizasse o seu poder nacional.

Partindo também de distinção presente nas análises de Michael Freeden (2006), advogamos que tanto Golbery do Couto e Silva quanto os outros autores aqui analisados eram conservadores, mas não reacionários<sup>74</sup>. Isto porque, diferente da primeira modalidade de pensamento político, a segunda é avessa ao progresso e almeja um retorno ao estado de coisas de um período eleito como ideal. Exemplo de reacionarismo seria a postura de pensadores tais como Louis de Bonald e Joseph de Maistre frente às mudanças ocorridas na França pós-

---

<sup>74</sup> Naquele contexto histórico, alguns exemplos de intelectuais que podem ser interpretados como tendo um pensamento político reacionário são Gustavo Corção, Gustavo Barroso, Otávio de Faria e Plínio Salgado, os quais citamos aqui a fim de ilustração da diferença com os conservadores estudados no capítulo. Nenhum deles foi inserido no escopo do trabalho porque a própria ideia de desenvolvimento é incompatível com o seu estilo de pensamento, crítico do progresso.

revolucionária. Para eles, o Antigo Regime teria um conjunto de relação entre as hierarquias sociais e a soberania real que, além de serem melhores, deveriam ser perenes e, portanto, restauradas (CASSIMIRO, 2020).

Golbery do Couto e Silva não é reacionário, pois ele aceita a mudança, mas quer dirigi-la, preservando o que julga fundamental para a manutenção das tradições enraizadas no ordenamento social. Existe na obra certa concepção de progresso que é valorizada. Para ele, a industrialização teria quebrado com o padrão percebido desde Oliveira Vianna de um tipo de organização social derivada do estabelecimento dos latifúndios. A ruptura com estas estruturas precisaria ser levada em frente para libertar o país:

Mas, no que mais importa, esse desenvolvimento pela industrialização faz renunciar, afinal, uma libertação mais efetiva em relação aos grandes centros externos, motores do dinamismo econômico mundial, e implicará, em benefício da unidade e da coesão nacionais, na articulação cada vez mais sólida das diversas porções do amplo domínio, mesmo as mais distantes ou mais excêntricas, a núcleos propulsores radicados no próprio território e, sobretudo, orientados por genuínos propósitos nacionais. (SILVA, 1981, p. 72)

A diferença entre o equacionamento conservador da questão do progresso quando comparado ao reacionário fica clara em trecho de palestra dada em 1963 por Humberto Castello Branco. Comentando o papel do exército, o autor deixa claro que a mudança no decorrer do tempo é percebida por ele como algo natural na história. Desde que bem conduzida para não causar desvios, ela pode inclusive ser positiva, pois gera uma evolução desejável para as instituições políticas e para a soberania nacional:

A estrutura tem que estar sempre adequada às mutáveis necessidades militares do País, para o exército bem possa, com atualidade, cumprir sua destinação e mesmo para resistir às tentativas de desvios de organizações e mentalidade. Ela é permanente e nacional dentro das instituições políticas e, portanto, com estas evolui, para garantia delas e da soberania nacional. (CASTELLO BRANCO, 1968, p. 300)

Na mesma chave conservadora, mas não reacionária, faz-se o pensamento sobre a ação do Estado para o desenvolvimento de Juarez Távora. Ele compartilha com Golbery e com Castello Branco uma visão deveras ampliada da ação do poder executivo, assim como dá protagonismo para as elites políticas como gestoras do processo de desenvolvimento. Como já apresentamos aqui ao tratar das similaridades deste autor com Oliveira Vianna, Távora considerava que um regime democrático representativo baseado em eleições encontrava percalços no Brasil, pois o sufrágio seria corrompido por fraudes e por recursos de manipulação



que afastam os eleitores de suas verdadeiras preferências. Para ele, o povo é elemento manipulado e/ ou ignorante, cujo voto não consegue ser expressão de sua vontade. Tentando desenvolver uma retórica compreensiva com os setores populares, o autor responsabiliza as elites pela democracia não conseguir se realizar em território nacional. A classe política fraudaria e manipularia o processo enquanto “[...] o povo-massa, que apenas se submete a essas manobras, por medo, por necessidade, ou por ignorância” (TÁVORA, 1962, p. 55) seria uma vítima. Em seus termos, o regime representativo democrático seria mais teórico do que prático, pois não haveria lisura nas eleições e nem capacidade verdadeira de escolha.

Como consequência do juízo negativo sobre as elites, Távora é igualmente crítico do poder Legislativo, que ao invés de deliberar sobre o essencial para o bem comum visaria construir leis que atendessem aos seus interesses facciosos ou pessoais. A solução seria “[...] um corpo de consultores capaz de, em ligação com os órgãos especializados do Executivo, orientar as Comissões legislativas sobre a normação de assuntos técnicos [...]” (TÁVORA, 1962, p. 56). Mantendo a tradição do autoritarismo instrumental herdada do despotismo esclarecido português (SANTOS, 2017; LYNCH, 2013), o autor defende que o executivo deve interferir diretamente no legislativo, a fim de gerar progresso social e econômico.

Seguindo esta linha argumentativa, o autor mais uma vez se aproxima de interpretação produzida por Oliveira Viana, quando afirma que a presença de um espírito de clã (VIANNA, 1952) seria a razão de sermos um país atrasado – ou, em seus termos, subdesenvolvido – cujas elites são incapazes de fazer política pública pensando no interesse geral da nação:

Tanto quanto o Legislativo, é o nosso Executivo levado-sobretudo pela grande soma de arbítrio de que dispõe – a encaminhar ao Congresso anteprojetos de lei pouco adequados à realização do bem comum, dentro dos limitados recursos de que dispomos; ou a executar leis votadas pelo Congresso, dentro de um acanhado espírito de grei partidária, ou de clã familiar-que são um lugar-comum de todas as nações politicamente subdesenvolvidas. (TÁVORA, 1962, p. 56)

Apesar de defender uma centralização administrativa que controlasse as decisões políticas, Távora não é adepto de um funcionalismo inflado e nem de regime econômico baseado em protagonismo do setor público. O problema principal levantado por ele é que, por culpa do sistema político, não é possível fazer política de forma racional e impessoal. Uma das expressões disto seria a criação excessiva de cargos, frequentemente desnecessários, e sem controle de seu funcionamento, nem na etapa de admissão, nem na de promoção. Tal fato produziria “[...] uma das portas abertas ao eleitoralismo [...]” (TÁVORA, 1962, p. 57) e geraria

uma máquina pública corrupta e ineficiente tanto em sua ação quanto na distribuição de pessoal e cargos.

O discurso sobre instituições políticas feito pelo autor junta características do liberalismo econômico – pela ênfase no empreendimento individual e na ação da iniciativa privada – com a submissão da política à técnica, o que aparece na própria definição de “política objetiva” que tratamos anteriormente. Nesta ideia, a política deve ser pensada impessoalmente e racionalmente por uma elite técnica e especializada e, em etapa seguinte, aplicada pelos órgãos criados especialmente para isto. A coordenação vinda de cima deveria atuar a partir de um “[...] *órgão de natureza federativa especial* capaz de harmonizar, de um lado, dentro de cada esfera político-administrativa, a ação dos poderes Legislativo e Executivo, e de outro lado, ordenar, coordenar e até certo ponto controlar” (TÁVORA, 1962, p. 62, grifos do autor) sua ação, que deveria, inclusive, delegar para a iniciativa privada atividades que não teriam razão de ser efetuadas pelo poder público. O projeto de reforma institucional do autor dá papel muito pequeno para as demais instituições no processo de elaboração das políticas públicas. O órgão de natureza especial por ele advogado parece espécie de híbrido entre um poder moderador e certa recepção do despotismo esclarecido em novos arranjos institucionais de sociedade do pós-guerra, cujo fim é o desenvolvimento em marcos vistos como impossíveis dentro de um regime aberto.

O diagnóstico de decadência moral das elites nacionais também está presente em conferência proferida em 19 de setembro de 1955 por Humberto Castello Branco, cujo título é “Os meios militares para a recuperação moral do país” (CASTELLO BRANCO, 1968, p. 271). Em texto com tom de desafogo, o militar afirma que as elites nacionais decaíram e levaram consigo parte da classe média. Ele lamenta que justamente quem deveria servir de exemplo é a causa da corrupção nacional. Esta ausência de liderança teria consequências graves para o povo, que teria suas reivindicações colocadas em segundo plano em detrimento das exigências dos grupos aos quais as elites estariam ligadas. Inspirado pela mesma percepção que Oliveira Vianna (1952) e Juarez Távora, Castello Branco atribui a decadência moral da Nação ao fato de as elites representarem “[...] interesses de limitados setores ou de camarilhas” (Idem).

A maneira de resolver o problema também seria similar: o método de seleção das elites deveria ser aperfeiçoado, de modo que o interesse nacional fosse prioritário. Em conferência dada no Fórum Roberto Simonsen entre abril e maio de 1962, Castello Branco chegou a admitir que o poder constituído poderia inclusive ser retirado desta função se ele não atendesse ao “bem-estar geral” (CASTELLO BRANCO, 1968, p. 194), pois ao ir contra o interesse geral em nome de um interesse pessoal, as elites perderiam sua legitimidade. Mesmo com esta ressalva,

na conferência o autor evidencia que compartilha de uma visão nacionalista e conservadora que pressupõe a formação de elites e a existência de hierarquias sociais como naturais e desejáveis (VINCENT, 2013). Para sedimentar esta ontologia, ele faz uso da passagem bíblica “Dai a César o que é de César” para afirmar a separação de poder temporal e espiritual e advogar que “todo homem deve sujeitar-se às autoridades legítimas.” (Idem, p. 192). Seu desconforto não é com a existência de elites ou hierarquias em si, mas com o estado em que as elites se encontravam. O que era necessário era seu aperfeiçoamento para que cumprissem corretamente sua função de grupo esclarecido que exerce o poder e encaminha a comunidade política para o seu progresso.

#### **4.5 Cooperação internacional com os EUA e Segurança nacional como problemas econômicos, políticos e culturais**

Como já sinalizamos na primeira parte deste trabalho, é elemento comum aos militares que aderiram ao golpe de 1964 a ideia de que o comunismo representaria um inimigo a ser enfrentado tanto no plano externo quanto interno. Nos anos da ditadura, os militares realizaram este combate pelo uso da Doutrina de Segurança Nacional, tema já estudado pela ciência política e pela historiografia (REZNIK, 2000; FICO, 2001). Tentaremos explorar aqui, como Humberto Castello Branco, Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva articulam esta dimensão dentro do seu nacionalismo conservador e do seu projeto de desenvolvimento. Nesta associação discursiva não só aspectos econômicos, mas também culturais são levados em conta. Partindo de visão objetivista da nação definida por um conceito estático de cultura, eles compreendem que o Brasil é um país ocidental e cristão e, por isso, com maiores afinidades com os Estados Unidos. Paralelamente, qualquer doutrina que negasse estes princípios seria necessariamente uma ameaça às tradições que caracterizariam a Brasil – tal qual eles entendem que o comunismo soviético queria fazer.

Nestes três autores, a aversão ao comunismo como doutrina exógena é acompanhada de afinidades com a aproximação aos Estados Unidos da América. Em clima de Guerra Fria, a escolha da potência americana como aliado na luta contra o comunismo não é algo a se estranhar. Dentre eles, Humberto Castello Branco destaca-se como defensor da proximidade com os EUA. Para ele, o país representaria um enquadramento democrático para a questão do desenvolvimento e expressão de um modelo de nacionalismo a ser perseguido, visto que seria uma modalidade pacífica desta ideologia necessária para superarmos nosso atraso. Por outro lado, o nacionalismo de tipo soviético seria o simétrico oposto, baseado no conflito e na divisão

dos grupos que compõem a nação (ente que sua doutrina visaria, a médio prazo, destruir). Em suas palavras:

O nacionalismo norte-americano consiste em conservar intacto o patrimônio nacional e tem ainda o sentido de jogar decisivamente o poder nacional, junto ao de outros sempre é possível, em qualquer parte do mundo, primeiro para manter a sua autodeterminação, depois, para salvaguardar os princípios democráticos ocidentais.

O nacionalismo soviético é uma força imperialista que quer impor um regime e que já assimila economias de outros países. (CASTELLO BRANCO, 1968, p. 201)

Em um enquadramento conservador do nacionalismo (VINCENT, 2013) o temor que o comunismo soviético representa para Castello Branco tem como um dos fatores principais o internacionalismo da doutrina e sua divisão da sociedade em classes. Para ele, o comunismo seria incompatível com o desenvolvimento adequado da América Latina. Tendo em vista que ele almeja o seu modelo de revolução do proletariado em escala mundial, a independência política e econômica dos povos seria uma barreira para seus objetivos. Ao tratar do caso da Iugoslávia, o militar a classifica como um entrave para o comunismo internacionalista, porém, sua reivindicação de “comunismo nacional” (CASTELLO BRANCO, 1968, p. 200), embora soasse atraente para países subdesenvolvidos como o Brasil, não poderia se concretizar sem apoio internacional soviético, do qual, inclusive, o país do leste europeu mantém-se próximo ideologicamente. Em discurso típico de disputas ideológicas por conceito (FREEDEN, 2006), o autor interpreta o comunismo nacional como um nacionalismo que não é de verdade. Tendo em vista os critérios conservadores aos quais Castello Branco se filia, uma doutrina que prega o conflito entre grupos que compõem um mesmo país e usam o discurso nacionalista apenas como instrumento de ocasião contra o que eles julgariam ser o imperialismo norte-americano não poderia sê-lo de fato. Ele julga perigosa esta associação, visto que o interesse nacional em jogo para os partidos comunistas seria o interesse soviético e não o de seu próprio país. Com isso, a URSS se mostraria adversária do “[...] nacionalismo legítimo das nações soberanas” (CASTELLO BRANCO, 1968, p.200).

Em palestra realizada na Escola do Comando de Estado-Maior do Exército no dia 15 de dezembro de 1961, cujo título era “O dever militar em face da luta ideológica”, o quadro do Comando do Estado-maior parece ainda mais preocupado com a questão. Partindo de uma diferenciação entre dois regimes existentes na modernidade – a democracia e o totalitarismo – ele define o primeiro como um esforço de conciliar bem-estar e liberdade e o segundo como uma ideologia que pretende a absorção do indivíduo pelo Estado, em um modelo de ditadura

com partido único que suprime qualquer forma de liberdade em nome de uma suposta igualdade.

Logo em seguida no texto, o autor passa a associar os regimes com nações. Enquanto a democracia teria como principal representante os Estados Unidos da América, o comunismo – que ele passa no texto a usar como sinônimo de totalitarismo – se corporificaria na União Soviética. Esta ameaça vinda de fora do Ocidente estaria escalando seu conflito com os EUA e se infiltrando no território de diversos países – como o seu próprio – não só pelas células partidárias, mas também pelas universidades e demais meios intelectuais (CASTELLO BRANCO, 1968, p. 216). Em sua leitura, o comunista brasileiro seria um inimigo externo, disfarçado de membro da nação e que deve ser combatido na guerra mundial que estaria se escalando. Tratando-se de conflito bélico, o exército teria o dever de intervir como guardião da democracia e cumprir sua função de manter a paz contra a ameaça totalitária externa.

Na palestra realizada durante o encerramento do curso para guerra revolucionária, enquanto Castello Branco era chefe do Estado-Maior do exército, em 9 de dezembro de 1963, ele enfatiza a importância d’ “Ação educativa contra a guerra revolucionária” (Idem, p. 224). A educação teria a função de levar ao entendimento militar e civil a importância da guerra contra o comunismo, que para ele “Deve ser tratada como uma hipótese de guerra e como um conflito que tem implicações de salvação nacional.” (Ibidem, p. 224). Ele se preocupa no texto que o Brasil não estava passando por uma evolução ordenada que encaminhasse o seu desenvolvimento e, por isso, os setores populares estariam cada vez mais se deixando seduzir pelo comunismo. Os “democratas” precisariam não só combater o comunismo, mas encaminhar a evolução da Nação, com melhoria do padrão de vida. Por isso, caberia tomar as rédeas do processo desenvolvimento que as elites políticas se demonstravam incapazes de encaminhar.

Também Juarez Távora, quando trata dos temas que compõem o potencial nacional, não exclui fatores educacionais e culturais como importantes. Para ele, a cultura é um dado a ser tratado e operacionalizado politicamente para o desenvolvimento. As lideranças teriam um papel fundamental, de consolidar no seu povo a confiança em um projeto nacional em direção a um futuro melhor:

Decorrem esses fatores do caráter do povo e de circunstâncias internas, geralmente condicionadas à ação do governo, que lhe despertem confiança em si mesmo e uma visão otimista das perspectivas que se lhe abrirão sobre o futuro. Essa confiança e esse otimismo condicionam o que se chama ‘moral nacional’. (TÁVORA, 1962, p. 25)

A interpretação do Brasil feito por Távora se insere na chave da ideologia conservadora analisada por Mannheim (1981) e Freedon (2006). O autor afirma que o Brasil é “[...] um povo

moral e psicologicamente unido” (TÁVORA, 1962, p. 27) e que isto seria produto da unidade linguística, da religião e da ausência de preconceitos de raça e de casta, que segundo ele são características que deveriam ser preservadas. Assim como é observável desde os clássicos desta ideologia, o recurso à história aparece nos vários eventos que são mobilizados como exemplos da permanência desse espírito nacional e da identificação do povo com suas elites. Távora cita desde a colônia, passando pela independência, abdicação do Imperador, abolição da escravidão, Proclamação da República e “a implantação e extirpação da Ditadura ‘Estadonovista’” (TÁVORA, 1962, p. 27), à qual, como membro da UDN, o autor não era simpático.

No entanto, em seu tempo, esta moral nacional estaria ameaçada pela “[...] falta de ação estimulante (e, mesmo, preservadora) do governo, de um lado, e, de outro lado, o relaxamento moral de parte considerável de nossa elite, e a campanha sistemática de desmoralização das instituições democráticas por agentes totalitários [...]”. (TÁVORA, 1962, p. 28). Ou seja, tanto a ação corrompida das elites da República de 1946 quanto a infiltração de ideologias totalitárias (que naquele contexto dificilmente poderia ser outra que não o comunismo) ameaçavam o sentimento de pertencimento do brasileiro à sua nação. Neste plano, a solução seria a “[...] ação estimulante do governo” (TÁVORA, 1962, p. 29), que deveria combater a infiltração destas ideias com “[...] propaganda dissolvente dos agentes totalitários” (Idem). O autor propõe também que seja estabelecido o ensino de moral e cívica<sup>75</sup> nas escolas, de modo a garantir que a reprodução do sentimento de pertencimento nacional no povo.

Já no plano externo, caberia o controle da questão a dois corpos de funcionários públicos, os da diplomacia e os das Forças Armadas – que deveriam agir no caso da primeira vir a falhar. Távora tem nesta questão posição diferente da que aplica ao plano doméstico. Tendo em vista os movimentos de descolonização que estavam ocorrendo na África e na Ásia, ele defende apoio a estes países e postura de neutralidade na Guerra Fria, tendo como critério de decisão o interesse nacional:

Tem-nos faltado, entretanto, nestes últimos anos, um comando objetivo e firme de nossas atividades diplomáticas, visando, coerente e persistentemente, à conquista e à salvaguarda de objetivos nacionais essenciais—sem perplexidades diante das disputas ideológicas que dividem o Oriente e o Ocidente; e prestando decidido apoio aos irredentismos nacionais que sacodem os povos da Ásia e da África, longamente subjugados pelo colonialismo ocidental” (TÁVORA, 1962, p. 58).

---

<sup>75</sup> Esta disciplina foi de fato inserida nos currículos escolares, a partir do decreto-lei 869/69 de 12 de setembro de 1969.

Embora na política internacional o autor advogue por postura neutra na guerra fria, isto não ocorre de modo equidistante entre as duas potências. Para Távora, afinidades culturais, falta de poupança e capacidade de investimento fazem com que seja desejável a aliança econômica com os EUA em grau muito maior do que com o bloco soviético. Em outro livro, ele chega a se dedicar longamente à questão. Durante a campanha “o Petróleo é nosso”, Juarez Távora destacou-se como figura incisivamente contrária ao monopólio estatal de sua exploração. Em 1954, ele publicou *Petróleo para o Brasil* (TÁVORA, 1955), no qual reunia textos seus sobre a questão, escritos desde 1947. A tônica do texto é que ao não permitir exploração estrangeira do recurso, o Brasil atrasava o seu processo de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que perdia um parceiro político e econômico estratégico para o país.

Mantendo o seu pressuposto metodológico de buscar uma análise objetiva da política, Távora afirma que deste ponto de vista percebe-se que o Estado brasileiro não tem pessoal técnico, nem capacidade de, em pouco tempo, resolver a questão da exploração e refino do petróleo. Para ele, compreender que a exploração da *commodity* não poderia ser feita apenas pelo setor público não entrava em conflito com o seu nacionalismo. Ao contrário, em sua obra dedicada a esta questão, ele se ocupa de vincular ambos.

A obra se inicia com referência a Alberto Torres, que Juarez Távora julga “o mais objetivo dos nossos pensadores políticos” (TÁVORA, 1955, p. 11). A partir deste autor ele afirma que os povos sul-americanos teriam sido assaltados e saqueados pelo colonialismo ao longo de toda sua história econômica. Na Primeira República, a “[...]a ganância dos proprietários de solo” (Idem, p. 14) tornou a indústria brasileira insignificante<sup>76</sup>. Durante aquele regime, entregou-se ao dono de terras a propriedade conexas do subsolo e de suas riquezas, as entregando para este espírito egoísta (ibidem, p.18). Em crítica indireta ao federalismo, o autor afirma que a legislação estadual sobre a matéria era confusa e não havia regulamentação nacional da questão, deixando os estados livres para gerir a questão de forma desorganizada.

A Revolução de 1930 é posta pelo autor como uma “[...] reação contra esse deplorável estado de coisas.” (TÁVORA, 1955, p. 19). Ela centralizou a legislação sobre a questão e tomou medidas de proteção para as riquezas nacionais. Com a Constituição de 1937, criou-se o Conselho Nacional do Petróleo, pelo decreto-lei n. 395 de 1938. O problema que se derivou daí em diante se deu pela “[...] intransigência nacionalista, e a tendência à socialização

---

<sup>76</sup> Esse discurso de valorização da indústria é incoerente com seu agrarismo presente em *Uma política de desenvolvimento para o Brasil*, publicado em 1962 e escrito entre 1959 e 1961. Isso se explica pelo fato de o texto original que compõe o primeiro capítulo de *Petróleo para o Brasil* ter sido escrito em 1947. Imaginamos que a vivência política dos anos seguintes o fez mudar de posição.

compulsória” (Idem), cujo maior exemplo era o estabelecimento das jazidas de petróleo do Recôncavo baiano como reserva nacional, estabelecida pelo decreto-lei 3701 de 1939.

A Legislação da Constituição de 1946 teria mantido o mesmo conjunto de regras que fora estabelecido com o Código de Minas de 1934, com a diferença que dá prioridade ao proprietário do solo na exploração do subsolo. Tratando-se especificamente da questão do petróleo seria necessário esboçar uma “solução objetiva” para o problema que harmonizasse o interesse nacional com os recursos que só o capital privado poderia fornecer. Com viés pragmático, o autor entendia que o fundamental era garantir os objetivos nacionais para levar a cabo o processo de desenvolvimento nacional. O primeiro deles seria o de suprir necessidade de consumo interno rapidamente e com preços que atendessem à população. Atingir esta meta seria, para ele, importante sobretudo para a segurança nacional, seja para conter ameaças internas seja no caso de conflito bélico internacional.

O segundo objetivo seria o de exportar petróleo a fim de suprir a demanda de países vizinhos que fossem aliados do Brasil. Neste ponto, o autor explicita que o principal alvo seria os EUA, além de ser um aliado importante na segurança das Américas, “[...] nossos irmãos do continente [...]” (TÁVORA, 1955, p. 83) dispunham de capital, maquinário e pessoal técnico especializado, que o Brasil não tinha disponível a tempo de fazer sua exploração do petróleo dentro dos prazos exigidos para a necessidade de desenvolvimento nacional.

O autor lamenta que “O comércio mundial de petróleo não se faz hoje, infelizmente, à base da livre competição.” (TÁVORA, 1955, p. 63 e 64). No entanto, ele separa analiticamente o interesse nacional norte-americano do interesse das empresas com sede no país, sendo antagonista das segundas, a partir da crítica à depredação econômica do Sul que ele recepcionou de Alberto Torres. Juarez Távora chega a citar a Standard Oil e a Shell como empresas que detém monopólio e impedem a livre-concorrência. Para ele, os trustes são predadores que pressionam a política externa e a diplomacia das grandes potências, por uma “ambição desenfreada de lucro” (Idem, p. 65).

Para solucionar este problema, ele advoga por uma separação entre uma postura nacionalista rígida e outra de fundo racional e frio (portanto, “realista”), da qual ele faria parte. Embora Távora tivesse uma posição conciliável com a de alguns liberais – como Roberto Campos e Hélio Jaguaribe – sobre a questão, ela era diversa e construída por outra via e outro conjunto de preocupações. Nosso autor não era um liberal cosmopolita entusiasta do mercado, mas um nacionalista conservador e de fundo pragmático, que tentava operacionalizar conceitos de tática militar para a política econômica. A “acomodação dos interesses nacionais e estrangeiros” seria o “ponto crucial da questão” (Ibidem, p. 106).



O Brasil teria problemas estruturais, tais como dificuldade técnicas e financeiras que o impediam de em um primeiro momento gerir unicamente pelo seu Estado-nacional a exploração do seu petróleo. O país não disporia de mapa de seu subsolo bem traçado, sofria de doenças endêmicas em locais de potencial exploração, nem disporia de uma economia desenvolvida o suficiente para investir capital na área. O funcionalismo seria igualmente ineficiente, com baixo nível médio de produção e refém de favoritismos nas promoções, sem espírito de esforço individual, (TÁVORA, 1955, p. 76). Por conta destas questões, a iniciativa privada brasileira seria bem mais eficiente que o setor público em sua produtividade industrial (Idem, p. 77). Por esse conjunto de questões e pelo fato de que os EUA também não conseguiriam produzir sozinhos para sua demanda interna de petróleo, o Brasil precisa contar inicialmente com ajuda de Capital estrangeiro.

Em resposta às críticas de que esta postura seria entreguista, o autor chama a rejeição de cooperação com países americanos de solução “jacobinista” (TÁVORA, 1955, p. 90). Caberia ao Brasil aceitar o auxílio no atendimento à demanda dos países americanos (sobretudo os EUA) com os excedentes de sua produção de petróleo não absorvidos domesticamente. Em contrapartida, os EUA teriam de disponibilizar capital, equipamentos e pessoal técnico para a exploração do petróleo. Isso deveria ser feito “sem imposições imperialista, nem espoliações monopolistas” (Idem, p. 90)

Ponto fundamental que o autor não deixa de enfatizar é que o Brasil deve se preparar “[...] técnica e financeiramente para, na primeira oportunidade, nacionalizar a indústria petrolífera do País.” (Ibidem, p. 94). Juarez Távora não defende a presença de capital externo estrangeiro na exploração do petróleo nacional como permanente. Ao contrário, esta postura deve ser adotada apenas como uma estratégia para garantir que o país possa em médio prazo ter recursos e pessoal técnico próprio para gerir sozinho este recurso precioso. Por conta disto, ele inclui a ressalva de que o capital estrangeiro deveria estar obrigado a empregar um mínimo inicial e depois 2/3 de seu pessoal com técnicos e empregados brasileiros (TÁVORA, 1955, p. 109).

Assim, o autor é contrário ao monopólio estatal do petróleo, embora considere que o Estado possa continuar operando na questão, mantendo sua estrutura, de pesquisa, extração e industrialização do petróleo. Já a iniciativa privada nacional deve participar da empreitada e com isso ter a chance de aumentar sua capacidade de investimento e inovação. (TÁVORA, 1955, p. 110 e 111). Como apresentamos acima, a presença de capital internacional é vista como

meio para atingir um fim, que é o desenvolvimento nacional. O enriquecimento de grandes corporações, para ele, era um mal a ser evitado. Voltando a referenciar Alberto Torres, Távora afirma que o domínio de suas riquezas é condição necessária para a Nação ser livre:

Ao encerrar estas considerações volto a citar dois conceitos de Alberto Torres sobre a nossa desorganização econômica: “Uma nação pode ser livre, ainda que bárbara, sem garantias jurídicas; não pode ser livre, entretanto, sem o domínio de suas fontes de riqueza, dos seus meios de nutrição, das obras vivas de sua indústria e do seu comércio”,

Toda nossa aparente vitalidade consta de extração de produtos e de limitado esforço de exploração extensiva, com que saqueamos a terra, enquanto o comércio, o trabalho estrangeiro e o crédito de usura drenam, em capitais, para o exterior, quase tudo o que se apura dessa brutal destruição”. (TÁVORA, 1955, p. 45 e 46)

Humberto Castello Branco tinha visão similar sobre a questão. O quadro do Comando do Estado-maior do exército entendia que o petróleo deveria ter no Estado seu braço principal, no entanto a iniciativa privada nacional e estrangeira era bem-vinda na empreitada. Para ele, bastaria ter um olhar realista para o assunto e se perceberia que se fosse deixado apenas para o livre capital, a exploração de minérios e de recursos energéticos retirados de solo brasileiro seriam reféns de grandes trustes internacionais. O capital estrangeiro seria representante do interesse nacional de outros países, portanto, não poderia se comprometer com o “[...] imperativo do desenvolvimento nacional” (CASTELLO BRANCO, 1968, p. 206) entrando “[...] em choque com a ideia nacional de superação do atraso” (Idem, p. 207) cujo objetivo maior era “[...] que o país deve evoluir metodicamente, da situação de subdesenvolvido para a de desenvolvido.” (Ibidem).

Todavia, também não era desejoso que o Brasil mantivesse o monopólio estatal do petróleo, afinal “O nacionalismo econômico não pode ser suicida, hostil à colaboração estrangeira em capitais e técnicos, nem isolar-se da economia internacional” (CASTELLO BRANCO, 1968, p. 207). O que o autor defendia era que a exploração do petróleo e de demais recursos energéticos eram um primado fundamental para a atingir o desenvolvimento nacional e que, por isso, deveriam ter no Estado o seu ente planejador. A iniciativa privada deveria entrar como braço auxiliar, cuja liberdade de ação deveria ser limitada pelo planejamento estatal, mas que dispunha de capital e recursos técnicos cujo Brasil não poderia recusar. Além disso, no caso do capital internacional, a proibição de sua operação em nosso país conflitaria com o ideal de cooperação entre os povos ocidentais e democráticos que Castello Branco afirmava defender.

Diferentemente do que ocorre nos trabalhos de Castello Branco e Juarez Távora, o plano internacional não é só mais um tema a ser tratado, mas componente epistemológico de toda a

obra de Golbery. Em sua visão, a afirmação do Brasil enquanto nação se faz em um plano mundial no qual outros países fazem o mesmo, gerando conflito a ser resolvido por via bélica ou diplomática. Em período de Guerra Fria, características geopolíticas do Brasil (como a posição do Nordeste de quase monopólio do Atlântico Sul, reservas de manganês e embocadura amazônica) indicariam a necessidade de seu alinhamento com os EUA. Ele também justifica esta política externa se baseando em uma suposta tradição histórica de amizade entre os países e pelo fato de que ambos estariam comprometidos na defesa dos ideais da civilização cristã. Ponto benéfico deste alinhamento seria ter a potência do Norte como aliada contra a possível invasão da União Soviética pelo Atlântico Sul, deixando o Brasil refém de um “[...] imperialismo de origem exótica” (SILVA, 1981, p. 52).

Tendo como ponto de partida esta análise das relações internacionais, o intelectual da ESG afirma que o progresso da técnica e da industrialização estaria acentuando as diferenças entre os países, criando uma relação análoga à feudal, com Estados-barões e seus vassalos. A disputa se daria a partir daí por um conceito ampliado de guerra, que para além de seu sentido militar agora também seria econômica, política e científica. A este conceito seria preciso responder com um outro, de estratégia, igualmente total. Neste cenário, os Estados subdesenvolvidos deveriam reconhecer as imposições externas como base do seu Planejamento, a fim de explorar as potencialidades de seus territórios. Do contrário, sua liberdade e sua segurança estariam ameaçadas. A chave para o modelo de desenvolvimento do Brasil deveria ser, então, o conceito de Segurança Nacional:

Resulta daí haver o conceito de Segurança Nacional, entendido – é claro – na sua mais ampla e ativa acepção, permeado aos poucos o domínio todo da política estatal, condicionando quando não promovendo ou determinando todo e qualquer planejamento, seja de ordem econômica, seja de natureza social ou política, para não falar dos planos propriamente militares, tanto de guerra quanto de paz. (SILVA, 1981, p. 23)

Ao tratar das linhas da geopolítica brasileira o autor enfatiza a existência de uma tradição nacional que demonstra o seu culturalismo conservador. Nesta narrativa desde a colônia, graças ao realismo na ação política da Coroa portuguesa, o Brasil manteve sua unidade territorial. A partir daí, começaria a ter se estabelecido “[...] uma identidade luso-brasileira”, que carregaria um “sentimento de uma genuína identidade cultural com o mundo latino e católico além-mar” (SILVA, 1981, p. 70). Também surgiria daí um espírito panamericano, baseado em uma unidade continental ameaçada constantemente por perigos externos.

Em sua época, o autor enxergava como em curso no nosso país um processo equivalente ao de uma revolução burguesa, com tomada de consciência política das massas e substituição da classe dominante do senhor de engenho para a burguesia industrial. O crescimento de ideias nacionalistas, mesmo que com distorções, demonstraria um “enrijecimento benéfico da estrutura psicossocial da Nação.” (SILVA, 1981, p. 73). Para dar sentido a este movimento e mantê-lo de forma ordenada, seria preciso fixar a partir de nossa História os objetivos nacionais permanentes do Brasil. Os principais deles seriam a manutenção da unidade política do país, cooperação com os EUA e com a América Latina, manutenção de valores cristãos e projeção do país no cenário internacional.

A maior ameaça para concretização destes objetivos se daria pela invasão do eixo comunista Moscou-Pequim pelo Atlântico-Sul. Para impedir este suposto atentado, o Brasil precisaria cooperar para impedir o avanço comunista na África, pois ela seria fronteira via Oceano. No capítulo sobre “Aspectos geopolíticos do Brasil”, que data de 1960, Golbery Silva parece ainda mais radicalizado sobre este tema. Esta inflexão provavelmente tem como um de seus motivos a Revolução cubana de 1959 e seu posterior alinhamento ao Bloco soviético. Nas partes finais do livro, o medo da ameaça comunista é ainda mais latente. No capítulo intitulado “O Ocidente ameaçado”, ele parte da ideia de que existiria uma oposição mundial entre um bloco Ocidental e cristão e um bloco Oriental comunista e materialista. Esta doutrina é posta como toxina criada por Marx e Engels pela conjunção de ideais socialistas ingênuos de Fourier e Saint Simmon, teorias econômicas rudimentares de David Ricardo e a sutil dialética de Hegel. (SILVA, 1981. p. 228).

A adesão por parte da Rússia e da China a esta doutrina, conjugada com o avanço tecnológico por eles empreendido, ameaçaria a cultura ocidental. O autor teme que a América Latina, exposta a um baixíssimo padrão de vida e à instabilidade econômica, poderia se deixar seduzir pelas promessas do comunismo. Ele se aproveitaria do fato de o Ocidente ser constituído por valores democráticos para infiltrar-se com seus discursos e propagandas. A estratégia do comunismo mundial para se expandir seria a de atrair povos não-ocidentais para sua órbita ao mesmo tempo em que se infiltraria ideologicamente nos povos ocidentais (incluindo América Latina) “[...] com a sua pregação antiamericanista, anticapitalista, anticristã, materialista e demagógica.” (SILVA, 1981, p. 238). Portanto, o desenvolvimento era para Golbery mais do que objetivo nacional, ele era uma condição necessária para que a própria cultura nacional se mantivesse existindo.

Como forma de combater este avanço do inimigo político e cultural, seria necessária uma estratégia coordenada dos Estados – cada um de acordo com suas capacidades e com seus

objetivos nacionais. Qualquer postura neutra neste conflito significaria não entender que a ameaça era contra o mundo Ocidental como um todo, portanto também seria contra a Europa e a América Latina. A América do Sul é posta como região pela qual o comunismo poderia se expandir, e os EUA, como líder do Ocidente, precisariam cooperar e prestar assistência ao subcontinente.

A relação da potência do Norte com o Brasil deveria se dar pela conjugação dos interesses nacionais dos dois países. O segundo ocuparia situação de prestígio, pelo seu potencial de riquezas naturais, capital humano e pela posição geopolítica. Contudo, o baixo nível educacional e a fraqueza econômica do Brasil o exporiam à agressão comunista. Parte da estratégia de contenção deveria vir então por assistência econômica dos Estados Unidos para o seu desenvolvimento. Por sua vez, o Brasil dependeria dos Estados Unidos para o seu desenvolvimento econômico, progresso técnico, cultural e para a manutenção de sua segurança. O alinhamento com o Ocidente é uma aposta em uma via de desenvolvimento para a nação, a fim de que ela seja capaz de se realizar como tal:

O que realmente importaria, no caso, seria uma grande e inconcussa demonstração de vitalidade e poder de criação do próprio regime democrático, no rápido soerguimento de povos subdesenvolvidos a um nível elevado de bem-estar, de riqueza e de progresso. Seria patentear, aos olhos do mundo, através de uma experiência em vasta escala, indiscutível e inspiradora, que nesse regime, sem sacrifício das liberdades públicas, sem opressão da personalidade humana, sem escravização nem trabalho, forçado romper o ciclo deprimente do subdesenvolvimento econômico e levar um povo à plena realização de seus destinos históricos. (SILVA, 1981, p. 248)

Golbery do Couto e Silva não compreende apenas que o Brasil precisaria cooperar com o Ocidente, mas que ele faz parte desta cultura, centrada na razão, no homem e no aprimoramento cultural e técnico de sua experiência. Seu fundamento seria o cristianismo, que a daria liga independente da fé professada pelos indivíduos que a compõem. O autor pensa o “Ocidente como ideal, o Ocidente como propósito, o Ocidente como programa” (SILVA, 1981, p. 225), que poderia nunca vir a se realizar completamente, mas seria inspiração a perseguir. O Brasil estaria dentro deste conjunto já que seria “[...] produto de uma transplantação feliz dessa cultura do Ocidente europeu para terras quase desertas e virgens onde não havia cultura autóctone que lhe resistisse [...]” (SILVA, 1981, p. 226). O país já teria incorporado as ideias ocidentais na sua cultura e não poderia negá-las. Defendê-lo e cooperar com ele é reafirmar seus interesses nacionais.

O último texto que compõe a coletânea que reúne a atuação de Humberto Castello Branco no Comando do Estado-maior do exército o problema da Segurança Nacional recebe especial atenção. Na circular que data de 20 de março de 1964, o chefe da instituição se pronuncia sobre eventos então recentes na política nacional durante o governo João Goulart. Ele enfatiza que as Forças Armadas não serviriam propriamente para defender programas de governo e em grau menor ainda lhes serviriam como órgão de propaganda. O papel dos militares seria o de garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da lei (CASTELLO BRANCO, 1968, p. 304), que para ele estariam indo em rumo oposto à condução da política nacional. A suposta constituinte que seria necessária para levar a frente as reformas de base é interpretada por ele como um “objetivo revolucionário” que fecharia o Congresso e instituiria uma ditadura.

O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) seria especialmente preocupante para a manutenção da Segurança Nacional, pois almejaria paralisar o Brasil para produzir uma “calamidade pública” (Idem, p. 305). As forças armadas, enquanto ente patriótico e nacionalista, não poderiam ficar “[...] omissas ou caudatárias do comando da subversão” (Ibidem, p. 305), devendo assim impedir que este evento tão grave para a Nação ocorresse, visto que poria em xeque a própria democracia, que estes grupos sindicalistas e comunistas tinham por intenção derrubar. A conclusão que ele chega é que a ameaça do comunismo contra a Segurança Nacional e a democracia justificariam uma intervenção militar para garantir que o Brasil se mantivesse ligado ao seu próprio interesse nacional e não ao de Moscou. Nas suas palavras, os seus inimigos estavam mobilizando-se em uma revolução para instaurar uma ditadura, enquanto o exército seria defensor da democracia:

A insurreição é um recurso legítimo do povo. Pode-se perguntar: o povo brasileiro está pedindo ditadura militar ou civil e a Constituinte? Parece que ainda não.

Entrarem as Forças Armadas numa revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo para mandar e desmandar e mesmo para gozar o poder? Para garantir a plenitude do grupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos? Para talvez submeter a Nação ao comunismo de Moscou? Isto, sim, é que seria antipátria, antinação e antipovo.

Não. As Forças Armadas não podem traiçoar o Brasil. (CASTELLO BRANCO, 1968, p. 304)

#### **4.6 Considerações finais**

A partir do trajeto de compreender a sua inserção em contexto linguístico desenvolvimentista, em uma tradição nacionalista de pensamento político brasileiro e em uma ideologia moderna conservadora, buscamos aqui uma interpretação das obras de Humberto

Castello Branco, Golbery do Couto e Silva e de Juarez Távorá. Compreendemos que estes autores estavam inseridos de modo particular neste debate, que nos parece mais claro com os cruzamentos aqui feitos. Embora o conceito de desenvolvimento fosse polissêmico nos anos 1950 e tivesse seu conteúdo disputado pelos mais distintos atores políticos, após 1964 a via implementada se assemelha muito mais àquela dos intelectuais aqui analisados do que à de outros seus contemporâneos. Reconstituir esta disputa nos parece válido não só para compreender o que a política nacional já foi, mas o que ela pode voltar a ser.

Buscamos sinalizar no decorrer do texto que os três autores e atores políticos aqui analisados compartilhavam de um enquadramento nacionalista e conservador do conceito de desenvolvimento. Nesta visão, a Nação é vista como ente a ser preservado contra ameaças externas que a descaracterizariam – tal como o comunismo. Ao mesmo tempo, ela seria uma potência a ser explorada para engrandecer a sua comunidade política, por isso era necessário encaminhar uma política de desenvolvimento. Esta, por sua vez, seria melhor executada se feita por uma elite ilustrada, que entendesse o que constitui sua nação – como Ocidental e cristã – e fosse consciente de seu papel na hierarquia social. Animados por esta visão e temendo a escalada do conflito político, estes atores participaram do golpe de 1964 para instaurar uma ditadura que, de um lado, partilhava com o conceito antigo a ideia de manutenção da ordem contra ameaças de desestabilização, mas ao mesmo tempo inaugurava uma concepção moderna, pois era guiada por uma noção forte de progresso, entendido como desenvolvimento. Nos anos seguintes, buscou-se levar o projeto a frente.

## **5 OS SUBDESENVOLVIDOS FAZEM SUA HISTÓRIA, MAS NÃO A FAZEM COMO QUEREM: O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO NO SOCIALISMO DA REPÚBLICA DE 1946**

### **5.1 Introdução**

Este capítulo irá tratar do entendimento dos socialistas sobre o desenvolvimento na República de 1946. Para tal, seguiremos o roteiro de primeiro explicitar o que estamos entendendo aqui por socialismo e por pensamento de esquerda, para em seguida adentrar na ideologia socialista e sua visão sobre desenvolvimento a partir de três grandes tópicos: 1) nacionalismo e crítica às teorias tidas como alienantes; 2) a interpretação histórica socialista e o sentido que eles conferiam ao desenvolvimento nacional; 3) o entendimento sobre a revolução brasileira, o reformismo socialista, seu conceito de democracia e a relação disso com a formulação de um projeto de desenvolvimento.

### **5.2 Desenvolvimento, esquerda e socialismo**

Na última pergunta de edição do programa Roda Viva no ano de 1995<sup>77</sup>, a economista e então deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores Maria da Conceição Tavares recebe do jornalista Marco Antônio Rezende a seguinte indagação:

Professora, uma pergunta ainda. O atual líder trabalhista inglês, ele se confessou recentemente mais tatcheriano que Madame Thatcher e nós vimos até há pouco na França e na Espanha o presidente Mitterrand e o Felipe Gonzalez adotando medidas, remédios liberistas, tipicamente liberistas. Saiu recentissimamente um livro aqui do filósofo Norberto Bobbio no qual ele ensina que ainda faz muito sentido a distinção entre direita e esquerda na filosofia. Eu lhe pergunto, a senhora acha que também na economia a distinção entre direita e esquerda ainda faz sentido? (RODA VIVA, 1995)

Já interrompendo o entrevistador no final do questionamento, a economista prontamente responde, em tom enérgico:

Mas é a mesma que ele deu. É a mesma! A economia que não se preocupa com a justiça social é uma economia que condena os povos a isso que está ocorrendo no mundo inteiro: uma brutal concentração de renda e de riqueza, o desemprego e a miséria! E isso está acontecendo até no Norte. Não é só no

---

<sup>77</sup> Vídeo disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=xKXT\\_gfBbIA](https://www.youtube.com/watch?v=xKXT_gfBbIA) Acessado em 16/12/2021



Brasil não! É no Norte também, nos Estados Unidos, na França, na Alemanha. Isto pra mim não é economia. Isso é coisa, honradamente.... – quase que digo ‘do demo’ – isso é coisa de tecnocrata alucinado! Que acha que está tudo okay. E não está nada okay. Eu pertencço à esquerda tradicional, e é a do Bobbio mesmo! Eu me preocupo, desde que nasci – praticamente, porque a minha mãe e meu pai também se preocupavam, e é sempre os pais que ensinam antes da escola, com a justiça social. Uma economia que diz que precisa primeiro estabilizar, depois crescer, depois distribuir é uma falácia....E tem sido uma falácia. Nem estabiliza, cresce aos solavancos... e não distribui. E esta é a história da economia brasileira desde o pós-guerra. Ou não é?! E ver os meus queridos amigos que junto comigo durante anos disseram que isto não era correto, que tinha que fazer ao mesmo tempo, estabilização, crescimento e distribuição, ver esses meus queridos amigos que lutaram comigo no movimento de economistas, dizer hoje o contrário do que disseram é uma das maiores dores da minha vida. E é isto, é dor, mas também é raiva, e, portanto, energia pra lutar por aquilo que o velho Bobbio e todos os jovens – este menino que está aqui caladinho e quase não falou – e muito ainda acreditam. Você não se preocupa com justiça social, com quem paga a conta, você não é um economista sério, você é um tecnocrata! (Idem)

A conjuntura em que Maria da Conceição Tavares responde é de abertura comercial do Brasil para a chamada globalização. A resposta também se insere no contexto pós Consenso de Washington e fim da guerra fria, no qual se consolidou como espírito do tempo a ideia de que o capitalismo venceu na disputa com o bloco socialista. Conseqüentemente, o futuro do mundo se daria pela economia de mercado, pela livre circulação de capital e por um papel reduzido do Estado, que não deveria intervir nas atividades econômicas e nem buscar correções das desigualdades produzidas por uma lógica liberal. A economista evidencia no trecho seu descontentamento com estas ideias, assim como demonstra frustração pela adesão de antigos colegas seus à ortodoxia econômica daqueles tempos.

A identidade política da entrevistada como esquerda é definida por ela de modo amalgamado com sua concepção do dever do economista para com a sociedade, assim como a maneira que ela entende o que é uma sociedade justa. O profissional do ramo que não se preocupasse com justiça social e com distribuição de bem-estar sequer mereceria a alcunha. Maria da Conceição Tavares opõe uma concepção de economista, como intelectual engajado na relação entre desenvolvimento social e desenvolvimento econômico e cuja preocupação central deveria ser as pessoas de sua comunidade, à categoria de tecnocrata, carregada de juízo de valor negativo e definida como uma preocupação com o crescimento e com a estabilização econômica desvinculada de seus efeitos sociais. Para ela, o segundo grupo teria sido desmentido pela história em sua fórmula, tida como instância na qual pode-se analisar o que se deve fazer no presente. Para ela, a economia de mercado desregulado teria sido historicamente incapaz de entregar o desenvolvimento prometido.

Para além disso, acompanhando a referência instigada pelo jornalista, a economista se define como de esquerda a partir da definição dada pelo filósofo italiano Norberto Bobbio. O livro citado é *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*, publicado originalmente em 1994 e no ano seguinte no Brasil. Na brochura, o autor defende que os conceitos que dão título ao livro não perderam sentido após a queda do Muro de Berlim. Entre seus argumentos, está o de que ambos os termos têm “pleno uso na linguagem política” (BOBBIO, 1995, p. 63) e que se eram mobilizados é porque faziam sentido nas disputas concretas.

Todavia, para além do pragmatismo conceitual cuja validade epistemológica nos parece questionável, Bobbio usa outro argumento, este mais rente ao nosso objeto. Para ele, a esquerda não se resume ao comunismo, afinal “há ainda uma esquerda no interior do horizonte capitalista” (Idem, p. 10). Em sua percepção, não é a adesão ao modo de produção socialista, à revolução ou a uma teoria social determinada (como o marxismo) que permite definir a esquerda, mas “a aspiração à igualdade” (Ibidem, p. 16), ideal que “[...] pode encontrar diversas soluções no plano prático.” (BOBBIO, 1995, p. 22). Mobilizando de um lado Rousseau e de outro Nietzsche como arquétipos, ele aponta que para a esquerda as desigualdades tendem a ser consideradas majoritariamente constructos sociais e, portanto, elimináveis, tal como no *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens* do iluminista genebrino. Do outro lado, a desigualdade seria vista sobretudo como algo natural, impossível de eliminar e com certa carga positiva. O exemplo citado é da leitura de Nietzsche sobre a necessidade de as poleis gregas terem critérios restritos de cidadania para manter a sua grandiosidade cultural, política e econômica.

O texto de Bobbio foi escrito durante uma acirrada eleição legislativa italiana no qual a oposição entre direita e esquerda ganhou força no debate público pela campanha anticomunista e pró-mercado de Silvio Berlusconi. O texto tinha intenção de esclarecer a esfera pública sobre os valores que estariam em jogo na campanha entre a direita representada pelo *Forza Italia* e a coligação de esquerda *Alianza Progresista* – que saiu derrotada. O filósofo não esconde sua posição de “emotivamente de esquerda” (p. BOBBIO, p. 21), o que não implica necessariamente a invalidade de sua análise, mas ajuda na compreensão de suas ideias naquele momento de seu país.

A análise de Norberto Bobbio nos esclarece em que sentido Maria da Conceição Tavares se considera de esquerda. Do mesmo modo, o entendimento do autor de que ser de esquerda não implica necessariamente um rompimento com o capitalismo nos permite partir de um conceito que reúne mais atores dentro da posição política, tais como alguns dos que entrarão

neste capítulo: Alberto Pasqualini, Alberto Guerreiro Ramos e Celso Furtado. Entretanto, a conjuntura pode ter levado Bobbio a aderir a uma percepção relativamente simplista do processo político, baseado em um juízo ontológico dicotômico, tal como ele aponta: “O nome pode mudar. Mas a estrutura essencialmente e originalmente dicotômica do universo político permanece.” (Idem, p. 67). Também nos parece problemático definir posições políticas (esquerda e direita) como se elas fossem ideologias preenchidas de um conteúdo necessário, definido pela postura acerca da igualdade.

A nosso ver, a esquerda com a qual Maria da Conceição Tavares se identifica responde melhor pelo conceito de socialismo, que para além de uma posição no espectro político é uma ideologia política, guiada por uma visão de mundo que imagina uma utopia, ou seja, que se guia por ideias ainda não realizadas, mas compartilhadas por uma coletividade (MANNHEIM, 1986). A partir daí é possível filia-la a uma tradição de pensamento político brasileiro e inseri-la dentro do debate desenvolvimentista do qual sua fala nos anos 1990 é um resultado histórico. Concordamos com Bobbio que as esquerdas – e o socialismo – dão importância fundamental para a igualdade. Todavia, apesar de ser um conceito necessário, ele não é suficiente para definir a ideologia.

Michael Freeden (2006) propõe uma definição da ideologia socialista somando à questão da igualdade outras que junto com ela comporiam o núcleo conceitual desta tradição de pensamento político. Para ele, a igualdade não pode ser o conceito único que define a ideologia, embora constitua o seu núcleo:

Igualdade, portanto, não pode ser considerado como o valor nuclear do socialismo (embora algumas análises se movam para esta direção) porque, em suas diferentes formulações, ele é incapaz de sustentar a ideologia socialista por si mesmo, assim como liberdade não pode fazer o mesmo para o liberalismo. Apenas no conjunto com as noções de comunidade, bem-estar e a visão criativa e produtiva da natureza humana o socialismo pode ganhar envergadura no seu perfil para emergir. (Idem, p. 433, tradução nossa)<sup>78</sup>

Segundo ele, o socialismo também partiria de uma concepção da natureza humana como sociável e ativa, teria o bem-estar humano como objetivo almejado e perceberia a história como arena última das mudanças benéficas – definidas a partir dos pontos anteriores. Em suas palavras:

---

<sup>78</sup> Texto original: Equality, therefore, cannot be regarded as the socialist core value (though some analyses move in that direction) because, in its different formulations, it is incapable of carrying socialist ideology on its own, just as liberty cannot perform that task for liberalism. Only in conjunction with notions of community, welfare, and the creative-cum-productive view of human nature can socialism gain sufficient breadth for its profile to emerge.

O núcleo do socialismo contém cinco conceitos ou temas conceituais, embora algumas variantes do socialismo divirjam em relação a quais componentes conceituais adicionais são adjacentes a este núcleo ou parte dele. Os cinco conceitos são: a natureza constitutiva das relações humanas, bem-estar humano como objetivo desejável, natureza humana como ativa, igualdade e a histórica como arena (última) da mudança benéfica. O conceito nuclear anterior – diferente do conceito de mudança na ideologia conservadora – se dá por uma perspectiva diacrônica do desenvolvimento dos demais conceitos nucleares substantivos. Embora ele se sobreponha ao conceito de progresso em ideologias liberais, ele não é sempre um guia aberto de princípios de conduta individual ou do seu desenvolvimento, nem um objetivo que se possa sempre inspirar intencionalmente. (Ibidem, p. 425 e 426, tradução nossa)<sup>79</sup>

Podemos, a partir disto, voltar para a fala de Maria da Conceição Tavares e compreender que a sua preocupação com justiça social e sua posição sobre o papel do economista estão relacionados ao fato de que, além de posicionalmente ela estar à esquerda no espectro político, o conteúdo substantivo de suas ideias políticas é socialista. Assim como Bobbio, Freedman também entende a esquerda/ o socialismo em sentido amplo. Critério que será adotado neste capítulo, no qual serão inseridos desde comunistas como Caio Prado Jr. e Nelson Werneck, até trabalhistas como Alberto Pasqualini e Alberto Guerreiro Ramos e socialdemocratas, como Celso Furtado – com quem, inclusive, Maria da Conceição Tavares conviveu e compartilha muitas de suas ideias. Mantendo o mesmo critério geral dos outros capítulos desta tese, selecionamos autores que eram ao mesmo tempo atores e que buscaram intervir na realidade enquanto teorizavam sobre ela. Pasqualini e Guerreiro Ramos foram os intelectuais que dentro do PTB buscaram organizar a doutrina trabalhista (KAYSEL, 2018; GRIJÓ, 2007; ANGELI, 2020) a partir de uma ideia de democratização do ideário do Estado novo e das conquistas sociais que atrelavam a ele. Já Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré eram membros do PCB com interpretações distintas sobre a história política, econômica e social brasileira do qual derivavam caminhos diferentes para a ação (RICUPERO, 2000; MORAES, 1998). Ao mesmo tempo, Celso Furtado é exemplo ilustre do juízo sobre o papel do economista descrito por Maria da Conceição Tavares. Tendo operado o Estado em distintos governos – como o de JK e de João Goulart – ele o fazia a partir de uma interpretação do Brasil por ele formulada e na qual a

---

<sup>79</sup> Texto original: The socialist core contains five concepts or conceptual themes, though some socialist variants will differ on whether additional conceptual components are adjacent to that core or part of it. The five are: the constitutive nature of the human relationship, human welfare as a desirable objective, human nature as active, equality, and history as the arena of (ultimately) beneficial change. This latter core concept—unlike the concept of change in conservative ideologies—is a diachronic perspective on the development of the other substantive core concepts. Though it overlaps with the concept of progress in liberal ideologies, it is not always an openended guiding principle of individual conduct or development, nor a goal to which individuals can always aspire intentionally.

defesa de um conceito substantivo de democracia e o combate às desigualdades sociais e regionais eram fundamentais (CEPÊDA, 1998; MARRECA, 2020).

Os socialistas aqui analisados tinham em comum no período entre 1946 e 1964 o entendimento do desenvolvimento como forma de garantir alto padrão de bem-estar e satisfação geral para a sociedade brasileira. Assim como Tavares nos anos 1990, eles entendiam que crescimento e estabilização deveriam ser conciliados com distribuição. Eles o faziam a partir de uma percepção de que qualquer forma social e historicamente construída de desigualdade deveria ser combatida, ao mesmo tempo que colocavam como tarefa do Estado corrigir estas distorções. Assim, como na fala de Maria da Conceição Tavares, eles eram duramente críticos de uma adesão a receituários da escola clássica ou neoclássica da economia, pois estas doutrinas não expressariam a realidade do seu tempo e nem a do seu país. Diferente dos liberais como Roberto Campos que percebiam naquele período o liberalismo econômico como superado, mas tinham reverência pelos clássicos, os socialistas são críticos das bases epistêmicas e normativas da teoria econômica produzida como derivação da economia política clássica. O insumo teórico do pensamento político-econômico do socialismo da República de 1946 eram prioritariamente o marxismo e a CEPAL, podendo por vezes buscar a mistura de ambos ou outras referências no pensamento católico, na sociologia e nas demais ciências sociais.

Esta crítica era feita a partir de pontos os quais Michael Freeden não desenvolve por não estar diretamente preocupado com as ideologias políticas para além do Norte-global. No período aqui estudado e – em abordagem diacrônica sobre o Brasil – podemos colocar o entendimento de pertencer a uma periferia atrasada (LYNCH, 2013) como fundamental também para os socialistas brasileiros. Naquele contexto da República de 1946, isto ganhava forma de uma crítica ao imperialismo e na defesa de projetos políticos nacionalistas, lidos em uma chave de emancipação nacional. Tendo em vista o contexto linguístico desenvolvimentista, a afirmação do pertencimento a uma realidade subdesenvolvida dada por uma inserção periférica na economia política internacional é comum a estes autores (CEPÊDA, 2016).

Nas próximas seções, analisaremos o ideário desenvolvimentista dos socialistas da República de 1946 a partir de: 1) a mobilização do nacionalismo enquanto afirmação necessária ao desenvolvimento e a denúncia por eles feita das teorias tidas como alienadas; 2) seu historicismo socialista e 3) como eles enxergavam o processo em curso desde 1930 como uma revolução brasileira que deveria ser encaminhada pelo Estado, em um projeto reformista apoiado pelos setores populares.

### 5.3 Nacionalismo e críticas às teorias alienantes

No dia 11 de fevereiro de 1952, o general Juarez Távora é convidado para fazer conferência para as Comissões de Economia e de Transporte da Câmara dos deputados. Interpelando o militar, o Deputado Orlando Dantas (PSB) pede direito à fala e diz que respeita o expositor “Mas na questão da fórmula a ser adotada para a exploração do petróleo, eu sou nacionalista, ao contrário de V. Exca.” (TÁVORA, 1955, p. 235). Se o parlamentar sabia que Juarez Távora também se via como um nacionalista, não o aceitava como tal. Isto porque naquele contexto havia uma disputa entre o conceito de nacionalismo, que era mobilizado pelos mais diferentes atores no espectro político, por vezes até com as mesmas referências teóricas. Alberto Torres era reverenciado tanto pelo trabalhista Alberto Guerreiro Ramos quanto pelo udenista Juarez Távora. Ambos eram nacionalistas, mas de nacionalismos distintos. Usando como aporte Andrew Vincent (2013), podemos entender que essa divergência não é uma singularidade brasileira, mas é comum às disputas políticas pelo conceito. Segundo o cientista político, o nacionalismo do século XIX democratizou-se no século seguinte, abarcando uma variedade ideológica em que a afirmação de uma identidade nacional podia ser mobilizada na luta política de modos diferentes. Liberais como Roberto Campos e Hélio Jaguaribe entendiam o nacionalismo como forma instrumental de erigir uma sociedade de mercado, já conservadores o liam por uma chave geopolítica, culturalista e com discurso ufanista. Os socialistas enquadravam o conceito como defesa de uma comunidade nacional contra a opressão imperialista e pela libertação do jugo colonial, de modo que a nação emancipada pudesse encaminhar sua vida em comum por seus próprios termos.

Um ponto que aparece com maior ou menor intensidade nos socialistas aqui analisados é a afirmação de uma ideologia nacionalista como forma de alcançar o desenvolvimento. Estes autores e atores políticos viam sua condição de existência enquanto colonial, inspirados por movimentos em curso no pós-guerra na Ásia e na África (KAYSEL, 2018). Neste processo, enquadrado como uma libertação, seria necessário combater o imperialismo que nos teria sido legado historicamente não só em sua dimensão econômica e política, mas também cultural. Portanto, a crítica às teorias sociais, políticas e econômicas julgadas como alienantes, era tarefa fundamental. Este conjunto de ideias colonizadas precisaria ser substituído por outro, vinculado a nossa realidade nacional e que, por isso, seria autêntico.

Diferente dos demais analisados aqui, Alberto Pasqualini tinha um modo de pensar universalista que o fazia dar menos ênfase para a questão. Todavia, ele é igualmente crítico da imposição de esquemas de pensamento prévio a nossa realidade. Ele também acreditava que a

solidariedade comunitária por ele advogada deveria se dar em nível nacional. Não só em seu livro de 1948 *Bases e sugestões para uma política social* mas, também em seus artigos no jornal gaúcho *Correio do Povo* e em discursos enquanto parlamentar, ele enfatiza que a organização política e econômica deveria abrir mão de abastecer interesses externos e voltar-se para a coletividade autóctone.

Mas é difícil analisar o pensamento de Alberto Pasqualini sem levar em conta a consolidação de uma corrente política que o jurista ajudou a construir, o trabalhismo. Ele foi uma liderança da doutrina e, se não o primeiro, o mais ilustre teórico da fase inicial do partido (ANGELI, 2020; KAYSEL, 2018; GOMES, 2005). Criado a partir do fim do Estado Novo, o PTB é reconhecido como espécie de braço esquerdo do varguismo, oposto ao seu braço direito, o PSD. Entretanto, esse juízo deve ser tido como um ponto de partida do entendimento do trabalhismo, e não seu ponto de chegada. O PTB nasceu em um Estado autoritário para atuar em um regime que não mais o era (GOMES, 2005, p. 302).

Tal como aponta Ângela de Castro Gomes (2005) em seu clássico *A invenção do trabalhismo*, o Estado Novo via a si mesmo como uma democracia social que não necessariamente precisava ser uma democracia política para merecer o rótulo. Assim, o discurso era de que seria função do Estado produzir o máximo de bem-estar social possível para a coletividade nacional. Segundo a historiadora e cientista política, o resultado foi a inserção a partir do Estado da classe trabalhadora como ator político a partir das estratégias de aproximação das massas com o projeto estatal. Os desfiles do Dia do Trabalho e o programa radiofônico *A hora do Brasil* teriam sido iniciativas da criação deste vínculo entre o Estado – personificado pelo presidente da República – e os trabalhadores.

Ainda segundo a autora, a partir de 1942 – com a mudança do clima internacional e o avanço da Segunda Guerra Mundial – a manutenção de um Estado autoritário entrou em desgaste. Com isso, a base heterogênea que sustentou os governos Vargas foi dividida em dois partidos. Caberia, então, ao PTB ser uma organização para os trabalhadores, apoiado nos sindicatos e inspirado pelo enquadramento da questão social que havia ocorrido nos últimos anos. Com a democratização em 1945, consolidou-se o trabalhismo em torno de um partido que representava um projeto de país baseado em defesa da soberania nacional, de reformas nas estruturas socioeconômicas e da ampliação de direitos sociais para os trabalhadores como meios necessários para alcançar o desenvolvimento brasileiro e aumentar o bem-estar social (FERREIRA, 2005, p. 12). Segundo André Kaysel, o PTB tornou-se, na República de 1946, a força mais expressiva do que ele nomeia de “nacionalismo popular” (KAYSEL, 2018), mesmo tendo tido sua origem em uma cultura política e em um Estado autoritário.

Alberto Pasqualini sofreu um derrame cerebral em 1956, quando ocupava a cadeira de Senador. Quatro anos depois, acabou por falecer. Coincidentemente, este intervalo é o mesmo em que começa a se destacar a produção de Alberto Guerreiro Ramos, outro teórico do trabalhismo. Passados alguns anos, essa já era uma fase em que o trabalhismo estava consolidado como partido e como doutrina. Daí que se percebe a transição de um conteúdo híbrido de socialismo e conservadorismo para outro, que percebe o desenvolvimento na chave da revolução brasileira e não só é firme ao se declarar socialista, mas se advoga como o socialismo sob medida para o Brasil, dadas sua história e sua sociedade. A linguagem utilizada deixa de ser a filosófica e de apelo cristão de Pasqualini para usar como autoridade o lugar de cientista social de Guerreiro Ramos. Os preceitos normativos são também substituídos por uma leitura do processo histórico brasileiro no qual o desenvolvimento é tido como fase em curso e uma necessidade.

Segundo André Kaysel, o trabalhismo se converteu em quinze anos de partido oriundo da burocracia estatal autoritária e conservadora em principal força progressista do Brasil. (KAYSEL, 2018, p. 232). Após a saída de Goulart do Ministério do Trabalho e o suicídio de Vargas em 1954, o PTB passou por um esforço de consolidação ideológica do trabalhismo, em chave que ia progressivamente mais para a esquerda. Na leitura do cientista político, após a morte de Vargas (e se inspirando em seu último governo) esta corrente se consolida como ideologia calcada no nacionalismo desenvolvimentista e pela defesa de reformas que visavam à ampliação do bem-estar social. (KAYSEL, 2018, p. 231).

O trabalhismo de Guerreiro Ramos é certamente importante para entender seu pensamento político. Entretanto, é preciso pensar também um outro vínculo seu que é fundamental para a relação entre intelectuais e um enquadramento socialista sobre o desenvolvimento. Entre 1955 e 1958 ele foi chefe da cadeira de Sociologia do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), enquanto seu ingresso formal no PTB deu-se apenas em 1960<sup>80</sup>.

Na divisão do ISEB feita por Caio Navarro de Toledo (1998), a história do instituto seria dividida em três fases: na primeira, ele não teria unidade ideológica; já na segunda, o nacional desenvolvimentismo seria consenso. Já na terceira, de 1961 até 1964, haveria comprometimento com a defesa das reformas de base de João Goulart. Embora ajude a organizar os debates de uma instituição muito complexa, o problema da maneira como o filósofo põe a questão é que ele trata nacional-desenvolvimentismo como um bloco monolítico

---

<sup>80</sup> O sociólogo já era desde antes próximo do partido e do governo Vargas, tendo sido também quadro de órgão público criado durante o Estado Novo, o DASP.



e coerente. Embora concordemos que havia uma aproximação maior com as esquerdas e com o socialismo no terceiro momento, no segundo não existia o grau de congruência imaginado. Conviviam no ISEB o desenvolvimentismo de Hélio Jaguaribe (centrado no fortalecimento do capitalismo brasileiro a partir do empresariado) com o comunismo pecebista de Nelson Werneck Sodré e o socialismo não-marxista de Alberto Guerreiro Ramos, além de personagens muito heterogêneos, como Roberto Campos, Cândido Mendes, Álvaro Vieira Pinto e Roland Corbisier. O que os unia era a defesa da industrialização, do papel planejador do Estado e a defesa de um projeto nacional que unisse distintos setores progressistas da sociedade, mas os objetivos que tinham com isso divergiam. Um dos casos que demonstra esta controvérsia é a célebre briga entre Alberto Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe sobre a questão do monopólio estatal do petróleo (SODRÉ, 1978). A divisão de Toledo pode dar a impressão de que havia pouco espaço para perspectivas mais à esquerda na segunda fase, o que não se observa na leitura dos textos daquele período.

A aula inaugural do primeiro curso do ISEB – em 1956<sup>81</sup> – feita pelo chefe da cadeira de filosofia Álvaro Vieira Pinto é expressão de uma leitura socialista e nacionalista do processo de desenvolvimento ainda na primeira fase da instituição. Na palestra do filósofo há um juízo positivo sobre as transformações materiais que o Brasil haveria passado nos últimos anos, porque elas teriam permitido o ingresso das massas na política, em substituição da política elitista que vinha sendo praticada na história brasileira. Para Vieira Pinto, o Brasil estaria naquele momento histórico afirmando sua nacionalidade, em um movimento de tomada de consciência de e para si, no qual a alienação que o fazia perceber-se por critérios alheios estaria em vias de superação. Igualmente nossos cientistas sociais estariam deixando de partir de conceito prévios exógenos e colonizados, para fazer uma interpretação autêntica da nacionalidade. Com isso, seria possível partir de uma interpretação do Brasil que dirigiria seu processo de desenvolvimento: “Cremos estar agora em condições, à vista do exposto até aqui, de enunciar o que poderíamos chamar a tese central desta preleção, e que reduziríamos aos seguintes termos: sem ideologia do desenvolvimento não há desenvolvimento nacional.” (PINTO, 1960, p. 29) Sem isso, o desenvolvimento nacional ocorreria de modo desordenado e imprevisível, podendo levar para fins não almejados. Tendo em vista estes objetivos que o autor acrescenta que “[...] é imprescindível a ideologia do desenvolvimento nacional.” Mas ela “[...] tem necessariamente de ser fenômeno de massa.” (Idem, p. 30)

---

<sup>81</sup> A aula inaugural foi publicada em 1960 pelo ISEB como uma brochura, chamada *Ideologia e desenvolvimento nacional*. Segundo o autor, não houve alterações do original. Esta edição é a que usamos aqui por base.

É com este conjunto de preocupações enquanto quadro do ISEB, socialista e trabalhista que Guerreiro Ramos se preocupa com a questão de afirmação da nacionalidade. Por querer se afirmar como pertencente a um pensamento sobre o Brasil que remeteria a uma longa duração, o sociólogo explicita sua vinculação aos nacional-estatistas que inspiraram o Estado Novo (MARRECA, 2020). Característica do que André Kaysel (2018) nomeia de nacionalismo popular brasileiro – do qual o trabalhismo seria expressão – é que ele tenderia a rejeitar o passado e projetar a nacionalidade brasileira para o futuro. Isto porque, diferente do outro caso analisado em seu livro, o Peru herdeiro do Império Inca, não haveria aqui a percepção de ter existido uma grande civilização anterior à colonização e a qual eles pudessem se basear. Embora a descrição possa fazer sentido para outros autores e atores políticos, a leitura da obra de Guerreiro Ramos contradiz esta afirmação de André Kaysel, visto que o sociólogo é um trabalhista e isebiano profundamente preocupado em se filiar a tradições históricas.

O sociólogo recorreu ao pensamento social e político brasileiro para disso extrair sua teoria da sociedade brasileira (LYNCH, 2015; MARRECA, 2020). Neste procedimento, Guerreiro Ramos se viu como parte de uma tradição nacionalista do país, a qual buscou organizar para tirar de suas contribuições conteúdo para os esforços que ele queria realizar no seu tempo. Ele almejava um Brasil autônomo, que se pensasse a partir de sua realidade e de suas próprias categorias. No campo econômico, o país deveria gerir seu próprio desenvolvimento, via industrialização e direcionamento para o mercado interno. Já no plano político, o Brasil necessitaria de um Estado forte, que condicionasse estes esforços para o aumento da qualidade de vida do povo.

A leitura que Guerreiro Ramos faz de autores nacional-estatistas do passado como Alberto Torres e Oliveira Viana é a de que eles representariam o máximo de consciência possível em sua época e que seus erros se deviam ao fato de que o entendimento da sociedade sobre si e as próprias ciências sociais não haviam avançado. Para ele, inventariar criticamente essa tradição intelectual era necessário para propor o projeto político adequado ao seu presente. Segundo Luiz Augusto Campos (2015), é preciso perceber como se dava a relação entre infraestrutura e superestrutura no pensamento do autor para compreender o seu olhar sobre o pensamento brasileiro:

Como Guerreiro repetiu inúmeras vezes, os problemas colocados para uma dada nação refletem o estágio de desenvolvimento de sua infraestrutura. Portanto, ele não enxergava a relação entre superestrutura e infraestrutura como uma via de mão única. Talvez, como a maior parte de sua geração, composta de “intelectuais mannheimianos” comprometidos com o desenvolvimento do país (Villas Bôas, 2006), Guerreiro conferia uma certa

precedência às forças econômicas infraestruturais, mas não a ponto de transformar a superestrutura em seu epifenômeno: [...] (CAMPOS, 2015, p. 104)

Embora julgasse necessárias alterações nas estruturas materiais de seu país para ser possível desenvolvê-lo, Guerreiro Ramos não entendia as ideias e a cultura como reflexos das mudanças econômicas. Inspirado por Alberto Torres (2002), o sociólogo reivindicava a formação da consciência nacional como necessária para a mudança na estrutura social e econômica do Brasil. Igual ao jurista que ele colocava como seu antecessor, o sociólogo percebia que as ideias tinham agência na transformação da realidade social e política. Em *A redução sociológica* ele coloca o seu projeto como uma forma de adequação da sociologia brasileira com o método de criação desta ciência nos outros países do mundo. Alberto Guerreiro Ramos era crítico do fato de que os cientistas sociais no Brasil apenas reproduziam as teorias, métodos e objetos que eram utilizados na Europa e nos Estados Unidos, como uma “sociologia enlatada” (RAMOS, 1995, p. 103). Isto porque, segundo o autor, cada um dos países os quais o sociólogo brasileiro tentaria imitar teriam partido da análise dos problemas locais no seu fazer científico. Inspirado pela posição de Alberto Torres, Oliveira Viana e Gunnar Myrdal<sup>82</sup> – que é epígrafe do livro – Guerreiro Ramos, também advoga que a verdadeira imitação dos países centrais seria copiar o procedimento geral usado e não os resultados específicos que ele deu em cada lugar. Era dentro da história nacional que se fazia a sociologia autêntica para a nacionalidade. Tratava-se do que Pedro Marreca classifica como “soberania epistemológica” (MARRECA, 2020, p. 168).

Na *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo* (1995), publicado originalmente em 1953, este procedimento aparece pela primeira vez. Com exceção de sua interpretação julgada anacrônica sobre as relações raciais no Brasil, Oliveira Viana foi indicado no texto de Guerreiro Ramos como um dos maiores sociólogos que o Brasil já teve. Inserindo-se na tradição de autores que tinham uma relação crítico-assimilativa com a ciência social estrangeira para formular uma sociologia nacional, Alberto Guerreiro Ramos se percebeu como espécie de herdeiro do autor fluminense.

Já em *O tema da transplantação na sociologia brasileira* (1995), Visconde de Uruguai é colocado como o responsável por inaugurar a escola nacionalista de pensamento brasileiro.

---

<sup>82</sup> Na edição original de 1958, publicada pelo ISEB, há uma epígrafe de Gunnar Myrdal extraída de edição em língua inglesa de Teoria economia e regiões subdesenvolvidas. Nela, le-se “...their intellectual bondage” (RAMOS, 1958, p. 9). Nas demais citações mantemos a edição de 1996, porque o texto é idêntico, mas carrega a vantagem de estar com as regras ortográficas atualizadas.

Esta tradição de autores teria sido a que, na história das ideias no Brasil, teriam se destacado por esboçar um pensamento vinculado à realidade nacional, sem aderir a esquemas teóricos prévios. Visconde de Uruguai teria sido crítico do transplante das instituições e Silvio Romero responsável pelo primeiro esforço de interpretação sociológica do Brasil. Alberto Torres teria o mérito de ter buscado formar via estrutura político-jurídica a nacionalidade, mas teria errado ao achar que ela podia se formar artificialmente de cima pra baixo. Já Oliveira Viana teria consolidado os esforços em uma interpretação original e sociológica do Brasil. Todavia, Guerreiro Ramos critica todos eles por não terem circunscrito a condição de formação nacional à criação de um capitalismo local que fornecesse suas condições objetivas. Portanto, sem desenvolvimento econômico não poderia haver emancipação da consciência periférica. O autor condena a metodologia de Oliveira Viana por observar apenas fatores superestruturais e psicológicos, fazendo-o atribuir o fracasso das transplantações a questões de costumes locais. Fatores materiais também precisariam ser considerados:

[...] na verdade, a transplantação no Brasil e nos países de formação semelhante tem sido um fato normal e inevitável decorrente da interação de fatores objetivos, em que ressaltam os econômicos, os quais foram negligenciados por aqueles autores. (RAMOS, 1995, p. 282)

Em *Notas para um estudo crítico da sociologia no Brasil*, o autor insiste neste juízo e parte do conceito de consciência hegeliano para submeter a possibilidade de autonomia dos povos à presença de condições históricas objetivas que permitissem uma teorização, cujo fim era a alteração do quadro nacional: “A compreensão objetiva de uma sociedade nacional é resultado de um processo histórico. Não salta da cabeça de ninguém, por mera inspiração ou vontade, nem é epistemologicamente possível, na ausência de certos fatores reais.” (RAMOS, 1995, p. 35). Para ele, a situação colonial para manutenção da exploração econômica se aliaria a outras formas de dependência, como a assimilação e aculturação. Nesse quadro, o colonizado teria condições limitadas de identificação com a sua circunstância histórica imediata e, por isso, adotaria critérios exógenos que não se acomodariam com a sua realidade. O papel do sociólogo seria o de entender sua tradição nacional para permitir a consciência geral sobre os problemas autóctones.

Em *Esforços de teorização da realidade nacional politicamente orientados de 1870 aos nossos dias*<sup>83</sup>, Alberto Guerreiro Ramos (1995) amplia sua história do pensamento brasileiro para discutir não só a formação de uma sociologia nacional, mas para explicitamente extrair

---

<sup>83</sup> Originalmente o texto foi uma palestra dada em 1955 na Faculdade Nacional de Filosofia.

dela uma teoria política para a nação, tal como ele julgava pretendido por Alberto Torres e Oliveira Viana. Nele, o autor parte dos conceitos de idealismo orgânico e idealismo utópico para discordar de seu formulador. Para Guerreiro Ramos, o idealismo utópico nem sempre teria sido decorrência da imitação, ele estaria quase sempre aliado às tendências positivas da evolução da sociedade. São essas tentativas de teorização da realidade nacional “[...] orientadas no sentido de possibilitar sua melhor conformação ou de dominar o processo de crescimento da sociedade nacional.” (RAMOS, 1995, p. 80) as quais ele se dedicou a expor no texto.

Informado pela sociologia histórica do conhecimento feita por Mannheim (1986), Alberto Guerreiro Ramos compreende que seria preciso extrair o significado das ideias no momento em que ocorreram, uma vez que as tentativas de teorização política no Brasil refletiriam o grau de consciência possível em cada momento. Ele explica, então, que os Republicanos de 1870 e os positivistas não teriam naquele período condições infraestruturais de perceber as contradições econômicas de sua época, exprimindo, as aspirações de estratos superiores da classe média. Entretanto, o movimento positivista teria sido o primeiro a colocar a teorização como fundamental para formular a ação política. Já Silvio Romero mereceria os louros por seu esforço persistente em respaldar sua ação em uma teoria da sociedade brasileira. No final da palestra o autor conclui qual o rendimento de todos estes processos para a política, marcado por uma tendência de superação dos setores sociais comprometidos com o desenvolvimento contra aqueles perpetuadores do atraso:

O golpe de 1889; Sylvio Romero, no período republicano; a Campanha Civilista de Rui Barbosa, em 1910; os movimentos revolucionários de 1922 e 1924; a Coluna Prestes e 1930 são marcos da revolução da classe média contra a burguesia latifundiária e mercantil. (RAMOS, 1995, p. 98)

Só que no ISEB não era exclusividade de Guerreiro Ramos o interesse em analisar nosso passado intelectual, para propor um projeto nacional de desenvolvimento no presente. Poucos anos depois da saída do sociólogo do instituto (em 1958) o chefe da cadeira de história do Brasil realizou procedimento similar de buscar a nacionalidade em uma tradição de pensamento sobre a realidade brasileira. Nelson Werneck era não só isebiano, mas um dos mais importantes teóricos do PCB (MORAES, 2000; KAYSEL, 2018). Daí que a episteme que orientava o trabalho, assim como o grau de crítica, era diverso. Nos textos escritos durante sua atuação no ISEB, ele partiu de uma apropriação do conceito marxista de ideologia (MARX e ENGELS, 2005) como falsa consciência para denunciar as teorias alienantes no Brasil. Em dois textos seus isto aparece claramente, um é o livro publicado em 1961 *A ideologia do colonialismo*, e o

outro é um texto publicado em *Introdução à Revolução brasileira* (de 1963) sob o título de *Elaboração da cultura nacional*, correspondente à parte da coletânea que se propõe a analisar a evolução da cultura no Brasil.

Em *Elaboração da cultura nacional* o autor faz crítica que o assemelha a Alberto Guerreiro Ramos. Nelson Werneck entendia, assim como seu ex-companheiro de ISEB, que o transplante não seria ato de vontade, mas estaria circunscrito às condições históricas que se apresentariam em determinado tempo. Por outro lado, Sodré também considerava equivocado criticar as ideias só por serem externas, pois existiriam algumas que carregariam em si a universalidade. Esta ressalva do autor não poderia ser mais pertinente, uma vez que ele era marxista e, portanto, considerava-se parte de uma escola de pensamento que não é brasileira.

Ressaltar-se-iam entre as ideias exógenas equivocadas, aquelas que, passando-se por supostamente científicas, justificariam a lógica de dominação colonial ao qual o Brasil era submetido. Suas expressões estariam nas questões de raça, determinismo climático e geográfico, defesa de vocação agrícola para o Brasil e no diagnóstico da incapacidade de existir democracia no país. Ou seja, para ele, a ideologia do colonialismo era um obstáculo ao desenvolvimento nacional. Todavia, para Nelson Werneck existiria esperança, pois estas teorias alienantes estariam morrendo. No final do século XIX teria iniciado a ascensão uma classe média, e nos anos 1930 os proprietários rurais teriam começado a perder seu poder. A continuação deste processo iria eliminar todos os resquícios da condição colonial no país e permitir que ele fosse autônomo em sua economia e, conseqüentemente, em sua cultura.

Em *A ideologia do Colonialismo* (1961), publicado pelo ISEB em 1961, o autor faz uma história social e econômica da produção intelectual brasileira para examinar o quanto os autores selecionados estariam aprisionados pelas questões de seu tempo. Nelson Werneck concede certo perdão à maioria dos autores pelos erros cometidos, uma vez que as condições objetivas do tempo em que escreveram não permitiriam que eles pensassem diferentemente. O autor procura destacar, inclusive, contribuições dos criticados para a formação de um pensamento nacional brasileiro.

O breve capítulo sobre o economista colonial Azevedo Coutinho é descrição de história econômica daquele momento. Nela o intelectual foi colocado como de direita no debate de sua época, por ser contrário à autonomia da colônia, mesmo após o avanço da Revolução industrial. Segue-se a ele José de Alencar, que para Nelson Werneck Sodré mereceria o mérito de ter inventado a literatura nacional e realizado tal tarefa com ênfase na questão popular. As limitações do trabalho se deveriam ao contexto da época. Colocar o indígena como figura que resistiu ao português e a exclusão do negro nas suas narrativas eram equívocos justificáveis

pelo fato de que público leitor se encontraria na classe dominante, cujo *status* se daria pela distância com o mundo do trabalho.

Em capítulo seguinte, Silvio Romero é criticado por mobilizar um conceito de ciência calcado nas ciências naturais, comum ao século XIX. Por esta premissa, ele acreditaria que o clima era determinante das condições sociais, assim como advogaria que, sendo o tipo ariano europeu mais avançado, sua imigração seria forma de sanar os problemas sociais do Brasil. Para Nelson Werneck, a mentalidade de Romero seria expressão da ideologia do colonialismo que dava título ao livro, pois estes preconceitos teriam sido herdados da Europa. Os méritos do autor estariam em falar dos problemas de sua época e trazer para a literatura brasileira um viés crítico, além de defender a participação dos homens esclarecidos na solução dos problemas nacionais.

Já Euclides da Cunha teria colaborado para a emancipação nacional, quando usou de sua intuição e descreveu a realidade brasileira tal como a percebeu e, por isso, teria narrado tão bem o feudalismo presente em Canudos. Todavia, o jornalista e literato também não fugiria da influência de teorias alienantes, visto que se esforçaria por copiar acriticamente o que chegava no Brasil da ciência de sua época. Na análise de Nelson Werneck Sodré, o país seria naquele momento latifundiário e escravocrata, e persistiriam relações feudais em seu interior, resistindo às reformas oriundas da Revolução industrial. Na segunda metade do século XIX a indústria teria começado a ser apreciada no Sudeste com a incorporação de novas técnicas e transporte ferroviário. A adesão de Euclides da Cunha à causa republicana era expressão das transformações materiais daquele período histórico. Condicionaria também a obra do autor de *Os Sertões* sua formação como engenheiro e militar. O positivismo apreendido nos círculos militares era para Sodré uma forma de defender simultaneamente o progresso da humanidade e a conservação da ordem social. Euclides da Cunha teria percebido o contraste entre a parte desenvolvida e o interior do Brasil, onde o feudalismo teria assumido a forma de latifúndio. Já a sua reprodução de teorias alienantes de origem no centro do capitalismo se daria por evolucionismo, a visão pessimista da mestiçagem e o determinismo geográfico, todas expressões da ideologia do colonialismo.

Se Nelson Werneck Sodré se preocupou em contextualizar e até mobilizar para o entendimento da realidade nacional os demais autores examinados, Oliveira Viana recebeu tratamento diferente<sup>84</sup>. Diferente do juízo positivo de Guerreiro Ramos, Nelson Werneck

---

<sup>84</sup> O juízo de Sodré em 1961 é radicalmente distinto daquele que apresentava no início dos anos 1940, especialmente em *Orientações do Pensamento brasileiro*, obra na qual dedica um capítulo exclusivamente ao elogio do intelectual fluminense. Ele teria feito um estudo materialista do Brasil, partindo de referências como Feri. Se em 1961 *Populações meridionais do Brasil* é um livro que expressaria a ideologia do colonialismo e uma visão equivocada sobre o Brasil, vinte anos antes ele foi

descreve o sociólogo e jurista fluminense como um racista cuja obra careceria de método histórico e sociológico e cujas descrições seriam imprecisamente explicadas via análise psicológica e cultural e não das condições materiais. O livro *Populações meridionais do Brasil* seria, para o historiador, mera expressão da ideologia colonial e alienante, que serviria apenas para afagar leitores que a defenderiam. Haveria ainda, segundo Sodré, imprecisões de ordem geográfica: Oliveira Viana não teria conhecimento dos ambientes nos quais ele buscaria condicionar os tipos sociais que descreve; suas fontes seriam precárias e os sociólogos a que recorreu na sua época estariam superados.

Embora tanto Alberto Guerreiro Ramos quanto Nelson Werneck Sodré advogassem por uma libertação nacional também na esfera das ideias como necessária para encaminhar um projeto de desenvolvimento, nenhum dos dois preocupou-se diretamente em fazer inventário crítico das teorias econômicas que percebiam como dominantes. O segundo provavelmente não o fez por sua adesão ao marxismo de corte pecebista e sua leitura dos processos econômicos. O primeiro gostava de fazer este procedimento aplicado às mais distintas questões, como na sociologia em *A redução sociológica*, estudos de relações raciais em *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo* e até teorias da administração em *Administração e estratégias de desenvolvimento*. Em um raro momento em que ele critica diretamente a teoria econômica ortodoxa, ela a coloca como uma visão simplista que defenderia uma suposta organicidade entre as economias cêntricas e periféricas (tal como os adeptos das vantagens comparativas de Ricardo). Estas ideias não passariam de “primárias e simplificadoras” (RAMOS, 1960 p. 63). Os seus praticantes seriam adeptos do atraso e alienados, que mereceriam o título de “economistas parnasianos” (Idem, p. 63). Eles seriam ignorantes tanto em termos de história quanto ao fato de que teorias teriam história.

O motivo de o empreendimento intelectual de elaborar uma teoria nacionalista não ter se expandido para a esfera econômica se deve a ponto enunciado nos dois primeiros livros citados acima. Ele considerava que o esforço de crítica da alienação presente nas teorias econômicas dominantes já havia sido feito em dois movimentos que lhe servem de inspiração para replicar o método na sociologia. No nível regional, a CEPAL “[...] tornou a política e o pensamento econômicos dos países latino-americanos fatores operativos de seu desenvolvimento.” (RAMOS, 1995 p. 131) e era necessário fazer algo correlato nas demais

---

classificado como “[...] um dos livros básicos para os estudos nacionais, marca o início duma curiosidade mais objetiva pelas nossas cousas.” (SODRÉ, 1942, p. 73). Em 1942 o livro de Oliveira Viana tinha para Nelson Werneck “[...] uma função de divisor de águas.” (SODRÉ, 1942, p. 73).



ciências sociais. Já na produção intelectual em escala mundial, Gunnar Myrdal é quem servia de exemplo:

Fora dos quadros marxistas, o sociólogo e economista sueco Gunnar Myrdal tem sustentado em seus estudos uma posição de grande alcance crítico em face de teorias e doutrinas do campo de sua especialidade, para cujo background ideológico vem chamando a atenção dos estudiosos, principalmente no livro *The Political Element in the Development of the Economic Theory*, Recentemente, em conferências proferidas no Cairo, denunciou a inadequação à realidade mundial contemporânea de teorias econômicas dominantes nos Estados Unidos e em países europeus. As ideias expostas por Myrdal em tal oportunidade estão, sem dúvida, decididamente muito próximas da redução sociológica. Tudo parece indicar, no autor, a convicção de que há sempre um resíduo ideológico nas ciências sociais, não se apresentando, para ele, a rigor, o problema de uma teoria econômica ideologicamente neutra. O que importa, para assegurar a qualidade científica da ciência econômica, é verificar se está ideologicamente ajustada à realidade. Exprime, na referida conferência, o desejo de contribuir para "o ajustamento ideológico das ciências sociais à nova situação política do mundo". As reflexões de Myrdal assumem extrema importância pelas relevantes questões que focalizam. O autor não trata apenas em tese do condicionamento ideológico da atual literatura do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Reconhece haver uma tendência na teoria do comércio internacional, de generalizada aceitação dos países dominantes, para evitar o tratamento a fundo da desigualdade econômica internacional, em virtude do caráter "embaraçoso" do tema. Mais do que isso acredita que os conselhos dados por especialistas e órgãos técnicos de países dominantes sobre a política comercial dos países periféricos, e mesmo as "pressões" que sobre eles exercem, "são comumente racionalizados em termos de uma teoria do comércio internacional, baseada em hipóteses sem realidade". Pode-se verificar como está longe de ser um devaneio acadêmico o problema da redução no domínio das ciências sociais, quando, mediante um depoimento tão autorizado quanto o de Myrdal, somos alertados para as consequências práticas negativas da teoria econômica vigente nos países dominantes, pois o autor vê elementos "ideológicos infiltrados" na conduta de organizações internacionais como o Gatt e o Fundo Monetário Internacional, que os levam a influenciar perniciosamente os governos das nações periféricas. Não por acaso Myrdal é um dos raros economistas capazes de submeter sua especialidade a uma reflexão radical. Como se sabe, é também sociólogo e proclama sem hesitação a impossibilidade do cientista social libertar-se inteiramente do que chama "premissas de valor". Uma "ciência social desinteressada" - diz ele "nunca existiu e por motivos lógicos não pode existir". E adverte que tal contingência não deve desesperar o especialista escrupuloso, mas induzi-lo a eleger uma premissa de valor "adequada e significativa em relação à sociedade em que vive". (RAMOS, 1995, p. 96 e 97)

Portanto, Guerreiro Ramos não ampliou seus empreendimentos de redução sociológica para a economia porque a tarefa já estava feita. O que caberia era uma agenda positiva de afirmação das ciências sociais brasileiras através de uma tradição nacionalista e a denúncia da alienação destas disciplinas no estado atual de coisas. Os dois procedimentos foram feitos por

ele, tal como vimos em páginas anteriores. Todavia, Caio Prado Jr. e Celso Furtado acharam por bem reiterar a crítica da economia política de um ponto de vista brasileiro. Assim como Guerreiro Ramos, eles concordavam que a economia era uma ciência social como outra qualquer e que, portanto, não poderia ser nem neutra nem desvinculada do seu contexto histórico e nacional de produção.

Um ano antes de Guerreiro Ramos publicar *A redução sociológica*, Caio Prado Jr. lançou *Esboço dos fundamentos da teoria econômica* – em 1957. O texto é espécie de sociologia da teoria econômica, pensada a partir do marxismo, mas com a mesma epistemologia nacionalista advogada pelo outro autor. O objetivo da obra é apontar em que condições sociais e políticas a teoria econômica burguesa emergiu e se perpetuou. Para ele, isso se fazia necessário porque Brasil estaria acostumado a ver sua realidade por “[...] modelos teóricos largamente distanciados, em muitos casos, da experiência real e da ação daqueles próprios países.” (PRADO JR., p. 9). Daí que examinar as teorias econômicas estrangeiras e historicizá-las implicaria numa libertação destes modelos feitos a partir de experiências “[...] completamente estranhas a nós.” (Idem, p. 12). O fato de Caio Prado ser descontente tanto com o enquadramento cepalino quanto do PCB sobre a questão talvez o tenha motivado a este empreendimento intelectual de crítica nacionalista à teoria econômica ortodoxa, tida como uma teoria alienante e justificadora do imperialismo.

Sua visão sobre o estatuto científico da economia era muito distinta da de economistas liberais como Roberto Campos e Eugênio Gudin, mas similar aos dos socialistas daquele período. Para ele qualquer comparação entre a economia – uma ciência social – com as ciências da natureza seria equivocada. As ciências econômicas tratariam de relações humanas e suas teorias teriam sido formuladas tendo em vista a solução de problemas práticos que se apresentavam nos contextos históricos em que surgiram. Também oposta à visão cosmopolita dos liberais era seu juízo sobre a possibilidade de uma ciência universal, visto que as realidades nacionais e as experiências variariam de acordo com o lugar e o contexto:

Não existe e não pode existir (porque isso contraria a própria natureza do Conhecimento) uma Ciência Econômica total e absoluta, com princípios e leis aplicáveis generalizadamente a todos os tempos e lugares. A ciência econômica, como qualquer ciência, constitui sempre uma teorização e sistematização mais ou menos adequada e completa da experiência humana que antecede e acompanha sua elaboração. Refletem-se assim nela as questões e os problemas propostos nessa experiência. Mais ainda, são essas questões e problemas que estimulam a elaboração científica e lhe dão conteúdo. Pode-se dizer, de certo modo, que toda ciência é sempre, próxima ou remotamente, resposta a uma questão prática.” (PRADO JR., 1957, p. 213)

Em chave da dialética marxista, o autor propunha que as ideias econômicas seriam produzidas enquanto abstração de uma realidade concreta e que, depois, voltariam para esta realidade na forma de receituário. Assim, a economia política teria surgido ao mesmo tempo como uma teoria que visaria explicar os fatos econômicos do capitalismo e como norma que orientaria estes fatos a partir de uma diretriz. O problema da economia clássica seria de que Adam Smith e Ricardo teriam enfatizado em demasia uma abordagem psicologizante, que originou o conceito de *homo economicus* e que depois teria sido legada a toda “A economia conservadora e ortodoxa” (PRADO JR., 1957, p. 59) como um guia de conduta do comportamento humano, que pouco corresponderia com a realidade. A maior contribuição das primeiras gerações haveria sido a de formalização da teoria do valor, a qual coube a Marx – que escreveu em um período cujos conflitos entre burgueses e proletários já eram mais explícitos – acrescentar a questão da mais-valia, que inseriria a discussão sobre a parte do valor apropriado pelo capitalista.

A teoria posterior seria produzida do ponto de vista burguês e excessivamente prática e focada “[...] nas necessidades teóricas imediatistas da classe dominante dos capitalistas empresários da produção.” (Idem, p. 70). Ideias célebres da economia neoclássica como a Lei de Say são colocadas por Caio Prado como “historicamente superadas” (Ibidem, p. 74). Esta teoria não faria sentido em uma modernidade capitalista na qual a troca não seria mais um meio para a subsistência, mas um fim em si mesma. Estes teóricos partiriam de uma visão positiva do capitalismo, no qual ele tenderia para a estabilidade do equilíbrio geral, ignorando as constantes crises do sistema.

Diferente de Furtado e mesmo alguns liberais que vêem Keynes como uma ruptura com o modelo ortodoxo, para Caio Prado ele é mais um membro desta tradição de economia burguesa. O seu esforço teórico seria o de reajustar o capitalismo para resolver as crises constantes pelas quais ele passava nas primeiras décadas do século XX. Embora o keynesianismo fosse a “[...] única tentativa séria de remodelação da decrépita teoria clássica.” (PRADO JR., 1957, p. 130), ela não passaria de mera revisão interna dela e em perspectiva burguesa, sem a necessária densidade teórica, nem o alcance diacrônico. Do mesmo modo que no passado as ideias teriam se mobilizado para descrever a formação do capitalismo, Keynes seria representante da formalização teórica do que já havia sido praticado desde o *New Deal*. Mas, se o keynesianismo tinha defeitos e manteria uma visão estática da história do capitalismo, os que se mantinham pela alternativa neoclássica tradicional seriam ainda mais equivocados. Estes economistas seriam míopes, incapazes de perceber as mudanças do século XX e presos em modelos da primeira fase do capitalismo.

Seguindo na análise marxista de que a dinâmica do capitalismo levaria à concentração (MARX, 2001), Caio Prado aponta que a fase que se estaria vivenciando naquele momento seria a do capitalismo monopolista e de trustes. Só que os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos entrariam de forma muito diferente no sistema. Enquanto os economistas advogavam por planejamento no âmbito interno, no externo defendiam o *laissez-faire* desregulado. Daí que um país periférico e subdesenvolvido como o Brasil seria mantido em sua condição colonial se não buscasse romper com este esquema mental com grandes consequências político-econômicas.

Tratando diretamente da questão do desenvolvimento, o autor afirma que a ortodoxia pressuporia uma visão acrítica sobre o progresso capitalista, entendida de maneira unilinear e homogênea, que não pesaria as diferenças históricas dos países que não seguiram uma via europeia ou norte-americana. A partir daí ele propõe uma mudança no método usado para classificar o estágio de desenvolvimento, já que a medida usual por nível de renda interessaria pouco. O que haveria de comum entre os países classificados como subdesenvolvidos – o Brasil incluso – seria que eles “[...] não se estruturam por bases próprias e nacionais, e sim em função de objetivos estranhos que são os dos países dominantes do sistema.” (PRADO JR., 1957, p. 190).

O que caracterizaria os países enquanto subdesenvolvidos seria, acima de tudo, sua posição no sistema capitalista internacional:

É isso sobretudo que conta para os países subdesenvolvidos do nosso tipo. O que os distingue e caracteriza não é unicamente nem principalmente o seu baixo nível de desenvolvimento e progresso econômico, e muito menos a insignificância de sua renda nacional; e sim aquela posição específica que ocupam no conjunto do sistema capitalista.” (PRADO JR., 1957, p. 190)

Os países subdesenvolvidos preservariam uma estrutura herdada historicamente, da sua condição colonial. Por serem atrasados em seu processo de desenvolvimento, o teriam feito em outro contexto, que não aquele experimentado pelo EUA e Europa: não mais o capitalismo industrial de livre concorrência, mas o capitalismo dos trustes, que almejaria adaptar o mercado local aos seus interesses comerciais. Em uma análise da estrutura econômica da periferia, perceber-se-ia que o grau de inversão seria limitado pela própria posição periférica e produtiva que seria dada a estes países pelo sistema capitalista internacional. As intenções não eram a de produzir desenvolvimento econômico, mas corrigir os desequilíbrios de mercado que existiriam nos centros. Daí que, em sua visão, este capitalismo imperialista e dominado por trustes “deformam” (Idem, p. 199) a economia dos países subdesenvolvidos e comprometem sua

estabilidade financeira ao querer que eles continuem funcionando como colônias. A consequência seria a manutenção de um capitalismo fraco e dependente de um mercado externo que, por sua vez, não se interessaria no desenvolvimento da periferia.

Sem a adesão ao marxismo, mas com juízo similares era a crítica feita por Celso Furtado em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Citando os Aspectos políticos da teoria econômica do mesmo Myrdal que inspirava Guerreiro Ramos, o economista lamenta que sua disciplina teria se convertido em uma dogmática que abandonou a tarefa de fazer a crítica dos pressupostos da teoria clássica. (FURTADO, 2009, p. 29). Orientado pela mesma perspectiva nacionalista de Guerreiro Ramos (MARRECA, 2020), porém também compartilhada por Caio Prado Jr. (KAYSEL, 2018) ele considera que a realidade histórica de cada país impediria a aplicação dos mesmos pressupostos econômicos em toda parte. Daí que a economia política de Adam Smith e David Ricardo partiria de um olhar para o caso inglês, que pouco tinha a ver com as realidades subdesenvolvidas. Eles naturalizariam o progresso econômico dos países desenvolvidos como uma via geral, sem atentar que seu caso era muito particular. Além disso, essa escola estaria repleta de pressupostos ideológicos<sup>85</sup> que, assim como Caio Prado Jr., Celso Furtado buscou apontar.

Partindo do método do estruturalismo latino-americano da CEPAL (BIELSCHOWSKY, 2010; CEPÊDA, 1998) ele era crítico do enfoque microeconômico da teoria clássica e neoclássica. Para o economista, não faria sentido derivar uma teoria do desenvolvimento do funcionamento de algumas empresas, até porque ele não deveria ser medido por produtividade, cujo efeito direto seria apenas nos lucros dos empresários. O que mediria desenvolvimento seria aumento da renda per capita. Partindo de uma definição socialista do conceito, Furtado percebia que o objetivo do desenvolvimento deveria ser o bem-estar da comunidade, portanto pressupostos dos clássicos como os de que o salário não poderia exceder certo valor de acordo com o montante de capital são criticados enquanto ideologia dos representantes da classe industrial inglesa (FURTADO, 2009, p. 32).

Os neoclássicos são igualmente criticados, porque “Essa teoria não nos aproxima mais que a dos clássicos da compreensão do processo de desenvolvimento econômico.” (Idem, p.63). Os primeiros seriam até melhores, porque os pressupostos teriam sentido histórico inovador, de luta contra instituições feudais, enquanto em seus seguidores eles não passavam de “[...] uma ideologia defensiva e, até certo ponto, reacionária.” (Ibidem, p. 66) Eles teriam empreendido esforços intelectuais sem verdadeira preocupação científica, apenas para combater o avanço das

---

<sup>85</sup> Quando Furtado se refere ao conceito de ideologia, o faz no sentido usual e de fundo marxiano, ou seja, enquanto falseamento da realidade a partir de interesses de um grupo.

teorias marxistas do valor. O resultado teria sido a teoria do equilíbrio, que, para Furtado era “tão abstrata e tão afastada da realidade” (FURTADO, 2009, p. 60) quanto baseada em pressupostos individualistas, hedonistas e utilitaristas – no mesmo sentido da crítica feita por Myrdal (1962). A premissa neoclássica em si já seria enviesada, visto que advogaria que qualquer indivíduo conseguiria emprego desde que aceitasse uma remuneração correspondente com a sua produtividade. O fundo implícito nesta escola seria o de associar o bem-estar do trabalhador com o do capitalista, por isso que a teoria do desenvolvimento intuída a partir dela seria a de que aumento da produtividade do trabalho era consequência da acumulação de capital, que dependeria, por sua vez, da taxa antecipada de remuneração dos novos capitais (juros) e do preço de oferta e da poupança. (FURTADO, 2009, p. 62). O ponto de chegada seria de que só poderia haver aumento salarial quando ele estivesse em linha com o crescimento da remuneração de capital. A concepção de poupança seria igualmente equivocada e até moralista, visto que a tendência para poupar não seria pesada com as condições materiais das pessoas e se esquecendo que acima de certo nível de renda, a poupança seria facilitada pela despreocupação em aumentar o consumo.

Embora fosse crítico da falsa cientificidade da economia clássica e neoclássica, isto não significava que Celso Furtado via sua posição como a de um realista puramente científico e que tivesse uma noção neutra da economia. Para ele, isto era impossível (CEPÊDA, 1998; MARRECA, 2020). Em *A pré-revolução brasileira* ele dedicou um capítulo apenas para esta questão. Na empreitada, ele aponta:

A objetividade na ciência econômica é tanto maior quanto mais explícitos estejam os princípios básicos de convivência social que haja sido postulados e aceitos pelo economista. A diferença fundamental entre nós e os economistas da geração que nos precedeu está exatamente nisto: não acreditamos em ciência econômica pura, isto é, independente de um conjunto de princípios de convivência social preestabelecidos, de julgamento de valor. Alguns desses princípios podem tender à universalidade, como a norma de que o bem-estar social deve prevalecer sobre o interesse individual. Contudo, no estágio em que nos encontramos de grandes disparidades de graus de desenvolvimento econômico e integração social – para não falar dos antagonismos que prevalecem com respeito aos ideais da convivência social – seria totalmente errôneo postular para o economista uma equívoca ideia de objetividade, emprestada às ciências físicas. (FURTADO, 1962, p. 80 e 81)

Para Furtado ser objetivo e científico em economia seria entender que este cientista social não estaria menos relacionado com seu contexto e seus valores do que os outros. A solução possível era entender esses determinantes e propor medidas vinculadas a eles. Em um país subdesenvolvido como o Brasil, receituários do FMI ou dos países desenvolvidos não

poderiam ser aceitos acriticamente, tal como faria “[...] o dogmatismo simplório dos economistas que escrevem crônicas de jornal em tom oracular.”<sup>86</sup> (Idem, p. 101). A crítica feita pelos países centrais e por seus representantes locais sobre o problema inflacionário brasileiro seria também fora do lugar, porque o Brasil não seria um país homogêneo e estável em que controlar inflação era manter alto o grau de crescimento. Por aqui, se aceitássemos o receituário de redução de gastos públicos e de constrangimento dos investimentos, os efeitos sociais seriam mais nefastos do que a pressão inflacionária sobre os salários, como o aumento do desemprego, que afetaria mais ainda o poder de compra. A defesa de *laissez-faire* significaria igualmente continuidade da miséria (Idem, p. 88). Sem a necessária ação do Estado tanto quanto planejador das atividades quanto na ação de combate à pobreza, o retrocesso seria brutal.

Ao menos neste texto, Furtado tem um nacionalismo otimista. Em breve resumo – com linguagem mais politicamente orientada – do argumento de seu *Formação econômica do Brasil*, ele descreve o processo histórico da economia brasileira como a superação a partir de 1930 de uma economia colonial por uma industrial, que voltaria seu eixo dinâmico para dentro. O ministro do planejamento descreve um Brasil que com a industrialização elevou sua massa salarial e afirmou nacionalmente sua economia. O país estaria dando os passos necessários para seu desenvolvimento econômico. A formação de mercado interno teria absorvido sua produção agrícola, como a borracha do Amazonas e o açúcar nordestino. As regiões teriam ficado menos dependentes de exportação, e a economia nacional, mais complementar e integrada. Com isso, cada vez mais deixaríamos de ser reféns dos interesses do mercado e das finanças internacionais (como ocorreria na época da exportação de café), tomando nossas decisões pelo interesse de nossa coletividade. O próximo passo seria o de tornar a nossa formação de capital independente, com a continuação de investimentos na indústria metalúrgica e na produção de combustíveis e de equipamentos.

#### **5.4 Interpretação histórica socialista e o sentido do desenvolvimento nacional**

Dos socialistas aqui analisados o que mais se destaca por escrever em linguagem abstrata, de fundo filosófico é Alberto Pasqualini. Apesar de não adotar uma epistemologia que aqui chamamos de historicista<sup>87</sup>, o autor é guiado por uma filosofia da história (KOSELLECK,

---

<sup>86</sup> Aqui é possível que Furtado estivesse se direcionando a economistas liberais que escreviam contra sua atuação no Ministério do planejamento, tal como Roberto Campos e Eugênio Gudin.

<sup>87</sup> Com o termo historicista não queremos aqui remeter ao historicismo alemão do Século XIX, que reunia na escola metódica autores como Leopold Von Ranke e Johan Droysen. Por historicismo, entendemos aqui a episteme

2006; HARTOG, 2013) que o faz perceber o desenvolvimento econômico e social como um devir que levaria a humanidade para um grau elevado de bem-estar, entendido como expansão da igualdade e das condições de vida. Mas, embora esta fosse uma tendência, precisaria ser concretizada e acelerada por instituições políticas e pela consciência das classes sociais de seu papel comunitário. Em seus textos, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a que era filiado, teria o papel tanto de agente desta transformação quanto o de orientar uma doutrina trabalhista que fosse um justo meio aristotélico entre os vícios dos dois lados da disputa geopolítica internacional.

Escritos no contexto de democratização posterior ao Estado Novo, o que se apreende dos textos de Pasqualini é uma espécie de recepção de esquerda do conservadorismo solidarista e preocupado com a questão social dos últimos textos de Oliveira Viana – como *Direito do Trabalho e Democracia Social* e *História Social da economia capitalista no Brasil*. Publicado em 1948, *Bases e sugestões para uma política social* (PASQUALINI, 1948) mobiliza uma percepção da história no qual a tendência mundial seria para a realização de um ideal de justiça. Nacionalmente, o trabalhismo seria a ideologia que expressaria este movimento. O resultado acaba sendo uma alternativa social-democrata reformista, inspirada em preceitos católicos mais ou menos secularizados, e que é ambígua sobre aceitar ou não o rótulo de socialista, mas que se enquadra na definição de esquerda de Bobbio (1995) e na de socialismo de Freedon (2006):

Nossa posição é clara e definida. Se, por socialismo, se entender a socialização dos meios de produção, não somos socialistas; se se entender, simplesmente, uma crescente extensão da solidariedade social e uma crescente participação de todos nos benefícios da civilização e da cultura então somos socialistas. (PASQUALINI, 1948, p. 42)

O livro trata basicamente na defesa de um conceito de justiça como ampliação do bem-estar a partir de preceitos do solidarismo cristão, que deveria ser efetivado pelo Estado. Isto é apresentado em linguagem filosófica e universalista rara em nosso pensamento político (LYNCH, 2013; 2016), ancorada em uma interpretação da longa duração. Se todos os socialistas aqui analisados tinham uma concepção no qual o desenvolvimento como distribuição de bem-estar era a *ratio* da história, Alberto Pasqualini é o único deles que não constrói o argumento por uma via completamente secular. Seu conceito de justiça e sua concepção de sociedade são explicitamente vinculados ao seu cristianismo. Para ele, o programa trabalhista

---

e o método que entendem que os fenômenos sociais devem ser abordados tendo em vista seus contextos históricos e o sentido que tinham dentro dele.



seria “humano e essencialmente cristão.” (PASQUALINI, 1948, p. 43). Daí sua preocupação em fazer espécie de história intelectual do cristianismo católico para afirmar que seus preceitos estão em consonância com sua religião. Nisto, há uma retroalimentação discursiva em que o autor fomenta sua leitura sobre a questão social no pensamento da Igreja. Ao mesmo tempo, interpreta este pensamento católico e suas encíclicas a partir da maneira como ele vê o mundo, a sociedade industrial, o capitalismo e o socialismo.

Baseando-se nas encíclicas, ele afirma que a rejeição cristã ao comunismo não implicaria a negação do socialismo como um todo. Na *Rerum Novarum* de 1891 a Igreja teria condenado nominalmente o comunismo, enquanto doutrina que iria contra o cristianismo pelas suas críticas às hierarquias criadas por Deus, por sua pregação materialista e pelo incentivo à luta de classes e à violência. Embora ele concorde que a doutrina marxista reduziria o homem ao seu aspecto econômico, o materialismo comunista não seria uma metonímia do socialismo como um todo (entendido como socialização dos meios de produção). Para o autor, seus princípios poderiam ser buscados, inclusive, nos evangelhos e na pregação da Igreja. Isso teria sido admitido na encíclica *Quadragesimo Anno*, de 1931.

Sobre a visão da sociedade calcada em um conflito de classes, Pasqualini aponta que criticar a leitura seria como tomar o diagnóstico da doença por ela mesma. Tal juízo não se deveria ao socialismo como ideologia, mas seria fenômeno presente em sociedades desiguais e marcadas por antagonismos de classe. A causa era o capitalismo moderno individualista e sua apologia da concorrência desmedida e da ambição de lucro e poder. A Igreja teria admitido isso tanto na encíclica de 1931 quanto em outra de 1937, *Divini Redemptoris*. A luta de classes ocorreria quando as massas fizessem justas reivindicações contra este estado de coisas.

Sobre a questão da propriedade privada dos meios de produção, o autor esforça-se por resolvê-la a partir da tradição escolástica (via Aristóteles e Tomaz de Aquino) e das encíclicas. Sua conclusão é a de que o cristianismo é a favor da propriedade individual apenas para que ela pudesse atender a interesses coletivos. No mundo moderno, a única solução para isso seria que ela fosse submetida às autoridades públicas e direcionadas para o objetivo maior da justiça social. Daí a sua teologia política que dá protagonismo ao Estado a fim de garantir uma ordem social coesa e justa, que foi criada por Deus, mas corrompida pelos seres humanos.

Posicionando-se sobre o conflito internacional da guerra fria, Pasqualini o entendia a partir da dialética hegeliana e marxista como uma oposição entre a tese (capitalismo) e sua antítese (comunismo) no qual a síntese deveria ser um modelo de socialismo que incorporasse o que haveria de virtuoso em ambos. Para ele, a URSS seria um exemplo de decadência moral (pelo uso de violência e terrorismo) e que, por isso, atrairia aqueles com “inclinação mórbida”

(PASQUALINI, 1948, p. 209) por estes métodos. Isso seria profundamente contra o ordenamento social e, por isso, não poderia lhe gerar benefícios. Todavia, Marx, Lenin e Stalin não criaram as “ideias sociais” (Idem, p. 215) e nem teria seu monopólio, elas seriam a evolução do próprio senso de solidariedade de acordo com as mudanças objetivas do mundo.

E estas mudanças objetivas do mundo seriam no sentido do aperfeiçoamento da vida humana, porque o domínio da natureza pela técnica se fazia necessário para que a satisfação da necessidade de todos pudesse ser atendida. O sentido do desenvolvimento era o de possibilitar a construção de um ideal de justiça cristão e que poderia ser socialista, desde que a ideologia não fosse materialista, preservasse a liberdade e só socializasse os meios de produção na medida das exigências sociais (Ibidem, p. 206). Como o autor aponta:

Se a suprema lei da caridade consiste no dever de se amarem os homens uns aos outros, como se poderá realizar esse preceito quando uns possuem em excesso e outros não têm sequer como satisfazer as necessidades elementares? Em vez de lhes ordenar que distribuam o excesso aos pobres como esmola, não será melhor organizar a sociedade de tal forma que se evitem essas chocantes desigualdades? E isso, porventura, ofenderia os mandamentos evangélicos? (PASQUALINI, 1948, p. 210)

Isso não implica uma rejeição radical do capitalismo por parte do teórico trabalhista. De fato, o modelo que ele chama de capitalismo egoísta seria o outro extremo do comunismo e, por isso, igualmente rejeitável por seus vícios. Contudo, o capitalismo teria inovado nas técnicas de produção de riqueza e de premiação pelo mérito. Um regime de propriedade privada, com trabalho assalariado e tendo em vista o lucro não é percebido por si mesmo como ruim. O problema seria quando ele se corromperia e acabaria por dismantelar o tecido social. Um modelo em que as riquezas produzidas tivessem finalidade social e houvesse igualdade de oportunidades seria desejável como mecanismo de desenvolvimento e de ampliação do acesso aos bens da civilização.

Como já apontamos, o *telos* da história para o autor não era o de atingir-se o máximo de igualdade, mas a justiça. O motor deste movimento estaria na própria capacidade de adaptação da sociedade e da natureza humana, que passaria não só pelo aprimoramento técnico, mas moral, em direção ao consenso geral da necessidade de que a solidariedade era necessária para a boa vida em comum. Este ensinamento nos seria legado pelas Escrituras desde o Apóstolo Paulo, que teria dito que todos os demais mandamentos emanavam da premissa fundamental de se amar o próximo como a ti mesmo. No caminhar da história, desde que bem dirigida pelos preceitos corretos, a tendência seria que o regime de propriedade privada convivesse com o

bem-estar social e a solidariedade. Cada indivíduo teria consciência de sua função e teria suas necessidades básicas garantidas, entretanto, aqueles com vocação para os empreendimentos poderiam enriquecer, desde que não aos custos da pobreza de outros.

Isoladamente, este híbrido de socialismo e conservadorismo pode parecer paradoxal, mas é perfeitamente compreensível se entendermos o trabalhismo como uma identidade política que inclina para a esquerda o enquadramento da questão social dos anos anteriores. A visão de sociedade e de política de Alberto Pasqualini é uma recepção em tempos democráticos e de diversidade ideológica do ideário de teóricos do Estado Novo, como Oliveira Viana e seu solidarismo cristão. Como aponta Ângela de Castro Gomes (2005), a formação da classe trabalhadora, de sua identidade e de um partido político que visasse representá-la não deve ser entendida por modelos teóricos preexistentes. Portanto, só se pode estranhar o discurso trabalhista e a maneira como ele é montado por Alberto Pasqualini porque inconscientemente se está comparando com outro tido como autêntico e com o qual a história política brasileira não corresponde.

Já com a ideologia do PTB consolidada, o também trabalhista e isebiano Alberto Guerreiro Ramos publica em 1958 seu livro *A redução sociológica*, onde ele formaliza sua visão da história da humanidade pela “Lei de Fases” (RAMOS, 1996, p. 129). Nesta, os problemas que se apresentariam para uma sociedade seriam determinados pela fase do desenvolvimento em que ela se encontraria. O autor entende que os períodos da história deveriam ser explicados de acordo com as condições da vida material e que a existência social determinaria a consciência. Deste modo, ele conclui que a parte mais alta de evolução até o seu presente seriam as sociedades capitalistas ou socialistas, existindo uma tendência dos povos ocidentais periféricos de atingir o padrão de vida dos que estão no centro, como um devir histórico para o bem-estar, entendido como ampliação da igualdade. Na medida em que o progresso técnico gerasse aumento de produtividade e ampliando o nível de vida, novos grupos também iriam tomando consciência de seu papel histórico e participando efetivamente da política.

Entretanto, Guerreiro Ramos discordava da ideia comunista de que haveria uma síntese última a se atingir no processo histórico. Uma vez que a história jamais seria estática, para todo grau de desenvolvimento haveria sempre outro superior. O que caberia ao sociólogo não seria encaminhar a humanidade para um *telos*, mas adequar-se às exigências do seu tempo, fornecendo-as sofisticação teórica. Nesta teoria dinâmica da história tudo seria peregrino e tenderia a ser superado. A essência da realidade social seria a transitoriedade. A consequência sociológica e política seria a compreensão de que uma determinada tendência que em um

momento apresentava-se como progressista, na medida do avanço da história tenderia a se tornar conservadora. Logo, para entender a tarefa do desenvolvimento no presente, era preciso inseri-lo em uma diacronia, o que resulta em sua preocupação com a história do Brasil.

Embora não tenha ficado famoso como Nelson Werneck Sodré pelo seu diagnóstico feito sobre a situação da terra no Brasil, Alberto Guerreiro Ramos não tem posição tão distinta daquele autor e dos demais quadros da tendência principal do PCB. Embora não classificasse as relações existentes no campo brasileiro durante sua época de feudais, ele as percebia como permanência do atraso, acreditando que elas teriam de ser superadas por um processo de desenvolvimento que gerasse industrialização e conseqüente urbanização do país. Em *A Redução sociológica* (1996), o autor chega a colocar estes fatores como condição para a entrada do país na história. Na *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo* (1995), ele enaltece a industrialização como categoria fundamental da sociologia na América Latina. Em suas palavras:

É essencialmente, e, sobretudo nos países da periferia econômica, um processo civilizatório, isto é, aquele mecanismo por meio do qual se operam as mudanças quantitativas e qualitativas nas estruturas nacionais e regionais. Estas estruturas só alcançam alto grau de civilização mediante o desenvolvimento industrial. (RAMOS, 1995 p. 145).

Para o sociólogo, os altos níveis de saúde e bem-estar dos países industrializados seriam causados pelo seu desenvolvimento. Na medida em que ele aumentaria, não só aumentaria junto a qualidade de vida de um país, mas também a qualidade política, duas razões pelas quais o Brasil deveria almejá-lo. Porém, o latifúndio seria impedimento para o avanço da urbanização, atravancando o próprio país. Em *A dinâmica da sociedade política no Brasil*, Guerreiro Ramos (1995) traça uma breve história do papel político dos latifundiários brasileiros, partindo das suas categorias de classes ascendentes como progressistas, dominante como conservadoras (e reformistas) e classes em declínio como reacionárias. O autor interpreta os latifundiários como classe ascendente em 1822, quando teriam feito a independência e organizado o Estado. Desta data até 1930 eles eram classe dominante, tornando-se, após a revolução, classe em declínio. Haveria à época uma possibilidade de mudança: “E nestes dias já se descortina como possível uma aliança (que parece esboçada na última eleição presidencial de 1955) do proletariado com a burguesia industrial numa luta contra seus inimigos comuns” (RAMOS, 1995, p. 67). Estes inimigos comuns seriam justamente os latifundiários, contrários ao interesse de desenvolvimento da indústria nacional. Assim como os demais intelectuais do ISEB, Guerreiro

Ramos propunha uma coalizão entre diferentes setores da sociedade para permitir o desenvolvimento do Brasil.

Em 1930 teria se iniciado o declínio da burguesia do latifúndio mercantil como classe dominante, perdendo sua posição no centro do poder para a burguesia industrial. A manobra política que deu início ao Estado Novo em 1937 foi interpretada pelo autor como um ordenamento político-estatal de Vargas para conseguir orientar a produção para consumo interno sem grandes percalços. Isto porque seria preciso dar um sentido intervencionista ao Estado. Graças à ascensão do proletariado como força política nos anos 1930, faziam-se possíveis as condições de dar fim à situação colonial do Brasil, via aliança de seus setores progressistas.

Apesar de ter diferente filiação partidária, Nelson Werneck partia de juízos similares. Adepto do materialismo histórico, a história era, para Nelson Werneck, o fundamento de seus pressupostos políticos, sociais e econômicos. Tudo deveria ser entendido situacionalmente em seu contexto: “[...] o novo de determinada etapa passa a ser o velho da futura, e assim se desenvolve a história, e por isso mesmo que é história” (SODRÉ, 1963, p. 167). Para ele, a história se moveria através de um conflito entre classes, no qual uma derrubaria a outra sucessivamente. Nelson Werneck concorda com as análises de *O capital* (2013) sobre a acumulação primitiva no processo de colonização europeu. A Introdução de seu livro *Formação histórica do Brasil*<sup>88</sup> (1967) consiste em uma descrição da leitura marxiana sobre acumulação de capital na história europeia, com ênfase na Península Ibérica, até a chegada dos Portugueses na América. As análises do autor ganham maior originalidade quando ele se debruça sobre a história do Brasil.

Ponto importante da interpretação histórica de Nelson Werneck é a problemática dos modos de produção. Seu diagnóstico da existência de relações feudais ou semif feudais no Brasil partiram de um amalgama das teses marxistas e sua recepção do debate já existente no pensamento político e social brasileiro. Para Sodré, o progresso histórico estaria vinculado ao avanço de forças produtivas e ao desenvolvimento de novas tecnologias para a produção. Na medida em que essa evolução ocorresse, ela geraria impactos sociais responsáveis por modificar as bases sociais e políticas da comunidade. O autor concebe que haveria um desencadeamento evolutivo dos modos de produção, do menos para o mais desenvolvido. Assim, do escravismo seguir-se-ia o feudalismo, a ser superado pelo capitalismo. Entretanto, no Brasil essa sucessão

---

<sup>88</sup> O livro é resultado do curso de Formação História do Brasil, dado pelo autor desde 1956 no ISEB (SODRÉ, 1967).

teria se dado de modo singular e, por isso, existiria feudalismo na segunda década do século XX.

Não é absurdo dizer que uma das teses que mais se associa a Nelson Werneck Sodré é sua afirmação da existência de relações feudais no Brasil. Jorge Grespan (2006) ressalta que a questão da existência de feudalismo fora da Europa era comum dentro do pensamento marxista. Já existia no debate internacional daquele período autores que defendiam a existência do feudalismo no Japão, na América Latina e na Rússia. Isso não é incoerente, uma vez que feudalismo é entendido nesta perspectiva teórica como modo de produção anterior à acumulação de capital. Logo, ele deveria existir em qualquer lugar antes que o avanço das forças produtivas permitisse a existência do capitalismo.

Ao mesmo tempo, não cabe analisar o pensamento de Nelson Werneck Sodré e do PCB como mero reprodutor do marxismo internacional, tal como sugere Bernardo Ricupero (2000). Para o cientista político, o comunismo no Brasil teria surgido sem a preocupação de entender a singularidade da realidade brasileira, sempre se guiando pela III Internacional, daí a insistência na tese do feudalismo e da revolução democrático-burguesa. No entanto, entendemos que se a tese do feudalismo ganhou força no debate brasileiro é porque era compartilhada por nosso pensamento político, décadas antes de Nelson Werneck dissertar sobre o ponto ou de ele ser firmado como programa partidário em 1958. Marcos Del Roio (2000) aponta crítica em direção semelhante:

Evidente que o núcleo da reflexão de Sodré está condicionado pelas múltiplas injunções da época histórica que sugeriam a indefinição do desenlace da revolução burguesa no Brasil, e essas incluía os influxos do reformismo krusheviano no movimento comunista e as condições históricas do próprio marxismo no Brasil e no mundo. Agora, identificar pura e simplesmente, sem qualquer nuance, a reflexão de Nelson Werneck Sodré sobre a formação social brasileira e o tema da revolução, com a chamada tradição terceiro-internacionalista e aos documentos políticos do PCB, é incorrer no reducionismo ou esquematismo de que o acusa. Isso porque, embora Sodré — como marxista que é — enfatize a dimensão do econômico, sua análise, como se procurou sugerir, transcende o economicismo presente em vários documentos políticos do PCB, assim como a percepção meramente instrumental do fazer política. (DEL ROIO, 2000)

Como apontam Pedro Marreca (2020) e Wendell Cintra (2013), outras interpretações célebres buscaram entender a questão do latifúndio no Brasil por chave similar. Ao menos desde Oliveira Viana impera o diagnóstico da grande propriedade de terra como algo negativo na formação brasileira<sup>89</sup>. Segundo Wanderley Guilherme dos Santos (1970), a dicotomia entre o

---

<sup>89</sup> Tratamos diretamente desta questão no segundo capítulo desta tese.

Brasil agrário e o Brasil industrial seria uma marca da imaginação política brasileira desde a Primeira República<sup>90</sup>, intensificada após a revolução de 1930 e, nos anos 1950, com o ISEB. Na terceira década do século, Martins de Almeida (1932) ressaltou no seu livro *Brasil errado* que o Estado brasileiro seria desde a sua fundação “[...] expressão política da dominação dos grandes proprietários de terra.” (ALMEIDA, 1932, p. 76). Isto teria dado à formação do país um sentido característico, no qual o latifúndio seria a unidade social do país e o município seria entidade artificial, sem existência real. Para o autor, o latifundiário teria permanecido figura central na política brasileira desde as grandes fazendas coloniais até os cafezais da Primeira República, sendo esta última expressão política mais evidente do caudilhismo brasileiro.

Segundo Martins de Almeida, a potência exagerada da grande propriedade de terra não teria dado condições para o desenvolvimento econômico da pequena e a alta burguesia, fazendo com que estes setores sociais não tivessem expressão política a ponto de fazer vencer seus interesses frente ao Estado. O autor também considerava o latifúndio uma influência nefasta para o homem público nacional, o impedindo de pensar o país de forma realista e, portanto, garantindo os privilégios da aristocracia rural. Em suas palavras: “Os nossos homens públicos podem ter, como o tem realmente, a cabeça nas nuvens, mas suas raízes estão enterradas nos feudos afazendados em que está repartido o território nacional.” (ALMEIDA, 1932, p. 79). Martins de Almeida já nos anos 1930 fazia referência à grande propriedade de terra brasileira como latifúndio feudal, assim como Nelson Werneck, vinte anos depois.

Ambos propuseram respostas para o problema comumente diagnosticado. Para Martins de Almeida, a solução seria uma reforma agrária que reorganizasse a propriedade de terra no país. Seria preciso remendar o fato de o latifúndio compor núcleos vitais independentes e dissociados uns dos outros, tal como já tinha analisado Oliveira Vianna. Uma reorganização da terra, que fornecesse também proteção legal ao pequeno proprietário rural, poderia formar uma classe média no campo, reestruturando a vida social no interior do Brasil. Do ponto de vista político, ela teria a função de, a partir da intervenção direta do Estado, limitar os poderes locais quase ilimitados da aristocracia da terra.

Mas esta leitura não era exclusiva do socialismo ou do nacional-estatismo brasileiro. Também o liberal Afonso Arinos de Melo Franco (1936) desde sua obra *Conceito de Civilização brasileira* identificou aspectos feudais no latifúndio nacional. Para ele, a estrutura

---

<sup>90</sup> Wanderley Guilherme dos Santos coloca Euclides da Cunha como o primeiro a dar insumo teórico para tal questão. Em *A ideologia do colonialismo* de 1961, Nelson Werneck Sodré irá remeter também ao escritor de *Os sertões*, o colocando como um dos primeiros a entender os problemas sociais e econômicos da organização fundiária brasileira.

fundiária brasileira teria características tanto feudais quanto capitalistas. A grande lavoura de açúcar colonial teria dominado a atividade econômica do país durante três séculos, orientando o tipo de vida da classe camponesa em formação. A preponderância do latifúndio desde os primórdios do país não teria cultivado no homem o apego à terra.

Afonso Arinos considerava o tipo dominante de exploração da terra ambíguo. Sob certos aspectos ele se revestiria do caráter feudal, contudo, sob outros, já seria nitidamente capitalista. Este modelo, segundo o autor, representaria bem o espírito da época das descobertas, em que a Europa teria supostamente evoluído do feudalismo medieval para o capitalismo renascentista. Neste momento de transição haveria resquícios feudais, como a tendência para a aristocratização das famílias dos senhores de terras e o insulamento destes nos engenhos acastelados. Os engenhos seriam percebidos pelos seus proprietários como organismos sociais quase completos, a economia seria elementar e o uso da moeda limitado. As relações entre os senhores e os colonos livres também se aproximariam enormemente das do feudalismo europeu. Porém, haveria características capitalistas: a detenção, nas mãos dos senhores, dos meios de produção (os engenhos), o trabalho escravo, e a organização industrial da exploração agrícola. Esta última seria baseada na proibição opressiva do uso da cana-de-açúcar para a fabricação de produtos acessíveis à produção do pequeno proprietário.

Dentro do ISEB, Hélio Jaguaribe também acreditava que a situação da terra no Brasil compartilhava características com o feudalismo. Como apontamos em capítulo anterior, o cientista político argumentava que o Estado Cartorial seria o mantenedor do *status quo* e produto da política da clientela, ligada a estruturas de tipo feudal. Tal mecanismo serviria para desviar o Estado de sua função de prestador de serviços e torná-lo repositório da classe média ociosa nos cargos públicos. Tal seria o arranjo das classes no país: “A classe dominante, indiretamente, subsidia a ociosidade e a marginalidade da classe média, enquadrando-a no Estado Cartorial, e lhe paga o imposto que esta lhe devolve na forma dos benefícios da manutenção da política da clientela e da estrutura semicolonial e semifeudal.” (JAGUARIBE, 1958, p. 23).

Na obra de Nelson Werneck Sodré, a tese do feudalismo brasileiro certamente estava associada a seu projeto político partidário, mas, como vimos, não pode ser limitado a ele. Tal como assinalado por Jorge Grespan (2006) e por Gildo Marçal Brandão (1997), a Declaração sobre política do PCB em 1958 expressa a mudança de orientação do partido, que passava então a defender o desenvolvimento capitalista no Brasil como forma de acabar com as relações de produção semifeudais que existiriam no campo. Nelson Werneck Sodré agregou a defesa feita



pelo seu partido à discussão já existente sobre o latifúndio no pensamento político brasileiro e produziu uma interpretação histórica com finalidades políticas a partir desta junção.

De acordo com o historiador (SODRÉ,1967), o avanço das forças produtivas no Brasil não teria se seguido como na Europa, onde teria havido uma sequência evolutiva de modos de produção com maior nível de produtividade. O nosso país teria regredido a um modo de produção escravista, menos produtivo. Isto teria se dado por imposição do grande comércio, controlado pela metrópole. Com o advento da Revolução industrial, a escravidão teria se tornado inadequada ao comércio mundial, que exigiria a ampliação de um mercado consumidor. Então, no final do Império, o fim do regime escravista teria representado a passagem para um regime feudal, pois a perda do mercado externo, causada pela pouca competitividade dos produtos agrícolas, teria levado ao isolamento comercial e condenado os produtores à atividade de subsistência. Para Sodré, o Brasil teria se tornado feudal na Primeira república, uma vez que o regime teria favorecido a divisão do país em feudos. Somente após a Revolução de 1930 que viria a se iniciar um processo de ruptura que levaria pessoas dominadas por relações de semisservidão à vida política. Nelson Werneck advogava que para o desenvolvimento capitalista e industrial ocorrer, seria preciso remover os resquícios do atraso conservador. Em termos marxistas, o Brasil precisaria de uma revolução burguesa.

Sodré desenvolveu o tema do feudalismo no Brasil em *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*<sup>91</sup> (1963). Partindo do pressuposto de que as ideias estariam condicionadas ao avanço das forças produtivas em determinado momento histórico, o autor conclui que o Brasil estaria finalmente na fase em que o nacionalismo se tornaria possível politicamente. Sodré apresenta três cortes para a História do Brasil<sup>92</sup>: Independência, República e Revolução brasileira. Na elaboração intelectual do autor, a história político-institucional brasileira seria expressão da etapa do desenvolvimento econômico em que o país se encontraria. A colônia estaria ligada à revolução comercial, na qual toda produção seria para mercados externos. A Independência, por sua vez, seria reflexo da revolução industrial, que exigiria a ruptura do monopólio do comércio pela abertura de novos mercados proporcionada por esta mudança no modelo produtivo internacional.

Do Império até a República a classe dominante continuaria sendo o senhor de terras. Na alteração de regime, o modo de produção teria deixado de ser escravista para ser feudal. O

---

<sup>91</sup> O texto é reprodução da aula inaugural dada no ISEB em 1958.

<sup>92</sup> O recorte é o mesmo presente no livro publicado em 1962 *Formação histórica do Brasil*, que é resultado do curso de História do Brasil que o autor lecionava no ISEB.

pequeno produtor estaria preso ao latifundiário e a política dos governadores seria o arranjo institucional que garantiria o poder dos senhores feudais brasileiros. A fase em curso era a da Revolução brasileira, iniciada com a revolução de 1930. Nela, a classe dominante teria se enfraquecido, a classe média teria se tornado forte, e a classe trabalhadora estaria entrando na vida política.

No entanto, esta última fase ainda teria uma contradição fundamental a resolver. Para Nelson Werneck, os produtores de café seriam senhores feudais, representantes do arcaísmo que precisaria ser eliminado. Para tal, o nacionalismo deveria ser utilizado como ferramenta de libertação. Ele teria o papel de pôr fim às reminiscências do feudalismo neste país, tal como teria feito nos países europeus durante a Idade Moderna. A missão do nacionalismo no Brasil seria a de formar um arranjo de classes a partir do interesse comum de encerrar o jugo colonial imposto ao Brasil. Os inimigos desta coalizão seriam aqueles que acreditavam que o Brasil só poderia se desenvolver com ajuda alheia, e, por isso, defenderiam a manutenção do quadro de relações feudais ou semifeudais. Em sintonia com o projeto defendido pelos demais intelectuais do ISEB, Nelson Werneck pleiteava uma “[...] composição nacional que inclui uma burguesia capaz de realizar-se como classe [...]” (SODRÉ, 1963, p.182), para que o Brasil pudesse atingir o seu desenvolvimento.

Embora possamos tratar Nelson Werneck como expressão teórica exemplar da tese hegemônica do PCB após 1958 (ROIO, 2000), sua visão não representa a de seu partido e nem a do comunismo como um todo. Segundo Bernardo Ricupero, Caio Prado Jr. era um “solitário” (RICUPERO, 2000, p. 106) que tinha um lugar “[...] marginal no seu ambiente político e intelectual principal, o marxismo do Brasil.” (Idem). O historiador e economista teria tido poucos cargos de destaque, sua importância estava em organizar em torno de dissidentes de São Paulo, que escreviam na Revista Brasiliense.

Neste periódico, Caio Prado Jr. apontou leituras que continuavam o seu clássico *Formação do Brasil contemporâneo*, de 1942. A tese principal pode ser sintetizada como um esforço de analisar as origens coloniais no Brasil e seus efeitos na sociedade, na política e na economia posterior, em chave marxista. No célebre argumento do “sentido da colonização” (PRADO JR., 2011, p. 15) a nossa história econômica é narrada como uma consequência da expansão comercial portuguesa. Deste argumento também sai a distinção entre colônias de povoamento nas zonas temperadas da América do Norte e as colônias de exploração das zonas tropical e subtropical. Enquanto no primeiro caso não haveria grande interesse comercial e os problemas internos dos ingleses teriam impedido uma atenção mais detida, aqui teríamos desde o século XVI a ambição lusa de produção de gêneros de alto valor no mercado europeu, como

açúcar. No primeiro caso, almejava-se construir um prolongamento da sociedade europeia, com igualdade formal. Já aqui, a mão de obra era escrava e havia alta desproporção entre poucos senhores e muitos servos, inaugurando uma lógica desigual. A economia na antiga América portuguesa era de larga escala para abastecer mercados externos, com mão-de-obra escravizada e sem nenhum interesse em formar uma nacionalidade. Deste diagnóstico ele extraiu o sentido de nossa colonização, que ele julgava perpetuado no tempo:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra de que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização pura mente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Esse início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Haverá resultantes secundárias que tendem para algo de mais elevado; mas elas ainda mal se fazem notar. O sentido da evolução brasileira, que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização. Tê-lo em vista é compreender o essencial deste quadro que se apresenta em princípios do século passado, e que passo agora a analisar. (PRADO JR., 2011, p. 29)

Desta sua leitura sobre as particularidades históricas do Brasil que ele deriva sua discordância com o modelo que orientava o seu partido. Em artigo de 1947 publicado no Boletim de discussão do IV Congresso do PCB, ele afirma que a inspiração teórica de sua organização política não era pensada sem as devidas mediações históricas. Coincidentemente ou não, ele faz crítica similar a que Guerreiro Ramos faria anos depois em *Mito e Verdade da Revolução brasileira*, com a vantagem cronológica a favor do paulista. Para ambos, o modelo leninista era feito a partir da experiência histórica e da práxis política da Rússia e não deveria ser universalizado para distintas realidades nacionais. Tal como aponta Ricupero (2000), Caio Prado vinculava sua posição de militante a sua de historiador e teórico e percebia este tipo de investimento intelectual como fundamental para propor a tarefa no presente. O Brasil teve outra história e caberia entendê-la para propor uma teoria adequada e dela derivar a ação.

Ele concordava com Nelson Werneck que no Brasil o processo de sucessão de um regime feudal para um burguês e depois para um socialista não se verificaria na história tal como foi na Europa. Entretanto, a consonância termina aí. Para Caio Prado, o feudalismo “[...]”

se refere a um tipo específico de organização social que existia na Europa antes do advento do capitalismo e da sociedade burguesa; e que não existe nem existiu nunca no Brasil.” (SANTOS, 2007, p. 134). Portanto, a revolução democrático-burguesa que o PCB queria reproduzir no Brasil só fazia sentido na Rússia, marcada por uma condição feudal. Reiterando a tese de seu livro de 1942, ele aponta que a economia brasileira teve sua gênese na atividade mercantil, empreitada que na Europa teria sido responsável por desintegrar o feudalismo. Nossa economia voltada para abastecimento externo desde o século XVI, não poderia ser feudal, ela era colonial.

Embora fosse crítico do tipo de apropriação que o PCB fazia destas leituras, Caio Prado não as ignorava, tanto que seu entendimento sobre a economia política internacional e o imperialismo se assemelha a de Lenin. Escrito em 1916, em *Imperialismo, etapa superior do capitalismo* (LENINE, 1984) o seu autor se dedicou a compreender a fase em que o capitalismo se encontrava em sua época. Na análise de Lenin, o modo de produção teria se transformado em um sistema global de subjugação de colônias por um número reduzido de países. Assim, o próprio crescimento delas seria sufocado pelas potências centrais. Com o avanço do capitalismo, os países imperialistas que almejassem continuar se expandindo, teriam passado a precisar explorar não só o seu proletariado interno.

Para o revolucionário russo, o sistema econômico teria seguido três fases. Na primeira, das décadas de 1860 até 1870, ele teria experimentado a livre concorrência, a partir de 1873 já existiria a formação de cartéis e seu conseqüente monopólio. Finalmente, do fim do século XIX até o início do século XX os cartéis teriam se tornado a base de toda a economia capitalista, transformada nesta fase em imperialismo. Na transição do capitalismo de livre concorrência para o capitalismo monopolista os bancos passariam a atuar como principais agentes do capital. Começaria então a haver uma tendência de concentração de investimentos em poucos bancos, que acabariam por controlar o capital, uma vez que seriam eles que concederiam o crédito. Para Lenin, a formação de um capitalismo financeiro na qual os bancos controlam o capital seria uma característica fundamental do imperialismo, substituindo a exportação de mercadorias pela de capitais. Na medida em que o capitalismo crescesse excessivamente nos países centrais, seria preciso alocar recursos nos periféricos. Isto geraria uma disputa entre os países capitalistas pela partilha do mundo e pela conseqüente manutenção de seus respectivos monopólios.

Lenin considerava que o capitalismo estaria em nova fase parasitária, na qual os países imperialistas se manteriam pela exportação de capitais para as colônias exploradas. As nações dominantes se tornariam credores dos países subalternos, gerando um crescimento agregado do capitalismo como um todo, mas que cada vez mais se mostraria desigual e dependente. Os

países em condição colonial teriam seu crescimento associado ao dos países centrais. Sintetizando o argumento de seu texto, ele afirma o seguinte:

Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido. (LENINE, 1984, p. 42)

Ao tratar das novidades econômicas do século XIX, Caio Prado parte das considerações do soviético sobre a penetração do capital financeiro internacional e seus efeitos. Países de origem colonial seriam daí em diante ainda mais reféns do comércio internacional e, conseqüentemente, do imperialismo. Todavia, Caio Prado via um “lastro positivo do imperialismo” (SANTOS, 2007, p. 136), porque ele teria modernizado o capitalismo brasileiro, o incluindo em um sistema internacionalmente desenvolvido, possibilitando o acesso a maquinário. Com o imperialismo também teria vindo o “espírito de iniciativa, os padrões, o exemplo e a técnica de países altamente desenvolvidos” (Idem, p. 136) O imperialismo teria possibilitado a integração brasileira em um modelo econômico mais moderno, o problema seria que a inserção teria mantido o país em lugar periférico, de produção de bens primários.

Do exposto acima ele deriva que o Brasil deveria voltar sua economia para si mesmo e para o seu processo de desenvolvimento, de modo a satisfazer as necessidades de sua população. Assim como os demais socialistas do período, ele também considerava esse processo como em curso, embora constantemente atrapalhado por grupos que não teriam interesse na mudança do estado de coisas tal como se encontrava. De acordo com o que ele aponta em seu livro de 1957 *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*, Caio Prado Jr. concordava com o diagnóstico geral marxista de que a superação do capitalismo pelo socialismo seria um “fato histórico” (PRADO JR., 1957, p. 64) a se realizar o pela ação coletiva do proletariado para melhorar suas condições de vida. Partindo da análise de *O capital* de Marx (2013), o intelectual brasileiro via o capitalismo como um modo de produção com tendência de desequilíbrio entre a produção e o consumo, que constantemente geraria crises. A contradição se daria pelo fato de que, paralelamente ao desenvolvimento das forças produtivas com objetivo de ampliação dos lucros, ocorreria a pauperização das massas, que ficariam impossibilitadas de consumir. Este desencontro conseqüentemente geraria superprodução, até o ponto em que reformas no sistema

não conseguiriam resolver e o capitalismo seria desintegrado por suas próprias contradições, tal como pressupõe o método dialético. Todavia, ainda não haviam se alcançado no Brasil nem as condições objetivas nem as subjetivas para tal, cabendo como tática um modelo reformista que voltasse nossa economia e nossa política para nós mesmos, expresso em um projeto nacional de desenvolvimento.

Sem filiação partidária ou institucional evidente, o economista e operador do Estado<sup>93</sup> Celso Furtado compartilhava do historicismo socialista e da análise processual da história feita por eles. O economista partia de uma análise histórico-estrutural inspirada pela sua atuação na CEPAL e entendia sua disciplina como insuficiente por si mesma, sendo necessário um ecletismo com as demais ciências sociais (CEPÊDA, 1998; CEPÊDA, 2010). Leitor de Mannheim, Keynes, Hegel e Marx, ele combinava estes autores em uma concepção do papel do intelectual enquanto *intelligentsia* que precisaria apontar os caminhos de efetivação do desenvolvimento brasileiro a partir de uma análise de sua estrutura histórica e social. O horizonte normativo buscado era de um modelo de democracia que fosse ao mesmo tempo política e social.

Em sua coletânea de textos<sup>94</sup> *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* ele narra o processo histórico do desenvolvimento dos países que atingiram este estágio para contrastá-lo com outra realidade, a dos subdesenvolvidos. Inovação que Furtado traz a este debate e que não havia sido formalizada por outros economistas – como Myrdal – é que ele não entende esta última categoria como uma fase que necessariamente levaria à próxima, mas como uma condição em si mesma, produzida historicamente e perpetuada social e politicamente (CEPÊDA, 1998).

Para evidenciar a diferença, ele elabora uma narrativa do caso inglês – porque ele seria tratado como regra nas teorias do desenvolvimento econômico – e de como ele chegou até a Revolução industrial. Ainda no medievo, o desenvolvimento britânico em seus estágios iniciais

---

<sup>93</sup> Celso Furtado participou de várias iniciativas do Estado brasileiro, dentre elas, a composição do grupo misto de estudos entre CEPAL (órgão o qual ele também compôs) e o BNDE em 1953; depois em 1958 fez parte do núcleo de trabalho para o desenvolvimento do Nordeste (GTDN) no governo JK, que culminaria em 1959 na Superintendência para o desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ao qual ele foi primeiro superintendente. Em 1962, Celso Furtado é indicado como Ministro do Planejamento de João Goulart, oportunidade em que elaborou o Plano Trienal que visava orientar a política econômica do governo para a recuperação econômica do país, mas que encontrou resistências tanto da esquerda quanto da direita em sua aplicação. Furtado abdicou do cargo em junho de 1963, voltando a se dedicar exclusivamente à SUDENE. Após o golpe de 1964, ele foi cassado pelo AI-1 e retirou-se do país. Cf. [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/celso\\_furtado](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/celso_furtado). Acessado em: 21/12/2021.

<sup>94</sup> O livro é composto de textos seus de 1952 até 1960, com a introdução assinada com data de 1961. O capítulo 1 é de 1954, o 2 de 1952, o 3 de 1955, o 4 e 5 de 1958 (originado de seu concurso de cátedra de economia política da faculdade de direito da Universidade do Brasil) e o 6 é de 1960,

teria se realizado pela expansão geográfica das redes de comércio e seus efeitos na inclusão de mais membros no sistema econômico. Os recursos, por sua vez, eram acumulados nas mãos de poucos, o que gerou excedente que elevou a acumulação e diversificou o consumo. Neste processo, o comércio foi continuamente se expandindo e se especializando, tendo como elemento dinâmico o comerciante, que almejava a expansão de seus lucros. Do ponto de vista dos senhores feudais, o comércio teria se tornado uma necessidade desde o fechamento de fronteiras pelos impérios árabes. Para Furtado, o feudalismo não teria evoluído para o modelo comercial endogenamente, mas por pressão externa. Portanto, os dois conviveram e se retroalimentavam. Na política econômica, isso teria resultado em práticas de *laissez-faire* para o comércio exterior, mas com alto protecionismo interno, de modo a garantir os preços para o consumidor doméstico.

Em uma leitura que dá destaque aos efeitos da economia nas instituições políticas, Furtado aponta que foi por conta das mudanças nas necessidades de segurança e a contínua integração do sistema econômico que o feudalismo teria sido substituído pelo Estado nacionais. Após isso, o crescimento das cidades continuaria, assim como ao nível médio de renda dos grupos abastados das áreas rurais, que aumentavam sua demanda por manufaturados – como tecido – e estimulavam sua produção. Pensando em seus custos e visando ampliar lucros, os tecelões teriam iniciado uma prática de montar fábricas, de modo que pudessem controlar o regime de trabalho dos empregados. Passou-se também a contratar mulheres e crianças, daí que: “[...] o regime de trabalho assumiu características de dureza que não haviam sido conhecidas na Europa em todo milênio anterior.” (FURTADO, 2008, p. 134). Entretanto, isso tinha um limite e o empresário não poderia baixar salários e condições de trabalho até um nível de colapso. Sua estratégia teria passado a ser a de aumentar a produtividade pela técnica e pela organização. Com isso, o autor conclui que: “É, portanto, na organização e na técnica de produção que está o elemento focal o novo sistema econômico.” (Idem, p. 137)

Com o tempo, o empresário teria deixado de necessitar de expansão do comércio e passado a reinvestir no espaço econômico que já havia consolidado. O efeito teria sido a expansão da produtividade, da renda global e do mercado interno. Se as economias baseadas em comércio teriam por característica o fato de que atingiriam um ponto de equilíbrio até que ele fosse rompido por um fator exógeno, as economias de tipo industrial então formadas se desenvolveriam pelo crescimento interno e dependeriam do contínuo reinvestimento de sua renda no circuito econômico, para não o interromper. Com isso, Furtado chega à conclusão de que “Destarte, os problemas de desenvolvimento têm que ser considerados concomitantemente como problemas de produção e de distribuição” (FURTADO, 2008, p. 142), porque sem o

segundo elemento o empresário desestruturaria outros negócios dos demais membros de sua classe.

Contudo, a construção deste modelo ideal baseado no caso inglês servia a Furtado apenas para marcar a singularidade das economias subdesenvolvidas. O modelo abstrato não corresponderia ao distinto processo histórico da periferia. Tal como aponta a cientista política Vera Cepêda (1998; 2010) a interpretação de Furtado é similar à de Caio Prado Jr. neste aspecto. Ambos percebiam a formação da economia brasileira como influxo do desenvolvimento capitalista europeu, legando para o país uma condição colonial mantida no tempo, como estrutura. Furtado, recepcionava as teorias cepalinas e compreendia que a expansão do capitalismo no século XIX teria resultado nos países subdesenvolvidos em uma economia híbrida, com heterogeneidade estrutural, na qual a economia moderna conviveria pacificamente com estruturas arcaicas de tipo tradicional. O motivo disso seria que, diferente de como se deu na Europa e nos EUA, o capitalismo não estava integrado à economia local. A origem do capital era externo e formava poupança no seu país de origem.

Especificamente no caso brasileiro, os lucros do setor cafeeiro não representariam nenhuma modificação sistêmica. Dados o tamanho de nossa população e as condições de trabalho que os setores empobrecidos tinham que aceitar de se submeter, haveria elasticidade de oferta de mão-de-obra, o que impossibilitaria os limites de investimento do empresário. Assim ele não era estimulado a ser tornar o motor da inovação e nem se transformava em elemento dinâmico da economia. No Brasil, o elemento dinâmico era externo, pela procura e não pela oferta. A estas duas estruturas, uma atrasada e outra voltada para fora, teria se somado uma terceira de tipo industrial, que era direcionada para a produção interna de bens de capital, necessários ao crescimento. (FURTADO, 2008, p.171). Só que o empresariado industrial nacional almejaria ofertar um produto equivalente ao importado com preços competitivos. Assim, as inovações tecnológicas que ele agregaria ao sistema seriam as que cumpririam estes objetivos, e não as que visariam a transformação da estrutura econômica e nem a absorção dos trabalhadores em condição de subsistência. Como consequência, a estrutura ocupacional se modificaria lentamente, a população seria pouco afetada pelos seus benefícios e a estrutura ocupacional se manteria em níveis pré-capitalistas.

A análise econômica de Furtado é histórica e estrutural, mas para além disso ele também empreendeu estudos de análise política e sociológica nas qual ele partilhava de uma filosofia da história que via o desenvolvimento como um devir para o bem-estar e para a igualdade social, tal como os demais socialistas. Esta dimensão é perceptível tanto em *A pré-revolução brasileira* de 1962, quanto em *Dialética do desenvolvimento*, escrito às vésperas do golpe de 1964. Na



primeira obra o então ministro do planejamento abre a discussão apontando que “O desenvolvimento econômico é, em sentido estrito, um meio” (FURTADO, 1962, p. 20) cujo fim é o desenvolvimento humano, de modo que possa realizar suas potencialidades. Tendo este como objetivo final, o economista descreve a fase então vivenciada naqueles anos no mesmo sentido dos isebianos e os trabalhistas, ou seja, como um momento chave em que o Brasil estaria finalmente se voltando para si, permitindo que ele altere o quadro tradicional em que o país se encontrava.

Já sua relação com o marxismo é mais carregada de ambiguidades e críticas. Furtado respeita a teoria como um “[...] humanismo e otimismo com respeito à evolução material da sociedade.” (FURTADO, 1962, p. 19). Ele considera benéficas algumas conclusões do marxismo como as de que ordem social se basearia na exploração do homem pelo homem; o reconhecimento da historicidade da realidade social; e a agência dada aos indivíduos na modificação da realidade tal como ela se encontrava. Entretanto, ele é crítico da compatibilização dos métodos marxistas na sociedade brasileira. Para ele, o desafio aqui deveria ser o de conciliar liberdade com o desenvolvimento (entendido como condição para o desmantelamento das desigualdades). Se casos como a URSS e Cuba podiam aceitar um governo autocrático por não terem tido uma experiência de liberdade prévia, o Brasil estaria experimentando a democracia naquele momento. Portanto, dada nossa história, nossa política e nossa sociedade, instaurar qualquer tipo de ditadura seria um retrocesso.

Em *Dialética do desenvolvimento* ele demonstra compartilhar a visão hegeliana da história, mas atribuindo a ela um sentido distinto da dos marxistas. Em sua visão, a tese de que a luta de classes seria o motor da história desde os primórdios “está longe de encontrar fundamento” (FURTADO, 1964, p.38). Esta dinâmica seria própria das sociedades industriais, a qual Marx e Engels teriam vivenciado e tentado universalizar como modelo. Ele também discordava da leitura – compartilhada por Caio Prado – de que haveria uma tendência de o capitalismo colapsar por suas próprias crises. O que o processo histórico demonstraria seria uma tendência de adaptação e abertura do capitalismo. Nele, a distribuição da riqueza produzida e o aumento do bem-estar social seriam progressivamente incorporados no sistema, que assumiria uma forma muito diferente da que teve no século XIX. A tendência era de progressiva abertura democrática, de modo que os trabalhadores passassem a ser o eixo dinâmico e reivindicassem melhorias, assim como outras classes demandariam seus interesses, todas em uma mesma arena institucional, que seria capaz de processar estas disputas, como uma espécie de modelo poliárquico de Robert Dahl (1972), só que entendido à esquerda do cientista político norte-americano.

## 5.5 Revolução brasileira, democracia e o papel do Estado no desenvolvimento

Parte da historiografia (AARÃO REIS, 2004) e da ciência política (FIGUEIREDO, 1993) aponta que as esquerdas no período anterior ao golpe de 1964 não teriam compromisso formal com a democracia. No argumento destes autores, haveria uma aposta em pautas radicais ao invés da tentativa de construção do consenso político dentro das instituições. A nosso ver, este argumento recai em pelo menos dois problemas: primeiro, parte-se de um conceito de democracia e de normalidade institucional difícil de verificar no período, de outro, nos parece que estes autores enfatizam em demasia a lógica de organização e de mobilização política dos trabalhistas e comunistas sem acessar o conteúdo de suas propostas. Ao analisar as duas principais forças socialistas do que convencionalmente se chama de esquerdas do período (KAYSEL, 2018) percebe-se que as interpretações que informavam o trabalhismo e o comunismo pecebista, assim como as suas visões de mundo, não eram orientadas naquele período para uma ruptura revolucionária entendida no sentido convencional do termo. O que se demandava eram reformas estruturais com amplas coalizões de classe e com protagonismo do Estado na atividade econômica, a fim de acelerar o processo de desenvolvimento, entendido como emancipação e modernização nacional, que teria efeito direto no combate às desigualdades. Embora estas forças se referissem a esta pauta como Revolução brasileira, não se deve entender pelo termo um processo violento de tomada do poder e de derrubada institucional, mas como a transformação das estruturas políticas, econômicas e sociais do Brasil em direção ao que estes autores e atores políticos viam como fundamentais para o desenvolvimento nacional. Este, por sua vez, só faria sentido se estivesse ancorado na participação ativa das massas – ou do “povo”. Durante o governo João Goulart, isto coincidiu com a defesa de suas Reformas de Base, tais como reformas agrária e consolidação do capitalismo nacional baseado em um modelo de Estado de bem-estar social (FERREIRA, 2005). Exploraremos neste tópico este conjunto de questões.

No trabalhismo logo posterior da democratização de Alberto Pasqualini o próprio sentido da doutrina é reformista. Como apontamos em sessões anteriores deste capítulo, tratava-se de uma tradição herdeira do nacional-estatismo da Era Vargas e que, portanto, buscou organizá-la em moldes democráticos sem retirar do Estado a sua centralidade na gestão da economia e do desenvolvimento. A visão funcionalista e baseada na solidariedade entre classes de Pasqualini só poderia fazer sentido se houvesse um ente que liderasse a comunidade nacional e servisse de intermediário entre os distintos interesses sociais. Para ele, “O Estado é a sociedade na sua estrutura política e jurídica. [...] É no organismo social o que o sistema nervoso

é no organismo animal.” (PASQUALINI, 1948, p. 123). Caberia então às instituições públicas efetivar os direitos trabalhistas conquistados, assim como impedir a exploração dos seres humanos uns pelos outros.

Adepto da virada keynesiana para o consumo, o teórico trabalhista defendia que o desenvolvimento só poderia se dar com o aumento do poder de compra dos trabalhadores. O autor demonstra conhecimento da *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*<sup>95</sup> e se baseia na ideia de efeito multiplicador para apontar que transferir dinheiro e conceder crédito para os mais pobres conferiria dinamismo ao sistema. Enquanto isso, a manutenção de grandes recursos na mão de poucos apenas teria efeito em consumo de mercadorias de luxo. Daí que o Estado deveria operar como planejador da atividade econômica, tanto pelo aumento do consumo quanto pela concessão de crédito aos produtores de gêneros que interessassem para a coletividade. Para ele, o Estado teria evoluído historicamente, da pura função policial para uma função social e, em estágio seguinte, para uma função econômica. (PASQUALINI, 1948, p. 74). Isto significa, que ele percebia o progresso como ampliação das funções do Estado, em prol da comunidade nacional.

Em sua narrativa, teria havido o primeiro momento da história da sociedade capitalista, marcado pelo descaso com as pessoas. Era um “capitalismo, na sua forma individualista e egoísta” (Idem, p. 63), que também havia sido criticado por Oliveira Viana em livro publicado no mesmo ano<sup>96</sup>. Em seguida, com a progressiva transformação no mundo e a substituição do trabalho humano pela máquina, o capitalismo baseado apenas no lucro teria se mostrado insustentável. Para continuar existindo, o capitalismo precisaria ter fim social e não poderia ser mantido pelo *laissez-faire* e pela suposta lei do equilíbrio geral. Teria ficado demonstrada a necessidade de sua racionalização pelo Estado, a partir dos interesses de todas as classes sociais. A próxima fase histórica que se abria era aquela em que, conquistados os direitos sociais, o Estado passaria a ser o coordenador da atividade econômica como um todo.

Assim como Oliveira Viana, Pasqualini também tinha uma visão funcionalista de sociedade, orientada por um solidarismo cristão<sup>97</sup>. Cada classe ou grupo social era parte de um

---

<sup>95</sup> Pasqualini não só reproduz ideias de Keynes, mas o cita em notas de *Bases e Sugestões para uma política social* (PASQUALINI, 1948, p. 76)

<sup>96</sup> *Direito do Trabalho e Democracia Social* fora publicado em 1948, mas era composto de textos do autor que datam entre 1932 e 1940. Tratamos diretamente desta obra e de outros textos do autor importantes para os anos seguintes no segundo capítulo desta tese.

<sup>97</sup> A defesa de Pasqualini de que o cristianismo era compatível com certo modelo de socialismo não era passiva de críticas. Em artigo publicado no *Correio do Povo* em 5 de junho de 1949 (SIMON, 2001) ele responde a um Padre Capuchinho que teria atacado o trabalhismo como uma ideologia comunista e contrária à propriedade privada. A

todo e sua razão de ser deveria ser em função deste todo. O indivíduo ou classe que pensasse apenas em seus interesses seria antissocial, e, no limite, anticristão. Daí que, o Estado era a organização “técnico-jurídica” (Ibidem, p. 73) deste modelo, porque só ele teria uma visão do todo, capaz de incorporar as distintas demandas e garantir o máximo de satisfação geral das necessidades. A história teria provado que esta seria a melhor maneira de vida em comum, e seu sentido era o de continuamente ampliar este ideal: “Não consiste o progresso social na democratização da necessidade? Democratizar a necessidade deve consistir em elevar o padrão social do indivíduo, tornando-lhe acessíveis os bens que correspondem a esse padrão.” (PASQUALINI, 1948, p. 95).

Em Discurso na convenção nacional do PTB em 1950, no qual se lançou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República, ele aponta qual era o sentido da volta do ex-presidente. Ela representaria não só o aprofundamento e expansão das conquistas trabalhistas, mas também o estabelecimento de garantias econômicas e de bem-estar onde o parasitismo e a especulação seriam eliminados. Na concepção que o trabalhista tinha da economia, ela não era um subsistema autônomo do social, mas um tipo de política e que, portanto, estava submetido a ela. Entretanto, isso não significava que ela não deveria passar por construção democrática. Nas palavras do autor, era justamente o contrário:

Por ser o trabalhismo um movimento no sentido das necessidades e das aspirações populares, o clima do trabalhismo só pode ser o da democracia, eis que somente através das instituições e do mecanismo democrático pode o povo fazer sentir a sua vontade e fazer valer os seus direitos.” (SIMON, 2001, p. 215)

Em discurso de 1953 como paraninfo para os formandos em economia da Faculdade católica, a relação entre Estado, economia e democracia é aprofundada. Para ele, “[...] a tese do liberalismo já não poderia ser aceita, porque teria como consequência a própria negação da justiça”. (Idem, p. 359). Só que, ao mesmo tempo, a justiça não era algo que caía dos céus, os seres humanos precisavam conquistá-la pela implementação de políticas que visassem a concretização deste ideal “[...] e o instrumento material de sua realização é, evidentemente, o Estado, um Estado bem-constituído, bem inspirado, bem-dirigido.” (Ibidem, p. 359). Neste esquema, a função das eleições seria a disputa dos projetos morais que caberiam a técnicos como os economistas implementar. Só que o povo só conheceria as finalidades e não a técnica,

---

resposta do autor é de que o próprio Papa Pio XI teria admitido que haveria postulados socialistas que eram consonantes com a doutrina social da Igreja. Ele também deixa claro que não é contra a propriedade privada como um todo, mas que defende que ela deve ter função social.

daí que aqueles intelectualmente preparados tinham a função de implementar os projetos para ele.

A questão do povo como categoria a partir do qual se deveria pensar a política e o projeto de desenvolvimento não é exclusiva de Pasqualini, mas presente em outros socialistas do período (KAYSEL, 2018). Na palestra de 1956 de Álvaro Vieira Pinto, o momento histórico que se abria seria inédito não só pelo interesse dos intelectuais em entender a realidade brasileira, mas pela superação das camadas populares de seu estágio de “pré-cultas” (PINTO, 1960, p. 17). Para ele, seria um erro da sociologia elitista do passado apontar o povo desprovido de cultura, ele era na verdade “uma consciência potencial em expectativa,” (Idem, p. 17), ou seja, ele existia como potência não realizada porque não havia condições para tal. Partindo de pressupostos hegelianos sobre a tomada de consciência e a corporificação das ideias na realidade social, o filósofo considera que na medida em que as condições de vida progrediam, os brasileiros iriam tomando consciência dos motivos de sua condição e reivindicariam alteração deste estado de coisas. A correspondência no plano das ideias com este processo se daria pela ideologia do desenvolvimento nacional. Com ela, o processo histórico poderia ser entendido, porque o povo teria as categorias prévias necessárias para tal, guiando-se para o sentido almejado. (PINTO, 1960, p. 21). Formulando-se o desenvolvimento enquanto um projeto nacional seria possível diminuir o grau de surpresa do futuro e atingir, ainda que parcialmente, um ponto de chegada que seria melhor para a comunidade. A operacionalização política disso se daria a partir do governo e de seus quadros os mais variados, que deveriam partir de uma concepção do processo de desenvolvimento nacional – cujo lugar mais adequado para formulá-lo seria o ISEB – e orientar a mudança neste sentido.

Na mesma chave de Pasqualini e inspirado pela ideia de planejamento democrático advogado por Mannheim (1976) em *Liberdade, poder e planificação democrática*, Álvaro Vieira Pinto também considera que o processo de desenvolvimento em uma democracia precisaria conciliar a necessidade de o governo planejar o desenvolvimento (por ser o único com recursos, pessoal e instituições para tal) e a participação de atores sociais que consentiriam livremente com o programa. A formulação de uma ideologia nacional do desenvolvimento tinha função de despertar a consciência sobre o processo, dando-lhe inteligibilidade, formulando uma interpretação e, a partir dela, um projeto.

Para o filósofo, a visão da história do desenvolvimento baseada em grandes personagens que teriam realizado feitos grandiosos, quase como fórmula mágica, seria romântica. (PINTO, 1960, p. 31) Só haveria desenvolvimento com tomada de consciência das camadas populares, que passariam a sustentar o projeto. A ideologia do desenvolvimento não poderia ser feita para

o povo, mas pelo povo, a partir da consciência que ele iria adquirindo dos seus problemas e que poderia ser acelerada pelo investimento em sua educação. O papel do cientista social deveria ser o da *Intelligentsia* de Mannheim (1976), ou seja, de recolher estes dados e dar a eles sistematicidade teórica. Já o papel do político era o de planejador democrático, que colocava em prática o que era de interesse coletivo.

Em juízo oposto ao de Afonso Arinos naquele mesmo contexto, Vieira Pinto é adversário da ideia de que ideologia do desenvolvimento deveria ser formulada a partir de uma elite esclarecida. Ao contrário, o projeto precisaria vir das massas. O que os intelectuais tinham por função era pensar este projeto junto com elas. Um projeto formulado por elites, mesmo que consensual e sem conflitos, se vindo de cima seria, para Álvaro Vieira Pinto, artificial e inautêntico. Apenas os escolhidos pelas massas pelo voto popular estariam aptos para encaminhar o desenvolvimento nacional, porque os distintos projetos disputariam publicamente em eleições e a seleção se daria por crivo popular. Cultura refinada e belezismo não poderiam ser critérios que definiriam o significado de elite. (PINTO, 1960, p. 40). No estágio atual da história do Brasil, ser elite implicaria identificação com o povo e compreensão do que seria urgente para ele:

Estas, de agora em diante, implicam a vivência profunda do ser do Brasil, a perfeita identificação com os sofrimentos do povo, a consciência clara da distinção entre o que é sem importância e o que é sério, neste momento, entre o que é questão de superfície e o que fermenta nas profundezas, e só quando se tiverem suficientemente caracterizado em sua nova função social e começarem a surgir os frutos da sua atuação histórica é que serão reconhecidas como elites. (Idem, p. 40)

Naquele mesmo período e instituição, havia concordância de Guerreiro Ramos com Vieira Pinto sobre a necessidade de se construir de baixo para cima o desenvolvimento. As referências à categoria povo e suas potencialidades são também abundantes em sua obra. N' *A redução sociológica*, o cientista social afirma que em seu tempo o povo estaria formando esta consciência de si. Em definição hegeliano-marxista que parece a mesma do chefe da cadeira de filosofia, Guerreiro Ramos aponta que: “A personalização histórica de um povo se constitui quando, graças a estímulos concretos, é levado a percepção dos fatores que o determina, o que equivale à aquisição de consciência crítica” (RAMOS, 1996, p. 47). O termo povo seria próprio em países periféricos para definir os habitantes de determinado território que, se entendendo como parte da mesma nação e tomando consciência de sua condição de subalternidade em relação aos outros povos, buscariam superá-la.

Mesmo após a saída de Alberto Guerreiro Ramos do ISEB a referência ao povo que estava presente desde os anos 1950 na sua produção não desapareceu e foi ganhando conotação mais próxima das práxis políticas imediata, tendo em vista sua filiação ao PTB. Em conferência dada na Faculdade Nacional de Filosofia em 1959 de título os *Princípios do povo brasileiro*, o autor define povo como: “[...] um conjunto de núcleos populacionais articulados entre si pela divisão social do trabalho, participantes de uma mesma tradição e afetados de uma mesma consciência coletiva de ideais e de fins.” (RAMOS, 1960, p. 228).

Guerreiro Ramos parte de um conceito genérico e procura sua aplicação na história do Brasil. Para o sociólogo, na independência não haveria povo, este começaria a se formar na república para ter seu ápice após a revolução de 1930, quando a massa de trabalhadores teria começado a ganhar consciência de seu papel. A tarefa que estaria colocada nos anos 1950 e 1960 seria a de se libertar da condição colonial, tanto no domínio cultural quanto no econômico, para permitir o desenvolvimento das indústrias nacionais e de todos os seus frutos benéficos. Contudo, o povo precisaria de um condutor para dirigir o processo histórico-social. Esta vanguarda era, possivelmente, o Partido Trabalhista ao que o autor estava filiado. Análoga ao conceito de *intelligentsia* de Mannheim (1986), ela precisaria ser informada pelos interesses do povo para dar direção ao processo nacional, representando-o. Mas a vanguarda caberia apenas coordenar o processo, sendo o povo o ator do desenvolvimento. Segundo o sociólogo:

A emancipação econômica do país não será obtida, se o povo não exercer efetivamente a categoria que a história já lhe conferiu, de empresário principal do desenvolvimento, se não se fizer apelo à sua capacidade produtiva e não lhe for assegurado o controle ideológico da programação econômica. (RAMOS, 1960, p. 235)

*Cinco princípios do trabalhador brasileiro* foi publicado originalmente em 1959 no periódico *Vanguarda Popular*. Nele, Alberto Guerreiro Ramos (1960) aprofunda a sua associação entre trabalhadores e povo. Observando sua época, o autor afirmou que “Atualmente o povo se tornou no Brasil realidade histórica concreta. O povo é, para o sociólogo brasileiro contemporâneo, a categoria cardinal de seu trabalho. O teste de validade de sua produção científica é aprovação popular.” (RAMOS, 1960, p. 260). Ele percebe não só a entrada do Brasil em uma fase histórica em que existiria participação popular, mas também ressalta que o cientista social e o político precisariam se aproximar das massas e pensarem sua prática a partir dela.

No final do breve texto, ele descreve os cinco princípios dos trabalhadores brasileiros, os quais teriam sido retirados de ideias já aceitas por líderes sindicais reunidos na Confederação

Nacional da Indústria em novembro de 1958. Nestes princípios, o trabalhador aparece como sócio do desenvolvimento nacional e como força política sem a qual um governo não mais se sustentaria. O autor prevê uma relação direta entre planejamento econômico do Estado e interesse popular que vincularia diretamente a questão nacional com os interesses dos trabalhadores. Segundo Guerreiro Ramos “Os trabalhadores condenam toda forma de sectarismo e reconhecem que [...] devem ajustar as suas reivindicações aos imperativos da emancipação nacional” (RAMOS, 1960, p. 261). Ponto concluído no quinto e último princípio: “Os trabalhadores brasileiros só apoiam soluções nacionais dos problemas nacionais.” (RAMOS, 1960, p. 262).

Na definição do trabalhador como sócio – o que indicaria parceria – do desenvolvimento, assim como na condenação a sectarismos e a associação entre interesses nacionais e populares, deduz-se o encontro das teses de Guerreiro Ramos com a dos demais socialista isebianos e com o PCB. Para ele, também se faria necessária uma aliança política entre os setores da burguesia e do proletariado que estivessem interessados em soluções nacionais para o desenvolvimento do Brasil para que o processo se realizasse. Mesmo depois de sair do ISEB, Guerreiro Ramos ainda defendia um modelo de desenvolvimento – tido por ele como revolução brasileira – composto por uma frente ampla em que os trabalhadores não fossem prejudicados pelos outros integrantes dela.

Em texto de 1958 com título de *O controle ideológico da programação econômica*, ele deixa mais nítido como se deveria dar o processo de desenvolvimento na esfera que caberia às instituições. Para o autor, o governo JK mereceria os louros de ter programado os recursos públicos e privados, entretanto seria preciso revisar criticamente o plano de metas. O seu erro teria sido o de não ter incluído suficientemente as massas. Historicamente, a economia teria surgido como ciência em contexto no qual o povo não participava politicamente. Todavia esta seria uma fase superada, e minorias demográficas não poderiam mais decidir sozinhas o rumo do desenvolvimento. A economia teria passado a ser “[...] subsidiária de uma teoria político-social aplicada.” (RAMOS, 1960, p. 184) Consequentemente “O desenvolvimento econômico é atualmente problema político. Sua promoção é ato político.” (Idem, p. 181)

Enfatizando que a economia estava submetida à decisão política, o sociólogo define desenvolvimento como a orientação racional da coletividade nacional, tendo em vista seu bem-estar. Enquanto socialista, o cientista social concebe que produção de excedente por si mesmo não bastaria, era preciso aplicá-lo no aumento de qualidade de vida das pessoas. Todo planejamento econômico partiria de premissas ideológicas (Ibidem, p. 191), mas o único verdadeiramente nacional seria aquele feito para o interesse coletivo. No Brasil dois requisitos



ao desenvolvimento seriam a substituição de importações e a imposição de limites ao capital estrangeiro, dados pela contribuição real que traga para o país. Entretanto, o ideal seria formular projetos que incluíssem o empresariado nacional e visasse o mercado interno. Para o sociólogo e teórico trabalhista isso era plenamente possível, porque “A capacidade política cria capacidade econômica.” (RAMOS, 1960, p. 208). Por isso a representatividade política seria crucial para levar a frente um projeto nacional de desenvolvimento. Os governos precisariam contar com a adesão política das massas para poderem agir em prol do desenvolvimento com medidas contrárias a interesses organizados de setores sociais que se beneficiariam do atraso.

Para Guerreiro Ramos, o processo de desenvolvimento entendido como uma Revolução brasileira em curso desde 1930 seria uma revolução burguesa: “A revolução brasileira em marcha em nossos dias é eminentemente uma revolução burguesa, de que está resultando nova classe de empresários, distinta daquela que, até cerca de 1930, era dominante no Brasil, a classe dos fazendeiros.” (Idem, p. 215). Neste processo, a coalizão entre os setores populares e aqueles industriais comprometidos com a soberania era condição para a sua continuidade.

Já fora do ISEB e mais preocupado em apontar o trabalhismo como a forma autêntica de organização do socialismo nacional, Alberto Guerreiro Ramos dedica obra inteira ao tema da Revolução brasileira – tal como fizeram Celso Furtado e Caio Prado Júnior. Em *Mito e Verdade da Revolução brasileira* (1963), ele apresenta o marxismo como uma teoria emprestada, que não seria condizente com a realidade brasileira por não ter sido feita para pensá-la. Esta corrente de pensamento não seria, portanto, adequada ao desenvolvimento nacional. O sociólogo justificou no livro sua saída do ISEB pelo fato de o instituto ter sido envolvido por estas ideias. Embora reconhecesse as contribuições de Marx para o entendimento da história e de seu desencadear, Guerreiro Ramos não alinha a revolução brasileira ao paradigma marxista de compreensão do conceito. Segundo o teórico trabalhista, o filósofo alemão teria contribuído com a teoria da revolução ao submetê-la a análise científica e por isso teria percebido que o elemento objetivo se sobreporia ao subjetivo, permitindo que se compreendesse a revolução como expressão de uma realidade histórica e social. Lenin, após Marx, viria a contribuir para a teoria ao propor uma forma de organizar o elemento subjetivo. Amarrando estas ideias, Guerreiro Ramos arranhou o seu conceito:

[...] revolução é o movimento, subjetivo e objetivo, em que uma classe ou coalizão de classes, em nome dos interesses gerais, segundo as possibilidades concretas de cada momento, modifica ou suprime a situação presente, determinando mudança de atitude no exercício do poder pelos atuais titulares e/ou impondo o advento de novos mandatários. (RAMOS, 1963, p. 30).

Para o autor, a revolução seria a substituição das classes que estão no poder por outras, a partir das leituras das condições objetivas que se apresentariam em determinado momento histórico. Não existiriam etapas a serem seguidas: a revolução brasileira poderia até ser uma revolução burguesa, mas não em termos marxistas. Ela o era enquanto um processo constituído por elementos burgueses e trabalhadores, unidos pela defesa do interesse nacional. No juízo do sociólogo seria “[...] anacrônico o clássico modelo marxista de revolução, segundo o qual cada sociedade teria de percorrer, um após outro, os diferentes modos de produção até chegar ao socialismo”. (RAMOS, 1963, p. 44).

Como vimos tentando demonstrar, apesar de nos anos 1950 se ter convencionado o termo de revolução brasileira para dar conta do conjunto de transformações almejadas, seu conteúdo era reformista e não implicava uso necessário da violência e nem ruptura institucional. Mesmo no comunismo, o sentido geral era este. Tanto na estratégia nacional quanto internacional, o que se apostava para países tidos como subdesenvolvidos era em um modelo chamado de democrático-burguês, que no Brasil se dava pela defesa de uma frente ampla nacionalista composta por distintos setores e classes sociais (KAYSEL, 2018). Mas, de fato, esta tese não era presente em toda a trajetória da agremiação política. Segundo Raimundo Santos (1991) foi a partir do suicídio de Getúlio Vargas que o Partido Comunista do Brasil se viu obrigado a diferenciar as forças não comunistas internas e compor com os setores que eles avaliavam como progressistas. Antes disto, ele teria posição sectária, contrária a Getúlio Vargas e de fundo cosmopolita, considerando pouco importantes as análises das questões internas para fazer a revolução no país.

Para João Quartim de Moraes (1998), o documento que demonstraria a passagem do comunismo brasileiro para o nacionalismo e para a defesa de teses reformistas foi um discurso de Luiz Carlos Prestes proferido em 23 de maio de 1945. Nele, o dirigente deixava de defender a derrubada do Estado para defender reformas nas quais o interesse do povo e da nação se encontrassem. Segundo o autor, teria surgido aí pela primeira vez a concepção de revolução brasileira como processo de caráter social-democrático e nacional. Entretanto, a mudança no contexto histórico nos anos seguintes teria sido responsável por uma “guinada à esquerda” (MORAES, 1998, p. 219) por parte do PCB. Explica o autor:

Tanto o agravamento do confronto entre a União Soviética e os Estados Unidos quanto o triunfal avanço das forças revolucionárias na imensa China, botando para correr o sanguinário ditador Chang Kai-Chek, contribuíam decisivamente para reforçar a desafeição dos comunistas brasileiros pelas instituições liberais burguesas. De nada lhes valera haver respeitado escrupulosamente as regras. Elas haviam sido mudadas para excluí-los. O

exemplo de Mao Tsé-Tung, de outro lado, trazia um exaltante convite à ação: na ponta do fusil, os camponeses estavam realizando a reforma agrária e completando o “cerco das cidades pelo campo” (1947-1948). (MORAES, 1998, p. 219)

A carta de janeiro e o Manifesto de agosto de 1948 se caracterizariam por uma visão do Estado como superestrutural e, logo, expressão dos interesses das classes dominantes. Getúlio Vargas era criticado por não ter rompido com a lógica colonial do Brasil e nem com as relações análogas às feudais existentes no campo. Defendia-se a tomada de poder via ruptura institucional para pôr fim à democracia burguesa e encaminhar o país para o comunismo. A concepção democrática presente no discurso de Prestes em 1945 só retornaria após o suicídio de Getúlio Vargas. Segundo André Kaysel (2018), a partir daquele evento, os comunistas teriam passado de vez a ver a possibilidade de aliança com o trabalhismo em nome de uma frente ampla reformista.

No vigésimo Congresso do Partido Comunista Soviético esta reorientação do PCB foi petrificada em documento oficial. Em documento conhecido como a “Carta de 1958”, o Partido Comunista do Brasil passou a defender explicitamente uma via não sectária e pacífica de revolução. As pautas principais do PCB passaram a ser a luta contra o imperialismo dos Estados Unidos da América e a defesa do desenvolvimento econômico por moldes nacionalistas e democráticos. Antes de uma revolução socialista, o Brasil precisaria de uma revolução nacional-democrática e antifeudal<sup>98</sup>. Nesta leitura, o desenvolvimento capitalista foi percebido como interesse do povo e do proletariado como um todo<sup>99</sup>. Lê-se no documento:

As tarefas impostas pela necessidade do desenvolvimento independente e progressista do país não podem ser resolvidas por nenhuma força social isoladamente. Disto decorre a exigência objetiva da aliança entre todas as forças interessadas na luta contra a política de submissão ao imperialismo norte-americano. A experiência da vida política brasileira tem demonstrado que as vitórias anti-imperialistas e democráticas só puderam ser obtidas pela atuação em frente única daquelas forças. (LOWY org., 2006, p. 227)

É nesta fase da história do PCB que Nelson Werneck Sodré apareceu como intelectual importante do Partido. João Quartim de Moraes (2000), ao tratar do Programa Nacional Democrático do PCB, coloca o historiador como a “[...] expressão teórica mais completa do

---

<sup>98</sup> “A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática”. (LOWY org., 2006, p. 226)

<sup>99</sup> “O proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano”. (Idem, p. 228)

programa”. (MORAES, 2000, p. 162). Texto que demonstra isso é *Quem é o povo no Brasil?*<sup>100</sup> Nele, Sodré dedicou-se à compreensão do povo e seu papel na revolução brasileira e no desenvolvimento nacional.

No artigo, o militante comunista não equivaie povo a um sinônimo de população. O segundo consistira na massa dos habitantes de um território. O primeiro, por outro lado, é conceituado por Nelson Werneck como “[...] o conjunto das classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive” (SODRÉ, 1963 p. 191). O povo seria um agrupamento de classes em que o arranjo dependeria do momento histórico vivenciado. Ele também não deixa de afirmar que “[...] só é nacional o que é popular” para enfatizar que em sua concepção os interesses do que ele define como povo seriam os próprios interesses da nação em determinado momento da história. Partindo desta conceituação geral, ele advoga que a etapa vivenciada naquela conjuntura era a da Revolução brasileira. Nela, o povo seria composto pelo campesinato, o proletariado e por setores da burguesia comprometidos com o interesse nacional, cuja tarefa era liquidar a classe latifundiária e suas relações com o imperialismo. O autor deixa claro no texto que o uso da violência não seria algo necessário neste processo. O uso deste recurso dependeria de as classes dominantes deixarem a revolução se cumprir por um caminho político institucional ou não. Com esta revolução, haveria uma substituição da classe dominante: os defensores do atraso na sociedade brasileira seriam derrotados e as forças nacionais sairiam vitoriosas. O país poderia, então, se libertar do feudalismo representado pelos latifundiários e do jugo imperialista que lhes interessava. No final da segunda parte de seu texto, Sodré define o conteúdo da revolução:

Em termos políticos: trata-se de uma revolução democrático-burguesa, mas de tipo novo, em que a componente burguesa não terá condições para monopolizar os proventos da revolução. As possibilidades de operar o desenvolvimento material e cultural do Brasil para proveito apenas da burguesia estão encerradas. (SODRÉ, 1963, p. 210)

Para além dos teóricos do PCB e do PTB, Celso Furtado também visou dar sua contribuição sobre quais eram as reformas necessárias ao desenvolvimento. Em *A pré-revolução brasileira*, de 1962, o conceito de revolução mobilizado é similar aos demais. Crítico do modelo marxista e ministro do então presidente João Goulart, ele defendia que o Brasil buscasse resolver uma via própria o seu desenvolvimento, com participação ativa do Estado.

---

<sup>100</sup> O texto foi publicado originalmente em 1962 como a segunda edição dos Cadernos do Povo Brasileiro e depois republicado em *Introdução à Revolução brasileira* como a parte referente à Revolução popular.

Entretanto, a questão da participação popular não era menor nele do que nos outros atores-autores aqui tratados. Como ressalta Vera Cepêda:

[...] para Furtado a ação corretiva do Estado (órgão encarregado de planejar, orquestrar e executar as mudanças) é acompanhada do aumento da participação política da população, indicando uma firme convicção de que a existência do capitalismo moderno depende de uma crescente democratização das formas políticas de gestão e participação. (CEPÊDA, 1998, p. 220)

Neste texto, o economista estava em linha com o entendimento socialista daquele período como de transição entre a economia colonial e a nacional. Estaríamos abandonando o equívoco de achar possível nos desenvolver via exportações e cada vez mais a indústria se tornaria nosso setor dinâmico. O que caberia ao Estado seria continuar direcionando este movimento, em prol da coletividade. Fazendo isso, nós superaríamos a condição de subdesenvolvimento que nos foi legada historicamente.

Mas, é em outro texto, produzido em contexto de crise, que Celso Furtado mais se manifesta como defensor de um modelo de desenvolvimento democrático, representativo e com participação popular. Escrito pouco antes do golpe de 1964, *Dialética do desenvolvimento* é um apelo a favor da formulação de soluções institucionais para o problema em um contexto de crise política e econômica. Na análise de Hildete Pereira de Melo, Carlos Pinkusfeld Bastos Victor Leonardo de Araújo (ARAÚJO; MATTOS, 2020), o governo João Goulart foi um esforço de capitalismo reformista em um cenário econômico problemático. Findada a gestão de JK, Jânio Quadros assumiu o executivo com uma dívida externa de U\$ 3 bilhões, os quais 2 bilhões deveriam ser quitados em seu governo. Já a inflação era de 26%. (Idem, p. 223). A solução aventada foi uma política de estabilização com moldes ortodoxos e seguindo o FMI. Após esta presidência breve e marcada por controvérsias, João Goulart assumiu com um programa trabalhista moderado que tentava conciliar distribuição de renda e crescimento do PIB. Segundo os autores, o azar do ex-ministro do trabalho de Vargas era que seu governo teria coincidido com o ciclo de esgotamento do Plano de Metas. Na questão da dívida externa, João Goulart teria tentado negociar com Washington, mas não quis atender as exigências do governo norte-americano de rompimento diplomático com Cuba e com demais países socialistas, além da livre remessa de lucros e dividendos para empresas com sede na potência do Norte.

O ano de 1962 terminou com uma inflação de 53,7%, que se tratou de tentar resolver após a vitória do plebiscito pela volta do presidencialismo. A partir daí, a diretriz econômica passou a ser dada pelo Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado. Ele conciliava aspectos econômicos ortodoxos e heterodoxos (Idem, p. 236), com receituário cepalino de substituição

de importações e ao mesmo tempo combate à inflação via contenção monetária e fiscal. Entretanto, as pressões políticas do funcionalismo e dos sindicatos e os efeitos nos salários tornaram impossível a manutenção desta rigidez. Em 1964 o plano foi abandonado, sem as tensões sociais e econômicas encontrarem resolução. *Dialética do Desenvolvimento* é publicado neste contexto.

No livro, o economista esboça uma narrativa do desenvolvimento político e econômico da modernidade ocidental para colocar a democracia como ponto de chegada de um longo processo de incorporação de novos grupos nas decisões políticas. Para Furtado, já que o desenvolvimento econômico era “fundamentalmente um processo de incorporação e propagação de novas técnicas” (FURTADO, 1964, p. 63) ele implicaria modificações estruturais nos sistemas de distribuição e de produção. Portanto, ele dependeria tanto da continuação da acumulação quanto do impulso dinâmico dos setores sociais pela melhoria das suas condições de vida. Se o segundo não ocorresse, a acumulação atingiria um limite e o desenvolvimento estagnaria.

Em fases avançadas do desenvolvimento econômico capitalista como a que o Brasil estaria entrando, era a classe trabalhadora que passaria a ser esse polo dinâmico. Era não só esperado, mas positivo para o sistema que os trabalhadores passassem a reivindicar maior participação na renda e no consumo. Foi por este tipo de demanda que o capitalismo teria continuado avançando no mundo. O incremento tecnológico contínuo seria consequência da tentativa dos capitalistas de suprir a escassez de mão-de-obra, porque ela aumentaria o poder de barganha dos trabalhadores. Esta tensão entre burgueses e proletários geraria produtividade global e taxas de lucros altas. Ao mesmo tempo, percebeu-se que dar abertura para a classe trabalhadora impediria que o capitalismo entrasse em depressão e houvesse colapso do consumo.

Daí em diante, a sociedade capitalista teria se constituído como uma sociedade democrática que progredia pelo antagonismo entre as classes, sem atingir qualquer síntese marxista de superação de uma pela outra. Como aponta Pedro Marreca (2020), para Furtado, o conflito da dialética era positivo e caberia às instituições políticas processar as distintas demandas, abrindo-se para as reivindicações dos trabalhadores. Daí que, ampliar a representação popular era dever dos Estados modernos: “Quanto mais ampla a base de um governo representativo, mais este estará em condições de captar as tensões sociais criadas pelos obstáculos ao desenvolvimento e traduzi-las em linguagem política.” (FURTADO, 1964, p. 73). O Estado seria neste esquema um arbítrio entre os grupos, que precisaria funcionar acima dos interesses de uma classe ou de outra, tal como no arranjo de planejamento democrático de

Mannheim (1978). A partir deste modelo, seria possível encontrar pontos de consenso dados pelo interesse geral, como seria o caso das pautas ligadas ao desenvolvimento da comunidade nacional.

Na Europa do século XIX, a luta entre os grupos burgueses industriais e financeiros e a aristocracia rural era similar ao desenvolvimento político e econômico descrito acima, como uma “autêntica luta de classes” (Ibidem, p. 83). Só que em países subdesenvolvidos como o nosso, a aristocracia rural deteria a base do poder político e atuaria contra o desenvolvimento, visto que se beneficiaria do atrofamento do mercado interno. Enquanto ocorreria um conflito entre as facções da classe dominante pelo controle da máquina estatal, as classes trabalhadoras permaneceriam alienadas e manipuladas, porque não possuiriam condições de formação de uma consciência de classe própria. Como país subdesenvolvido, o Brasil precisaria se encaminhar para esta fórmula democrática e moderna de resolução de seus conflitos. Atingir este estágio representaria “condição necessária do desenvolvimento social em um país subdesenvolvido.” (FURTADO, 1964, p. 88).

A crise que o economista vivenciava no momento da escrita do texto teria a ver, segundo ele, com as contradições geradas por este conjunto de questões. O modelo de desenvolvimento brasileiro teria “[...] características próprias que o distinguem do modelo clássico de desenvolvimento capitalista[...].” (Ibidem, p. 113). A nossa economia industrial estava desestruturando o modelo colonial voltado para o mercado externo, só que as medidas tomadas desde 1930 não foram feitas por um projeto nacional deliberado, mas pela contenção da crise instaurada em 1929. Como consequência, aquela oposição encontrada na história Ocidental entre aristocracia rural e burgueses industriais não teria ocorrido em nosso país. Aqui, foram motivos externos que deram o primeiro impulso contra o sistema arcaico. As nossas classes dirigentes jamais teriam passado por uma “tomada de consciência” (FURTADO, 1964, p. 128) em que entendessem seu papel no desenvolvimento e sua distinção fundamental de interesses com a classe dos proprietários agrícolas da “velha estrutura feudal” (Idem, p. 128). Já o Estado, embora tivesse tido papel ativo nas mudanças, o fez de maneira improvisada e sempre em reação à conjuntura imediata, sem planejamento a longo prazo. O grande efeito negativo teria sido a falta de estratégia para conter os efeitos da inflação.

A política industrializante e de substituição de importações iniciada nos anos 1930 via uso da inflação teria encontrado seu limite, na medida em que teríamos passado a depender de produtos de capitalização elevada. A inflação havia perdido qualquer efeito na distribuição de renda, operando contra ela. O esgotamento teria ocorrido antes que o sistema econômico fosse

totalmente capaz de se suprir internamente com seu capital. A queda do câmbio em 1955 é apontada pelo economista como período chave que intensificou esta crise.

Ao mesmo tempo, a classe trabalhadora estava em progressiva expansão de sua organização e de tomada da consciência de seus interesses, entrando em forte tensão com as classes dominantes. Elas, por sua vez, teriam se aliado entre si para defender seus privilégios no poder legislativo, sem compreender que o que beneficiava o setor agrícola voltado para o abastecimento interno não beneficiava o setor mercantil voltado para a exportação. Tão contrastante quanto seria o interesse dos industriais com estas outras classes, mas este setor também teria preferido compor com eles, contra os trabalhadores. Esta confusão teria levado inclusive alguns industriais a acharem que a ação do Estado lhes era maléfica.

Na percepção de Furtado, a situação em que nos encontraríamos seria a de impasse no qual as classes dirigentes não se demonstravam capazes de resolver as questões importantes para o desenvolvimento. Por isso, teria se vislumbrado em alguns setores alternativas fora da legalidade. Entretanto, ele alerta que isso produziria alto custo social sem garantia de reestruturação do país. A melhor alternativa seria por uma via reformista, no qual parte da população tomasse consciência das raízes do problema e criasse um novo projeto nacional. Tendo impacto na opinião pública, este projeto poderia dar condições para uma cisão das classes dirigentes, em que parte dela auxiliasse na construção de reformas que captassem “os autênticos interesses sociais” (FURTADO, 1964, p. 142). Apesar do apelo de Furtado, sabemos que o desenrolar não se deu por aí.

Mesmo assim, após o golpe de 1964 a adesão a táticas revolucionárias não era evidente no socialismo daqueles anos. Caio Prado Jr. publicou *A revolução brasileira* em 1966, texto em que ela explicita mais uma vez sua visão contrária às teses hegemônicas do PCB e demonstra qual era sua posição. O livro é espécie de “bate-boca” com o passado e com as esquerdas.” (REIS, 2007 p. 180) no qual ele responsabiliza os erros teóricos dos seus correligionários pelo fracasso na construção de alternativas. Apesar de acreditar na superação do capitalismo pelo socialismo, ele não percebia isto como uma condição dada naquela conjuntura e nem com um programa já construído: “Isso contudo, representa uma previsão histórica, sem data marcada nem ritmo de realização prefixado. E podemos acrescentar, também sem programa predeterminado.” (PRADO JR., 2014, p. 17).

Para ele, não seria por adesão a um modelo apriorístico que o Brasil se libertaria de sua condição colonial, mas pela análise de suas condições objetivas. Em nosso país, a tarefa política seria o de buscar resolver os problemas reais e depois, pela própria natureza da dialética, o capitalismo seria superado. Cuba é mobilizado pelo autor como exemplo neste sentido, em que



os revolucionários queriam derrotar uma ditadura subserviente aos EUA e só depois aderiram ao socialismo. Enquanto isso, as “desorientadas esquerdas brasileiras” (Idem, p. 23) teriam colaborado para o fim do governo João Goulart, ao acirrar ânimos que teriam alimentado as justificativas dos seus opositores para darem um golpe. Nossas esquerdas partiriam de uma teoria totalmente desvinculada da prática e, por isso, teriam sido incapazes de mobilizar as forças revolucionárias. Com o proletariado, teria se ficado preso às reivindicações salariais. Já no campo, a orientação dada pela tese do feudalismo teria se deparado com uma realidade totalmente contrária a ela. Completa o militante do PCB: “Uma revolução agrária, antifeudal, anti-imperialista...Que não se tratava de nada disso, verificou-se amargamente quando uma simples passeata militar bastou para deitar por terra a aventura e dispersas sem maior esforço os iludidos pseudorrevolucionários.” (Ibidem, p. 28)

A comparação de nossa realidade com a de países asiáticos também seria um grande equívoco. No Brasil, a colonização teria inaugurado nossa história como civilização no século XVI, enquanto na Ásia o Imperialismo chegou de fora para atuar em uma sociedade já constituída. A divisão das classes e grupos no Brasil a partir deste esquema teórico seria igualmente errôneo. A divisão entre latifundiários que equivaleriam a senhores feudais e burguesia progressista e nacionalista seria “puro decalque” (PRADO JR., 2014, p. 71) da situação chinesa. Nossa classe dominante não demonstraria este tipo de divisão e, por vezes, os mesmos burgueses atuariam com negócios no campo e nas cidades. Seus setores mercantil e industrial na verdade seriam sócios entre si e com o capital estrangeiro. Não haveria uma burguesia nacional. Como o militante comunista já apontava desde anos anteriores, ele não via em nosso mundo rural a sobrevivência de um modelo feudal atrasado, mas a de um modelo mercantil herdado da colonização, no qual as relações de trabalho eram adaptações do escravismo do passado e o sentido da economia era abastecer mercados externos. Daí o porquê de Caio Prado ajuizar que a superação destas condições do Brasil deveria ser a “linha mestra de seu desenvolvimento” (PRADO JR., 2014, p. 83) e “a essência da revolução brasileira de nossos dias.” (Idem, p. 83) se daria por isso.

Caio Prado Jr. considera a partir desta sua interpretação da condição colonial do Brasil que não caberia levar o capitalismo para o campo, porque ele já existia lá desde a chegada dos portugueses. Entretanto, ele concorda com Celso Furtado e com os teóricos hegemônicos do PCB e do trabalhismo que a industrialização era necessária para que a economia brasileira pudesse voltar-se para si mesma. Na fase imperialista do capitalismo monopolista de trustes, nossa economia estaria servindo para atender os mesmos interesses internacionais de sempre, só que agora os nossos fluxos de capitais seriam controlados externamente pelos interesses

financeiros internacionais, que se aliavam ao capital nacional. Visto que não caberia aliança com a burguesia, seria dever do Estado romper com esta submissão. Consequentemente “[...] é no campo do intervencionismo e em oposição à liberdade econômica que se colocam e efetivamente se devem colocar as forças progressistas da política brasileira.” (Ibidem, p. 125). Sua desconfiança com a capacidade do empresariado livre permitir o desenvolvimento é expressa em outro trecho:

E na iniciativa privada, que tem no lucro e somente nele a sua razão de ser, não é suficiente assim para assegurar um desenvolvimento adequado. Verifica-se por aí que as atividades econômicas devem ser, nas condições do Brasil, controladas por fatores além e acima da iniciativa privada. Essa iniciativa precisa ser orientada, suprida, constringida mesmo e substituída sempre e onde quer que isso se mostre necessário para o fim essencial de imprimir às atividades econômicas o sentido e o conteúdo convenientes à solução do problema socioeconômico brasileiro central e fundamental, a saber, a superação da situação de miserabilidade da grande massa da população do país, que deriva em última instância da natureza de nossa formação histórica. Não se pretende com isso eliminar a iniciativa privada, e sim unicamente a livre-iniciativa privada que, esta sim, não se harmoniza com os interesses gerais e fundamentais do país e da grande maioria de sua população, por não lhe assegurar suficiente perspectiva de progresso e melhoria de condições de vida”. (PRADO JR., 2014, p. 162)

Só que a realização deste programa encontrar-se-ia com seus “limitadores históricos e sociais” (Idem, p. 134). O historiador não via o golpe de 1964 como algo que teria efeitos duradouros: “Não há dúvida que, superada a situação política atual derivada do golpe reacionário e repressivo de 1º de abril, o movimento das massas trabalhadoras rurais se reatará em ritmo acelerado.” (Idem, p.136). Portanto, ele não pensava a tática como ligada diretamente à resistência à ditadura. Para ele, o que se deveria fazer era organizar os trabalhadores do campo e das cidades a partir de seus interesses reais. Ao contrário da tese hegemônica de seu partido e da plataforma do governo Goulart, ele não via a reforma agrária como bandeira pela qual deveria se mobilizar a luta rural. Segundo ele, os trabalhadores não demandariam terra, mas melhoria das suas condições de vida e trabalho.

No caso do trabalhador urbano, ele deveria se unir ao rural, visto que ambos sofreriam tipos distintos de exploração capitalista. Só que nas cidades, os trabalhistas teriam feito o proletariado sofrer “deformações” (Ibidem, p. 176) que o afastaria dos seus interesses reais, o mobilizando por pautas imediatistas do capitalismo burocrático. O que eles precisariam fazer é se organizar por sindicatos livres e reivindicar seus interesses. Com esta mobilização da classe trabalhadora do campo e da cidade “mais dia, menos dia” (PRADO JR., p. 181) a polarização

chegaria em um ponto em que de um lado estariam as forças progressistas de esquerdas, apoiadas pela opinião pública e, de outro, “as forças conservadoras com sua vanguarda reacionária.” (Idem, p. 181). Ele não contava com o fato de que os efeitos do golpe 1964 teriam pelo menos 21 anos.

## 5.6 Considerações finais

Vimos neste capítulo que a ideologia socialista na República de 1946 enquadrava o desenvolvimento como uma forma de ampliar o bem-estar social da coletividade, em um horizonte de ampliação da igualdade. Para defender este projeto, eles partiam de uma visão da história baseada na emancipação nacional e que, portanto, dependia da afirmação de uma ideologia nacionalista. Os adversários seriam tanto os setores atrasados nacionais quanto os interesses do imperialismo nacional. O conceito de desenvolvimento dos socialistas tinha poucos pontos de encontro com o dos liberais e dos conservadores. A nosso ver, isto auxilia na explicação do porquê atores filiados às outras duas ideologias se mobilizaram em uma coalizão ideológica de veto em um contexto de crise política, econômica e social no qual o presidente da república era mais próximo do ideário socialista do que do liberal ou conservador.

Apesar de eventualmente alguns atores políticos de esquerda utilizarem retórica inflamada, como o célebre caso de Leonel Brizola – que teria dito que faria as reformas na Lei ou na marra (AARÃO REIS, 2010, p. 175) – ou comungarem de uma vertente do socialismo que tinha fins revolucionários (tal qual o comunismo) a coalizão de esquerda existente anterior ao golpe de 1964, quando analisada em suas ideias, visão de mundo e interpretação do Brasil e da conjuntura, não tinha fins revolucionários e nem dava protagonismo a formas violentas de tomada de poder. Os comunistas almejavam a revolução burguesa, os trabalhistas queriam um capitalismo com Estado de bem-estar social e socialdemocratas sem filiação partidária como Celso Furtado queriam uma democracia social que se conciliasse com democracia política. Todos eles eram reformistas. A retórica não se deve confundir com as próprias ideias. Ela é uma maneira pela qual ideias são transmitidas para um leitor ou receptor. Assim, quando o historiador Daniel Aarão Reis (2010) lembra a fala de Leonel Brizola ela dá destaque para questão da violência implícita na frase e se esquece de que o que se está demandando são reformas. Problema similar ocorre quando Argelina Figueiredo (1993) aponta que a esquerda só aceitaria “soluções ótimas” (Idem, p.195). A cientista política não entra no conteúdo do que são as soluções ótimas, que não passavam por uma revolução, mas na construção de um Estado de bem-estar social de cunho reformista, via um projeto de desenvolvimento. A contribuição

que buscamos fazer aqui visa complementar do ponto de vista da análise ideológica o que a análise apenas da ação política concreta pode ter deixado por perceber.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: A COALIZÃO IDEOLÓGICA DE VETO E ALGUNS DE SEUS EFEITOS

Existe um imperativo ético no trabalho intelectual que Leonardo de Vinci denominou "rigor obstinado". Ele significa, em termos práticos – e especialmente quando se lida com questões políticas, sempre repletas de carga emocional – , que é preciso resistir a várias tentações. Pode ser resumido na fórmula: jamais sucumbir ao terrorismo das palavras. Como escreveu Freud, é preciso evitar fazer concessões à pusilanimidade: "Não se sabe jamais aonde esse caminho vai conduzir; a pessoa cede primeiro no que se refere às palavras e, pouco a pouco, também na substância". Uma das principais formas que essa pusilanimidade assume na atualidade é a substituição da análise pela condenação ética. Alguns temas, como o fascismo e o Holocausto, são particularmente propensos a esse tipo de exercício. É claro que não existe nada de errado em condenar o Holocausto. O problema começa quando a condenação substitui a explicação, que é o que acontece quando alguns fenômenos são vistos como aberrações desprovidas de causas racionalmente compreensíveis. Só poderemos começar a entender o fascismo se o enxergarmos como uma das possibilidades internas inerentes às nossas sociedades, não como algo que está além de qualquer explicação racional. (LACLAU, 2018, p. 352 e 353)

Esta tese não se pretendeu um estudo sobre as causas do golpe de 1964. Afinal, um evento tão complexo e que incluiu tantas variáveis e atores não poderia ser resumido aos aspectos ideológicos que envolvem o pensamento político do período e como ele compreendia o desenvolvimento. Entretanto, como nosso recorte termina com este evento, é em algum grau inescapável tratar dele e de seus efeitos. Do mesmo modo que no decorrer de todo o trabalho, aqui nos inspiramos na passagem acima, do filósofo Ernesto Laclau. Por mais que o evento acenda emoções e que nossa postura individual seja de condenação ética do golpe, pretendemos aqui explicá-lo sem que o inevitável tom crítico substitua a pesquisa. Partindo disto, podemos acrescentar aos estudos já existentes sobre os movimentos e a ação político-institucional que levaram ao golpe as variáveis relativas à análise ideológica.

Como vimos no decorrer desta tese, o conceito de desenvolvimento foi disputado ideologicamente por liberais, conservadores e socialistas. O entendimento geral tinha em comum uma percepção da centralidade de variáveis econômicas para superar a condição de atraso no qual estes autores e atores políticos percebiam o Brasil. Todavia, as ideologias só são equidistantes entre si no plano da abstração teórica. Na luta política do Brasil na República de 1946 – sobretudo com o acirramento da crise econômica e política – liberais e conservadores entendiam seu projeto de desenvolvimento e sua percepção de superação do atraso como negociável entre si, mas não com os socialistas.

O contexto de Guerra Fria e o crescimento da força política do PCB introduzira, o anticomunismo como conceito adjacente da ideologia conservadora e da liberal no Brasil. A ideia de pertencimento a um bloco mundial Ocidental e a cooperação política e econômica com os EUA para o desenvolvimento eram igualmente pontos de encontro. Ao mesmo tempo, os socialistas reivindicavam um nacionalismo em chave pós-colonial e apontavam os EUA como sede do imperialismo. Enquanto comunistas, alguns deles não poderiam ser contrários à doutrina. Nos anos 1960, cresceu nos demais setores de esquerda a possibilidade de aliança com estes grupos, o que acirrou os ânimos dos demais. Em clima de radicalização, todos os setores de esquerda foram enquadrados enquanto comunistas de tipo revolucionário – o que não correspondia sequer à tática do próprio PCB.

Segundo Wanderley Guilherme dos Santos (2003) a crise política que culminou no golpe civil-militar de 1964 no âmbito institucional se deveu a formação de uma coalizão de veto no Congresso. Ela, por sua vez, produziu uma paralisia decisória que impedia a pauta de avançar<sup>101</sup>. Na análise ideológica, podemos nos apropriar do termo do cientista político e apontar que a diferença entre as visões de mundo e do projeto de desenvolvimento a ser implementado formou uma coalizão ideológica de veto, que uniu liberais e conservadores. Mesmo que isolados eles tivessem diferenças profundas em suas ideias, eles as tinham como menores do que a dos dois com os socialistas.

Feito o golpe e formado o governo Castello Branco, os liberais inicialmente participaram dele, fato que é evidenciado pela posição de Ministro do Planejamento conferida a Roberto Campos. Entretanto, o grupo dominante da Ditadura Militar brasileira foram as Forças Armadas (FICO, 2001), hegemônica pelos conservadores, que perseguiram os dissidentes internos (VASCONCELLOS, 2018). Portanto, a aliança com os liberais só durou de acordo com a conveniência e eles foram retirados logo no governo Costa e Silva. Os anos seguintes foram marcados por descompromisso com a democracia liberal, aparelhamento institucional e centralização estatal do controle da economia (SANTOS, 1985).<sup>102</sup> Por isso,

---

<sup>101</sup> No caso do golpe de 1964, o cientista político ressalta que as coalizões que se formaram no Congresso eram *ad hoc*. Entretanto, em outra análise sua, sobre caso mais recente, o mesmo autor enfatiza a composição ideológica da coalizão de veto contra o governo Dilma Rousseff. Cf. SANTOS, Wanderley Guilherme. A Democracia Impedida. O Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

<sup>102</sup> Não estamos considerando aqui como menores toda a violação de Direitos Humanos, perseguição política, censura e demais operacionalizações do Estado para a violência contra os adversários da Ditadura. Excluímos estas considerações do corpo do texto não por não as considerar importantes, pelo contrário, porque as temos como tão essenciais que seria leviano descrevê-las brevemente. A Comissão Nacional da Verdade realizou trabalho intenso em um dos volumes de seu relatório final a descrever estes casos. O relatório completo foi publicado em 2015 e está disponível para consulta. Cf. BRASIL. Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade., vol 1. Disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf). Acessado em 10/01/2022

liberais que apoiaram o golpe encaminharam-se para a oposição, em um movimento que Christian Lynch (2021) classificou de “Jornada de Otários” em alusão ao evento francês de 1630 que recebeu o mesmo nome. O modelo de desenvolvimento implementado pela Ditadura Militar estava em linha com o que era advogado pelos conservadores analisados nesta tese, tais como: uma leitura nacionalista conservadora do país, ênfase em objetivos geopolíticos, visão autoritária instrumental do Estado como produtor de modernização e vinculação do desenvolvimento com questões relativas à Segurança Nacional.

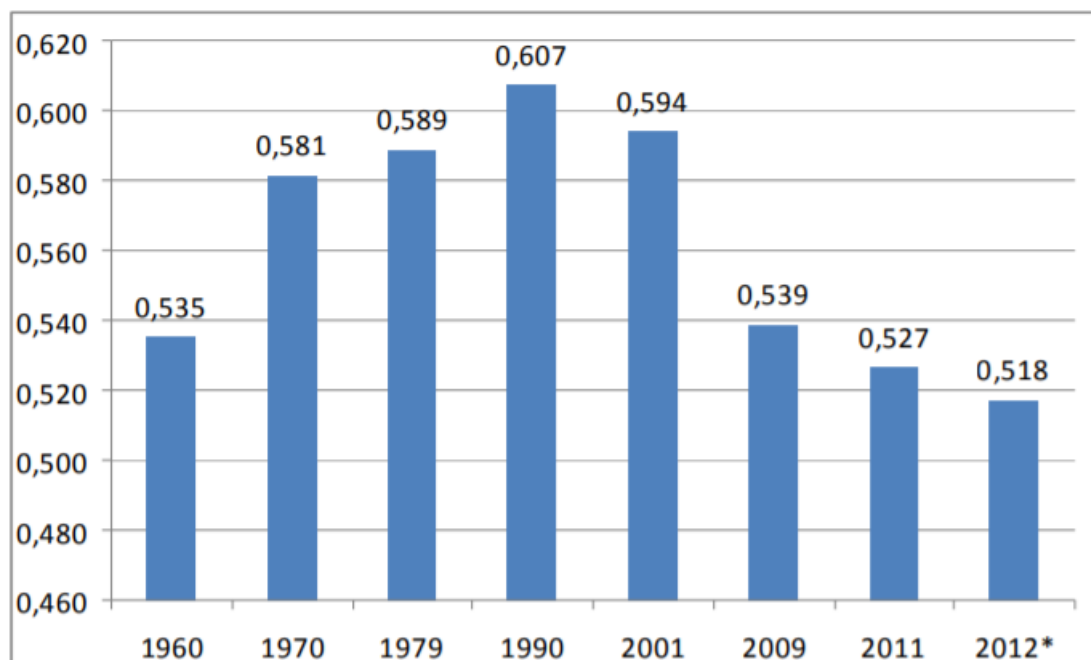
É inegável o crescimento do PIB brasileiro durante o período, sobretudo na era do chamado Milagre econômico. Entre 1967 e 1973, o país teve uma taxa média de crescimento de 10,2%<sup>103</sup>. Porém, como ressaltamos no decorrer da tese, os socialistas enquadravam a questão do desenvolvimento como indissociável do combate às desigualdades, o que não tinha a mesma centralidade nas outras ideologias. A retirada deste grupo da arena política institucional e dos canais de decisão teve como efeito uma despreocupação com este problema. No gráfico abaixo, percebemos que o crescimento econômico da ditadura militar não reverberou em ampliação do salário-mínimo, apresentando queda em 1964 e retornando à estabilidade no crescimento apenas em 2003, no governo Lula:



Fonte: BARRUCHO, Luís. “50 anos do AI-5: Os números por trás do 'milagre econômico' da ditadura no Brasil”. BBC News Brasil, 13/12/2018 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45960213>

<sup>103</sup> Dados retirados de: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro>

Para além da queda no salário-mínimo e seus efeitos no consumo da população, podemos pegar como dados o índice de Gini brasileiro. A partir dele, percebemos que a desigualdade brasileira se elevou da década de 1960 em diante, se atenuando apenas no período de transição e com mais força nos anos 2000.



Fontes: IPEA. *A Década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda*. Brasília: IPEA, 2021, p. 24.

Mas sequer o crescimento econômico capitaneado pelos conservadores militares teve efeitos duradouros (ARAÚJO; MATTOS, 2020). Em 1973 já é perceptível o desgaste deste projeto econômico. Orientado por questões da geopolítica internacional, os EUA decidiram apoiar Israel na Guerra de Yom Kippur, que começou em 1967. Pouco tempo depois, se descobriu que o petróleo não era um recurso infinito, apesar de haver enorme dependência da economia internacional para com a *commodity*. Dado o contexto, a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) – constituída majoritariamente por países árabes – subiu o preço dele em 400%, o que gerou efeitos fortes na economia internacional. Nosso país não fugiu à regra e também sofreu com a mudança. Os juros do mercado internacional subiram rapidamente, o que afetou diretamente nossa dívida o FMI também.

Uma tentativa de solução foi feita no governo Geisel, com o chamado segundo Plano de Desenvolvimento (II PND). Nele, direcionou-se o planejamento econômico para os setores de logística, transporte, produção de energia e indústria de base. O objetivo fundamental era o de reduzir a dependência brasileira ao capital internacional adotando receituário heterodoxo.



Geisel tinha intenção de colocar em prática um processo de substituição de importações, que visava ampliar mercados ao mesmo tempo em que se passaria a exportar bens de consumo e manufaturados e importar bens de produção. Especificamente no setor automobilístico, houve incentivos para o estabelecimento de montadoras estrangeiras no país.

Já no setor de produção de energia, o principal problema era o de diminuir o preço do petróleo e demais insumos para combustíveis. Daí a criação de programas como o ProAlcool, para incentivar o etanol e colocá-lo como alternativa à gasolina. Também foi feito nesta seara o programa nuclear brasileiro, resultado de acordos com Alemanha Ocidental. Dele resultaram as usinas nucleares de Angra 1 e Angra 2, localizadas na cidade de Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro.

O II-PND de Geisel teve algum sucesso, porém, em 1979 ocorreu mais uma crise internacional de Petróleo e seus efeitos não foram fáceis de reverter. Por isso, os anos 1980 – quando recortados pela sua história econômica – são reconhecidos pela alcunha de “a década perdida”. Em 1985 a inflação atingiu a marca de 242,4%. A nosso ver, isto marca a crise do que chamamos no segundo capítulo desta tese de paradigma da modernização como desenvolvimento. A sólida crença em um Brasil potência, que seria uma grande nação desenvolvida desmanchou-se no ar. Lançada em 1986, a canção da banda Legião Urbana *Índios* sintetiza em uma frase a quebra deste horizonte de expectativas: “O futuro não é mais como era antigamente”<sup>104</sup>.

E Renato Russo estava correto: a transição para a democracia foi acompanhada de um contexto internacional de queda do Muro de Berlim, Consenso de Washington e a ideia de que não havia alternativa fora do neoliberalismo (LAVAL, DARDOT, 2016). Daí que a estabilização econômica brasileira nos anos 1990 foi feita por estes moldes. As desigualdades sociais foram atenuadas pelos governos seguintes, mas isto não significou uma reconceituação do problema do desenvolvimento, que não retomou a centralidade que teve em outros tempos.

O Brasil continua se achando atrasado, mas os motivos mudaram, como é comum em nossa história. Passamos a enfatizar nossos problemas não como de ordem econômica, mas cultural ou de mentalidade. Ao mesmo tempo, novas questões muito bem-vindas surgiram para compreender nosso atraso: como a centralidade dos nossos conflitos raciais e de gênero. Talvez um próximo passo seja o de vincularmos na esfera pública estes problemas aos de ordem econômica, tal qual *uma leitura feminista da dívida* de Lucia Cavarello e Maria Veronica Gago (2019), os estudos que pensam raça em relação a estratificação social (HASENBALG; SILVA;

---

<sup>104</sup> A letra completa está disponível em: <https://www.escritas.org/pt/t/8257/indios>

LIMA 1999) e outros tantos casos ilustres que por desconhecimento e falha do autor desta tese não saberíamos citar.

Escrita em um contexto de pandemia, sob o qual a despreocupação das autoridades públicas e de sua equipe econômica não só com o desenvolvimento, mas com o planejamento público em questões essenciais, encerramos esta tese com a conclusão de outro estudo sobre o mesmo período (1946-1964), mas cujo sentido pode ser transferido para estes tempos sem grandes esforços:

A inferência normativa que faço – segunda parte é curta e simples. A radicalização doutrinária, creio, é um mau caminho para se atingir a meta do desenvolvimento social. Conduz, muitas vezes, a curto prazo, a sistemas autoritários sem compromisso com o progresso civilizatório. Em outras, pode levar, a longo prazo, a um tipo de autoritarismo que, sob a bandeira do progresso, estabelece novo sistema de injustiças sociais. Políticos e cidadãos em geral aprendem com a experiência. Espero que os brasileiros retenham na memória as lições de seu passado recente. Esperança, mas vale a pena mantê-la viva. (SANTOS, 2003, p. 337)

## REFERÊNCIAS

- AARÃO REIS, Daniel. Ditadura, Anistia e Reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, jan-jun, 2010.
- AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. São Paulo: Zahar, 2000.
- ABREU, Marcelo Paiva (org.). *A ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.
- ALMEIDA, Martins de. *Brasil errado: ensaio político sobre os erros do Brasil como país*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1932.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDERSON, Benedict. *Sob três bandeiras: anarquismo e imaginação anticolonial*. Campinas: UNICAMP, 2014.
- ANGELI, Douglas. Alberto Pasqualini e Getúlio Vargas: revisitando interpretações. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 33, nº 71, p.559-578, Setembro-Dezembro 2020.
- ARAÚJO, Victor Leonardo; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de (Orgs.). *A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações*. São Paulo: Hucitec, 2020.
- AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Arte médicas, 1990.
- AZEVEDO AMARAL, Antônio José. *O Estado Autoritário e A Realidade Nacional*. Ebooks Brasil, 2002.
- AZEVEDO, Ariston. *A sociologia antropocêntrica de Guerreiro Ramos*. Tese de doutorado. Florianópolis, UFSC. 2006.
- BARIANI, Edison. Certidão de nascimento: a redução sociológica em seu contexto de publicação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 73, p. 15-27, jan.-abr. 2015.
- BARRUCHO, Luís. “50 anos do AI-5: Os números por trás do 'milagre econômico' da ditadura no Brasil”. BBC News Brasil, 13/12/2018 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45960213>.
- BASTOS, Aureliano Tavares. *Cartas do Solitário*. São Paulo: Companhia Editora, 1975. 4ª ed.
- BERLINCK, Eodoro Lincoln. *Fatores adversos na formação brasileira*. São Paulo: IPSIS, 1948.
- BEVIR, Mark. *A lógica da história das ideias*. São Paulo: Edusc, 2008.

- BENJAMIN, Walter. “Teses sobre o conceito de História”. In: BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2002
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do partido comunista, 1920-1964*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: HUCITEC, 2010.
- BIELCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento da CEPAL – uma resenha. In: BIELCHOWSKY, Ricardo. (org). *Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- BIELCHOWSKY, Ricardo. “Do “manifesto latino-americano” de Raúl prebisch aos dias de hoje: 70 anos de estruturalismo na CEPAL”. **Revista de Economia Contemporânea**, vol. 24, n. 1, p. 1-25, 2020.
- BIELCHOWSKY, Ricardo. Eugênio Gudín. **Estudos avançados**, n. 15, vol. 41, 2001.
- BIELCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 1995.
- BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a revolução na França*. São Paulo: Edipro, 2014.
- CALDEIRA, Jorge. *História da Riqueza no Brasil*. Rio de Janeiro: estação Brasil, 2017.
- CAMPOS, Luiz Augusto. “O negro é povo no Brasil”: afirmação da negritude e democracia racial em Alberto Guerreiro Ramos. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 73, p. 91-111, Jan./Abr. 2015.
- CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- CAMPOS, Roberto. *A moeda, o governo e o tempo*. Rio de Janeiro: APEC, 1964.
- CAMPOS, Roberto. *Economia, planejamento e nacionalismo*. Rio de Janeiro: APEC, 1963a.
- CAMPOS, Roberto *Ensaio de História econômica e Sociologia*. Rio de Janeiro: APEC, 1963b.
- CANO, Wilson. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. **Revista de economia política**, n. 35, vol. 3, 2015.

CARDOSO, Adalberto. O populismo que se desmancha no ar. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, n. 81, p. 86-97, 2018.

CARDOSO, Fernanda Graziella. *A armadilha do subdesenvolvimento: uma discussão do período desenvolvimentista brasileiro sob a ótica da abordagem da complexidade*. Tese (doutorado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2021, 250 p.

CARDOSO, Fernanda Graziella. *Nove clássicos do desenvolvimento econômico*. Jundiaí: Paco, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *A vida Política*. In: CARVALHO, Murilo (org). *A construção nacional (1830-1899)*. Col.: História do Brasil Nação: 1808-2010. Rio de Janeiro: Editora objetiva ltda, 2012.

CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. *A liberdade na república dos modernos: teoria e história do liberalismo político francês (1789-1848)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020.

CANNONE, Helio Maurício Pirajá; DIAS, Wesley Luiz de Azevedo. *A Burocracia adaptada de Alberto Torres: um exemplo Estatal para uma sociedade multirracial*. 43º Encontro da ANPOCS. Caxambu, 2018.

CASTELLO BRANCO, Humberto. *Marechal Castello Branco: seu pensamento militar*. Organizado por Francisco Ruas Santos. Rio de Janeiro: Imprensa do exército, 1968.

CAVALLERO, Lucia; GAGO, Maria Veronica. *Uma leitura feminista da dívida: Vivas, livres e sem dívidas nos queremos!*; Criação Humana; 2019.

CEPÊDA, Vera Alves. *Capital, trabalho e intelligentsia: modernização e desenvolvimento no pensamento de Celso Furtado*. **Ideias**. Campinas, n. 1, ago-dez, 2010.

CEPÊDA, Vera Alves. *Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo: um balanço histórico*. **Estudos Avançados**. São Paulo, n. 75, v.26, maio-ago, 2012.

CEPÊDA, Vera Alves. *Raízes do pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático*. São Paulo: Dissertação (Mestrado em ciência política), Universidade de São Paulo, 1998, 257 f.

CEPÊDA, Vera Alves. *Roberto Simonsen e a formação da ideologia Industrial no brasil – limites e impasses*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Departamento de Ciência Política, São Paulo, USP, 2004.

CEPÊDA, Vera Alves; PINTO, Gustavo Louis Henrique. *Celso Furtado e José Medina Echavarría: duas interpretações do planejamento, desenvolvimento e democracia no pensamento cepalino*. Santiago: CEPAL, 2014.

CEPÊDA, Vera Alves; SILVA, Ivan Henriques de Mattos e. A Trajetória do Desenvolvimento: a questão social, democracia e Estado na experiência do Brasil e Argentina. *Política Hoje*, v. 25, n. 1, p. 41-70, 2016.

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. A economia política dos bacharéis udenistas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rev. vol. 32, n. 94, 2017. p. 1-18.

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. *O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, UERJ, 2015.

CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho (orgs.). *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: CEDEC; Paz e Terra, 1978.

CINTRA, Wendel. Qual democracia? O governo do povo no Pensamento Político Brasileiro. Tese (Doutorado em Ciência Política) Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: UNIFESP, 2017.

CUNHA, Paulo. *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*, São Paulo: FAPESP, 2002.

CURI, Isadora Volpato. *Juristas e o regime militar (1964-1985): atuação de Victor Nunes Leal no STF e de Raymundo Faoro na OAB*. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, USP, 2008.

CURI, Luiz Felipe Bruzzi; CUNHA, Alexandre Mendes. Redimensionando a contribuição de Roberto Simonsen à controvérsia do planejamento (1944-1945). **America Latina Historia Económica**, ano 22, n. 3, set-dez, 2015, p. 76-107.

DAHL, Robert. *A preface to democratic theory*. Chicago: University of Chicago press, 2006.

DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: EDUSP, 1997.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio; CASTRO, Celso. *Visões do golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1994.

DEL ROIO, Marcos. A Teoria da Revolução Brasileira: Tentativa de Particularização de uma Revolução Burguesa em Processo. In: MORAES, João Quartim; DEL ROIO, Marcos. *História do marxismo no Brasil*, vol. 4. Campinas: UNICAMP, 2000, p. 73-134.

DEMIER, Felipe. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): um ensaio de interpretação histórica*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

DÓRIA, Carlos Alberto. O Dual, o Feudal e o Etapismo na Teoria da Revolução Brasileira. In: MORAES, João Quartim de. *História do marxismo no Brasil*, vol. 3. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2000, p. 245-298.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: Uma introdução*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista e Editora Boitempo, 1997.

EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos Delorme. Celso Furtado. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Coleção As esquerdas no Brasil, vol.2. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. p. 377-408.

EYLER, Flávia Maria Schlee. *História antiga Grécia e Roma: A formação do Ocidente*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Globo, 1958.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Brasileiro*. São Paulo: Ed. Globo, 1989.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2006.

FELDMAN, Luiz. *Clássico por amadurecimento: Estudos sobre Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2016.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e Descentralização no Império: O debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai*. São Paulo: 34, 1999.

FERREIRA, Jorge. “Crises da República: 1954, 1955 e 1961”. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.) *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

FERNANDEZ, Víctor Ramiro; ORMAECHEA, Emilia. Prebisch, el Estado y la “debilidad del imprescindible”. **Revista Problemas del Desarrollo**, vol. 195, n. 49, 2018, p. 77-99.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da operação brother Sam aos anos de chumbo o governo do Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina Cheihub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política. 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FONSECA, Pedro César Dutra. Desenvolvimento: a construção do conceito. **Texto para Discussão**. Rio de Janeiro, IPEA, n. 2103, jul. 2015.

FONSECA, Pedro César Dutra. Keynes: o liberalismo econômico como mito. **Economia e Sociedade**, Campinas, vol. 19, n. 3, p. 425-447, 2010.

FONSECA, Pedro César Dutra; SALOMÃO, Ivan Colangelo. O sentido histórico do desenvolvimentismo e sua atualidade. **Revista de Economia Contemporânea**, n. especial, p. 1-20, 2017.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Conceito de civilização brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Estudos e discursos*. São Paulo, Editora Comercial, 1961.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Evolução da crise brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005, 2ª edição.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Introdução à realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1933

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Preparação ao nacionalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

FREEDEN, Michael. *Ideologies and political theory: a conceptual approach*. Nova Iorque: Oxford University press, 2006.

FREEDEN, Michael. Ideologies and conceptual history. **Journal of political ideologies**, vol. 2, n. 1, 1997. p. 3-11.

FREEDEN, Michael. Ideologies and political theory. **Journal of political ideologies**. vol.11, n. 1, 2006. p. 3-22.

FREEDEN, Michael. *Ideology: a very short introduction*. New York: Oxford University press, 2003.

FREEDEN, Michael. The resurgence of ideology studies: Twenty Years of the JPI. **Journal of political ideologies**, vol. 21, n. 1, 2016. p. 1-8.

FREEDEN, Michael et al (Org.). *The Oxford Handbook of Political Ideologies*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

FREITAS JR., Moacir de. I Congresso Brasileiro da Indústria: momento de consolidação das ideias de Roberto Simonsen como parte da ideologia da burguesia industrial brasileira. **Em Tese**, Florianópolis, v. 15, n. 1 (parte II), p.33-48, mar./abr., 2018.

FRITSCH, Winston. “Apogeu e crise da Primeira República.” In: ABREU, Marcelo Paiva (org.). *A ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

FURTADO, Celso. *A Pré-Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962



FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o desenvolvimento, 2009.

FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, Celso. *Perspectivas da economia brasileira*. Cadernos do Desenvolvimento. v.1, n. 2, p.181-234, 2006

FURTADO, Celso. Political Obstacles to Economic Growth. **International Affairs**, v. 41, n. 2, p. 252-266, 1965.

FINLEY, Moses. *Democracia Antiga e Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GLOBO NEWS. Entrevista de Leonidas Pires Gonçalves concedida a Geneton Moraes Neto, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JDEtTsrQhYw&t=15s>. Acessado em: 12/01/2022.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. Acessado em: 12/01/2022.

GOMES, Ângela de Castro.. *Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1964): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Coleção As esquerdas no Brasil, vol.2. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. p. 53-81.

GOUREVITCH, Peter A. "Keynesian politics: the political sources of economic policy choices". In: HALL, Peter (Org.). *The Political Power of Economic Ideas: Keynesianism across Nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989. p. 87-106.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRESPLAN, Jorge. O conceito de "modo de produção" em Nelson Werneck Sodré. In: CABRAL, Fátima; CUNHA, Paulo Ribeiro da (Orgs.). *Nelson Werneck Sodré: entre o saber e a pena*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2006, p. 135-150.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Coleção As esquerdas no Brasil, vol.2. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. p. 83-99.

GUEDES, Paulo. "A síndrome de Judas Escariotes". Blog "No calor das ideias", 2003. Disponível em: <http://nocalordasideias.com.br/2019/04/22/paulo-guedes/>. Acessado em 26/08/2021.

GUEDES, Paulo. Discurso de posse como Ministro da Economia, durante cerimônia de transmissão do cargo. 2 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2019/01/Discurso-Paulo-Guedes-1.pdf> . Acessado em 26/08/2021.

- GUDIN, Eugênio. *Análise de problemas brasileiros: 1958-1964*. Rio de Janeiro: Agir, 1965.
- GUDIN, Eugênio. O caso das nações subdesenvolvidas. **Revista brasileira de economia**, ano 3, n. 4, 1952, p. 47-87.
- GUDIN, Eugênio. *Orientation and programing of economic development*. Arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV), 1956.
- GUIMARÃES, César Augusto Coelho. “Vargas e Kubitschek: a longa distância entre a Petrobrás e Brasília”. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende (org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.
- HALL, Peter A. “Introduction” In: HALL, Peter A. (Org.). *The Political Power of Economic Ideas: Keynesianism across Nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presenteísmo e experiências de tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle; LIMA, Marcia. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa livraria, 1999.
- HOOVER, Keneth R. *Economics as ideology: Keynes, Laski, Hayek, and the Creation of Contemporary Politics*. Oxford: Rowman & Littlefield, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: José Olympio, 1936.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 26ª edição. Prefácio de Antônio Cândido.
- IPEA (Org.). *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Brasília: IPEA, 2010.
- IPEA. *A Década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda*. Brasília: IPEA, 2021, p. 24.
- IORIS, Rafael. *Qual desenvolvimento? Os debates, sentidos e lições da Era desenvolvimentista*. Jundiaí: Paco, 2017.
- JAGUARIBE, Hélio. *Condições institucionais do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ministério da educação e cultura, 1958a.
- JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da educação e cultura, 1958b.
- JAGUARIBE, Hélio. *O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional*. 2 ed. São Paulo: Fórum Roberto Simonsen, 1958c.
- JAGUARIBE, Hélio. “Usina de altos estudos”. *Insight inteligência*. Rio de Janeiro, n. 75, out-nov-dez 2016. p. 81-90.

JASMIN, Marcelo. “A viagem redonda de Raymundo Faoro”. In: ROCHA, João César de Castro (Org.) Nenhum Brasil existe. Rio de Janeiro: Topbooks; EDUERJ, 2003.

JASMIN, Marcelo. “História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares”. In: *Revista brasileira de ciências sociais*. São Paulo, vol. 20, n. 87, 2005.

JUDT, Tony. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

KAYSEL, André. *Entre a nação e a revolução*. São Paulo: Alameda, 2018.

KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova cultural, 1996.

KEYNES, John Maynard. *Essays in persuasion*. Nova Iorque; Londres: Norton & company, 1963.

KEYNES, J.M.; HENDERSON, H.D.; *Can Lloyd George do It? An Examination of the Liberal Pledge*. The Nation and Atheneum, 1929.

KHUM, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GUNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. *O conceito de história*. Tradução de René Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: três estrela, 2018.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro; PINTO, Thiago Luis de Quadros Ramos; SILVA, Newton Gracia. Roberto Simonsen na origem do moderno pensamento social brasileiro. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 1 (53), p. 177-199, abr. 2015.

LENIN, Vladimir Ilitch. *Que fazer?* S.d. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/quefazer.pdf>

LENINE, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Lisboa; Moscovo: Avante; Progresso, 1984.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. Parahyba. “A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência”. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.) O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 241-286.

LIMA, Neilane Rocha de. Conceitos, intelectuais e ideias: o entrelaçamento de diferentes dimensões do campo da história, no caso do debate entre Eugênio Gudim e Celso Furtado (1950-1964). **Revista História: Debates e Tendências (Online)**, vol. 20, n. 1, p. 70-87, 2020.

LOVATTO, Angélica. O pensamento de Nelson Werneck Sodré no Cadernos do Povo brasileiro. In: CABRAL, Fátima; CUNHA, Paulo Ribeiro da (Orgs.). *Nelson Werneck Sodré: entre o saber e a pena*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2006, p. 313-326.

LOVATTO, Angélica. *A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe: os tempos do ISEB*. São Paulo: xamã; Arte escrita, 2010.

LOWY, Michel (Org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

LYNCH, Christian Edward Cyril. “Bolsonaro expõe autoritarismo de neoliberais e nova 'jornada de otários' de liberais”. Folha de São Paulo, 20/03/2021.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Cartografia do pensamento político brasileiro: Conceito, história, abordagens. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 19. Brasília, jan.-abr. 2016, p. 75-119.

LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da monarquia à oligarquia: História institucional e pensamento político brasileira (1822-1930)*. Rio de Janeiro: Alameda, 2014.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Idealismo e realismo na teoria política e no pensamento brasileiro: três modelos de história intelectual. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 34, p. 1-57.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Nada de NOVO sob o Sol: Teoria e prática do neoliberalismo brasileiro. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, edição 91.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político do Brasil oitocentista. **Lua Nova**, São Paulo, n. 100, p. 313-362, 2017.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 727-766, 2013.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Teoria pós-colonial e pensamento brasileiro na obra de Guerreiro Ramos: o pensamento sociológico. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 73, p. 27-45, jan.-abr. 2015.

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza. (Org.). *Introdução à Sociologia Rural*. São Paulo 1981.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MANNHEIM, Karl. *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo: Mestre Jou, 1976.

MANNHEIM, Karl. *Sociologia da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MARCO, Tamyres Ravache Alves de. Azevedo Amaral e as origens do desenvolvimentismo. **Revista Política Hoje**, v. 27, 2018.

- MARCO, Tamyres Ravache Alves de. Azevedo Amaral: origens do desenvolvimentismo no pensamento político brasileiro. Tese (doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro, Instituto de Estudo Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.
- MARRECA, Pedro Paiva. Celso Furtado: a democracia e o ideário político nacional-desenvolvimentista, 2014. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro, Departamento de História, Centro de Ciências Sociais, PUC-Rio.
- MARRECA, Pedro Paiva. *Teoria Política e Nacionalismo Periférico na obra de Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos e Celso Furtado: Epistemologia, História e Política (1953-1964)*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, UERJ, 2020.
- MARRRECA, Pedro Paiva; CANNONE, Helio. Nacionalismo Periférico no Pensamento de Alberto Guerreiro Ramos e Nelson Werneck Sodré: História, Política e Epistemologia. 9º Congresso Latino-americano de Ciência Política. Montevideú, 2017.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: teses sobre Feuerbach*. 8. ed. São Paulo: Centauro, 2005.
- MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da Economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição, São Paulo: Hucitec, 2004.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. **Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 1, maio 2005
- MAZUCATO, Thiago. *Ideologia e Utopia de Karl Mannheim: autor e obra*. São Paulo: Ideias & Letras, 2014.
- MAYNARD, Jonathan Leader. A map of the field of ideological analysis. **Journal of political ideologies**, vol. 18, n. 3, 2013. p. 299-327.
- MENDONÇA, Sonia Regina. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo antigo e moderno*. Rio de Janeiro: É Realizações, 2014.
- MORAES, João Quartim de. A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*, vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 47-88.
- MORAES, João Quartim de. Concepções Comunistas do Brasil Democrático: Esperanças e Crispações (1944-1954). In: MORAES, João Quartim. *História do marxismo no Brasil*, vol. 3. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998, p. 197-244.

- MORAES, João Quartim de. O Programa Nacional-Democrático: Fundamentos e Permanência. In: MORAES, João Quartim; DEL ROIO, Marcos. *História do marxismo no Brasil*, vol. 4. Campinas: UNICAMP, 2000, p. 161-228.
- MORAES, Reginaldo Carmello Correa de. *Planejamento: democracia ou ditadura?* Intelectuais e reformas socioeconômicas no pós-guerra. 1977. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1977.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.
- MYRDAL, Gunnar. *Aspectos políticos da teoria econômica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.
- NAPOLEONI, Cláudio. *O pensamento econômico do século XX*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.
- NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- OLIVEIRA FILHO, Virgílio Roma de. A participação de Nelson Werneck Sodré no debate nacionalista da década de 1950. In: CABRAL, Fátima; CUNHA, Paulo Ribeiro da (Orgs.). *Nelson Werneck Sodré: entre o saber e a pena*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2006, p. 245-264.
- ORTEGA Y GASSET, José. *Historia como sistema*. S.d. Disponível em: <http://www.hermanotemblon.com/biblioteca/Literatura%20en%20General%20/Ortega%20y%20Gasset%2C%20Jose/Ortega%20y%20Gasset%2C%20Jose%20-%20Historia%20como%20sistema.pdf>
- PASQUALINI, Alberto. *Bases e sugestões para uma política social*. Rio de Janeiro/ Porto Alegre/ São Paulo: Globo, 1948.
- PASQUALINI, Alberto. *O pensamento político de Pasqualini*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2005.
- PEREIRA, Astrogildo. *Ensaio históricos e políticos*. São Paulo: Alfa e Ômega, 1979.
- PEREZ, Reginaldo Teixeira. A Sociologia de Roberto Campos e a construção de uma ordem liberal no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 34, 2021, p. 1-27.
- PERISSINOTTO, Renato; STUM, Michelli Gonçalves. A virada ideacional: quando e como Ideias importam. **Revista de Sociologia política**. Curitiba, v. 25, n. 64, 121-148, dez. 2017.

PINHO, Carlos Eduardo Santos. *Planejamento estratégico governamental no Brasil: autoritarismo e democracia (1930-2016)*. Curitiba: Appris, 2019.

PINTO, Álvaro Vieira. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

POCOCK, John Greville Agard. The reconstruction of discourse: towards the historiography of political thought. *Comparative literature*, v. 96, n. 5, p. 959-980, dez. 1981.

POCOCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens políticas e econômicas de nossa época*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

POPPER, Karl. *A Sociedade aberta e seus inimigos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.

PRADO JR, Caio. *A revolução brasileira/ A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PRADO JR, Caio. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

PRESBISCH, Raul. “Estudo econômico da América Latina, 1949” In: BIELCHOWSKY, Ricardo (org). *Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 137-178

PRESBISCH, Raul. “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais” In: BIELCHOWSKY, Ricardo (org). *Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 69-136

PRESBISCH, Raul. “Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico”. In: BIELCHOWSKY, Ricardo (org). *Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 179-216.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A crise do poder no Brasil: problemas na revolução nacional brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *O problema nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiro, 1958.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Notas para um estudo crítico da sociologia no Brasil. In: *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995, p. 35-48.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Crítica e autocrítica. In: *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. p. 49-55.

RAMOS, Alberto Guerreiro. A dinâmica da sociedade política no Brasil. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. p. 59-78.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Esforços de teorização da realidade nacional politicamente orientado, de 1870 aos nossos dias. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995, p. 79-102.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995, p. 103- 214.

RAMOS, Alberto Guerreiro. O tema da transplantação na Sociologia brasileira. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995, p. 271-290.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Mito e verdade da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Princípios do povo brasileiro. *O problema nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1960, p. 225-256.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Cinco princípios do trabalhador brasileiro. *O problema nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1960, p.257-262.

REIS, José Carlos. Caio Prado Jr. versus PCB: A revolução brasileira (1966). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Coleção As esquerdas no Brasil, vol.2. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. p. 173-194.

REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional: A polícia política nos pós Segunda Guerra Mundial*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas, 2000.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Nova cultural, 1996.

RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da USP/ Editora 34, 2000.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RINGER, Fritz. *O declínio dos mandarins alemães*. São Paulo: EDUSP, 2000.

RODA VIVA. Entrevista com Maria da Conceição Tavares, 1995. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=xKXT\\_gfBbIA](https://www.youtube.com/watch?v=xKXT_gfBbIA) Acessado em 16/12/2021.

RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

ROSA, Virgínio Santa. *O sentido do tenentismo* 3. ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1976.

ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico: história da ideia de mercado*. Bauru: EDUSC, 2002.



- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.
- RUBIN, Isaac Ilich. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.
- SALOMÃO, Ivan Colangelo (Org.). *Os homens do cofre: o que pensavam os ministros da fazenda do Brasil republicano (1889-1985)*. São Paulo: UNESP, 2021.
- SALOMÃO, Ivan Colangelo. *O desenvolvimento em construção: um estudo sobre a pré-história do pensamento desenvolvimentista brasileiro*. 2013. Tese (Doutorado em Economia), Porto Alegre, Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, 2013.
- SALLES, Alberto. *Sciencia Política*. São Paulo: Teixeira e irmão, 1891.
- SANTOS, Raimundo (Org.). *Caio Prado Jr.: dissertações sobre a revolução brasileira*. São Paulo: Brasileirise/Fundação Astrojildo Pereira, 2007.
- SANTOS, Raimundo. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. In: MORAES, João Quartim; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*, vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 133-156.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *1964: anatomia da Crise*. São Paulo: Vértice, 1986.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *A Democracia Impedida: O Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A Imaginação Política Brasileira: cinco ensaios de história intelectual*. Organização de Christian Edward Cyril Lynch. Rio de Janeiro: Revan, 2017.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. O Século de Michels: Competição Oligopólica, Lógica Autoritária e Transição na América Latina. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 28 n. 3, 1985.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Raízes da Imaginação Política Brasileira. *Revista Dados*, n. 7. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1970.
- SAY, Jean. Baptiste. *Tratado de economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- SCHMITT, Carl. *Dictatorship*. Cambridge: Polity press, 2013.
- SCHMITT, Carl. *Teologia Política*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SERPA, Luiz Augusto Martins. *A sociedade aberta e seus amigos: o conceito de sociedade aberta no pensamento político de Popper, Schumpeter, Hayerk e Von Mises*. Tese (Doutorado em Ciência Política), São Paulo, Departamento de Ciência Política, USP, 2007.

SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. *Revista de Economia Política*, v. 2, n. 6, p. 5-45, 1982.

SILVA, Golbery do Couto e. *Aspectos geopolíticos do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 1957.

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional o poder executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

SILVA, Lígia Osório. A “herança colonial” e as lições da história em Nelson Werneck Sodré. In: CABRAL, Fátima; CUNHA, Paulo Ribeiro da (Orgs.). *Nelson Werneck Sodré: entre o saber e a pena*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2006, p. 103-134.

SILVA, Marcos (Org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

SILVA, Ricardo. *A ideologia do Estado autoritário no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Campinas, UNICAMP, 1998.

SILVA, Ricardo. Uma ditadura contra a república: Política econômica e poder político em Roberto Campos. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, 27, p. 157-170, nov. 2006.

SIMON, Pedro (Org.). *Alberto Pasqualini: textos escolhidos*. Brasília: Senado federal, 2001.

SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. Brasília: Senado Federal, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A ideologia do colonialismo*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1961.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: avenir, 1978.

SODRÉ, Nelson Werneck. Elaboração da cultura nacional. In: *Introdução à revolução brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1963, p. 115-142

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 4. ed. São Paulo: brasiliense, 1967.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*. São Paulo: Cultura brasileira, 1940.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Orientações do Pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Vecchi, 1942.

SODRÉ, Nelson Werneck. Raízes históricas do nacionalismo brasileiro. *Introdução à revolução brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1963, p. 165-186.

SODRÉ, Nelson Werneck. Quem é o povo no Brasil? *Introdução à revolução brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1963, p. 187-226.

SOREL, Georges. *Reflexões sobre a violência*. Petrópolis: Vozes, 1993.

SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. **History and Theory**, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969.

SPENCER, Herbert. *O indivíduo contra o Estado*. São Paulo: Clube de autores, 2020.

STRÅTH, Bo. Ideology and history. **Journal of Political Ideologies**, February 2006, Vol. 11, n. 1, p. 23–42.

TÁVORA, Juarez. *Petróleo para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

TÁVORA, Juarez. *Produção para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

TÁVORA, Juarez. *Uma política de desenvolvimento para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

TOLEDO, Caio Navarro de *ISEB: fábrica de ideologias*. Campinas: UNICAMP, 1998.

TORRES, Alberto. *Problema Nacional Brasileiro*. Fonte Digital ebooksbrasil.com, 2002. Disponível em: <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Alberto%20Torres-1.pdf>>

VAN DJIK, Teun. Ideology and discourse analysis. **Journal of Political Ideologies**, 2006, n. 11, p. 115-140

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Direito do Trabalho e Democracia Social*. São Paulo: Olympio, 1948.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *História Social da Economia Capitalista no Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 1988.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Introdução à história social da economia pré-capitalista no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1958.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *O idealismo da constituição*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro, José Olympio, 1939.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5ª ed, 1952.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Problemas de política objetiva*. São Paulo: Companhia editora nacional, 1930.

VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VIANNA, Luiz Werneck. “Raymundo Faoro e a difícil busca do moderno no país da modernização”. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

VIANNA, Pedro Fraga. Folhas primas: debate sobre os significados de Raízes do Brasil. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2018.

VIEIRA, Lidiane Rezende. Dilemas da condição periférica: formação dos Estados argentino, brasileiro e chileno. Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, UERJ, 2020.

VINCENT, Andrew. *Modern political ideologies*. Chichester: Blackwell Publishing, 2010.

VINCENT, Andrew. Nationalism. In: FREEDEN, Michael at al (Org.). *The Oxford Handbook of Political Ideologies*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

VINCENT, Andrew. *Nationalism and particularity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras (Tradução de José Marcos Mariani de Macedo), 2004.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: UNB, 1999, vol 1.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

WEIR, Margareth. “Ideas and Politics: The Acceptance of Keynesianism in Britain and the United States”. In: HALL, Peter (Org.). *The Political Power of Economic Ideas: Keynesianism across Nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989. p. 53-86.

WINCH, Donald. “Keynes, keynesianismo and state intervention”. In: HALL, Peter (Org.). *The Political Power of Economic Ideas: Keynesianism across Nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989. p.107-127.

ZIZEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.